



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1513

Quarta-feira - 25 de Junho de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2
Alto Bela Vista.....	24
Antônio Carlos	103
Arroio Trinta.....	104
Ascurra.....	106
Balneário Rincão	107
Biguaçu	107
Bom Jesus do Oeste	108
Bom Retiro	110
Braço do Trombudo	111
Brusque.....	112
Caçador.....	123
Camboriú.....	128
Campo Alegre	132
Campos Novos	140
Canelinha	140
Canoinhas.....	142
Capinzal	149
Catanduvas.....	151
Chapadão do Lageado	151
Concórdia	153
Cordilheira Alta	153
Coronel Martins.....	154
Correia Pinto.....	159
Corupá	159
Curitibanos	160
Ermo	160
Faxinal dos Guedes.....	161
Forquilha.....	167
Fraiburgo.....	169
Garopaba.....	178
Garuva	179
Gaspar	180
Guaramirim.....	182
Ilhota	183
Imbituba	183
Ipumirim	187
Irineópolis	200
Itá	202
Itaiópolis	202
Itapiranga.....	203
Itapoá	204
Joaçaba	208
Lages	218
Lauro Muller	221
Lebon Regis.....	223
Leoberto Leal.....	223
Lindóia do Sul	225
Luzerna	225

Mafra	230
Maracajá	231
Massaranduba.....	231
Meleiro	233
Modelo	233
Navegantes.....	236
Nova Trento	265
Novo Horizonte	281
Orleans	282
Ouro Verde	283
Paial.....	283
Palhoça	298
Paulo Lopes	299
Penha.....	300
Pinheiro Preto	301
Pomerode.....	303
Ponte Serrada	304
Porto Belo.....	305
Porto União.....	315
Rio do Sul.....	316
Salto Veloso	318
Santa Rosa do Sul	318
Santa Terezinha do Progresso	319
São Bento do Sul.....	322
São Domingos.....	339
São José.....	340
São José do Cedro.....	346
São Pedro de Alcântara.....	347
Schroeder	347
Siderópolis.....	364
Sombrio.....	364
Timbó	372
Treze Tílias	375
Trombudo Central.....	376
Tunápolis.....	377
Turvo	389
Videira.....	391
Vitor Meireles.....	392
Xavantina	392
Xaxim.....	394

Associações

EGEM	394
------------	-----

Consórcios

CIS/AMARP	396
CIS/AMURES.....	398

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Portaria 184/2014

PORTARIA Nº 184/2014 18 de Junho de 2014

"CONCEDER LICENÇA LUTO AO SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder 8 dias consecutivos em razão do falecimento do pai, a partir de 10/06/2014, conforme art. 63º da Lei complementar nº 015/99, conforme certidão de óbito anexa, para o servidor Joeci dos Santos, funcionário efetivo no cargo de Operador de Máquinas.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10/06/2014 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de Junho de 2014.

Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 185/2014

PORTARIA Nº 185/2014 de 18 de Junho de 2014

"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) LAUDELINO DOMINGUES, inscrito sob CPF nº 486.578.599-04 ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, a partir de 03/06/2014 a 02/07/2014, período 12/13.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 03/06/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de Junho de 2014

Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 186/2014

PORTARIA Nº 186/2014 de 18 de Junho de 2014

"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) IVONETE CARDOZO MOREIRA, inscrito sob CPF nº 018.871.269-02 ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Defesa Civil, a partir de 01/06/2014 a 30/06/2014, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/06/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de Junho de 2014

Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 187/2014

PORTARIA Nº 187/2014 de 23 de Junho de 2014

"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) CRISTIANO SAVARIS DA SILVA, inscrito sob CPF nº 005.614.419-95 ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Compras, Licitações e Convênios, a partir de 23/06/2014 a 22/07/2014, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 23 de Junho de 2014

Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Edital Infracao Nº 774 236 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 774 236/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DDK2501	8774066127	7455/0	17/07/2012	218 * I
HNK3053	8774066065	7455/0	13/07/2012	218 * I
HNK3053	8774066077	7455/0	14/07/2012	218 * I
HNK3053	8774066213	7455/0	23/07/2012	218 * I
MBR4946	8774066465	7455/0	22/07/2012	218 * I
MDN8831	8774066439	7455/0	21/07/2012	218 * I
MDS6314	8774066263	7455/0	13/07/2012	218 * I
MFE6759	8774066397	7455/0	19/07/2012	218 * I
MGV2560	8774066471	7455/0	22/07/2012	218 * I
MHP9785	8774066526	7455/0	25/07/2012	218 * I
MHU4741	8774066466	7463/0	22/07/2012	218 * II
MID1429	8774066070	7463/0	14/07/2012	218 * II
MID3222	8774066452	7463/0	21/07/2012	218 * II
MIG2239	8774066436	7463/0	21/07/2012	218 * II
MIO0010	8774066058	7455/0	13/07/2012	218 * I
MJX9590	8774066362	7455/0	17/07/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 774 235 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 774 235/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KJH8348	8774063862	7455/0	10/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCO6677	8774063884	7463/0	11/05/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGA6847	8774063665	7463/0	08/05/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGI0756	8774063641	7455/0	07/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGL4730	8774063745	7455/0	12/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGL4730	8774063888	7455/0	12/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGL8555	8774063734	7455/0	11/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHP8904	8774063709	7455/0	10/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIR1889	8774063655	7455/0	08/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJO7779	8774063777	7455/0	04/05/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infracao Nº 774 234 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 774 234/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADP3818	8774064715	7455/0	12/06/2012	218 * I
ADU7827	8774065706	7455/0	28/06/2012	218 * I
ARO3456	8774066123	7455/0	17/07/2012	218 * I
IHG8746	8774066282	7455/0	14/07/2012	218 * I
LYT2550	8774064819	7455/0	25/06/2012	218 * I
MCO9521	8774065741	7455/0	01/07/2012	218 * I
MCP9452	8774066504	7455/0	24/07/2012	218 * I
MCW0495	8774066395	7455/0	19/07/2012	218 * I
MCY4630	8774064931	7455/0	16/06/2012	218 * I
MDC6037	8774064740	7471/0	16/06/2012	218 * III
MEF5881	8774066275	7455/0	14/07/2012	218 * I
MGD8722	8774066233	7455/0	25/07/2012	218 * I
MHE7494	8774066468	7455/0	22/07/2012	218 * I
MHX7360	8774066413	7455/0	20/07/2012	218 * I
MID9079	8774065102	7463/0	25/06/2012	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 774 233 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 774 233/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDX2998	8774064299	7455/0	03/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJD9869	8774063047	7463/0	28/04/2012	R\$ 127,69	218 * II
MJD9869	8774063052	7455/0	28/04/2012	R\$ 85,12	218 * I
MLB8349	8774064140	7455/0	02/06/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 774 232 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 774 232/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHJ5461	8774064565	7463/0	09/06/2012	218 * II
AKM4978	8774065851	7455/0	08/07/2012	218 * I
AMG6776	8774064830	7455/0	26/06/2012	218 * I
AMH3455	8774065723	7455/0	29/06/2012	218 * I
CBH1364	8774064800	7455/0	22/06/2012	218 * I
CNP6988	8774065756	7463/0	01/07/2012	218 * II
DCA8617	8774064759	7463/0	17/06/2012	218 * II
HIU9729	8774064468	7455/0	10/06/2012	218 * I
HNK3053	8774065902	7455/0	28/06/2012	218 * I
HNK3053	8774065912	7455/0	29/06/2012	218 * I
IQA2872	8774064739	7455/0	15/06/2012	218 * I
LWW1141	8774065848	7463/0	08/07/2012	218 * II
LXG6787	8774065082	7455/0	24/06/2012	218 * I
LXL0180	8774065086	7455/0	24/06/2012	218 * I
LYT0992	8774065025	7455/0	21/06/2012	218 * I
LZF6952	8774064840	7455/0	11/06/2012	218 * I
LZJ6208	8774064963	7455/0	17/06/2012	218 * I
MBD8055	8774065736	7455/0	30/06/2012	218 * I
MBP1022	8774065091	7455/0	24/06/2012	218 * I
MBP7724	8774065734	7455/0	30/06/2012	218 * I
MBS4992	8774065761	7455/0	02/07/2012	218 * I
MBS4992	8774065913	7455/0	30/06/2012	218 * I
MBV9518	8774065726	7455/0	29/06/2012	218 * I
MCK8854	8774064891	7455/0	14/06/2012	218 * I
MEN7081	8774065751	7455/0	01/07/2012	218 * I
MEN7081	8774065758	7455/0	01/07/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEW3197	8774064415	7455/0	07/06/2012	218 * I
MFM1151	8774065903	7455/0	29/06/2012	218 * I
MFT6407	8774064369	7455/0	05/06/2012	218 * I
MFY3165	8774065729	7455/0	30/06/2012	218 * I
MGF7450	8774065813	7455/0	06/07/2012	218 * I
MGN9281	8774065098	7455/0	25/06/2012	218 * I
MGQ6203	8774065844	7455/0	08/07/2012	218 * I
MHH7601	8774065922	7455/0	30/06/2012	218 * I
MHH7601	8774065923	7455/0	30/06/2012	218 * I
MHS3578	8774064887	7455/0	13/06/2012	218 * I
MIE9650	8774064752	7455/0	16/06/2012	218 * I
MII5931	8774065058	7455/0	22/06/2012	218 * I
MIS5334	8774065728	7463/0	30/06/2012	218 * II
MJF8740	8774065784	7463/0	04/07/2012	218 * II
MJM8568	8774065113	7463/0	26/06/2012	218 * II
MJR0107	8774065982	7455/0	09/07/2012	218 * I
MJT8701	8774064865	7455/0	12/06/2012	218 * I
MJY0072	8774065106	7455/0	25/06/2012	218 * I
MJY0072	8774065107	7455/0	25/06/2012	218 * I
NEZ9104	8774064596	7463/0	18/06/2012	218 * II
NEZ9104	8774064773	7463/0	18/06/2012	218 * II
NEZ9104	8774064982	7463/0	18/06/2012	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 774 231 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 774 231/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDG5967	8774063246	7455/0	26/04/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGR3388	8774063224	7455/0	24/04/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 774 230 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 774 230/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANI0951	8774064466	7455/0	10/06/2012	218 * I
CKJ9784	8774064463	7455/0	10/06/2012	218 * I
CKJ9784	8774064473	7455/0	10/06/2012	218 * I
LYO5589	8774064583	7455/0	10/06/2012	218 * I
LYX4420	8774064457	7455/0	10/06/2012	218 * I
MAW8787	8774064493	7455/0	05/06/2012	218 * I
MAW8787	8774064503	7455/0	06/06/2012	218 * I
MBE3744	8774064504	7455/0	06/06/2012	218 * I
MBU6410	8774064472	7471/0	10/06/2012	218 * III
MDT6979	8774064441	7455/0	09/06/2012	218 * I
MEZ2496	8774064445	7455/0	09/06/2012	218 * I
MEZ2496	8774064569	7455/0	09/06/2012	218 * I
MGT5073	8774064470	7455/0	10/06/2012	218 * I
MHX9552	8774064453	7463/0	09/06/2012	218 * II
MIR5431	8774064461	7455/0	10/06/2012	218 * I
MIR5431	8774064581	7455/0	10/06/2012	218 * I
MWI2698	8774064455	7455/0	10/06/2012	218 * I
MWI2698	8774064458	7463/0	10/06/2012	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 774 203 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 774 203/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCQ1958	8774061451	7463/0	20/03/2012	218 * II
MIL9859	8774061590	7455/0	19/03/2012	218 * I
MJC6778	8774061491	7455/0	24/03/2012	218 * I
MJC6778	8774061663	7455/0	24/03/2012	218 * I
MJC6778	8774061864	7455/0	26/03/2012	218 * I
MJE5987	8774060827	7463/0	12/03/2012	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 774 186 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 774 186/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFQ6051	8774053497	7463/0	13/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
AFQ6051	8774053830	7463/0	13/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
AJW5242	8774049816	7455/0	22/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
AVF0960	8774049987	7455/0	28/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
BAC0180	8774050387	7455/0	25/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXU7319	8774053529	7463/0	02/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
LXU7319	8774053530	7455/0	02/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXU7319	8774053558	7463/0	03/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
LXU7319	8774053613	7463/0	04/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
LXU7319	8774053679	7455/0	07/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXU7319	8774053684	7455/0	07/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXV2907	8774050176	7455/0	04/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYB0179	8774050205	7455/0	05/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAM4546	8774053324	7455/0	03/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBM6781	8774050289	7455/0	08/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCC0195	8774049830	7455/0	22/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MES7634	8774049826	7463/0	22/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGQ6789	8774049905	7463/0	25/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHP8606	8774049972	7463/0	28/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MII8634	8774050430	7455/0	29/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIJ4667	8774050388	7463/0	26/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIO9993	8774050425	7455/0	29/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJE9235	8774050541	7455/0	06/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
NJE0049	8774050144	7455/0	02/11/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 448 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 448/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CNG7633	54887939B	6599/2	23/06/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

Edital Infração Nº 128 447 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 447/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALO1474	54887945B	6122/0	01/08/2012	214 * I
MFX3427	54887946B	5967/0	01/08/2012	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 446 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 446/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAT6863	54887786B	5185/1	30/06/2012	167
MBR7479	54887787B	5185/1	30/06/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 445 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 445/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCR1282	54887893B	5525/0	16/06/2012	181 * XV
MFB3173	54887941B	5487/0	24/06/2012	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 444 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 444/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDH3808	54887927B	6122/0	02/05/2012	R\$ 191,53	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital Infração Nº 128 443 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 443/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JFV3320	54887780B	5045/0	23/06/2012	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

Balancete Financeiro - Maio - 14 FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	127.245,44	Despesa Orçamentária	312.220,85
RECEITA TRIBUTÁRIA	775,23	Despesas exceto Intra-orçamentárias	311.446,04
RECEITA PATRIMONIAL	4.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	170.307,76
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	117.470,21	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	139.294,28
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000,00	INVESTIMENTOS	1.844,00
		Despesas Intra-orçamentárias	774,81
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	774,81
Receita Extra - Orçamentária	568.361,48	Despesa Extra - Orçamentária	336.971,75
DEPÓSITOS	34.719,23	DEPÓSITOS	34.719,23
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	34.719,23	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	34.719,23
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	34.719,23	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	34.719,23
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	316.066,95	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	302.252,52
OBRIGAÇÕES A PAGAR	316.066,95	OBRIGAÇÕES A PAGAR	302.252,52
FORNECEDORES	145.759,19	FORNECEDORES	131.251,11
PESSOAL A PAGAR	137.345,44	PESSOAL A PAGAR	137.345,44
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	32.962,32	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	32.953,10
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	217.575,30	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	702,87
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	217.575,30		
REPASSE RECEBIDO	217.575,30		
Saldos anteriores	1.279.865,48	Saldos atuais	1.326.279,80
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	903.247,17	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	881.407,17
BANCO C/ MOVIMENTO	376.618,31	BANCO C/ MOVIMENTO	444.872,63
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	1.975.472,40	Total	1.975.472,40

AGUA DOCE , 24/06/2014

 ORLANDO FÁVERO
 Titular da Unidade

 NEUSA M. C. S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Balancete Financeiro - Maio - 14 - FMAS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	9.010,82	Despesa Orçamentária	28.792,98
RECEITA PATRIMONIAL	679,22	Despesas exceto Intra-orçamentárias	28.792,98
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.331,60	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.451,98
		INVESTIMENTOS	6.341,00
Receita Extra - Orçamentária	40.225,77	Despesa Extra - Orçamentária	30.545,32
DEPÓSITOS	85,70	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	30.545,32
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	85,70	OBRIGAÇÕES A PAGAR	30.545,32
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	85,70	FORNECEDORES	30.545,32
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	30.140,07		
OBRIGAÇÕES A PAGAR	30.140,07		
FORNECEDORES	29.984,25		
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	155,82		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	10.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	10.000,00		
REPASSE RECEBIDO	10.000,00		
Saldos anteriores	171.192,16	Saldos atuais	161.090,45
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	143.292,33	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	140.292,33
BANCO C/ MOVIMENTO	27.899,83	BANCO C/ MOVIMENTO	20.798,12
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	220.428,75	Total	220.428,75

AGUA DOCE , 24/06/2014

 ORLANDO FÁVERO
 Titular da Unidade

 NEUSA M. C. S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Balancete Financeiro - Maio - 14 - SIMA**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	21.362,69	Despesa Orçamentária	18.614,42
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.944,29	Despesas exceto Intra-orçamentárias	18.614,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.507,21	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.614,42
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	8.911,19		
Receita Extra - Orçamentária	18.691,90	Despesa Extra - Orçamentária	18.985,99
DEPÓSITOS	77,48	DEPÓSITOS	77,48
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	77,48	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	77,48
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	77,48	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	77,48
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	18.614,42	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	18.908,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.614,42	OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.908,51
FORNECEDORES	17.937,10	FORNECEDORES	17.944,06
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	677,32	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	964,45
Saldos anteriores	1.592.632,57	Saldos atuais	1.595.086,75
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.570.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.570.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	22.632,57	BANCO C/ MOVIMENTO	25.086,75
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	1.632.687,16	Total	1.632.687,16

AGUA DOCE , 24/06/2014

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Republicação- Lei Municipal Nº 635 de 29 de Abril de 2014

DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE DIREITO DE USO DE BENS MÓVEIS ÀS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES BENEFICIÁRIAS QUE IDENTIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar termo de cessão de direito de uso com as Associações de Moradores abaixo relacionadas, relativamente aos bens móveis adiante identificados.

§ 1º - Associação de Moradores de Linha Floresta, entidade social, com personalidade jurídica, conforme registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 05.070.055/0001-91, com sede na localidade de Linha Floresta, neste Município;

a)- Um Distribuidor de Adubo orgânico líquido, capacidade 3.000lt, cor amarela, marca MEPEL, registrado no patrimônio público municipal sob n.º 3064.

§ 2º - Associação de Moradores de Linha Cruz e Souza entidade social, com personalidade jurídica, conforme registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 04.302.839/0001-35, com sede na localidade de Linha Cruz e Souza, neste Município;

a)- Um Distribuidor de Adubo orgânico líquido, capacidade 3.000lt, cor amarela, marca MEPEL, registrado no patrimônio público municipal sob n.º 3065.

§ 3º - Associação de Moradores de Linha das Palmeiras entidade social, com personalidade jurídica, conforme registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 08.011.388/0001-38, com sede na localidade de Linha das Palmeiras, neste Município;

a)- Um Distribuidor de Adubo orgânico líquido, capacidade 3.000lt, cor amarela, marca MEPEL, registrado no patrimônio público municipal sob n.º 3066.

§ 4º - Associação de Moradores da Vila União entidade social, com personalidade jurídica, conforme registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 10.948.331/0001-01, com sede na localidade de Vila União, neste Município;

a)- Uma Plantadeira adubadeira tração animal "1" linha com disco, registrado no patrimônio público municipal sob n.º 3069, e,

b)- Uma Talha manual 3metros, registrado no patrimônio público municipal sob n.º 3070.

Art. 2º O Termo de Cessão de Direito de Uso, além dos encargos previstos no artigo seguinte, estabelecerá as normas de utilização, manutenção, recuperação e reforma dos bens identificados no artigo Primeiro da presente, além da vigência e de outras condições da cessão.

Art. 3º Os encargos das entidades beneficiadas e identificadas no

artigo anterior, serão de:

I - Utilizar os equipamentos, objetos desta cessão, exclusivamente no atendimento à demanda de serviços agrícolas às propriedades rurais dos agricultores pertencentes à área de abrangência de cada entidade;

II - Disponibilizar, às suas expensas, pessoal habilitado para o uso adequado e operação dos equipamentos cedidos;

III - Outros encargos que serão determinados no termo de cessão de direito de uso a ser celebrado com as entidades beneficiadas.

Parágrafo único. Na ocorrência de situações de emergência ou que caracterizem calamidade pública, presente a necessidade de o Município prestar atendimento emergencial às propriedades rurais em qualquer local do território municipal, fica estabelecido o encargo excepcional à entidade beneficiada, em disponibilizar, temporariamente, os equipamentos cedidos, para utilização pelo Município, enquanto perdurar a situação.

Art. 4º Quando não cumpridos os encargos da entidade, o Município poderá retomar os equipamentos cedidos, mediante a rescisão do termo de cessão.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC,
29 de abril de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável Pelas Publicações

Republicação- Lei Municipal Nº 635 de 29 de Abril de 2014.

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores propôs, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei,

Art. 1º Que o anexo III da Lei Complementar n. 043, de 18 de julho de 2011 passa a vigor com a redação prevista no anexo I desta lei.

Art. 2º Que o anexo III da Lei Complementar n.044, de 18 de julho de 2011 passa a vigor com a redação prevista no anexo II desta lei.

Art. 3º Fica ratificado que a Lei Complementar 11, de 10 de janeiro de 2005 e suas posteriores alterações será aplicada, no que couber, aos servidores do Poder Legislativo.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas por conta da dotação orçamentária própria no orçamento vigente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC,
29 de abril de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável Pelas Publicações

ANEXO I

TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

I - AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS

NÍVEL	REFERENCIAIS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
01	543,00	548,43	553,91	559,45	565,05	570,70	- Agente Operacional
02	576,41	582,17	587,99	593,87	599,81	605,81	
03	611,87	617,98	624,16	630,41	636,71	643,08	
04	649,51	656,00	662,56	669,19	675,88	682,64	
05	689,47	696,36	703,32	710,36	717,46	724,64	

II - AGENTES DE APOIO PARLAMENTAR

06	1377,31	1391,08	1404,99	1419,04	1433,23	1447,57	- Agente Parlamentar
07	1462,04	1476,66	1491,43	1506,34	1521,41	1536,62	
08	1551,99	1567,51	1583,18	1599,01	1615,00	1631,15	
09	1647,47	1663,94	1680,58	1697,39	1714,36	1731,50	
10	1748,82	1766,31	1783,97	1801,81	1819,83	1838,03	

III - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

11	1487,84	1502,72	1517,75	1532,92	1548,25	1563,73	- Contador
12	1579,37	1595,17	1611,12	1627,23	1643,50	1659,94	
13	1676,54	1693,30	1710,23	1727,34	1744,61	1762,06	
14	1779,68	1797,47	1815,45	1833,60	1851,94	1870,46	
15	1889,16	1908,05	1927,13	1946,41	1965,87	1985,53	

ANEXO II

QUADRO DE VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	ATRIBUIÇÕES	Nº DE VAGAS	PADRAO	NÍVEL	VALOR R\$
ASSESSOR	Assessor Jurídico: responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 4º da Lei Complementar 044, de 18 de julho de 2011.	01	C.C	01	2.514,66
SECRETÁRIO	Secretário Administrativo e Parlamentar: responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 5º da Lei Complementar 044, de 18 de julho de 2011.	01	C.C	02	1.620,40

Republicação- Lei Municipal Nº 636 de 29 de Abril de 2014.

CONCEDE VALE - ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES ATIVOS DO PODER LEGISLATIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores propôs, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei,

Art. 1º Fica instituído, para os servidores públicos municipais, o auxílio-alimentação, no valor de R\$ 80,84 (oitenta reais e oitenta e quatro centavos) mensais, pagos em pecúnia, junto à folha de pagamento.

§ 1º. Para os servidores com carga horária igual ou inferior a 20 (vinte) horas semanais, o auxílio alimentação corresponderá à 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido no caput deste artigo.

§ 2º. O valor de que trata o caput deste artigo, será pago de forma proporcional ao que seja nomeado, contratado, exonerado, rescindido ou demitido em data que não coincida com início ou final do mês ou da época de instituição do auxílio alimentação.

§ 3º. O Vale-alimentação não integrará e nem se incorporará ao vencimento, remuneração ou salário, não será computado para efeito de qualquer vantagem que o servidor receba ou venha a receber, não estando sujeito a incidência de quaisquer contribuições de competência do Poder Público e não configura rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público.

§ 4º. Anualmente, o valor do auxílio-alimentação será corrigido no mesmo índice e época da concessão da revisão geral anual da remuneração dos agentes públicos municipais.

Art. 2º Fica excluída das disposições da presente lei os servidores:

I - à disposição ou em exercício em qualquer entidade estranha ao Poder Legislativo Municipal, ou quando cedido a outros órgãos sem ônus;

II - em gozo de licença não remunerada;

III - ausente do trabalho sem motivo justificado, por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos, ou afastados temporariamente do cargo;

Parágrafo único. O restabelecimento da concessão do Vale-alimentação será deferido para o mês subsequente ao do retorno às atividades do cargo ou função pelo servidor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas por conta da dotação orçamentária do orçamento vigente, elemento

4- Aplicações Diretas

3.3.90.32.99.00.00.00 - Outros materiais de distribuição gratuita.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC,
29 de abril de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável Pelas Publicações

Replicação- Lei Complementar Nº 057, de 28 de Fevereiro de 2014.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 14, DE 10 DE JANEIRO DE 2005, QUE "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 20, VII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O ANEXO ÚNICO, da Lei Complementar nº 14, de 10 de janeiro de 2005, passa a vigorar nos termos do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC,
em 28 de fevereiro de 2014.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE PESSOAL ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Cargos previstos para atender disposição do art. 2º, I - Assistência à Situações de Calamidade Pública					
Servidores, para cargos existentes, com a habilitação mínima exigida, em quantidade necessária ao atendimento da ocorrência, com vencimentos de conformidade com o cargo, considerando o valor inicial da carreira.					
Cargos previstos para atender disposição do art. 2º, II - Combate a Surtos Epidêmicos					
Servidores, para cargos existentes, com a habilitação mínima exigida, em quantidade necessária ao atendimento da ocorrência, com vencimentos de conformidade com o cargo, considerando o valor inicial da carreira.					
Cargos previstos para atender disposição do art. 2º, IV - Admissão de Magistério Público Municipal					
Professores habilitados para as funções do magistério, conforme ocorrerem as necessidades decorrentes da variação da demanda de alunos, com vencimentos de conformidade com o cargo, considerando o valor inicial da carreira.					
Cargos previstos para atender disposição do art. 2º, III, V e VI - Atender Imperativo de Convênios - Preenchimento de vagas até a realização de concurso público - substituição de titulares, em licença ou afastamentos, previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais					
As admissões, para estes casos, obedecerão à identificação de cargos, habilitação mínima, atribuições, carga horária semanal, com vencimentos de conformidade com o cargo, considerando o valor inicial da carreira.					
Cargos previstos para atender disposição do art. 2º, III – especificamente para Programas de Saúde (especialmente Estratégia de Saúde da Família – PSF, Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde – PACS e Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF)					
Identificação	Habilitação	Atribuições	Jornada de Trabalho	Nº de Vagas	Vencimentos R\$
Médico – clínico geral	Nível Superior em medicina, com inscrição no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina.	Atendimento geral, segundo a especialidade, para atender o Programa de Saúde da Família e outros programas, conveniados com o Governo da União ou do Estado, segundo normas específicas editadas pelo Ministério da Saúde.	20 horas semanais	02	7.526,25

Odontólogo	Nível Superior em Odontologia, com inscrição no Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina.	Atendimento geral, segundo a especialidade, para atender o Programa de Saúde da Família e outros programas, conveniados com o Governo da União ou do Estado, segundo normas específicas editadas pelo Ministério da Saúde.	40 horas semanais	01	4.798,37
Enfermeiro	Nível superior em enfermagem, com inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina.	Atendimento geral, segundo a especialidade, para atender o Programa de Saúde da Família e outros programas, conveniados com o Governo da União ou do Estado, segundo normas específicas editadas pelo Ministério da Saúde.	40 horas semanais	01	3.496,67
Técnico em Enfermagem	Nível médio técnico, com inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina.	Atendimento geral, segundo a especialidade, para atender o Programa de Saúde da Família e outros programas, conveniados com o Governo da União ou do Estado, segundo normas específicas editadas pelo Ministério da Saúde.	40 horas semanais	01	1.599,46
Nutricionista	Nível Superior em nutrição, com inscrição no Conselho Regional de Nutricionistas de Santa Catarina.	Atuação no atendimento às diretrizes do programa "Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF", instituído pelo Ministério da Saúde, com atribuições específicas estabelecidas no referido programa.	20 horas semanais	01	1.454,43
Assistente Social	Nível Superior em serviço social, com inscrição no Conselho Regional de serviços Social de Santa Catarina.	Atuação no atendimento às diretrizes do programa "Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF", instituído pelo Ministério da Saúde, com atribuições específicas estabelecidas no referido programa.	20 horas semanais	01	1.256,70
Professor de Educação Física	Nível Superior em educação física, com inscrição no Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina.	Atuação no atendimento às diretrizes do programa "Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF", instituído pelo Ministério da Saúde, com atribuições específicas estabelecidas no referido programa.	20 horas semanais	01	1.098,94
Professor de Base Diversificada	Nível Médio e curso de aperfeiçoamento na área de atuação solicitada.	Atuar junto às unidades educacionais como professor, professor substituto, segundo professor e atendimento as diversas demandas conforme a necessidade nas seguintes áreas da Rede Municipal de Ensino: Educação Especial, Educação Infantil; Educação Física; Informática; Ciências; Português; Artes; Literatura Dramatizada com Expressão Corporal; Danças; Canto; Música; Artesanato; Agricultura; Pintura; Libras e Braille.	20 Horas Semanais	12 *	945,24
	Nível Superior e curso de aperfeiçoamento na área de atuação solicitada.				1.098,94
Medico Especialista	Nível superior na área de medicina com especialização na área solicitada e com inscrição no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina.	Atuar junto a Unidade de Saúde Básica nas seguintes especialidades clínicas: Acupuntura; Alergia e Imunologia; Oncologia, Cardiologia, Dermatologia, endocrinologia, endoscopia, gastroenterologia, geriatria, ginecologia e obstetrícia, hematologia e hemoterapia, infectologia, medicina do trabalho, oftalmologia, otorrinolaringologia, pediatria, pneumologia, ortopedia e urologia.	08 Horas	2**	4.810,50

* Número de 12 Vagas limitadas em sua totalidade independentemente da quantidade específica por área do conhecimento, sempre sujeito a necessidade apurada pela Gerência de Educação.

** Número de 2 Vagas limitadas em sua totalidade nas áreas conforme a demanda apurada pela Gerência Municipal de Saúde.

Republicação- Lei Complementar Nº 056, de 28 de Fevereiro de 2014.

ALTERA A REDAÇÃO DO PARAGRAFO IV ART.2º E OS ANEXOS I e II, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 013, DE 10 DE JANEIRO DE 2005, QUE "DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo I da Lei Complementar nº 013, de 10 de janeiro de 2005, passa a vigorar nos termos do Anexo único desta Lei.

Art. 2º O Anexo II da Lei Complementar nº 013, de 10 de janeiro de 2005, passa a vigorar nos termos do Anexo único desta Lei.

Art. 3º. O Art. 2º, parágrafo IV, letra a) da Lei Complementar nº 013, de 10 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:
a) Professor I é o titular de cargo de Carreira do Magistério Público Municipal, com funções de docência na educação infantil e/ou nas séries iniciais do ensino fundamental, com formação para o magistério a nível médio, com estudos adicionais para a educação infantil, se for o caso;

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista/SC, em 28 de Fevereiro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

A N E X O I

FORMA DE PROVIMENTO, HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES

MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CARREIRA	CARGOS, FORMA DE PROVIMENTO, HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
	Cargos	Forma de Provimento	Descrição da Habilitação	Atribuições
Educação Infantil e Ensino Fundamental	Professor I	Cargo em extinção. Impossibilidade de ingressos neste cargo	Formação em nível médio técnico, na modalidade de normal.	1. Docência na Educação Infantil e no ensino Fundamental, incluindo: 1.1. Participar da elaboração da proposta pedagógica da Escola e do projeto político-pedagógico do Sistema; 1.2. Elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da Escola e o projeto político-pedagógico do Sistema; 1.3. Zelar pela aprendizagem dos alunos; 1.4. Estabelecer e implementar, com os demais agentes da Escola, estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; 1.5. Ministras os dias letivos e horas-aula estabelecidos; 1.6. Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional; 1.7. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; 1.8. Desincumbir-se das demais tarefas e atividades indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e do Sistema e ao processo de ensino-aprendizagem.

A N E X O I (continuação)

FORMA DE PROVIMENTO, HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES

MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CARREIRA	CARGOS, FORMA DE PROVIMENTO, HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
	Cargos	Forma de Provimento	Descrição da Habilitação	Atribuições
Educação Infantil e Ensino Fundamental	Professor II	Ingresso por concurso público de provas e títulos.	Formação em nível superior de graduação, de licenciatura plena, em pedagogia ou correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com complementação pedagógica, conforme o caso, nos termos da legislação vigente; e em nível superior em curso de Educação Física.	1. Docência na Educação Infantil e ensino Fundamental, incluindo: 1.1. Participar da elaboração da proposta pedagógica da Escola e do projeto político-pedagógico do Sistema; 1.2. Elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da Escola e o projeto político-pedagógico do Sistema; 1.3. Zelar pela aprendizagem dos alunos; 1.4. Estabelecer e implementar, com os demais agentes da Escola, estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; 1.5. Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; 1.6. Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional; 1.7. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; 1.8. Desincumbir-se das demais tarefas e atividades indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e do Sistema e ao processo de ensino-aprendizagem.

A N E X O I (continuação)

FORMA DE PROVIMENTO, HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES
MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CARREIRA	CARGOS, FORMA DE PROVIMENTO, HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
	Cargos	Forma de Provimento	Descrição da Habilitação	Atribuições
Suporte Pedagógico	Orientador Educacional	Ingresso por concurso público de provas e títulos.	Formação em curso superior de graduação em pedagogia com habilitação em gestão, supervisão e orientação.	1. Atividades de suporte pedagógico direto à docência na educação infantil e no ensino fundamental, voltadas para planejamento, administração, supervisão e inspeção escolar: 1.1. Coordenar a elaboração e a execução do projeto político-pedagógico das escolas; 1.2. Realizar as tarefas administrativas inerentes à sua área; 1.3. Realizar as atividades pedagógicas definidas no projeto político-pedagógico; 1.4. Velar pelo plano de trabalho de cada docente; 1.5. Prover os meios de recuperação dos alunos de menor rendimento; 1.6. Promover a articulação da escola com as famílias e com a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; 1.7. Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução do projeto político-pedagógico das escolas; 1.8. Acompanhar o processo de desenvolvimento dos alunos, em colaboração com os docentes e famílias; 1.9. Elaborar, acompanhar e avaliar os planos, programas e projetos voltados ao desenvolvimento do Sistema Municipal de Ensino, em relação aos aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de recursos humanos e de materiais; 1.10. Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional dos docentes; 1.11. Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade do ensino; 1.12. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas.

A N E X O II

QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CATEGORIA FUNCIONAL/CAR- REIRA/CARGOS	NÍVEL	REFERÊNCIA	Carga Horária Semanal	Nº DE VAGAS
I - EDUCAÇÃO INFANTIL e ENSINO FUNDAMENTAL				
Professor I	506 a 510	A a F	20 horas	03
	521 a 525		40 horas	00
II - EDUCAÇÃO INFANTIL e ENSINO FUNDAMENTAL				
Professor II a) a)	501 a 505	A a F	10 horas	04
	511 a 515		20 horas	27
	531 a 535		40 horas	01
III - SUPORTE PEDAGÓGICO				
Orientador Educacional	536 a 540	A a F	40 horas	01

Republicação- Lei Complementar Nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS ANEXOS I, II E III, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 12, DE 10 DE JANEIRO DE 2005, QUE "DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexos I, II e III, da Lei Complementar nº 12, de 10 de janeiro de 2005, passam a vigorar com a composição estrutural dos Anexos desta Lei Complementar.

Art. 2º Os cargos em extinção, conforme indicado nos Anexos desta Lei, serão automaticamente extintos na ocorrência de vacância, quando esta ocorrer na forma estabelecida no art. 38, da Lei Complementar nº 11, de 10 de janeiro de 2005.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 28 de Fevereiro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

2



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

A N E X O I

QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CATEGORIA FUNCIONAL/CARREIRA/CARGOS							
I. AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS							
a)	Agente de Limpeza e Copa						09
b)	Merendeira					40,00 horas	07
c)	Agente Comunitário de Saúde				A a F		06
d)	Auxiliar de Serviços Gerais			01 a 05		44,00 horas	11
e)	Auxiliar de Creche						04
f)	Auxiliar de Consultório Dentário			11 a 15		40,00 horas	01
g)	Auxiliar Administrativo			36 a 40		37,50 horas	02
II. AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS							
a)	Inseminador						02
b)	Telefonista					44,00 horas	02
c)	Recepcionista			06 a 10	A a F	37,50 horas	02
d)	Operador de Máquinas Agrícolas						08
e)	Operador de Pá Carregadeira						01
f)	Operador de Retroescavadeira			16 a 20	A a F	44,00 horas	04
g)	Operador de Balsa						06
h)	Motorista						13
i)	Agente de Construção e Manutenção			21 a 25	A a F	44,00 horas	02
j)	Agente de Vigilância Sanitária			26 a 30	A a F	37,50 horas	02
k)	Operador de Escavadeira Hidráulica						01
l)	Operador de Motoniveladora			31 a 35	A a F	44,00 horas	02
m)	Operador de Trator de Esteiras						02
n)	Agente Administrativo						04
o)	Tesoureiro			36 a 40	A a F	37,50 horas	01
p)	Fiscal						01
q)	Mecânico			56 a 60	A a F	44,00 horas	02

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

3

A N E X O I

QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CATEGORIA FUNCIONAL/CARREIRA/CARGOS				Continuação	
III. SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO				Nº DE VAGAS	
a) Auxiliar de Enfermagem – Cargo em Extinção	NÍVEL	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL MÍNIMA		
b) Técnico em Agropecuária	41 a 45		40,00 horas		01
c) Técnico em Enfermagem	46 a 50	A a F	37,50 horas		01
	51 a 55		40,00 horas		04
IV. SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR					
a) Assistente Social	56 a 60	A a F	20,00 horas		01
b) Fonoaudiólogo					02
c) Psicólogo					02
d) Farmacêutico	51 a 65	A a F	20,00 horas		02
e) Fisioterapeuta					02
f) Nutricionista					01
g) Auxiliar de Contabilidade	66 a 70	A a F	37,50 horas		01
h) Assistente Social					01
i) Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social	71 a 75	A a F	40,00 horas		01
			40,00 horas		01
j) Engenheiro Civil	76 a 80	A a F	20,00 horas		01
k) Enfermeiro					02
l) Psicólogo	81 a 85	A a F	40,00 horas		01
m) Médico Veterinário	86 a 90	A a F	37,50 horas		02
n) Contador					01
o) Agente de Controle Interno	91 a 95	A a F	37,50 horas		01
p) Biólogo					01
q) Advogado	96 a 100	A a F	16,00 horas		01
r) Odontólogo	101 a 105	A a F	40,00 horas		01
s) Médico – Clínica Geral					02
t) Médico - Ginecologista	106 a 110	A a F	20,00 horas		01

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

4

u) Médico – Clínica Geral	110 a 115	A a F	40,00 horas	01
---------------------------	-----------	-------	-------------	----

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

5

**A N E X O II
DESCRIÇÃO DE HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES GERAIS
DOS CARGOS, POR CARREIRAS.**

CARREIRAS	Nº DE VAGAS	HABILITAÇÃO		ATRIBUIÇÕES	
		Cargos	Descrição da Habilitação	Genéricas	Específicas
I AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS	40	Agente de Copa e Limpeza	Alfabetização	Cargos existentes para executar serviços auxiliares, de menor complexidade, nos diversos setores da Administração, como no funcionamento de escolas, unidades de saúde, na execução de limpeza e higienização de ambientes; no preparo e fornecimento de merenda e refeições e outros afins; nos serviços de vigia e proteção de bens públicos; na execução de serviços de limpeza e manutenção de bens, inclusive prediais e de logradouros públicos urbanos e rodovias municipais; de bens públicos e de estradas municipais; limpeza e manutenção de máquinas rodoviárias e veículos; serviços diversos, não qualificados junto à escolas e unidades de saúde; serviços auxiliares e de suporte às ações de saúde, inclusive em ações preventivas e orientativas.	Executar serviços de limpeza predial, higienização de ambientes de trabalho, de estar, circulação e sanitários; serviços de copa em repartições municipais, inclusive em repartições de serviços sociais e de saúde; serviços de limpeza e manutenção interna e externa; participar de serviços em equipe, especialmente na ocorrência de eventos coletivos, comunitários, civicos e festivos, organizados pela Administração Municipal; auxiliar outros servidores da repartição, observadas as competências e habilitação; atender designações legais.
		Merendeira			Serviços de preparo e fornecimento de refeições nas escolas municipais, com obediência às regras mínimas de higiene e limpeza, regras de nutrição e do programa nacional de alimentação escolar; preparar refeições segundo cardápio previamente elaborado por profissional em Nutrição; servir as refeições aos alunos, com urbanidade e respeito; executar limpeza de ambientes escolares, limpeza e higienização de utensílios e equipamentos de cozinha, cultivo de legumes e hortaliças em hortas escolares; e outros serviços afins junto às escolas municipais; atender designações legais.
		Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental, curso introdutório de formação inicial e continuada e residir na microárea de atuação.		Executar atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, mediante: I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e socio-cultural da comunidade; II - a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; IV - o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; V - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e VI - a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; Realizar outros serviços junto às Unidades Básicas de Saúde, após executadas as atribuições antes elencadas; <i>atender designações legais.</i>

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

6

AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS			Auxiliar de Serviços Gerais	<p>Cargos existentes para executar serviços auxiliares, de menor complexidade, nos diversos setores da Administração, como no funcionamento de escolas, unidades de saúde, na execução de limpeza e higienização de ambientes, no preparo e fornecimento de merenda e refeições e outros afins; nos serviços de vigilância e proteção de bens públicos; na execução de serviços de limpeza e manutenção de bens, inclusive prediais e de logradouros públicos urbanos e rodovias municipais; de bens públicos e de estradas municipais; limpeza e manutenção de máquinas rodoviárias e veículos; serviços diversos, não qualificados junto a escolas e unidades de saúde; serviços auxiliares e de suporte às ações de saúde, inclusive em ações preventivas e orientativas.</p>	
			Alfabetização		
			Auxiliar de Creche		
			Ensino Médio		
				<p>Executar serviços de pouca complexidade na manutenção de bens públicos, compreendendo a limpeza, pequenas reformas, restaurações, pinturas e outros, inclusive auxiliar na construção ou montagem, em prédios públicos, praças, ruas, estradas, pontes, pontilhões e bueiros; serviços braçais de capineira, abertura e manutenção de sarjetas, desaguadouros, "bocas de bueiros" e "bocas de lobo"; retirada e mareteamento de pedras em vias públicas; serviços de limpeza e de lavagem de veículos, caminhões e máquinas, inclusive no conserto de pneus e auxílio nos serviços de mecânica, além de outras atribuições, segundo as necessidades da repartição; participar de eventos coletivos e públicos promovidos pela Administração; atender designações, quando legais.</p>	
				<p>Serviços auxiliares em creches e em escolas de Educação Infantil, como a limpeza e higienização de ambientes, móveis e utensílios; preparo de alimentação, atenção com as crianças; lavagem e limpeza de roupas e outros afins; auxiliar professores e outros profissionais na execução dos serviços próprios das escolas (de educação infantil) e das creches; receber e atender as crianças, até o início das atividades e acompanhá-las, ao final do expediente, até a saída do estabelecimento; executar outros serviços auxiliares, para o pleno funcionamento das creches e escolas de Educação Infantil; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; participar de eventos públicos e coletivos promovidos pelo órgão municipal de educação, e o de assistência social; atender designações, quando legais.</p>	

Continuação

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

7

I AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS			Ensinio Médio	<p>Cargos existentes para executar serviços auxiliares, de menor complexidade, nos diversos setores da Administração, como no funcionamento de escolas, unidades de saúde, na execução de limpeza e higienização de ambientes; no preparo e fornecimento de merenda e refeições e outros afins; nos serviços de vigia e proteção de bens públicos; na execução de serviços de limpeza e manutenção de bens, inclusive prediais e de logradouros públicos urbanos e rodovias municipais; de bens públicos e de estradas municipais; limpeza e manutenção de máquinas rodoviárias e veículos; serviços diversos, não qualificados junto a escolas e unidades de saúde; serviços auxiliares e de suporte as ações de saúde, inclusive em ações preventivas e orientativas.</p>	<p>I - realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde; II - proceder à desinfecção e à esterilização de materiais e instrumentos utilizados; III - preparar e organizar instrumental e materiais necessários; IV - instrumentalizar e auxiliar o cirurgião dentista procedimentos clínicos; V - cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos; VI - organizar a agenda clínica; VII - acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; VIII - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF; executar outras atribuições para o bom desempenho dos programas de saúde bucal; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; tratar as pessoas com urbanidade e respeito; atender designações, quando legais.</p> <p>Executar serviços de auxiliar em serviços e atividades administrativas e burocráticas, como digitação de documentos, arquivamento, protocolo, recepção e encaminhamento de pessoas nas repartições públicas, operação de máquinas fotocopadoras; auxiliar nas atividades contábeis, financeiras, administrativas, fazendárias, de recursos humanos, em compras e licitações; controle patrimonial; auxiliar na execução de atividades burocráticas nos diversos setores da Administração, redação oficial, participar em comissões e equipes de trabalho; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; e outras atividades administrativas junto aos diversos órgãos da Administração.</p>
		Auxiliar de Consultório Dentário			
			Auxiliar Administrativo		

Continuação



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

8

<p align="center">II</p> <p align="center">AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS.</p>				<p>Serviços de recepção e encaminhamento de pessoas às diversas repartições na Prefeitura Municipal ou em outras dependências administrativas; controle de agenda de seus superiores; digitação de correspondência oficial e outros documentos; operação de computadores; para melhor desempenho das atribuições do cargo: operação de máquinas fotocopadoras, centrais telefônicas e fax; correspondência eletrônica do interesse da Administração; controle de correspondências expedidas e recebidas; protocolo de documentos; auxiliar em outras atividades administrativas; participar de eventos públicos e coletivos promovidos pela Administração Municipal; participar de comissões e de trabalhos em equipe; atender designações, quando legais.</p>
	Receptionista		Ensino Médio	<p>Cargos existentes para desenvolver, em área de maior complexidade, tais como: serviços não técnicos de saúde; operação de máquinas agrícolas e rodoviárias, em serviços de infra-estrutura agrícola, rodoviária e urbana; operação e direção de veículos, ambulâncias e caminhões, nos serviços específicos; de execução direta de obras e serviços de construção, reforma e manutenção de bens públicos, inclusive de obras e serviços de manutenção do sistema viário municipal; serviços de manutenção e recuperação de máquinas agrícolas, rodoviárias e veículos; serviços administrativos diversos, segundo as necessidades dos órgãos administrativos; serviços de fiscalização sanitária, na produção e comercialização de alimentos e medicamentos e serviços de saúde; serviços e atividades sociais; serviços de operacionalização e fiscalização tributária, de obras e posturas, compreendendo cadastramento mobiliário e de contribuintes; serviços de organização e atendimento de bibliotecas; serviços de tesouraria e pagadoria.</p>
	Telefonista	55		<p>Serviços de operação de centrais telefônicas, execução e recepção e destinação de ligações telefônicas, controle de listas e agendas telefônicas, conforme determinar o interesse e os serviços públicos; operação de equipamentos de fax; prover correspondência eletrônica de interesse da Administração; controle de correspondências recebidas e expedidas; protocolo de documentos; recepção e encaminhamento de pessoas e documentos; auxiliar em outras atividades administrativas; digitação de correspondência oficial e outros documentos; operação de computadores, para melhor desempenho das atribuições do cargo participar de eventos públicos e coletivos promovidos pela Administração Municipal; participar de comissões e de trabalhos em equipe; atender designações, quando legais.</p> <p>Realizar serviços de inseminação em gado bovino, nas propriedades rurais; manutenção dos equipamentos e guarda dos materiais próprios; dirigir o veículo que lhe for colocado à disposição, bem como prover sua limpeza e manutenção básica; executar os serviços sob orientação da medicina veterinária; orientar os proprietários rurais, acerca de conhecimentos técnicos sobre inseminação e sanidade animal; elaborar relatórios, mapas e estatísticas de atendimento e de resultados efetivos do trabalho; participar da formulação das políticas pertinentes à agropecuária; participar em comissões e em trabalhos em equipe; participar em eventos públicos e coletivos promovidos pela Administração e de interesse da agropecuária; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender à designações, quando legais; outras atribuições pertinentes ao cargo.</p>

Continuação

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

9

II AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS.					<p>Cargos existentes para desenvolver, em área de maior complexidade, tais como: serviços não técnicos de saúde; operação de máquinas agrícolas e rodoviárias, em serviços de infra-estrutura agrícola, rodoviária e urbana; operação e direção de veículos, ambulâncias e caminhões, nos serviços específicos; de execução direta de obras e serviços de construção, reforma e manutenção de bens públicos, inclusive de obras e serviços de manutenção do sistema viário municipal; serviços de manutenção e recuperação de máquinas agrícolas, rodoviárias e veículos; serviços administrativos diversos, segundo as necessidades dos órgãos administrativos; serviços de fiscalização sanitária, na produção e comercialização de alimentos e medicamentos e serviços de saúde; serviços e atividades sociais; serviços de operacionalização e fiscalização tributária, de obras e posturas, compreendendo cadastramento mobiliário e de contribuintes; serviços de organização e atendimento de bibliotecas; serviços de tesouraria e pagadoria.</p>	<p>Executar os serviços de fiscalização tributária, fazendária, de obras e de posturas, segundo determinar e legislação pertinente; proceder ao controle do cadastro de contribuintes e do cadastro imobiliário; controle do lançamento e da cobrança tributária, bem como da dívida ativa não tributária; proceder autuações e notificações, quando necessário; solicitar ao setor jurídico quando necessário a execução fiscal de créditos do Município; expedir avisos de cobrança; participar de comissões e de equipes de trabalho; participar em eventos públicos e coletivos, quando promovidos pela Administração; atender designações, quando legais; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; executar outras atribuições, para o pleno atendimento das normas que deva conhecer e aplicar.</p>
	<p>Fiscal</p>	<p>Ensino Médio</p>	<p>Alfabetização e habilitação mínima prevista no art. 143, III a art. 144, do CTB.</p>	<p>Operador de Máquinas Agrícolas Operador de Motoniveladora Operador de Trator de Esteiras Operador de Pá Carregadeira Operador de Retroescavadeira Operador de Escavadeira Hidráulica</p>	<p>Operar máquinas nos serviços de infra-estrutura rodoviária, agrícola, e urbana; promover a manutenção e recuperação preventiva das máquinas e de seus componentes; executar outros serviços na respectiva repartição, sempre que a máquina estiver fora de ação, por motivo de recuperação, ou quando não houver a necessidade de sua utilização (inclusive trabalhos braçais); auxiliar outros operadores, motoristas e outros agentes da repartição nos serviços correlatos, inclusive de carga e descarga; auxiliar mecânicos na manutenção da respectiva máquina; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação.</p>	
	<p>Operador de Balsa</p>	<p>Alfabetização</p>			<p>Executar serviços de operação de balsa, na travessia de veículos, máquinas e pessoas em rios, no sistema rodoviário municipal, bem como manter preventivamente os equipamentos; executar outros serviços decorrentes da operação, como preparo e manutenção dos locais de atracação; orientar os usuários do serviço, acerca das normas de segurança; zelar pela segurança própria, de terceiros e do patrimônio público ou particular, na operação de balsas; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação.</p>	

Continuação

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

10

II AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

11

				</	

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

12

Continuação				
III SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO.	06	Auxiliar de Enfermagem (Cargo em Extinção)	<p>Ensino médio técnico ou com complementação específica e inscrição no respectivo Conselho Federal ou Regional que fiscaliza e regulamenta a profissão.</p>	<p>Cargos existentes para desempenhar funções inerentes às atividades técnicas profissionais, relacionadas à área de apoio às atividades de saúde pública, atividades de assistência técnica a agropecuária; execução de serviços relacionados à contabilidade pública.</p>
		Técnico em Agropecuária		
		Técnico em Enfermagem		
				<p>Exercer atividades auxiliares nos serviços de enfermagem, junto às unidades de saúde e no desenvolvimento dos programas, serviços e ações de saúde pública; atividades auxiliares aos demais profissionais de saúde, como instrumentistas; exercer atividades em campanhas de saúde pública, especialmente as de imunização e no controle epidemiológico; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; executar outros serviços afins, além de outras atribuições inerentes à especialidade.</p> <p>Exercer as atividades de planejamento e de execução de planos, projetos, programas e atividades de expansão e de melhoria das atividades agropecuárias; assistência técnica às propriedades agropecuárias no Município; inserção de alternativas econômicas nas atividades agropecuárias; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo.</p> <p>Exercer as atividades técnicas de enfermagem, além de participar dos serviços e das ações de saúde pública, junto às unidades de saúde e na operacionalização dos programas de saúde em que o Município seja participante ou os desenvolva especialmente os de saúde preventiva e das campanhas de saúde pública e de controle epidemiológico; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; atender designações, quando legais; participar de cursos de capacitação e aperfeiçoamento; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo.</p>

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

13

Continuação			
IV SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.	28	Assistente Social	<p>Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito, de saúde em enfermagem, medicina (clínica geral e Ginecologista), odontologia, assistência social, de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento agropecuário; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno, administração, engenharia; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes a cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, de biologia (voltada especialmente às atividades agropecuárias) e de direito administrativo. O Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.</p>
		Fonoaudiólogo	<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, junto às unidades de saúde e escolas do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas; participar efetivamente na elaboração e na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participante ou que os desenvolva; implementar programas e ações de educação e de prevenção aos problemas decorrentes do mau uso da voz e, principalmente, para inibir problemas auditivos, além de outras atribuições inerentes à enfermagem em saúde pública; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>
		Psicólogo	<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, junto às unidades de saúde e junto ao CRAS do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas e de assistência social; participar efetivamente na elaboração e na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participante ou que os desenvolva; atuar em todas as ações em que haja a necessidade de intervenção do Psicólogo; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

14

IV SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.	Farmacêutico	Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional, quando legalmente exigido.	Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito, de saúde em enfermagem, medicina (clínica geral e Ginecologista), e odontologia, assistência social de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento da agropecuária; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno, administração, engenharia; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes à cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, de biologia (voltada especialmente às atividades agropecuárias) e de direito administrativo. O Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.	Continuação
				<p>Execução de serviços inerentes à especialidade profissional, especialmente nos serviços de farmacologia, manipulação, controle e entrega de medicamentos e outras atividades e ações de saúde pública, junto à unidades de saúde; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p> <p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnico-profissional junto às unidades municipais de saúde e nas ações e serviços públicos de saúde; integrar equipe multidisciplinar de profissionais de saúde, especialmente nos programas de saúde preventiva e de atenção básica, como o Programa de Atenção Básica e de Saúde da Família; promover, organizar e participar de eventos próprios para orientação de pessoas ou de grupos de pessoas; prestar assistência e atendimento, de forma especial às pessoas da terceira idade; exercer outras atribuições próprias e específicas da profissão, notadamente, quando de cunho preventivo; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

15

Continuação			
<p>IV</p> <p>SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.</p>	<p>Nutricionista</p>	<p>Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito, de saúde em enfermagem, medicina (clínica geral e Ginecologista), e odontologia, assistência social, de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento da agropecuária; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno, administração, engenharia; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes à cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, de biologia (voltada especialmente às atividades agropecuárias) e de direito administrativo. O Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.</p>	<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, especialmente no planejamento e na execução de planos, programas e ações de nutrição; planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de alimentação e nutrição da Rede Municipal de Ensino, organizar e realizar pesquisa de campo visando aquisição de produtos da agricultura familiar a ser utilizado na alimentação escolar, elaborar cardápios e orientar e treinar as merendeiras, realizar testes de aceitabilidade de alimentos, orientar os responsáveis das unidades educacionais de rede de ensino sobre dietas especiais aos alunos com patologias específicas e outras atividades relacionadas à formação profissional; Participar de reuniões com profissionais das Equipe da Saúde da Família (ESF), para levantamento das reais necessidades da população adstrita, planejar ações e desenvolver educação permanente, acolher os usuários e humanizar a atenção; Trabalhar de forma integrada com as ESF, realizar visitas domiciliares necessárias, desenvolver ações interseccionais; Participar dos Conselhos Locais de Saúde, realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré-estabelecidos, desenvolver ações coletivas, palestras e treinamentos utilizando os espaços públicos para fortalecimento da cidadania; Prestar atendimentos individualizados, elaborar dietas e acompanhar pacientes com patologias alimentares.</p>
		<p>Auxiliar de Contabilidade</p>	<p>Execução de serviços de contabilidade pública, segundo as normas legais pertinentes; auxiliar nas atividades e serviços de gestão fiscal e de planejamento orçamentário, controle orçamentário da receita e da despesa, através de lançamentos próprios; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação, e outras inerentes a especialidade do cargo e à formação profissional.</p>



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

16

<p>IV</p> <p>SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.</p>	-	<p>Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social</p>	<p><i>Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional, quando legalmente exigido.</i></p>	<p>Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito, de saúde em enfermagem, medicina (clínica geral e Ginecologista), e odontologia, assistência social, assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento da agropecuária; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno, administração, engenharia; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes à cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, de biologia (voltada especialmente às atividades agropecuárias) e de direito administrativo. O Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.</p>	<p><i>Continuação</i></p> <p>Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CRAS e a implementação dos programas, serviços, projetos da proteção social básica operacionalizadas nessa unidade; Coordenar a execução, o monitoramento, o registro e a avaliação das ações; Acompanhar e avaliar os procedimentos para a garantia da referência e contra referência do CRAS; Coordenar a execução das ações de forma a manter o diálogo e a participação dos profissionais e das famílias, inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território; Definir com a equipe de profissionais critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias; Definir com a equipe de profissionais o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias; Definir com a equipe técnica os meios e os instrumentos teórico-metodológicos de trabalho social com famílias e os serviços socioeducativos de convívio; Avaliar sistematicamente, com a equipe de referência dos CRAS, a eficácia, eficiência e os impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários; Efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial e das demais políticas públicas no território de abrangência do CRAS.</p> <p><i>Continuação</i></p>
---	---	---	---	--	---



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

17

SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.	Enfermeiro		Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito, de saúde em enfermagem, medicina (clínica geral e Ginecologista), e odontologia, assistência social, de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento agropecuária; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno; administração, engenharia; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de proporcionar melhores condições de vida à população inerentes a cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, de biologia (voltada especialmente às atividades agropecuárias) e de direito administrativo. O Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.	Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, junto às unidades de saúde do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas; participar efetivamente na elaboração e na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participante ou que os desenvolva; atuar em todas as ações de controle epidemiológico, além de outras atribuições inerentes à enfermagem em saúde pública; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.
		Engenheiro Civil	Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional, quando legalmente exigido.	Execução de serviços segundo a especialidade profissional, elaborar projetos de obras novas, de restauração, manutenção e recuperação de prédios públicos e bens de uso comum, inclusive de logradouros públicos, rodovias e suas obras de arte; orientar os serviços e obras em todos os setores da Administração; exercer fiscalização em obras contratadas pelo Município; emitir pareceres para a aprovação de projetos de obras e de parcelamento do solo urbano executados por particulares; orientar acerca do tombamento de prédios históricos e da conservação predial de propriedade particular que ofereçam riscos à segurança das pessoas; elaborar planilhas de orçamento de custos; participar da elaboração do planejamento de ações da Administração; participar da elaboração e fiscalização das normas urbanísticas; executar outros serviços, segundo as especialidades profissionais; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.
		Médico Veterinário		Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, elaborar e participar da elaboração de projetos de planejamento, bem como em sua execução, voltados ao fomento e desenvolvimento da pecuária; prestar assistência médica veterinária junto às propriedades rurais no Município; promover ações preventivas no combate e erradicação de epidemias nos rebanhos pecuários no Município; participar da equipe de profissionais em agricultura e interagir em equipes multidisciplinares extensão rural e de assistência para a melhoria das condições de vida dos agricultores e seus familiares, inclusive, em conjunto com profissionais de organismos estaduais, federais ou de empresas que atuam no Município; responsabilizar-se pela supervisão e execução dos serviços de inspeção animal;; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.

Continuação

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

18

IV SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.			<p>Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito, de saúde em enfermagem, medicina (clínica, geral e Ginecologista), odontologia, assistência social, de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento agropecuário; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno; administração, engenharia; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes à cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, e de direito administrativo. O Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.</p>	<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, operacionalizar os serviços contábeis e de gestão fiscal, segundo as orientações legais e técnicas aplicáveis; supervisionar a execução orçamentária, contábil, financeira e patrimonial; participar da elaboração da legislação orçamentária; participar na elaboração do planejamento orçamentário; acompanhar e comunicar a necessidade de adoção de medidas fiscais, orçamentárias e financeiras, nos termos das normas de Direito Financeiro; cumprir as determinações do Tribunal de Contas do Estado; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>
		<p>Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional, quando legalmente exigido.</p>		<p>Participar na coordenação e na execução das atribuições do Sistema de Controle Interno do Governo Municipal, conforme determina o art. 74, da C.F., nos arts. 54 parágrafo único e 59, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, nos arts. 60 e 61, da Lei Complementar Estadual nº 202/2000, além das finalidades e atribuições estabelecidas na Lei Orgânica do Município e em outra legislação Municipal; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento;</p>
	<p>Contador</p>			<p>Executar as atribuições inerentes à formação técnico-profissional, especialmente na orientação e na assistência técnica nas atividades de agropecuária, ambientais e de florestamento e reflorestamento, conservação de fontes e outros mananciais de água potável na preservação da fauna e da flora no Município.</p>
	<p>Biólogo</p>			

Continuação

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

19

IV SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.			Odontólogo	Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito, de saúde em enfermagem, medicina (clínica geral e Ginecologista), e odontologia, assistência social, de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento da agropecuária; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno; administração, engenharia; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes a cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, de biologia (voltada especialmente às atividades agropecuárias) e de direito administrativo. O Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente à política nacional de assistência social e direitos sociais.	Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, junto às unidades de saúde do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas; participar efetivamente na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participante ou que os desenvolva, dando preferência às ações preventivas; participar em programas, ações e serviços de saúde pública e interagir com os demais profissionais de saúde; participar de equipes multidisciplinares que objetivem a melhoria das condições de vida da população local; além de outras atribuições inerentes à odontologia em saúde pública; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.
			Advogado	Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional, quando legalmente exigido.	Exercer as atribuições inerentes à formação técnico-profissional, especialmente nas questões diretamente relacionadas ao direito administrativo e nas intervenções exigidas pela legislação específica, especialmente nos processos administrativos relacionados a compras, licitações, contratações, permissões, concessões, cessões; nos processos administrativos relativos aos recursos humanos; e em outros processos administrativos que requeiram a intervenção de profissional do Direito; prestar assessoramento e orientação jurídica aos titulares dos órgãos da Administração Municipal e aos servi- dores, sempre que necessário e de interesse da Administração; representar o Município, através de instrumento legal próprio, junto ao Poder Judiciário, sempre que necessária a defesa de interesses públicos do Município; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.
			Médico – Clínico Geral, e Médico – Ginecologista.		Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, nas unidades de saúde do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas; participar efetivamente na elaboração e na execução de planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participante ou que os desenvolva; atuar em todas as ações de controle epidemiológico; participar de programas de conscientização e de implementação de projetos de saneamento; participar em programas, ações e serviços de saúde pública e interagir com os demais profissionais de saúde; participar de equipes multidisciplinares que objetivem a melhoria das condições de vida da população local; promover a orientação da população para a promoção de ações preventivas; e outras atribuições inerentes à medicina em saúde pública; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.
TOTAL	129				

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

ANEXO III

**TABELA DE VENCIMENTOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

I – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
01	807,10	815,17	823,24	831,31	839,38	847,46	- Agente de Limpeza e Copa; - Merendeira; - Agente Comunitário de Saúde; e - Auxiliar de Serviços Gerais.
02	855,53	863,60	871,67	879,74	887,81	895,88	
03	903,95	912,02	920,09	928,17	936,24	944,31	
04	952,38	960,45	968,52	976,59	984,66	992,73	
05	1.000,80	1.008,88	1.016,95	1.025,02	1.033,09	1.041,16	
06	897,28	906,25	915,23	924,20	933,17	942,14	- Recepcionista; - Telefonista; e - Inseminador.
07	951,12	960,09	969,06	978,04	987,01	995,98	
08	1.004,95	1.013,93	1.022,90	1.031,87	1.040,84	1.049,82	
09	1.058,79	1.067,76	1.076,74	1.085,71	1.094,68	1.103,65	
10	1.112,63	1.121,60	1.130,57	1.139,55	1.148,52	1.157,49	
11	945,24	954,69	964,14	973,60	983,05	992,50	- Auxiliar de Consultório Dentário; - Auxiliar de Creche.
12	1.001,95	1.011,41	1.020,86	1.030,31	1.039,76	1.049,22	
13	1.058,67	1.068,12	1.077,57	1.087,03	1.096,48	1.105,93	
14	1.115,38	1.124,84	1.134,29	1.143,74	1.153,19	1.162,65	
15	1.172,10	1.181,55	1.191,00	1.200,45	1.209,91	1.219,36	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

21

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

II – AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS

Continuação

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
16	1.134,29	1.145,63	1.156,98	1.168,32	1.179,66	1.191,00	- Operador de Máquinas Agrícolas; - Operador de Rolo Compactador; - Operador de Pá Carregadeira; - Operador de Retroescavadeira; - Operador de Balsa; e - Motorista.
17	1.202,35	1.213,69	1.225,03	1.236,38	1.247,72	1.259,06	
18	1.270,40	1.281,75	1.293,09	1.304,43	1.315,78	1.327,12	
19	1.338,46	1.349,81	1.361,15	1.372,49	1.383,83	1.395,18	
20	1.406,52	1.417,86	1.429,21	1.440,55	1.451,89	1.463,23	
21	1.221,06	1.233,27	1.245,48	1.257,69	1.269,90	1.282,11	- Agente de Construção e Manutenção.
22	1.294,32	1.306,53	1.318,74	1.330,96	1.343,17	1.355,38	
23	1.367,59	1.379,80	1.392,01	1.404,22	1.416,43	1.428,64	
24	1.440,85	1.453,06	1.465,27	1.477,48	1.489,69	1.501,90	
25	1.514,11	1.526,33	1.538,54	1.550,75	1.562,96	1.575,17	

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

ANEXO III

**TABELA DE VENCIMENTOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
II – AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS**

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
26	1.236,08	1.248,44	1.260,80	1.273,16	1.285,52	1.297,88	- Agente de Vigilância Sanitária.
27	1.310,24	1.322,61	1.334,97	1.347,33	1.359,69	1.372,05	
28	1.384,41	1.396,77	1.409,13	1.421,49	1.433,85	1.446,21	
29	1.458,57	1.470,94	1.483,30	1.495,66	1.508,02	1.520,38	
30	1.532,74	1.545,10	1.557,46	1.569,82	1.582,18	1.594,54	- Operador de Escavadeira Hidráulica; - Operador de Motoniveladora; e - Operador de Trator de Esteiras.
31	1.352,41	1.365,93	1.379,46	1.392,98	1.406,51	1.420,03	
32	1.433,55	1.447,08	1.460,60	1.474,13	1.487,65	1.501,18	
33	1.514,70	1.528,22	1.541,75	1.555,27	1.568,80	1.582,32	
34	1.595,84	1.609,37	1.622,89	1.636,42	1.649,94	1.663,46	- Agente Administrativo; - Auxiliar Administrativo; - Tesoureiro; e - Fiscal.
35	1.676,99	1.690,51	1.704,04	1.717,56	1.731,08	1.744,61	
36	1.413,47	1.427,60	1.441,74	1.455,87	1.470,01	1.484,14	
37	1.498,28	1.512,41	1.526,55	1.540,68	1.554,82	1.568,95	
38	1.583,09	1.597,22	1.611,36	1.625,49	1.639,63	1.653,76	- Mecânico.
39	1.667,89	1.682,03	1.696,16	1.710,30	1.724,43	1.738,57	
40	1.752,70	1.766,84	1.780,97	1.795,11	1.809,24	1.823,38	
56	2.164,62	2.186,27	2.207,91	2.229,56	2.251,20	2.272,85	
57	2.294,50	2.316,14	2.337,79	2.359,44	2.381,08	2.402,73	- Mecânico.
58	2.424,37	2.446,02	2.467,67	2.489,31	2.510,96	2.532,61	
59	2.554,25	2.575,90	2.597,54	2.619,19	2.640,84	2.662,48	
60	2.684,13	2.705,78	2.727,42	2.749,07	2.770,71	2.792,36	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

ANEXO III

**TABELA DE VENCIMENTOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

III – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO

Continuação

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
41	1.457,64	1.472,22	1.486,79	1.501,37	1.515,95	1.530,52	- Auxiliar de Enfermagem (Cargo em extinção)
42	1.545,10	1.559,67	1.574,25	1.588,83	1.603,40	1.617,98	
43	1.632,56	1.647,13	1.661,71	1.676,29	1.690,86	1.705,44	
44	1.720,02	1.734,59	1.749,17	1.763,74	1.778,32	1.792,90	
45	1.807,47	1.822,05	1.836,63	1.851,20	1.865,78	1.880,36	
46	1.498,55	1.513,54	1.528,52	1.543,51	1.558,49	1.573,48	- Técnico Agrícola.
47	1.588,46	1.603,45	1.618,43	1.633,42	1.648,41	1.663,39	
48	1.678,38	1.693,36	1.708,35	1.723,33	1.738,32	1.753,30	
49	1.768,29	1.783,27	1.798,26	1.813,25	1.828,23	1.843,22	
50	1.858,20	1.873,19	1.888,17	1.903,16	1.918,14	1.933,13	
51	1.599,46	1.615,45	1.631,45	1.647,44	1.663,44	1.679,43	- Técnico em Enfermagem.
52	1.695,43	1.711,42	1.727,42	1.743,41	1.759,41	1.775,40	
53	1.791,40	1.807,39	1.823,38	1.839,38	1.855,37	1.871,37	
54	1.887,36	1.903,36	1.919,35	1.935,35	1.951,34	1.967,34	
55	1.983,33	1.999,33	2.015,32	2.031,31	2.047,31	2.063,30	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

ANEXO III

**TABELA DE VENCIMENTOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
IV – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR**

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
56	1.363,63	1.377,27	1.390,91	1.404,55	1.418,19	1.431,83	
57	1.431,83	1.445,47	1.459,11	1.472,75	1.486,39	1.500,03	
58	1.500,03	1.513,67	1.527,31	1.540,95	1.554,59	1.568,23	- Assistente Social (20h/s).
59	1.568,23	1.581,87	1.595,51	1.609,15	1.622,79	1.636,43	
60	1.636,43	1.650,07	1.663,71	1.677,35	1.690,99	1.704,63	
61	2.164,62	2.186,27	2.207,91	2.229,56	2.251,20	2.272,85	- Farmacêutico (20h/s); - Fisioterapeuta (20h/s); - Psicólogo (20h/s); - Fonoaudiólogo (20h/s); e - Nutricionista (20h/s)
62	2.294,50	2.316,14	2.337,79	2.359,44	2.381,08	2.402,73	
63	2.424,37	2.446,02	2.467,67	2.489,31	2.510,96	2.532,61	
64	2.554,25	2.575,90	2.597,54	2.619,19	2.640,84	2.662,48	
65	2.684,13	2.705,78	2.727,42	2.749,07	2.770,71	2.792,36	
66	2.220,14	2.242,34	2.264,54	2.286,74	2.308,95	2.331,15	- Auxiliar de Contabilidade.
67	2.353,35	2.375,55	2.397,75	2.419,95	2.442,15	2.464,36	
68	2.486,56	2.508,76	2.530,96	2.553,16	2.575,36	2.597,56	
69	2.619,77	2.641,97	2.664,17	2.686,37	2.708,57	2.730,77	
70	2.752,97	2.775,18	2.797,38	2.819,58	2.841,78	2.863,98	
71	2.727,06	2.754,33	2.781,60	2.808,87	2.836,14	2.863,41	- Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social; - Assistente Social (40h/s);
72	2.890,68	2.917,95	2.945,22	2.972,50	2.999,77	3.027,04	
73	3.054,31	3.081,58	3.108,85	3.136,12	3.163,39	3.190,66	
74	3.217,93	3.245,20	3.272,47	3.299,74	3.327,01	3.354,28	
75	3.381,55	3.408,83	3.436,10	3.463,37	3.490,64	3.517,91	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

**ANEXO III
TABELA DE VENCIMENTOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
IV – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR**

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
76	2.981,13	3.010,94	3.040,75	3.070,56	3.100,38	3.130,19	- Engenheiro Civil (20h/s).
77	3.160,00	3.189,81	3.219,62	3.249,43	3.279,24	3.309,05	
78	3.338,87	3.368,68	3.398,49	3.428,30	3.458,11	3.487,92	
79	3.517,73	3.547,54	3.577,36	3.607,17	3.636,98	3.666,79	
80	3.696,60	3.726,41	3.756,22	3.786,04	3.815,85	3.845,66	
81	3.496,67	3.531,64	3.566,60	3.601,57	3.636,54	3.671,50	- Enfermeiro; - Psicólogo (40h/s).
82	3.706,47	3.741,44	3.776,40	3.811,37	3.846,34	3.881,30	
83	3.916,27	3.951,24	3.986,20	4.021,17	4.056,14	4.091,10	
84	4.126,07	4.161,04	4.196,00	4.230,97	4.265,94	4.300,90	
85	4.335,87	4.370,84	4.405,80	4.440,77	4.475,74	4.510,70	
86	4.001,77	4.041,79	4.081,81	4.121,82	4.161,84	4.201,86	- Médico Veterinário;
87	4.241,88	4.281,89	4.321,91	4.361,93	4.401,95	4.441,96	
88	4.481,98	4.522,00	4.562,02	4.602,04	4.642,05	4.682,07	
89	4.722,09	4.762,11	4.802,12	4.842,14	4.882,16	4.922,18	
90	4.962,19	5.002,21	5.042,23	5.082,25	5.122,27	5.162,28	
91	4.255,23	4.297,78	4.340,33	4.382,89	4.425,44	4.467,99	- Agente de Controle Interno; - Biólogo; e - Contador.
92	4.510,54	4.553,10	4.595,65	4.638,20	4.680,75	4.723,31	
93	4.765,86	4.808,41	4.850,96	4.893,51	4.936,07	4.978,62	
94	5.021,17	5.063,72	5.106,28	5.148,83	5.191,38	5.233,93	
95	5.276,49	5.319,04	5.361,59	5.404,14	5.446,69	5.489,25	

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 055, de 28 de Fevereiro de 2014.

ANEXO III

**TABELA DE VENCIMENTOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
IV – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR**

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
96	4.497,61	4.542,59	4.587,56	4.632,54	4.677,51	4.722,49	- Advogado (16 h/s).
97	4.767,47	4.812,44	4.857,42	4.902,39	4.947,37	4.992,35	
98	5.037,32	5.082,30	5.127,28	5.172,25	5.217,23	5.262,20	
99	5.307,18	5.352,16	5.397,13	5.442,11	5.487,08	5.532,06	
100	5.577,04	5.622,01	5.666,99	5.711,96	5.756,94	5.801,92	
101	4.798,38	4.846,36	4.894,35	4.942,33	4.990,32	5.038,30	- Odontólogo.
102	5.086,28	5.134,27	5.182,25	5.230,23	5.278,22	5.326,20	
103	5.374,19	5.422,17	5.470,15	5.518,14	5.566,12	5.614,10	
104	5.662,09	5.710,07	5.758,06	5.806,04	5.854,02	5.902,01	
105	5.949,99	5.997,98	6.045,96	6.093,94	6.141,93	6.189,91	
106	7.526,24	7.601,50	7.676,76	7.752,03	7.827,29	7.902,55	- Médico – Clínica Geral (20 h/s); e - Médico – Ginecologista (20 h/s).
107	7.977,81	8.053,08	8.128,34	8.203,60	8.278,86	8.354,13	
108	8.429,39	8.504,65	8.579,91	8.655,18	8.730,44	8.805,70	
109	8.880,96	8.956,23	9.031,49	9.106,75	9.182,01	9.257,28	
110	9.332,54	9.407,80	9.483,06	9.558,32	9.633,59	9.708,85	
111	8.944,66	9.034,11	9.123,55	9.213,00	9.302,45	9.391,89	- Médico – Clínico Geral (40 h/s).
112	9.481,34	9.570,79	9.660,23	9.749,68	9.839,13	9.928,57	
113	10.018,02	10.107,47	10.196,91	10.286,36	10.375,81	10.465,25	
114	10.554,70	10.644,15	10.733,59	10.823,04	10.912,49	11.001,93	
115	11.091,38	11.180,83	11.270,27	11.359,72	11.449,16	11.538,61	

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.

Republicação- Lei Nº 632, de 30 de Dezembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2014, ALTERA METAS E PRIORIDADES DO PPA 2014-2017 E LOA 2014 DO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento para o exercício de 2014 do Município de Alto Bela Vista, crédito adicional especial no valor de R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), para a inclusão da seguinte nova ação orçamentária:

09.00	GERENCIA DE EDUCAÇÃO
09.03	Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044.1.053	Aquisição de Veículos para o Ensino e Transporte Escolar
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.3.0106	Aplicações Diretas -Superávit Financeiro
	R\$ 60.000,00
4.4.90.00.0.2.0602	Aplicações Diretas - Convenio SEF/SC
	R\$ 250.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior têm origem:

I - na utilização de saldo de recursos do superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do exercício de 2013, no recurso 0.1.0106 - Recursos Vinculados a Educação - Orçamento Municipal - R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

II - Convênio com a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina para aquisição de um Ônibus, Termo de Convênio/Transferência nº 2013TR 3851 no Valor de R\$ 250.000,00.

Art. 3º Fica autorizado alterar as metas físicas, prioridades e valores constantes da Lei 626 de 12/11/2013 que aprovou o PPA para o quadriênio 2014/2014 e a Lei Municipal 629 de 09/12/2013 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias, visando adequar a abertura deste crédito especial a estas leis.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC,
em 30 de Dezembro de 2013.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Marcelo Contessotto
Responsável pelas Publicações

Republicação- Lei Municipal Nº 631, de 13 de Dezembro de 2013.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DESCENTRALIZADA, DO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, PARA O EXERCÍCIO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2014, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 14.719.658,88 (quatorze milhões setecentos e dezenove mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

§ 1º O Orçamento da fiscal do Município, fixa a despesa em R\$ 11.594.656,55 (onze milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

§ 2º O Orçamento da seguridade social, fixa a despesa em R\$ 3.125.002,33 (três milhões, cento e vinte e cinco mil, dois reais e trinta e três centavos).

§ 3º O Orçamento da Prefeitura Municipal, compreendendo a Administração Direta e descentralizada, esta constituída em unidades orçamentárias da primeira, exceto o Fundo Municipal de Saúde - FMS e o Fundo Municipal de Assistência Médica - FAM.

§ 4º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS, fixa a despesa em R\$ 2.366.347,56 (dois milhões, trezentos e sessenta e seis mil, trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

§ 5º O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Médica - FAM, fixa a receita em R\$ 108.600,00 (cento e oito mil e seiscentos reais).

§ 6º O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, fixa a despesa em R\$ 635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais).

§ 7º A Administração Direta descentralizada, constituída em unidades orçamentárias, nos termos do § 3º deste artigo, compreende o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA, O Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUNDEAGRO e o Fundo Municipal de Habitação - FMH.

Art. 2º A receita estimada será realizada mediante a arrecadação dos tributos, das transferências constitucionais, das transferências voluntárias e das demais receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, detalhada nos quadros anexos desta Lei.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a discriminação dos Anexos que integram esta Lei, apresentando sua composição por órgãos, unidades, funções, subfunções, programas e ações, sendo estas divididas em projetos e atividades, bem como por categorias econômicas, natureza e modalidade de aplicação, nas suas respectivas unidades orçamentárias, observadas as disposições da Portaria MOP nº 42, de 14 de abril de 1999 e das normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, distribuída segundo os Anexos específicos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as disposições pertinentes previstas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2014.

Parágrafo único. Na execução das despesas fixadas, além da obediência às disposições do caput deste artigo, obedecer-se-á as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014.

Art. 4º O Governo Municipal manterá no decorrer da execução orçamentária, em todo o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecada e a despesa autorizada, em obediência aos princípios básicos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que coadunam com as disposições do art. 169, da Constituição Federal.

Art. 5º Verificando-se, bimestralmente, frustração entre as metas bimestrais de arrecadação e a arrecadação efetivamente auferida, o Poder Executivo promoverá a correspondente limitação de empenhos, nos termos regrados na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2014, em obediência à disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Parágrafo único. Ocorrendo frustração no atingimento das metas bimestrais de arrecadação, haverá correspondente redução na transferência do duodécimo à Câmara Municipal de Vereadores, na mesma proporção da frustração, nos períodos subseqüentes à sua apuração.

Art. 6º Os recursos alocados na reserva de contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes e outros riscos e imprevistos fiscais.

Art. 7º O Poder Executivo, está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir crédito suplementar, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício e apurado na forma prevista no art. 43, §§ 3º e 4º, da Lei Federal nº 4.320/64, segundo sua vinculação, observada a respectiva vinculação;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias:

a) cujo objeto já tenha sido executado;

b) que apresentem tendência de sobras até o término da execução orçamentária; e

c) pela utilização de recursos de saldo orçamentário de elementos de despesas da mesma ação, seja ela classificada como atividade ou como projeto, nos termos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

III - o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, segundo a vinculação dos recursos financeiros.

§ 1º Exclui-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

§ 2º A utilização de recursos provenientes do superávit financeiro de exercícios anteriores, nos termos do inciso III deste artigo, far-se-á, observada a vinculação, com a substituição do grupo de fontes e destinação de recursos, de "1 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente" para "3 - Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores".

§ 3º A abertura de créditos adicionais suplementares, pela utilização do excesso de arrecadação, observará, estritamente a respectiva vinculação.

§ 4º Excepcionalmente, na abertura de créditos adicionais suplementares, quando destinados à dotações da saúde, função 10, ou educação, função 12, subfunções 361 e 365, poderão ser utilizados recursos ordinários do orçamento municipal, não originalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento da educação básica ou às ações e serviços públicos de saúde, observadas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

§ 5º A abertura de créditos adicionais nos termos deste artigo, far-se-á através de Decreto, que receberá ampla publicidade e será editado mediante justificção e com a fundamentação necessária.

Art. 8º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito, alienações de ativos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 9º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou no seu excesso, poderão ser utilizados, por ato do Prefeito Municipal como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou de operações especiais.

Parágrafo único. A disposição do caput deste artigo se aplica exclusivamente, se o crédito adicional suplementar que se destinar à

ação prevista no orçamento da despesa.

Art. 10. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração de excesso de arrecadação, observada a respectiva vinculação.

Art. 11. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar convênios com o Governo da União e suas entidades e com o Governo do Estado e suas entidades, para a operacionalização e execução da programação orçamentária, dando conhecimento dos mesmos à Câmara Municipal de Vereadores no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua publicação.

Art. 12. No decorrer do exercício de 2014, o Poder Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para o financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 13. Toda a execução orçamentária e a decorrente realização das despesas obedecerão, além de outras normas e técnicas, as disposições da lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo às despesas totais com pessoal, inclusive às decorrentes de novas admissões através de concurso público ou não e à criação de novos cargos ou alteração no número de vagas dos cargos existentes.

Art. 14. Esta Lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 2014, até o final do mesmo exercício.

Art. 13. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Alto Bela Vista/SC,
em 13 de dezembro de 2013.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável Pelas Publicações

Republicação- Lei Municipal Nº 627, de 09 de Dezembro de 2013

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA ÁREA DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O perímetro Urbano do município de Alto Bela Vista, passa a ter a dimensão do espaço territorial ampliado, conforme Memorial Descritivo em anexo parte integrante desta lei.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal, 09 de dezembro de 2013.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável Pelas Publicações

MEMORIAL DESCRITIVO
Proprietário: MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
Município: ALTO BELA VISTA
UF: SC
Descrição: DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO
DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO

Esta Descrição foi elaborada tendo como base um mapa do município em escala 1:2.000, parte integrante e complementar deste documento.

É considerada área urbana da cidade de Alto Bela Vista, o espaço territorial definido pelo seguinte perímetro:

Partindo do Vértice 1, perpendicular ao eixo da Rua do Comércio, 5,00m na direção Nordeste; segue-se pela linha do lado noroeste da Rua do Comércio até sua intersecção com a confrontação Noroeste do Lote 1 da Quadra N, chegando ao Vértice 2; segue no sentido norte com distancia de 36,48m até encontrar o Vértice 2A, segue então no sentido Nordeste com distancia de 16,04m e encontra o Vértice 2B, segue-se no sentido Noroeste uma distancia de 50,70m encontrando o Vértice 2C, segue então no sentido Nordeste uma distancia de 241,57m encontrando o Vértice 2D, segue-se então no sentido Sudeste uma distancia de 40,64m encontrando o Vértice 2D, segue-se então no sentido Sudeste uma distancia de 92,57m encontrando então Marco 1; segue-se na direção sul passando pelo confrontante Oeste do Lote 1 da Quadra N até encontrar o Marco 2; segue-se na direção Sudeste passando pelo confrontante Norte do Lote 3 da Quadra N até encontrar o Marco 3; segue-se na direção sul passando pelo confrontante Leste do Lote 3 da Quadra N até a intersecção do das divisas entre os lotes 3 da Quadra N e 1 da Quadra O chegando ao Vértice 3; segue-se pelo confrontante Norte dos Lotes 1 e 2 até a intersecção com o Lote 3 da Quadra O encontrando o Vértice 4; segue-se no sentido nordeste até o Lajeado Bela Vista encontrando o Vértice 5; segue-se ainda no sentido nordeste até chegar ao Marco 4; segue-se no sentido nordeste em curva até chega ao Marco 5; segue-se com na mesma curva chegando ao Marco 6; segue-se em sentido Noroeste e distância de 141,00m chegando ao Vértice 6; segue-se no sentido Noroeste com distância de 338,05m chegando ao Vértice 7; Deste, segue com uma distância de 57.23 m e azimuth de 80°50'25" até o Vértice 7A; de coordenadas N: 6965976.681 m e E: 410239.415 m; Deste, segue com uma distância de 42.82 m e azimuth de 122°05'00" até o Vértice 7B, de coordenadas N: 6965953.937 m e E: 410275.695 m; Deste, segue com uma distância de 15.74 m e azimuth de 136°07'08" até o Vértice 7C, de coordenadas N: 6965942.594 m e E: 410286.604 m; Deste, segue com uma distância de 52.72 m e azimuth de 150°56'35" até o Vértice 7D, de coordenadas N: 6965896.513 m e E: 410312.207 m; Deste, segue com uma distância de 41.95 m e azimuth de 100°45'25" até o Vértice 7E, de coordenadas N: 6965888.682 m e E: 410353.423 m; Deste, segue com uma distância de 21.71 m e azimuth de 154°35'41" até o Vértice 7F, de coordenadas N: 6965869.068 m e E: 410362.739 m; Deste, segue-se em sentido noroeste até encontrar o Lajeado do Curtume encontrando o Marco 9; segue-se a direção Lajeado do Curtume no sentido montante-jusante na confrontação do Lote 9 da Quadra P e Lotes 10 Quadra Q ate a intersecção dos Lotes 3 e 4 da Quadra R, chegando assim ao Vértice 8; segue-se na direção Nordeste passando pela confrontação Norte do Lote 4 chegando ao Vértice 9; segue-se na direção Noroeste passando pela confrontação Oeste do Lote 5 da Quadra R, encontra-se o Vértice 10; segue-se na direção leste passando pela confrontação Norte do Lote 5 da Quadra R, encontra-se o Vértice 11; segue-se na direção Sudeste passando pela confrontação Leste do Lote 5 da Quadra R até a intersecção

com o Lote 6 da Quadra R encontra-se o Vértice 12; segue-se na direção Nordeste passando pela confrontação Norte do Lote 6 da Quadra R até encontrar a intersecção com o Lote 10 da mesma quadra, chegando ao Vértice 13; segue-se no sentido Noroeste passando pela confrontação Oeste até a confrontação Norte do Lote 10 da Quadra R, chegando ao Vértice 14; segue-se na direção Nordeste passando pelas confrontações Norte dos Lotes 10, 11 e 12 da Quadra R, encontrando o Vértice 15; segue-se na direção Sul passando pela confrontação Leste do Lote 12 da Quadra R numa distancia de 52,85m até encontrar o Vértice 16; segue-se na direção Nordeste até encontrar a Rua Alfredo Schuck, chegando ao Vértice 17; segue-se na direção Sudeste atravessando a Rua Alfredo Schuck até o Rio Velho Vicente, chegando ao Vértice 18; segue-se na direção do Rio Velho Vicente sentido montante-jusante até encontrar o Lote 7 da Quadra S, chegando ao Vértice 19; segue-se na direção sudeste passando pela confrontação Oeste do Lote 7 da Quadra S e Marco 10 até o lote B06 da Quadra S encontrando o Marco 11; segue-se pela confrontação Norte do Lote B06 da mesma quadra e atravessando a Rua Germano Dahmer encontrando o Vértice 20; segue-se pela confrontação Norte do Lote A05 da Quadra S até seu vértice nordeste chegando ao Marco 12; segue-se na direção Sudoeste até a intersecção entre as confrontações Sul e Leste do Lote 12 encontrando o Vértice 21; segue-se na mesma direção até encontrar o Marco 13; segue-se na direção Sudeste numa distância de 94,00m encontrando o Vértice 22; segue-se na direção Sudoeste até a intersecção com o Lote 2 da Quadra U encontrando o Vértice 23; segue na direção Leste passando pela confrontação Norte até a intersecção com a confrontação Leste do Lote 2 da Quadra U encontrando o Vértice 24; segue-se na direção Sudoeste até o vértice sudeste do Lote 3 da Quadra U encontrando o Vértice 25; segue-se no sentido sudeste passando pela confrontação Leste da Quadra U chegando ao Vértice 26; segue-se na direção Noroeste chegando no Marco 14; segue-se na direção Sudoeste passando pela confrontação Sudeste do Lote 8 da Quadra U até a intersecção com a Rua do Comércio e atravessando a mesma chegando ao Vértice 27; segue-se pela linha do lado sudoeste da Rua do Comércio até a intersecção com a confrontação sudeste do Lote 2 da Quadra K, encontrando o Vértice 28; segue-se na direção Sudoeste passando pelo confrontante Sul do Lote 2 da Quadra K chegando ao Vértice 29; segue-se na direção Noroeste passando pelo confrontante Sul do Lote 2 da Quadra K chegando ao Vértice 30; segue-se na direção Sudoeste passando pelos confrontante, Sul do Lote 2 da Quadra K e Sul do Lote 4 da Quadra J até a Rua São Vicente chegando ao Vértice 31; segue-se na direção Sudeste pela margem esquerda do Arroio Velho Vicente numa distancia de 297,21m encontrando o Vértice 31A, segue-se no sentido Sudoeste com distancia de 54,78m e atravessa perpendicularmente a rua São Vicente chegando ao Vértice 31B, segue-se então no bordo da Rua São Vicente uma distancia de 180,00m chegando ao Vértice 32; segue-se na direção Sudoeste atravessando perpendicularmente a Rua São Vicente passando pela confrontação Sudeste do Lote 5 da Quadra Z até a intersecção com o Lote 15 da Quadra B chegando ao Vértice 33; segue-se na direção Sudeste até o vértice do Lote 15 da Quadra B chegando ao Vértice 34; segue-se na direção Noroeste passando pelas confrontações Sul de todos os Lotes das Quadras B, A e A1, dos Lotes 8, 5 e 4 da Quadra L e Lotes da Quadra LB até a intersecção entre a divisa dos Lotes 1 e 2 da Quadra L chegando ao Marco 16; segue-se na direção Noroeste passando pelo confrontante Sul do Lote 1 da Quadra L até sua intersecção com o Lote 7 da Quadra M chegando ao Vértice 35; segue-se na direção Noroeste passando pelo confrontante Sul do Lote 7 da Quadra M chegando o Marco 17; segue-se na mesma direção passando pelo confrontante Sul do Lote 6 da Quadra M chegando ao Vértice 36; segue-se na direção Nordeste até o vértice do Lote 5 da Quadra M e dali segue na direção Noroeste passando pelo confrontante Sul dos Lotes 5, 4 e 3 da Quadra M até a intersecção com o lote 3A chegando ao Vértice 37; segue-se na direção Sudoeste até o vértice Sudeste do Lote 3A chegando ao Vértice 38; segue-se na

direção Noroeste passando pelo confrontante Sul do Lote 3A da Quadra M até encontrar o Marco 18; segue-se na direção Nordeste passando pelo confrontante Oeste do Lote 1 da Quadra M atravessando a Rua do Comércio encontrando o Vértice 1.

Alto Bela Vista, 09 de Dezembro de 2013.

Engº Civil Gustavo R. Radel

CREA-SC 076.208-3

Republicação- Lei Municipal Nº 630, de 09 de Dezembro de 2013

Declara de utilidade Pública a "Associação dos Familiares e Amigos dos Dependentes Químicos - AFADEQ", e dá outras providências.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores propôs, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei: Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública Municipal a "Associação dos Familiares e Amigos dos Dependentes Químicos - AFADEQ", com sede á Rua do Comércio, n. 737, Alto Bela Vista, SC, com seu estatuto devidamente registrado no Cartório de Registro registrado no livro A-32 sob o nº 6597, com personalidade jurídica comprovada mediante inscrição do CNPJ sob o nº 14.488.137/0001-41.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal, 09 de dezembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva

Responsável Pelas Publicações

Republicação- Lei Municipal N.º 629, de 09 de Dezembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita do Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento às disposições do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, do art. 130, § 2º da Lei Orgânica do Município e do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município, para a elaboração da legislação orçamentária anual de 2014, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal, em consonância com o Plano Plurianual aprovado pelo período de 2014 a 2017.

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições relativas à política de pessoal;

VII - as disposições relativas às alterações na legislação tributária municipal;

VIII - o equilíbrio entre receitas e despesas;

IX - os critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses de frustração das metas bimestrais da receita, nos termos das disposições do art. 9º e art. 31, § 1º, II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal;

X - as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos municipais;

XI - as condições e exigências para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas; e

XII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em conformidade com o art. 165, § 2º da Constituição Federal e do art. 130, § 2º, I, da Lei Orgânica do Município, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2014 são as identificadas no Anexo das Metas e Prioridades, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária anual de 2014 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, devendo observar os seguintes objetivos:

I - garantir o crescimento econômico integral e, ambientalmente sustentável, com o desenvolvimento social;

II - consolidar a participação popular e o controle social na elaboração e na execução orçamentária;

III - criar condições para o desenvolvimento sócio-econômico do Município, objetivando:

a) a geração de renda e sua melhor distribuição, em todos os setores de atividades econômicas no Município;

b) garantir o desenvolvimento integrado das atividades agropecuárias e agroindustriais;

c) aumentar o nível de emprego.

IV - garantir acesso às escolas de todos os alunos com idade própria à educação infantil e ao ensino fundamental, com condições de qualificar o ensino e de reduzir o absenteísmo e erradicar o analfabetismo;

V - garantir o direito e o acesso a programas de saúde pública à toda a população, oferecendo serviços básicos, com ênfase às ações e serviços preventivos;

VI - combater a pobreza, por meio da inserção social;

VII - realizar campanhas e promover ações para a solução dos problemas ambientais, específicos ou gerais, para debelá-los e erradicá-los;

VIII - integrar a área rural e áreas periféricas, ainda à margem de estrutura e serviços de saneamento básico;

IX - integrar os programas e ações municipais com os do Governo do Estado e os do Governo Federal;

X - intensificar as relações com os Municípios vizinhos, especialmente os da associação microrregional, a fim de se dar solução conjunta a problemas comuns;

XI - promover e patrocinar a capacitação contínua dos servidores públicos municipais, para se alcançar a eficiência administrativa.

§ 1º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2014, guardam conformidade com o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017.

§ 2º Na destinação dos recursos relativos a programas sociais, será conferida prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano.

§ 3º Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo de que trata este artigo, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas municipais, desde que obedecidas as disposições da Lei do Plano Plurianual relativa ao período dos exercícios de 2014 a 2017.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá o Poder Legislativo e o Poder Executivo, além dos fundos municipais deste e será estruturado em conformidade com a Estrutura Administrativa do Governo Municipal.

Art. 4º A Lei Orçamentária Anual, para 2014, evidenciará as receitas e as despesas de cada uma das unidades gestoras, especificando aquelas vinculadas a fundos e ao orçamento fiscal e da seguridade social desdobrada às despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais, nos termos da Portaria MPOG nº 42, de 14 de abril de 1999 e, quanto a sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a portaria interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações posteriores, na forma dos seguintes anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as categorias econômicas - Anexo 1, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Anexo II, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as categorias econômicas - Anexo 2, da Lei Federal nº 4.320/64;

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as categorias econômicas - Anexo 3, da Lei Federal nº 4.320/64 e Adendo III, da Portaria

SOF nº 8/85;

IV - Demonstrativo da Despesa Por Categoria Econômica, Grupos de Natureza da Despesa e Modalidade de Aplicação em cada unidade orçamentária - Anexo 3, da Lei Federal nº 4.320/64 e Adendo III, da Portaria SOF nº 8/85;

V - Programa de Trabalho - Adendo V, da Portaria SOF nº 8/85;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais - Anexo 6, da Lei Federal nº 4.320/64 e Adendo V, da Portaria SOF nº 8/85;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais - Anexo 7, da Lei Federal nº 4.320/64 e Adendo VI, da Portaria SOF nº 8/85;

VIII - Demonstrativo Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos - Anexo 8, da Lei Federal nº 4.320/64 e Adendo VII, da Portaria SOF nº 8/85;

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9, da Lei Federal nº 4.320/64 e Adendo VIII, da Portaria SOF nº 8/85;

X - Planilha de apresentação da despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI - Demonstrativo da evolução da receita por fontes, conforme estabelecido no art. 12, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

XII - Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário-Financeiro, na forma estabelecida no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XIII - Demonstrativo das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuo que serão geradas em 2014, com a indicação das medidas de compensação, na forma do art. 5º, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa, no mínimo por categoria econômica, conforme dispõe o art. 22, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, na forma do art. 165, § 5º, da Constituição Federal;

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na forma do art. 5º, I da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2014, conforme disposto no art. 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público, na forma do art. 44, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal para o exercício de 2014 e para os dois exercícios seguintes, conforme estabelece o art. 4, § 1º e art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Para fins desta Lei entende-se por:

I - Função, o maior nível de agregação das diversas áreas que competem à administração pública municipal;

II - Subfunção, representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto das competências da administração pública municipal;

III - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos, no Plano Plurianual;

IV - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da atuação governamental;

V - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação e da atuação de governo;

VI - operações especiais agregam as despesas que não contribuem para a manutenção de ações de governo, que não geram produto nem exigem contraprestação direta sob a forma de bens e serviços e têm relação direta com a função "encargos especiais".

§ 2º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando a classificação econômica, os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis para a realização da ação.

§ 3º Cada atividade e projeto identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades ou projetos e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas e respectiva classificação econômica.

§ 5º Os orçamentos dos Fundos Municipais que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

Art. 5º A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária atenderá as disposições estabelecidas no parágrafo único do art. 22, Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 6º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2014 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos, fundamentando-se, também, no princípio do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte.

Art. 7º O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 8º Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento das Unidades Gestoras Descentralizadas em que estiverem vinculados, e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em planos de aplicação, representados nas planilhas de despesas referidas no art. 4º, X, desta Lei.

Art. 9º Os estudos para definição dos orçamentos da receita para o exercício de 2014 deverão observar os efeitos da alteração na legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 10. Se a receita estimada para 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, quando da apreciação e discussão da proposta orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar ao Poder Executivo, se for o caso, e promover a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 11. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e a movimentação financeira nos montantes necessários, para as seguintes dotações abaixo:

I - contrapartida para projetos e atividades vinculados a recursos oriundos de transferências voluntárias, de operações de crédito, de alienação de ativos, em qualquer caso, desde que ainda não comprometidos;

II - de obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - de concessão de subvenções ou auxílios à entidades privadas;

IV - de despesas com diárias, serviço extraordinário e de publicidade institucional.

§ 1º Não serão objeto de limitação de empenho as dotações orçamentárias destinadas à despesas de pessoal, com a amortização da dívida consolidada e seus respectivos encargos.

§ 2º Também, não serão objeto de limitação de empenho as dotações orçamentárias destinadas aos dispêndios que estejam enquadrados nos limites constitucionais mínimos de aplicação, como manutenção e desenvolvimento do ensino e manutenção e desenvolvimento das atividades de saúde, exceto quando o montante aplicado estiver acima do limite constitucional mínimo de aplicação.

§ 3º Presente a necessidade de limitação de empenho, esta será feita de forma a atender proporcionalmente a frustração das metas de arrecadação, preferencialmente nas dotações destinadas a "outros serviços de terceiros", além daquelas identificadas nos incisos do caput deste artigo.

§ 4º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação, para a implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado, ainda, o resultado financeiro apurado no balanço consolidado do exercício anterior, observada a vinculação da destinação dos recursos.

Art. 12. As despesas obrigatórias de caráter continuado, em relação à receita corrente líquida, programadas para 2014, poderão ser expandidas até o percentual correspondente à elevação da receita estimada, tomando-se por base a mesma relação apurada na Lei Orçamentária Anual.

Art. 13. Constituem riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas do Município, aqueles constantes de anexo próprio, nos termos exigidos no art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos alocados na reserva de contingência e, também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º Sendo os recursos identificados no parágrafo anterior insuficientes, o Poder Executivo submeterá proposta legislativa, propondo a anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 14. Os orçamentos para o exercício de 2014 poderão destinar recursos para a reserva de contingência, limitados ao máximo de 3% (três por cento) da receita corrente líquida prevista para o mesmo exercício.

Parágrafo único. Os recursos alocados na reserva de contingência, se estas forem contempladas, será destinada ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme disposto no art. 5º, da Portaria MPOG nº 42, de 14 de abril de 1999 e no art. 8º, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001.

Art. 15. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só serão incluídos na Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual, na parcela destinada ao exercício de 2014.

Art. 16. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo:

I - publicará as metas bimestrais de arrecadação para a receita corrente e para a receita de capital; e

II - estabelecerá e publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º As metas bimestrais de arrecadação serão estabelecidas e publicadas considerando-se a previsão consolidada da receita.

§ 2º A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso será estabelecida por unidade gestora.

Art. 17. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual para 2014 com dotações vinculadas a recursos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e direitos e outros só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/64, será realizada em cada fonte e destinação de recursos, para fins de utilização como contrapartida na abertura de créditos adicionais, conforme exigência estampada no parágrafo único do art. 8º e no art. 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º Na Lei Orçamentária anual, os orçamentos da receita e da despesa identificarão, com codificação adequada, cada uma das fontes e das destinações dos recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto neste artigo.

Art. 18. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2014, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 19. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, comunitário, recreativo, cultural, esportivo, de fortalecimento da economia local, de cooperação técnica e às voltadas ao fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica e ou de identificação das mesmas e do respectivo objeto na Lei Orçamentária Anual.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar os documentos elencados na Instrução Normativa TC 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina ou outra que vier a substituí-la.

§ 2º Estão isentas das exigências listadas no parágrafo anterior as entidades cujo objetivo seja o fortalecimento do associativismo municipal, tanto do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, mesmo que de dirigentes de órgãos ou de unidades administrativas.

§ 3º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal aplicarão os valores recebidos no prazo de 60 (sessenta) dias e prestarão contas no prazo de 90 (noventa) dias ao serviço de contabilidade municipal, exceto os casos específicos definidos no termo de repasse.

Art. 20. Os procedimentos administrativos de demonstração da estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa, nos termos do art. 16, I e II, da Lei Complementar n 101/2000, deverão estar insertos no processo de licitação ou de sua dispensa ou inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento de despesa, cujo montante num exercício financeiro não exceda ao valor para dispensa de licitação, fixado no art. 24, I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 21. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo se programados com recursos vinculados à transferências voluntárias ou à operações de crédito.

Art. 22. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando previstas em convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária Anual, ou em leis que disponham sobre a abertura de créditos adicionais.

Parágrafo único. Se a despesa for decorrente da cessão de pessoal com custeio pelo Município, além do previsto no caput deste artigo, dependerá de autorização legislativa para cada caso.

Art. 23. A previsão da receita e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2014 a preços correntes, sendo admissível a revisão mediante a aplicação da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, verificado nos doze meses anteriores aquele da apresentação do projeto da lei orçamentária anual.

Art. 24. A Lei Orçamentária Anual de 2014 poderá autorizar o Poder Executivo a remanejar, através de ato próprio e adequado de abertura de crédito adicional suplementar, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, o saldo, parcial ou total, das dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesas que o compõe.

§ 1º A Lei Orçamentária Anual de 2014 poderá, também, autorizar a abertura de créditos adicionais suplementares, através da utilização de saldos do superávit financeiro de exercícios anteriores ou

do excesso de arrecadação, ambos entendidos nos termos do art. 43, §§ 2 e 3º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º Poderão ser abertos créditos adicionais suplementares, com a alocação dos recursos previstos no parágrafo anterior, através de ato próprio do Poder Executivo Municipal, mesmo havendo a necessidade de alteração do vínculo com a respectiva fonte de recursos.

Art. 25. Durante a execução orçamentária de 2014, o Poder Executivo, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais, no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2014, ou, excepcionalmente estejam contempladas no Plano Plurianual.

Art. 26. O controle de custo das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, na forma prevista no art. 50, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, será desenvolvido de forma a apurar os custos dos serviços, tais como o custo de programas, das ações, do m² (metro quadrado) das construções, do m² (metro quadrado) das pavimentações, do aluno/ano da educação infantil e do ensino fundamental, do aluno/ano com alimentação escolar e com o transporte escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento às unidades de saúde, das horas/máquina em serviços de infra-estrutura rodoviária e agrícola, das crianças atendidas em creche; dos programas de saúde e outros.

Parágrafo único. Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 27. Os programas priorizados por esta Lei e contemplados na Lei Orçamentária Anual de 2014 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento de seus objetivos, corrigirem desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 28. Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I - novas locações destinadas a atender atividades e ações que não sejam de competência exclusiva do Município;

II - aquisição de mobiliário e equipamentos para uso em ações que não sejam de competência exclusiva do Município, exceto quando houver previsão expressa em lei ou em termo de convênio; e

III - ações de que não sejam de competência exclusiva do Município, ou ações que a Lei Orgânica do Município ou a Constituição Federal não estabeleça obrigação do Município em cooperar técnica e financeiramente, exceto quando obedecidas as disposições do art. 22 desta Lei.

Art. 29. A Lei Orçamentária, observadas as disponibilidades, após a alocação de recursos nas dotações necessárias às despesas oriundas das competências municipais, destinará dotações ao incentivo à instalação e ampliação de unidades industriais no Município.

Art. 30. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária.

Parágrafo Único - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução de programas, de atividades, projetos e ações previstas.

Art. 31. Os valores consignados em projetos ou atividades, vinculados às receitas de convênios ou de alienação de bens, não serão utilizados para fins de abertura de créditos adicionais de qualquer das suas espécies, mesmo que não efetivada a receita vinculada estimada.

Parágrafo único. Quando o projeto ou atividade consignar os valores de contrapartida, não efetivada a receita estimada e vinculada a transferência de convênios, os respectivos valores poderão ser utilizados para fins de abertura de créditos suplementares, através de ato do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO V

DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32. A Lei Orçamentária Anual de 2014 poderá conter autorização para contratação de operações de crédito para atendimento à despesas de capital, observado o limite de endividamento de 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida apurada até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do respectivo contrato.

Art. 33. A contratação de operações de crédito prescindirá de prévia autorização legislativa em lei específica.

Art. 34. Ultrapassado o limite de endividamento estabelecido no art. 32 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 11 desta Lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 35. O Poder Executivo, através da Gerência de Administração e Finanças, publicará até 31 de outubro de 2014, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro de pessoal, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados e de cargos vagos e de aprovados em concurso público, ainda, não admitidos.

§ 1º O Poder Legislativo adotará a mesma providência determinada ao Poder Executivo, nos termos das disposições do caput deste artigo.

§ 2º Junto à tabela a que se refere o caput deste artigo será publicado relatório com a identificação dos cargos e dos respectivos ocupantes, o vencimento básico, o vencimento atualizado, a identificação nominal e valorativa das vantagens e o total da remuneração.

§ 3º Constarão do relatório a que aludem este artigo os cargos ocupados por servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36. O Poder Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2014, alterar, criar, cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, na forma da Lei, observados os limites e as regras estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º Incluem-se nas possibilidades de criação de cargos e funções, nos termos previstos no caput deste artigo, a criação ou a extinção de cargos de provimento em comissão e de funções de confiança.

§ 2º Os recursos para as despesas decorrentes das possibilidades previstas no caput deste artigo deverão estar previstos na Lei do Orçamento para o exercício de 2014.

Art. 37. Ressalvada a hipótese prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes Executivo e Legislativo, em 2014, não excederá em percentual da receita corrente líquida, a despesa com pessoal verificada em 2013, acrescida de 20% (vinte por cento), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da receita corrente líquida, respectivamente.

Art. 38. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente autorizado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, exceto quando as despesas totais com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 39. O Poder Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas de pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - redução em pelo menos vinte e cinco por cento das despesas com cargos de provimento em comissão e funções de confiança;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores, desde que temporárias e que não constituam direitos adquiridos;

III - redução das despesas com horas extras;

IV - eliminação das despesas com horas extras;

V - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

VI - exoneração de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, que não tenham adquirido a estabilidade; e

VII - exoneração de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, mesmo que estáveis, em decorrência da redução do número de vagas ou da extinção de cargos.

Art. 40. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, referente substituição de servidores, de que trata o art. 18, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contratação de serviços cujas atividades, atribuições ou funções guardem relação com atividades, atribuições ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades consideradas próprias da Administração Pública Municipal, desde que em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver o fornecimento de materiais ou a utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, somente será considerada substituição de servidores o valor referente, especificamente à mão-de-obra empregada na execução dos serviços contratados, sendo o valor da contratação classificado em elementos de despesas diverso.

Art. 41. No decorrer de 2014, o Poder Executivo e Legislativo, diante da necessidade preencherão vagas existentes do Quadro de Pessoal, mediante a realização de concurso público, ou excepcionalmente, através de contratação de caráter temporário, para atender necessidade excepcional de interesse público, conforme dispuser a legislação específica.

CAPÍTULO VII

DA ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 42. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária objetivando o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 43. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se considerando renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 44. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, financeira, constante do orçamento da receita, somente entrará em vigor após adotadas as medidas de compensação, na forma prevista no art. 14, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VIII**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

Art. 45. O Poder Executivo enviará a proposta orçamentária para 2014, à Câmara Municipal de Vereadores no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2013.

§ 1º A Câmara Municipal de Vereadores não entrará em recesso enquanto não cumprir o prazo estabelecido no caput deste artigo.

§ 2º Se o projeto da lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Poder Executivo autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual, ao limite de 1/12 avos por mês.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2013, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos previstos ao atendimento de riscos fiscais imprevistos e a meta de resultado primário.

Art. 46. Serão consideradas não autorizadas e ilegais as despesas com multas e juros pelo eventual pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de disponibilidades financeiras.

Art. 47. O Poder Executivo Municipal está autorizado a celebrar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos e entidades da administração direta ou indireta para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou de competência concorrente, ou mesmo de competência daquelas esferas de governo, porém de interesse direto do Município.

Art. 48. As despesas decorrentes de penalidades financeiras decorrentes de infrações de trânsito, estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, serão contabilizadas como despesas da Administração Municipal e por esta paga, com imediata instauração de processo de

ressarcimento do agente que deu causa às mesmas.

Parágrafo único. Se aquele que der causa às infrações de trânsito for agente público municipal remunerado, o valor será retido em folha de pagamento, nos termos estabelecidos na Lei Municipal que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Alto Bela Vista/SC,
em, 09 de Dezembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável Pelas Publicações

Republicação- Lei Municipal N.º 628, de 09 de Dezembro de 2013.

APROVA O MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E REGISTRO DE CERTIFICADOS E ADOTAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1.º - Fica aprovado o "Manual de Procedimentos Para Capacitação de Recursos Humanos e Registro de Certificados" do Município de Alto Bela Vista (SC), parte integrante da presente Lei, na forma de Anexo Único.

Art. 2º - As despesas resultantes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC,
em 09 de dezembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável Pelas Publicações

MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA CAPACITAÇÃO
DE RECURSOS HUMANOS E REGISTRO DE CERTIFICADOS

ANEXO ÚNICO

MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA CAPACITAÇÃO
DE RECURSOS HUMANOS E REGISTRO DE CERTIFICADOS

01 - APRESENTAÇÃO

A descentralização da política educacional por meio da estruturação dos sistemas municipais de ensino tem favorecido maior proximidade e influência política da comunidade escolar, especialistas, professores, servidores, funcionários, alunos e pais.

À Gerência Municipal de Educação cabe desenvolver tarefas de maior relevância para o desenvolvimento profissional dos professores, servidores e dos demais interessados em seu aperfeiçoamento.

No que se refere à formação profissional cabe à Gerência de Educação algumas responsabilidades:

- Cuidar dos aspectos relacionados à qualidade de atuação dos profissionais de sua rede, reavaliando constantemente as ações de formação nas escolas;
- Elaborar, coordenar, desenvolver programas de formação continuada de profissionais vinculados ao Município, difundindo propostas bem sucedidas realizadas nas escolas e nos diversos setores da Administração, planejando e organizando eventos que propiciem intercâmbio de informações e experiências;
- Promover parcerias com agências formadoras, associações de educadores, ONG's, e profissionais das mais diversas áreas para a implementação de ações interinstitucionais que favoreçam a formação de profissionais do Município;
- Favorecer a construção de uma cultura de desenvolvimento profissional permanente.

Para que as Gerências possam cumprir com eficiência é importante dispor de um departamento técnico responsável para elaborar, coordenar e implementar permanentemente programas de formação continuada, o qual deverá ser designado pelo Poder Público Municipal.

A elevação da qualidade da formação profissional é inadiável como a valorização e a reestruturação da carreira do magistério e da obtenção de resultados efetivos, precisos, competentes, rápidos e econômicos nos diversos setores da Administração. Não se pode exigir dos servidores um processo contínuo de formação sem associá-lo a uma carreira que estimule investimentos pessoais e que revertam em melhoria salarial.

É preciso que a formação dos servidores e mais especificamente dos professores contemple além de aspectos pessoais, resultados pedagógicos obtidos através de acompanhamento pela Gerência Municipal de Educação.

A iniciativa de investir em formação continuada pretende garantir as condições necessárias para que o servidor desenvolva-se profissionalmente, assumindo com autonomia o comando de seu trabalho e desta forma poderá oferecer condições necessárias para o desenvolvimento de suas atividades, atendendo às diferenças culturais, sociais e individuais de seus colegas, alunos e da população em geral.

A proposta deste documento está baseada no REFERENCIAL PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES - SEF/MEC que tem como pressupostos:

- Os servidores públicos em geral, em especial o professor exercem uma atividade profissional de natureza pública, que tem dimensão coletiva e pessoal, implicando simultaneamente autonomia e responsabilidade.
- O desenvolvimento profissional permanente e continuado é necessidade intrínseca a sua atuação e, por isso, um direito de todos os servidores e em especial do professor já que:
- A atuação do professor tem dimensão principal na docência, mas não se restringe a ela: inclui também a participação no projeto educativo e curricular da escola, a produção de conhecimento pedagógico e a participação na comunidade educacional.
- O necessário compromisso com o sucesso das aprendizagens de todos os alunos nas escolas de educação infantil e do ensino fundamental exige que o professor considere suas diferenças culturais, sociais e pessoais e que, sob hipótese nenhuma, as reafirme como causa de desigualdade ou exclusão.
- O desenvolvimento de competências profissionais, exige metodologias pautadas na articulação teórico-prática, na resolução de situações-problema e na reflexão sobre a atuação profissional.
- A organização e funcionamento das instituições de formação de servidores são elementos essenciais para o desenvolvimento da cultura profissional que pretende afirmar.

02 - OBJETIVO DO DOCUMENTO

- Orientar a elaboração e programação das ações de capacitação de recursos humanos;
- Estabelecer procedimentos operacionais para definição e execução das ações de capacitações de recursos humanos;

- Estabelecer critérios para a expedição e registro de certificados.

03 - EVENTOS

Presencial e/ou a Distância

O termo "evento" compreende as diversas modalidades de acontecimentos ou ocorrências na área da Capacitação de Recursos Humanos. São eventos passíveis de homologação: Treinamentos, Cursos, Fóruns, Congresso, Seminários, Simpósios, Encontros, Jornadas, Oficinas, Programas de Formação Continuada.

3.1 - Modalidades de Eventos

Treinamento

É a educação institucionalizada ou não, que visa capacitar o profissional para o exercício de determinada função ou execução de tarefa específica em determinada organização. Seus objetivos são restritos e imediatos, possibilitando uma maior qualificação.

Curso

É a unidade básica que objetiva a preparação do indivíduo para o conhecimento ou capacitação em determinado assunto técnico, dando condições para executar suas atividades com qualidade e produtividade.

Fórum

O especialista ou autoridade apresenta um assunto ou problema (previamente estabelecido), seguido de debate (informal) pela plenária, com o objetivo de possibilitar a expressão livre de ideias e pontos de vista, para se chegar a um denominador comum.

Congresso

É um evento com a combinação de várias modalidades, podendo ser realizado simultaneamente em locais diferentes.

Ex: Seminários, Simpósios, Palestra, etc. para discutir tema de interesse comum de sua categoria e apresentar conclusões e recomendações a respeito, que serão contidas em documento final.

Seminário

Estudo e debate, em grupos de trabalho, de temas específicos, previamente definidos, de interesse de determinada classe.

Simpósio

Um grupo de pessoas versadas em determinado ramo de conhecimento, especialmente convidadas para expor temas de sua especialidade, cada qual apresentado por uma parte ou focalizando pontos de vista diferentes e discutidos pelos especialistas, visando a participação ativa ou não da plenária.

Encontro

Destina-se ao intercâmbio de experiências entre profissionais de uma mesma área, podendo ser utilizados vários tipos de apresentações de conteúdo.

Jornada

É uma reunião de pessoas com interesses comuns sobre um determinado tema, com apresentação sucessiva de trabalhos concluídos, podendo intercalar comentários e debates dos participantes.

Oficinas (Workshops)

É um processo de educação participativa, dinâmica, teórico-prática, intuitiva, não linear, que permita a construção do saber em conjunto, aliando vivências e experiências passadas ao processo atual e na construção de um novo saber.

Formação Continuada

É um espaço onde os profissionais do Município, com o auxílio de um formador desenvolvem estudos e práticas, de forma continuada, com certa periodicidade, utilizando este momento como subsídio à prática de suas atividades na administração e no exercício de sua função, envolvendo estudos nas modalidades presenciais

e a distância.

Meios utilizados para a realização dos eventos à distância:

Teleconferência

Trata-se de palestras, conferências, aulas, transmitidas em tempo real, via satélite, recepção por antena parabólica. A interatividade pode ser através do telefone, fax e internet. Podem ser agregadas imagens pré-produzidas em vídeo ou computador. Exige um planejamento minucioso e recepção organizada.

Vídeo Conferência

É um meio telemático interativo que possibilita sons e imagens simultâneas entre os alunos e os professores, um vendo o outro ou então, em várias salas, possibilitando a interação (multiponto). A transmissão é por link de satélite, fibra ótica, por telefone de cobre, ou link de microondas.

Pode-se usar simultaneamente os periféricos: Câmera de documentos, vídeo, caneta eletrônica, computador ou internet. Exige capacitação do profissional para usar adequadamente todos os recursos e pode ser utilizada para reuniões, conferências, aulas, palestras, etc...

Internet

Rede formada entre computadores situados em locais diferentes, conectados através de um modem que se liga por uma linha telefônica. Sua principal característica é o acesso e transmissão de grande volume de informações e dados, além da rapidez na transferência dos mesmos. Através da internet pessoas podem se comunicar em tempo real, estando elas dispersas geograficamente. Através da rede são disponibilizados os serviços de correio eletrônico, lista de discussão, IRCs, www e outros. A utilização deste meio pode-se dar em diferentes modalidades de eventos, exigindo um planejamento que integre o potencial humano e os recursos tecnológicos aos objetivos e necessidades previamente definidos para com a clientela.

3.2 - Tipos de Eventos

Formação

Processo de desenvolvimento do indivíduo, objetivando qualificá-lo profissionalmente.

Atualização

Processo que visa atualizar os conhecimentos e/ou habilidades, ou simplesmente revisar informações referentes às inovações técnicas e/ou pedagógicas surgidas na área de atuação do profissional.

Aperfeiçoamento

Consiste no preparo de pessoal experiente das instituições, visando a ampliação ou a aquisição de conhecimentos teóricos e desenvolvimento de novas técnicas e métodos de trabalho, resultando na melhoria de seu desempenho profissional.

3.3 - Estratégias para o Desenvolvimento do Evento

Regime de Funcionamento

a) Carga Horária do Evento:

Cada curso deverá ter no mínimo 20 horas.

Os cursos com 40 horas ou mais, poderão ser desenvolvidos sob regime de períodos alternados, porém, sem que nenhum dos períodos impliquem em carga horária inferior a 8 horas.

Todo curso deverá ter carga horária diária mínima de 4 horas e máxima de 8 horas;

As demais modalidades de eventos serão analisadas e aprovadas conforme a apresentação de projeto.

b) Etapas: Partes de curso para um mesmo cursista.

Número de etapas;

Temas ministrados em cada etapa.

c) Pólos

Um curso com o mesmo tema, realizado em diversos locais.

d) Turmas

Número de participantes por turma, máximo 40.

Quando se tratar de cursos de 20 horas pode-se utilizar 4 horas para palestras com todos os participantes. As outras 16 horas deverão ser realizadas em turmas de até 40 cursistas.

Quando se tratar de um curso de 40 horas ou mais, pode-se utilizar até 8 horas para palestras com todos os participantes. As outras 32 horas deverão ser utilizadas em turmas de até 40 cursistas.

Agenda - Curso

Data de horário de cada atividade;

Se for em etapas, apresentar a agenda de cada etapa;

Tema e docente por etapa;

Avaliação

a) Cursos:

Avaliação do curso pelo cursista e avaliação do curso pelo ministrante.

b) Cursista:

Avaliação do cursista pela Gerência Municipal de Educação e Unidade Escolar conforme o caso;

3.4 - Características do Evento

Centralizados

Os cursos centralizados têm por objetivo capacitar os profissionais que atuam nas diversas Gerências do Município, nas áreas consideradas prioritárias. Estes cursos são programados e coordenados pela Gerência Municipal de Educação.

Descentralizados

Os cursos descentralizados têm por objetivo capacitar profissionais que atuam nas diversas Gerências do Município com especial atenção à Gerência Municipal de Educação e Escolas, nas áreas consideradas prioritárias. Estas prioridades devem ser estabelecidas através do Projeto Político Pedagógico e podem ser vinculados à Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), SED, MEC e outros órgãos oficiais.

04 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Critérios para elaboração de projetos

a) Que as propostas dos cursos estejam em consonância com a política de formação do município e no plano de ação da Gerência Municipal de Educação;

b) Que os cursos propostos estejam estruturados segundo as orientações emitidas neste documento e ao mesmo tempo, atendam as áreas consideradas prioritárias a partir do Projeto Político Pedagógico da Escola e da necessidade observada em cada Gerência do Município.

Justificativa

A justificativa, por curso, deverá compreender:

a) Diagnose: Envolve levantamento, análise e interpretação de dados e de informações existentes, de modo a configurar os problemas-chaves, as deficiências, os entraves na área de Recursos Humanos. É a descrição da problemática. É a situação real.

b) Prognose: Envolve a estimativa do que se quer alcançar. Deverá evidenciar as alterações desejáveis, isto é, ser delineada uma realidade que se deseja atingir a curto ou médio prazo. É a situação desejável (o que se quer).

c) Solução proposta: Considerando a "situação real" e a "situação desejável" deverá ser proposta uma ação para a parte do problema (estimar o percentual) ou o problema todo. Em outras palavras, aqui se descreve em linhas gerais, a ação a ser desenvolvida para a solução parcial ou total da problemática levantada (como se quer).

Objetivos

a) Geral: Deverá explicar de modo amplo, os fins que se deseja alcançar na área em que o curso se inserir. O objetivo geral se insere e deriva da prognose: é o amplo desejável.

b) Específico: Deverá descrever o que se quer alcançar com o proposto pelo curso, ou qual a mudança desejada, ou quais

resultados, sem entrar no campo da quantificação.

Metas

As metas deverão identificar a clientela que participará do evento:

- Número total de participantes;
- Especificar a quantidade por rede de ensino (federal, estadual, municipal) ou por Gerência;
- Identificar a área de atuação dos participantes;
- Crerérios de participação do evento.

05 - PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DO EVENTO

Coordenação do trabalho

Caberá a Gerência Municipal de Educação atribuir a um de seus técnicos do setor de ensino a responsabilidade de coordenar os trabalhos de Capacitação de Recursos Humanos de forma integrada. Esta Coordenação deve buscar:

- Que a execução do evento se dê conforme o estabelecido oficialmente - projeto e cronograma;
- Que os relatórios e/ou prestações de contas se dêem rigorosamente nos prazos legais;
- Que a avaliação dos participantes e do curso se efetivem com vistas a se garantir a repercussão das ações na melhoria da qualidade de ensino e do serviço prestado no Município por seus servidores;

Para se obter o desempenho esperado de cada evento, deverá ser previsto espaço físico adequado e material de consumo e pedagógico para o curso e para o cursista;

Cronograma

Cada evento compreende dois momentos:

- Preparação:
 - Autorização da autoridade competente;
 - Preparação ou reserva do local do evento;
 - Confirmação dos docentes;
 - Elaboração e expedição do Termo de Convocação, com critérios de participação;
 - Preparação do material do curso e do cursista;
 - Inscrição do cursista;
 - Ressarcimento de despesas, quando necessárias;
 - Providências quanto ao meio de transporte (passagem, locação, carro oficial).
- Execução:
 - Realização do evento;
 - Frequência e avaliação do evento;
 - Despesas com suporte técnico;
 - Ressarcimento de despesas a quem de direito;
 - Elaboração do relatório técnico-pedagógico;
 - Entrega dos certificados;
 - Montagem e entrega da prestação de contas ao Gerente Municipal de Educação.

06 - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

- Elaborar o projeto de curso de acordo com o modelo anexo;
- Após a realização do evento, elaborar o relatório técnico pedagógico;
- Cabe ao coordenador do curso ou seminário, a entrega dos certificados aos participantes.

Frequência

A frequência obrigatória nos cursos será de 100% (cem por cento). Será permitida ausência de até 20% (vinte por cento) em casos de doença que impeçam a participação do cursista ou ainda, justificativa fundamentada e comprovada submetida à coordenação do evento.

Certificado

Será expedido certificado através da Gerência Municipal de

Educação, a todo o participante que obtiver frequência exigida para cursos e apresentar todos os trabalhos exigidos.

Ao docente, consultor, conferencista e coordenador técnico pedagógico, serão expedidos certificados, constando o tema e a carga horária trabalhada.

Os certificados deverão apresentar modelo padrão da Gerência Municipal de Educação nos quais deverão constar:

- Título do curso;
- Agência executora;
- Período de execução;
- Carga horária do curso;
- Conteúdo programático;
- Frequência do cursista;
- Registro na Gerência Municipal de Educação.

A Gerência Municipal de Educação deverá elaborar um sistema de registro dos certificados e arquivamento dos projetos e relatórios dos cursos ministrados.

Ao término de cada curso deverá a Gerência Municipal de Educação encaminhar uma via do projeto e relatório para conhecimento do Conselho Municipal de Educação e para o Gerente de cada uma das Gerências envolvidas na capacitação.

Recursos Financeiros

Em cada evento poderão ser previstos recursos para:

- Material de consumo;
- Outros serviços e encargos;
- Ressarcimento de despesas;
- Passagens.

ROTEIROS DE PROJETOS DE CURSO

1. IDENTIFICAÇÃO

- Nome do Evento:
- Profissionais envolvidos:
- Local e realização do evento:
- Carga horária do evento:
- Período de realização:
- Órgão Proponente:
- Órgão executor:
- Coordenação do evento:
- Fonte financeira:
- Custo do Evento.

2. JUSTIFICATIVA

3. OBJETIVOS

- Geral:
- Específico:

4. METAS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DECORRENTES DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO EXCLUSIVO PARA A EDUCAÇÃO

Escola _____

Nome dos educadores capacitados _____

Curso _____

Áreas de atuação _____

Carga horária total _____

1. Atividades pedagógicas decorrentes dos cursos de capacitação, desenvolvidas entre os professores capacitados.

2. Em relação às ações dos professores com os alunos, o que melhorou no cotidiano do trabalho da escola em decorrência do

curso de capacitação:

- com relação ao grupo de alunos;
 - com relação aos encaminhamentos da dinâmica em sala de aula;
 - com relação à organização do espaço físico na sala de aula.
3. Pontos positivos/pontos negativos/sugestões;

(Assinaturas dos participantes)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DECORRENTES DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO

Gerência _____

Nome dos servidores capacitados _____

Curso _____

Áreas de atuação _____

Carga horária total _____

1. Atividades decorrentes dos cursos de capacitação, desenvolvidas entre os servidores capacitados.

2. Em relação às ações dos servidores com a população em geral e sua chefia imediata, o que melhorou no cotidiano do trabalho do setor em decorrência do curso de capacitação:

- com relação ao grupo de servidores;
 - com relação aos encaminhamentos da dinâmica do serviço;
3. Pontos positivos/pontos negativos/sugestões;

(Assinaturas dos participantes)

RELATÓRIO TÉCNICO PEDAGÓGICO

ESPECIFICAÇÕES GERAIS

Nome do evento:

Local de realização:

Coordenação:

Período de realização: de a

Entidade promotora:

Carga horária:

Fonte financiadora:

Número total de participantes:

Entidade Executora:

Inscritos:

Concluintes:

Quadro de Servidores:

Outro:

Número de turmas:

RELAÇÃO DOS CURSISTAS COM DIREITO AO CERTIFICADO

Número Ordem	Nome Completo	Função	RG

RELAÇÃO DOS CURSISTAS SEM DIREITO AO CERTIFICADO

Número Ordem	Nome Completo	Motivo	RG

FICHA DE CONTROLE E FREQUENCIA

Evento _____

Data de realização _____

Local _____ Cidade _____

NOME	Assinatura - Turno Matutino	Assinatura - Turno vespertino

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

Evento: _____

Realização _____

Local _____ Cidade _____

Legenda: Ótimo(O) Bom (B) Regular(R) Péssimo(P)

1 - ASPECTOS ADMINISTRATIVOS:

Descrição	O	B	R	P	Outros comentários
Divulgação do curso/ Organização					
Carga Horária					
Integração entre os participantes					
Atendimento da coordenação					
Condições de alimentação					
Condições do Espaço Físico					

2 - ASPECTOS PEDAGÓGICOS:

Descrição	O	B	R	P	Outros comentários
Objetivo do curso					
Material didático utilizado					
Relação docente X Cursista					
Metodologia utilizada					
Coerência dos conteúdos com proposta do Evento					
Conteúdos ministrados					

3 - AVALIAÇÃO DOCENTE

Nome do Docente	O	B	R	P	Outros comentários

4. OBSERVAÇÕES

FICHA DA COORDENAÇÃO

Evento _____

Realização _____

Local _____ Cidade _____

1. DADOS PESSOAIS

Nome completo _____

Função _____

Gerência _____

Data de nascimento ____/____/____/ Município _____

Estado _____ R.G. _____

Endereço _____

Email _____

2. DEMAIS INFORMAÇÕES

Carga Horária do Evento _____

FICHA DO DOCENTE

Evento _____

Realização _____

Local _____ Cidade _____

1. DADOS PESSOAIS

Nome completo _____

Habilitação _____

Data de nascimento ____/____/____/ Município _____

Estado _____ C.I. _____

Endereço _____

Email _____

2. DEMAIS INFORMAÇÕES

TEMA MINISTRADO	CARGA HORÁRIA

FICHA DE INSCRIÇÃO

Evento _____

Nome do Participante _____

(Escreva seu nome sem abreviações, em letra de forma legível)

Carteira de Identidade _____ Data de nascimento _____

Naturalidade _____ CPF _____

Endereço _____

Email _____ Telefone _____

Local de Trabalho _____

Função _____

Situação Funcional _____

Formação Profissional _____

Assinatura do Participante

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

GERÊNCIA MUNICIPAL DE _____

LEI MUNICIPAL Nº ____ / ____

CERTIFICADO

Certificamos que _____

_____, CI nº _____

, CPF nº _____, nascido (a)

em ____ de ____ de ____, participou do

_____,

realizado no período de ____ à ____ de ____ de

_____, com duração de ____ horas aula, promovido pela ____

_____.

_____.

Alto Bela Vista-SC, ____ de ____ de ____

Gerência Municipal de Educação Cursista
Evento _____

Nome do (a) Cursista: _____

DATA	TEMAS	CARGA HORÁRIA	MINISTRANTES	FREQÜÊNCIA

Certificado Registrado sob nº _____ ,
livro nº _____ Fls _____ em _____ de _____ de _____ .

Registrado por: _____
PMP/SME

Republicação- Lei Municipal Nº 625, de 30 de Outubro de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Municipal nº 625, de 30 de outubro de 2013.

Autoriza o Município, adquirir e repassar materiais à Associação Comercial e Industrial de Marcelino Ramos - RS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1.º - Fica o Município de Alto Bela Vista, autorizado a adquirir e repassar materiais à Associação Comercial e Industrial de Marcelino Ramos - RS - ACIMAR, visando, exclusivamente, efetivar melhorias na Ponte Rodo Ferroviária de Marcelino Ramos, no valor de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Parágrafo Único - O repasse de materiais, de que trata o "caput" deste artigo, dar-se-á na forma de termo de Convênio, mediante a prestação de contas da utilização dos materiais recebidos conforme Plano de Trabalho previamente aprovado.

Art. 2º - As despesas resultantes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria nº 0501-26.782.0019.2.035-3.3.90.00.00.00.00-0000.(Cód. 83)

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC,
em 30 de Outubro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável Pelas Publicações

Republicação- Lei Municipal Nº 623, de 30 de Outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 580.800,00 (Quinhentos e oitenta mil e oitocentos reais) para atender as seguintes ações orçamentárias:

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.02	Controle Interno
04	Administração
04.124	Controle Interno
04.124.0002	Sistema de Controle Interno
04.124.0002.2.003	Atividades do Sistema de Controle Interno
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00
02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.01	Gerência de Administração e Finanças
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	Administração Geral
04.122.0003	Ações de Administração Geral
04.122.0003.2.007	Atividades Administrativas e Burocráticas
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
04.122.0003.2.008	Manutenção do Prédio do Centro Administrativo
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS
28.846	Outros Encargos Especiais
28.846.0000	Operações Especiais
28.846.0000.0.001	Cumprimento das Obrig. Contrib. e Tributárias - PASEP
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 21.000,00

02.02	Administração Tributária
04	ADMINISTRAÇÃO
04.123	Administração Financeira
04.123.0008	Ação Tributária e Administração Financeira
04.123.0008.2.013	Atividades de Tributação e Administração Financeira
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.300,00

04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
20	AGRICULTURA
20.601	Promoção da Produção Vegetal
20.601.0011	Mecanização Agrícola
20.601.0011.1.007	Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 60.000,00
04.601.0011.2.017	Atividades de Mecanização Agrícola - Pessoal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 36.000,00
20.602	Promoção da Produção Animal
20.602.0013	Ações de Promoção da Pecuária
20.602.0013.2.019	Assistência Técnica/Médico Veterinária - Pessoal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
20.606	Extensão Rural
20.606.0014	Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural
20.606.0014.2.018	Assistência e Desenvolvimento Rural - Pessoal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 37.000,00
04.02	Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUNDEAGRO
20	AGRICULTURA
20.601	Promoção da Produção Vegetal
20.601.0011	Mecanização Agrícola
20.601.0011.2.022	Atividades e Serviços de Mecanização Agrícola
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas	
	R\$ 40.000,00	
20.606	Extensão Rural	
20.606.0014	Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural	
20.606.0014.2.030	Atividades Escritório Agricultura	
3	DESPESAS CORRENTES	
3.3	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas	
	R\$ 2.000,00	
05	GERÊNCIA DE TRANSPORTES	
05.01	Gerência de Transportes	
26	Transporte	
26.782	Transporte Rodoviário	
26.782.0019	Rodovias Municipais Adequadas	
26.782.0019.2.034	Atividades Gerais de Transportes	
3	DESPESAS CORRENTES	
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas	
	R\$ 60.000,00	
06.00	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.01	Coordenadoria de Assistência Social	
08	Assistência Social	
08.244	Assistência Comunitária	
08.244.0023	Assistência Social e Comunitária	
08.244.0023.2.038	Atividades de Assistência Social Geral	
3	DESPESAS CORRENTES	
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas	
	R\$ 36.000,00	
3.3	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas	
	R\$ 1.500,00	
07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.	
07.01	Urbanismo - Serviços de Infraestrutura Urbana	
15	URBANISMO	
15.452.0026	Manutenção das Áreas Urbanas	
15.452.0026.2.046	Atividades Gerais de Urbanismo	
3	DESPESAS CORRENTES	
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas	
	R\$ 16.000,00	

09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
09.03	Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044.2.079	Atividades Gerais do Ensino Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 105.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
12.361.0044.2.080	Atividades Gerais do Ensino Fundamental - FUNDEB
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
12.361.0044.2.083	Manutenção de Veículos da Educação
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00
09.04	Ensino Médio
12	EDUCAÇÃO
12.362	Ensino Médio
12.362.0046	Apoio ao Ensino Médio
12.362.0046.2.087	Serviços de Transporte Escolar - Ensino Médio
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 57.000,00
10.00	GERÊNCIA DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO.
10.01	Ações e Atividades de Cultura
13	CULTURA
13.392	Difusão Cultural
13.392.0050	Resgate, Preservação e Difusão Cultural.
13.392.0050.2.090	Atividades Gerais da Cultura
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
10.02	Esportes e Lazer
27	DESPORTO E LAZER
27.812	Desporto Comunitário

27.812.0051	Esportes como Ação de Integração e de Formação
27.812.0051.2.092	Atividades Gerais de Esportes
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
27.813	Lazer
27.813.0052	Lazer e Integração Comunitária
27.813.0052.2.094	Atividades de Integração e Lazer
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 25.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.02	Controle Interno
04	ADMINISTRAÇÃO
04.124	Controle Interno
04.124.0002	Sistema de Controle Interno
04.124.0002.2.003	Atividades do Sistema de Controle Interno
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00
01.03	Assessoria de Comunicação e Informação
04	ADMINISTRAÇÃO
04.131	Comunicação Social
04.131.0004	Publicações Oficiais e Publicidade Institucional
04.131.0004.2.004	Atividades Gerais de Comunicação e Informação
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 25.368,69
04.131.0004.2.005	Publicidade Administrativa e Legal
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
04.131.0004.2.006	Publicidade Institucional
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas

	R\$ 7.000,00
02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.01	Gerência de Administração e Finanças
14	DIREITOS DA CIDADANIA
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
14.422.0007	Defesa dos Direitos do Consumidor
14.422.0007.2.012	Ações de Defesa dos Direitos do Consumidor
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.70.00.0.1.0000.0	Transf. a Instituições Multigovernamentais Nacionais
	R\$ 630,00
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 1.067,87
02.02	Administração Tributária
04	ADMINISTRAÇÃO
04.123	Administração Financeira
04.123.0008	Ação Tributária e Financeira
04.123.0008.2.013	Atividades de Tributação e Administração Financeira
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 16.300,00
03.00	GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
03.02	Contabilidade e Gestão Financeira
04	ADMINISTRAÇÃO
04.121	Planejamento e Orçamento
04.121.0009	Contabilidade e Gestão Fiscal
04.121.0009.2.014	Atividades de Contabilidade e Gestão Fiscal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 8.000,00
04	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
18	GESTÃO AMBIENTAL
18.544	Recursos Hídricos
18.544.0012	Ações Ambientais
18.544.0012. 2.016	Ações de Gestão Ambiental
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 2.061,00

4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 3.307,00
20.602	Promoção da Produção Animal
20.602.0013	Ações de Promoção da Pecuária
20.602.0013.1.008	Estruturação da Assistência Médico Veterinária
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
4.4.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 13.000,00
04.02	Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária
20	Agricultura
20.601	Promoção da Produção Vegetal
20.601.0016	Adubo e Sementes de Cereais
20.601.0016.2.024	Disponibilização de SEMENTES DE CEREAIS
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 12.700,00
20.601.0011	Mecanização Agrícola
20.601.0011.2.023	Serviços de Infraestrutura Agrícola
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.820,00
20.601.0016	Adubo e Sementes de Cereais
20.601.0016.2.025	Disponibilização de ADUBOS
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 40.768,86
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 3.261,24
20.602	Promoção da Produção Animal
20.602.0013	Ações de Promoção da Pecuária
20.602.0013.2.028	Manutenção Veículos da Assistência Técnica/Veterinária
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas

	R\$ 5.000,00
05.00	GERÊNCIA DE TRANSPORTES
05.01	Gerência de Transportes
26	TRANSPORTES
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0018	Obras de Infraestrutura Rodoviária
26.782.0018.1.010	Construção de Obras Rodoviárias Diversas
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00
26.782.0018.1.014	Participação no CONSÓRCIO INTEGRAR
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.71.00.0.1.0344.0	Transferências a Consórcios Públicos
	R\$ 1.000,00
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.71.00.0.1.0344.0	Transferências a Consórcios Públicos
	R\$ 1.000,00
26.782.0019	Rodovias Municipais Adequadas
26.782.0019.1.012	Maquinas e Equipamentos para Garagem
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
26.782.0019.1.013	Construção de Garagem para Máquinas
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0344.0	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00
06.00	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.01	Coordenadoria de Assistência Social
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244	Assistência Comunitária
08.244.0023	Assistência Social e Comunitária
08.244.0023.1.016	Aquisição de Bens de Uso Social
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 1.300,00
08.244.0023.2.036	Participação em Projetos Comunitários
3	DESPESAS CORRENTES

3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.0.1.0000.0	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos
	R\$ 10.000,00
06.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.241	Assistência ao Idoso
08.241.0020	Vida Melhor aos de Melhor Idade
08.241.0020.2.039	Atenção e Assistência às Pessoas Idosas
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.0.1.0000.0	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos
	R\$ 1.100,00
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
06.03	Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA
08	Assistência Social
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente
08.243.0022	Preservação dos Direitos da Criança e do Adolescente
08.243.0022.2.044	Atividades do Conselho Tutelar e CMDCA
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 36.000,00
07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.
07.01	Urbanismo - Serviços de Infraestrutura Urbana
15	URBANISMO
15.452	Serviços Urbanos
15.452.0024	PLANO DIRETOR - Desenvolvimento Sustentável
15.452.0024.2.045	Implantação do PLANO DIRETOR
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 500,00
17.512	Saneamento Básico Urbano
17.512.0032	Serviços de Saneamento Básico Urbano
17.512.0032.2.053	Serviços de Coleta e Destino Final do Lixo
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00

09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
09.01	Alimentação Escolar
12	EDUCAÇÃO
12.306	Alimentação e Nutrição
12.306.0042	Alimentação Escolar de Qualidade
12.306.0042.1.031	Estruturas para Programa Alimentação Escolar
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
09.02	Educação Infantil
12	EDUCAÇÃO
12.365	Educação Infantil
12.365.0043	Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil
12.365.0043.2.074	Atividades Gerais da Educação Infantil
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 15.000,00
12.365.0043.2.078	Serviços de Transporte Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 15.000,00
09.03	Ensino Fundamental
12	EDUCAÇÃO
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044.2.080	Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0106.0	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00
10.00	GERÊNCIA DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO.
10.01	Ações e Atividades de Cultura
13	CULTURA
13.392	Difusão Cultural
13.392.0050	Resgate, Preservação e Difusão da Cultura.
13.392.0050.1.037	Aquisição de Mobiliário e Equipamentos
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00

13.392.0050.1.038	Aquisição de Acervo Bibliográfico
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 508,30
13.392.0050.2.090	Atividades Gerais da Cultura
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 98.918,25
13.392.0050.2.091	Concessão Subvenções à Entidades Culturais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.0.1.0000.0	Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos
	R\$ 21.500,00
10.02	Esportes e Lazer
27	DEPORTO E LAZER
27.812	Desporto Comunitário
27.812.0051	Esportes como Ação de Integração e de Formação
27.812.0051.2.093	Atividades Gerais de Esportes
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.0.1.0000.0	Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos
	R\$ 10.000,00

Parágrafo Único - serão utilizados ainda, recursos decorrentes do superávit financeiro do exercício anterior, seguindo a seguinte ordem de vinculação:

Vínculo	Valor em R\$
0.1.0000	4.508,79
0.1.0344	7.180,00
0.1.0106	47.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 30 de Outubro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável Pelas Publicações

Republicação- Lei Municipal Nº 624, de 30 de Outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, no valor de R\$ 148.000,00 (Cento e quarenta e oito mil reais), nas seguintes ações orçamentárias:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
08.01	Fundo Municipal de Saúde - FMS
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.057	Atividades Gerais da Atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
3.1.90.00.0.1.0305	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
10.301.0034.2.061	Assistência em Saúde - AUXÍLIOS E PASSAGENS
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 18.000,00
10.301.0035	Estratégia de Saúde da Família - SF
10.301.0035.2.063	Atividades, Ações e Serviços da SF
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 120.000,00
10.301.0037.2.066	Atividades de Saúde Odontológica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
08.01	Fundo Municipal de Saúde - FMS
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.100	Atividades e Serviços do NASF
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
10.301.0035	Estratégia de Saúde da Família - SF
10.301.0035.2.063	Atividades, Ações e Serviços da SF
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 1.000,00
10.301.0036	Agentes Comunitários de Saúde
10.301.0036.2.065	Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00
10.301.0037	Saúde Odontológica
10.301.0037.1.028	Estruturas para a Saúde Odontológica
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
10.304	Vigilância Sanitária
10.304.0039	Ações de Vigilância Sanitária
10.304.0039.2.068	Serviços de Vigilância Sanitária
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos
3.1.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 26.000,00

Parágrafo Único - serão utilizados ainda, recursos decorrentes do superávit financeiro do exercício anterior, seguindo a seguinte ordem de vinculação:

Vínculo	Valor em R\$
0.1.0301	82.000,00
0.1.0305	3.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 30 de Outubro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável Pelas Publicações

Republicação- Lei Municipal Nº 626, de 12 de Novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DE GOVERNO DO MUNICÍPIO, PARA O QUADRIÊNIO 2014-2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessman Reichert, Prefeita do Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município, para o período de 2014 a 2017, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, na forma dos anexos integrantes desta Lei, que será executado nos termos das respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias e das Leis Orçamentárias Anuais.

Art. 2º O Plano Plurianual tem como diretrizes:

I - a promoção do desenvolvimento sustentável, equilibrado e solidário;

II - a realização das políticas públicas para a cidadania, a afirmação dos direitos e da justiça social ao arrimo dos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública Municipal;

III - a efetivação das políticas públicas de forma democrática e igualitária, através da qualidade da gestão pública.

Art. 3º O Plano Plurianual de Governo foi elaborado observando as seguintes diretrizes e objetivos estratégicos para a ação do Governo Municipal:

I - Criar condições para o desenvolvimento sócio-econômico do Município, tendo como metas:

a) a geração de renda e sua melhor distribuição, em todos os setores de atividades econômicas no Município;

b) garantir o desenvolvimento integrado das atividades agropecuárias e agroindustriais;

c) aumentar o nível de emprego, preferentemente, com mão-de-obra capacitada e qualificada;

II - garantir acesso às escolas de todos os alunos com idade própria à educação Básica, com prioridade aos níveis da educação infantil e do ensino fundamental, em condições de qualificar o processo de ensino e de reduzir o absenteísmo, erradicar o analfabetismo e:

a) oferecer ensino em período integral;

b) oferecer condições de facilitação de acesso ao ensino médio, técnico-profissionalizante e de graduação;

III - garantir o direito e o acesso a programas de saúde pública à toda a população, oferecendo serviços básicos, com ênfase às atividades, ações e serviços preventivos;

IV - realizar campanhas para a solução de problemas sociais de natureza temporária, cíclica ou intermitente, que possam ser debelados ou erradicados por esse meio;

V - realizar campanhas e promover ações para a solução dos problemas ambientais, específicos ou gerais, para debelá-los e erradicá-los;

VI - integrar a área rural e áreas periféricas, ainda à margem de estrutura e serviços de saneamento básico;

VII - integrar os programas e ações municipais com os do Estado e os do Governo Federal e com Municípios da microrregião;

VIII - intensificar as relações com os Municípios vizinhos, especialmente os da associação microrregional, a fim de se dar solução conjunta a problemas comuns;

IX - elaborar, propor e executar efetiva política municipal de saneamento básico;

X - promover, estimular e incentivar o comprometimento de agentes públicos e privados com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais através de estratégias de desenvolvimento sustentável;

XI - estimular o desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente para fomentar atividades econômicas;

XIII - garantir o direito à acessibilidade e à mobilidade através de atividades, ações e serviços adequados e que promovam a integração entre as pessoas, as comunidades interioranas e os espaços urbanos;

XIV - elaborar, propor, implantar, fiscalizar, atualizar e adequar o Plano Diretor do Município, com prioridade às áreas urbanizadas, urbanizáveis, ou de expansão urbana;

XV - garantir o direito à cidade de qualidade através de mecanismos de participação da população nas definições acerca do planejamento estratégico, de sua execução, fiscalização e atualização;

XVI - promover acesso amplo e transparente à informação pública, como forma moderna de gestão e para atrair os habitantes a parcerias de interesse público;

VVII - oferecer aos administrados serviços de qualidade, com eficiência, através da qualificação e capacitação continuada dos quadros de pessoal da Administração Municipal.

Art. 4º Os programas constantes dos anexos desta Lei, constituem-se nos instrumentos de organização das ações a serem desenvolvidas e executadas pelo Governo Municipal no período de vigência do Plano Plurianual.

Art. 5º Para que haja equilíbrio das contas públicas em cada exercício financeiro, os valores constantes do Plano Plurianual, serão atualizados por iniciativa do Prefeito Municipal, em cada exercício de vigência, quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo único. Os valores consignados nas ações dos programas do Plano Plurianual são referenciais e não constituem limites de estimativas de receitas ou de programação de despesas, sendo flexíveis e alteráveis em cada Lei de Diretrizes Orçamentárias em cada Lei Orçamentária, assim como em propositura de créditos adicionais, observadas as disposições da legislação vigente, especialmente da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes, guardada, em qualquer caso, a compatibilidade com a Lei de Diretrizes orçamentárias.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º Durante o período de vigência do presente Plano Plurianual, as alterações ou inclusões de projetos e atividades somente poderão ser propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei específico.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a introduzir modificações no Plano Plurianual, no que respeitar aos objetivos, às ações e às metas previstas para o período abrangido, nos casos de:

I - alteração de indicadores de programas;

II - inclusão, exclusão ou alteração de ações e respectivas metas, exclusivamente nos casos em que tais modificações não envolvam aumento nos recursos orçamentários.

Art. 8º O levantamento das necessidades foi feito em audiências públicas com a participação popular dando sugestões para a elaboração das ações do Plano Plurianual, em atendimento ao art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e as prioridades de cada exercício serão discutidas, também, em audiências públicas, para serem incluídas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício e na Lei Orçamentária Anual.

Art. 9º Os investimentos em Obras e Instalações, constantes do Plano Plurianual, somente poderão ser iniciados com prévia inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na respectiva Lei Orçamentária Anual, ou com lei específica que autorize a sua inclusão.

Art. 10. Os Projetos de Obras em andamento terão sempre prioridade sobre os demais.

Parágrafo único. Excetuam-se da disposição estabelecida no caput deste artigo os programas:

I - de educação básica;

II - de ações e serviços públicos de saúde;

III - de garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC,
em 12 de Novembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva

Responsável Pelas Publicações

Republicação- Lei Complementar Nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS ANEXOS I, II E III, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 12, DE 10 DE JANEIRO DE 2005, QUE "DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexos I, II e III, da Lei Complementar nº 12, de 10 de janeiro de 2005, passam a vigorar com a composição estrutural dos Anexos desta Lei Complementar.

Art. 2º Os cargos em extinção, conforme indicado nos Anexos desta Lei, serão automaticamente extintos na ocorrência de vacância, quando esta ocorrer na forma estabelecida no art. 38, da Lei Complementar nº 11, de 10 de janeiro de 2005.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC),
em 01 de novembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva

Responsável Pelas Publicações



2
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

A N E X O I

QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CATEGORIA FUNCIONAL/CARREIRA/CARGOS		NÍVEL	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL MÍNIMA	Nº DE VAGAS
I. AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS					
a)	Agente de Limpeza e Copa				09
b)	Merendeira	01 a 05	A a F	40,00 horas	07
c)	Agente Comunitário de Saúde				05
d)	Auxiliar de Serviços Gerais			44,00 horas	11
e)	Auxiliar de Creche	11 a 15		40,00 horas	04
f)	Auxiliar de Consultório Dentário	36 a 40		37,50 horas	01
g)	Auxiliar Administrativo				02
II. AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS					
a)	Inseminador			44,00 horas	02
b)	Telefonista	06 a 10	A a F	37,50 horas	02
c)	Receptionista				02
d)	Operador de Máquinas Agrícolas				08
e)	Operador de Pá Carregadeira	16 a 20	A a F	44,00 horas	01
f)	Operador de Retroescavadeira				04
g)	Operador de Balsa				06
h)	Motorista				13
i)	Agente de Construção e Manutenção	21 a 25	A a F	44,00 horas	02
j)	Agente de Vigilância Sanitária	26 a 30	A a F	37,50 horas	02
k)	Operador de Escavadeira Hidráulica				01
l)	Operador de Motoniveladora	31 a 35	A a F	44,00 horas	02
m)	Operador de Trator de Esteiras				02
n)	Agente Administrativo	36 a 40	A a F	37,50 horas	04
o)	Tesoureiro				01
p)	Fiscal				01
q)	Mecânico	56 a 60	A a F	44,00 horas	02

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



3
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

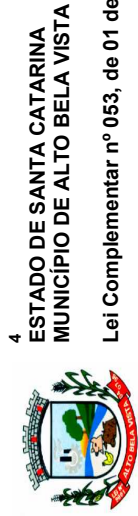
A N E X O I

QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CATEGORIA FUNCIONAL/CARREIRA/CARGOS	NÍVEL	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL MÍNIMA	Continuação Nº DE VAGAS
III. SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO				
a) Auxiliar de Enfermagem – Cargo em Extinção	41 a 45		40,00 horas	01
b) Técnico em Agropecuária	46 a 50	A a F	37,50 horas	01
c) Técnico em Enfermagem	51 a 55		40,00 horas	04
IV. SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR				
a) Fonoaudiólogo				02
b) Psicólogo				02
c) Farmacêutico	56 a 60	A a F	20,00 horas	02
d) Fisioterapeuta	61 a 65	A a F	37,50 horas	01
e) Auxiliar de Contabilidade			40,00 horas	01
f) Assistente Social	66 a 70	A a F	40,00 horas	01
g) Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social				
h) Engenheiro Civil	71 a 75	A a F	20,00 horas	01
i) Enfermeiro	76 a 80	A a F	40,00 horas	02
j) Médico Veterinário				
k) Psicólogo	81 a 85	A a F	37,50 horas	02
l) Contador			40,00 horas	01
m) Agente de Controle Interno				
n) Biólogo	86 a 90	A a F	37,50 horas	01
o) Advogado	91 a 95	A a F	16,00 horas	01
p) Odontólogo	96 a 100	A a F	40,00 horas	01
q) Médico – Clínica Geral				
r) Médico - Ginecologista	101 a 105	A a F	20,00 horas	02
s) Médico – Clínica Geral	106 a 110	A a F	40,00 horas	01

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



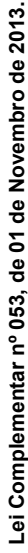
4
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

A N E X O II
DESCRIÇÃO DE HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES GERAIS
DOS CARGOS, POR CARREIRAS.

CARREIRAS	Nº DE VAGAS	HABILITAÇÃO		ATRIBUIÇÕES	
		Cargos	Descrição da Habilitação	Genéricas	Específicas
I AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS	39	Agente de Copa e Limpeza	Alfabetização	Cargos existentes para executar serviços auxiliares, de menor complexidade, nos diversos setores da Administração, como no funcionamento de escolas, unidades de saúde, na execução de limpeza e higienização de ambientes; no preparo e fornecimento de merenda e refeições e outros afins; nos serviços de vigia e proteção de bens públicos; na execução de serviços de limpeza e manutenção de bens, inclusive prediais e de logradouros públicos urbanos e rodovias municipais; de bens públicos e de estradas municipais; limpeza e manutenção de máquinas rodoviárias e veículos; serviços diversos, não qualificados junto à escolas e unidades de saúde; serviços auxiliares e de suporte às ações de saúde, inclusive em ações preventivas e orientativas.	Executar serviços de limpeza predial, higienização de ambientes de trabalho, de estar, circulação e sanitários; serviços de copa em repartições municipais, inclusive em repartições de serviços sociais e de saúde; serviços de limpeza e manutenção interna e externa; participar de serviços em equipe, especialmente na ocorrência de eventos coletivos, comunitários, civicos e festivos, organizados pela Administração Municipal; auxiliar outros servidores da repartição, observadas as competências e habilitação; atender designações legais.
		Merendeira			Serviços de preparo e fornecimento de refeições nas escolas municipais, com obediência às regras mínimas de higiene e limpeza, regras de nutrição e do programa nacional de alimentação escolar; preparar refeições segundo cardápio previamente elaborado por profissional em Nutrição; servir as refeições aos alunos, com urbanidade e respeito; executar limpeza de ambientes escolares, limpeza e higienização de utensílios e equipamentos de cozinha, cultivo de legumes e hortaliças em hortas escolares; e outros serviços afins junto às escolas municipais; atender designações legais.
		Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental, curso introdutório de formação inicial e continuada e residir na microárea de atuação.		Executar atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, mediante: I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e socio-cultural da comunidade; II - a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; IV - o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; V - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e VI - a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; Realizar outros serviços junto às Unidades Básicas de Saúde, após executadas as atribuições antes elencadas; atender designações legais.

Continuação

Continuação



6 ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

I AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS			Ensinio Médio	<p>Cargos existentes para executar serviços auxiliares, de menor complexidade, nos diversos setores da Administração, como no funcionamento de escolas, unidades de saúde, na execução de limpeza e higienização de ambientes; no preparo e fornecimento de merenda e refeições e outros afins; nos serviços de vigia e proteção de bens públicos; na execução de serviços de limpeza e manutenção de bens, inclusive prediais e de logradouros públicos urbanos e rodovias municipais; de bens públicos e de estradas municipais; limpeza e manutenção de máquinas rodoviárias e veículos; serviços diversos, não qualificados junto a escolas e unidades de saúde; serviços auxiliares e de suporte as ações de saúde, inclusive em ações preventivas e orientativas.</p>	<p>I - realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde; II - proceder à desinfecção e à esterilização de materiais e instrumentos utilizados; III - preparar e organizar instrumental e materiais necessários; IV - instrumentalizar e auxiliar o cirurgião dentista procedimentos clínicos; V - cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos; VI - organizar a agenda clínica; VII - acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; VIII - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF; executar outras atribuições para o bom desempenho dos programas de saúde bucal; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; tratar as pessoas com urbanidade e respeito; atender designações, quando legais.</p> <p>Executar serviços de auxiliar em serviços e atividades administrativas e burocráticas, como digitação de documentos, arquivamento, protocolo, recepção e encaminhamento de pessoas nas repartições públicas, operação de máquinas fotocopadoras; auxiliar nas atividades contábeis, financeiras, administrativas, fazendárias, de recursos humanos, em compras e licitações; controle patrimonial; auxiliar na execução de atividades burocráticas nos diversos setores da Administração, redação oficial, participar em comissões e equipes de trabalho; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; e outras atividades administrativas junto aos diversos órgãos da Administração.</p>
		Auxiliar de Consultório Dentário			
		Auxiliar Administrativo			

Continuação



**7 ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

II AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS.	54	Receptionista	Ensinio Médico	<p>Serviços de recepção e encaminhamento de pessoas às diversas repartições na Prefeitura Municipal ou em outras dependências administrativas; controle de agenda de seus superiores; digitação de correspondência oficial e outros documentos; operação de computadores; para melhor desempenho das atribuições do cargo: operação de máquinas fotocopiadoras, centrais telefônicas e fax; correspondência eletrônica do interesse da Administração; controle de correspondências expedidas e recebidas; protocolo de documentos; auxiliar em outras atividades administrativas; participar de eventos públicos e coletivos promovidos pela Administração Municipal; participar de comissões e de trabalhos em equipe; atender designações, quando legais.</p> <p>Serviços de operação de centrais telefônicas, execução e recepção e destinação de ligações telefônicas, controle de listas e agendas telefônicas, conforme determinar o interesse e os serviços públicos; operação de equipamentos de fax; prover correspondência eletrônica de interesse da Administração; controle de correspondências recebidas e expedidas; protocolo de documentos; recepção e encaminhamento de pessoas e documentos; auxiliar em outras atividades administrativas; digitação de correspondência oficial e outros documentos; operação de computadores, para melhor desempenho das atribuições do cargo participar de eventos públicos e coletivos promovidos pela Administração Municipal; participar de comissões e de trabalhos em equipe; atender designações, quando legais.</p> <p>Realizar serviços de inseminação em gado bovino, nas propriedades rurais; manutenção dos equipamentos e guarda dos materiais próprios; dirigir o veículo que lhe for colocado à disposição, bem como prover sua limpeza e manutenção básica; executar os serviços sob orientação da medicina veterinária; orientar os proprietários rurais, acerca de conhecimentos técnicos sobre inseminação e sanidade animal; elaborar relatórios, mapas e estatísticas de atendimento e de resultados efetivos do trabalho; participar da formulação das políticas pertinentes à agropecuária; participar em comissões e em trabalhos em equipe; participar em eventos públicos e coletivos promovidos pela Administração e de interesse da agropecuária; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender à designações, quando legais; outras atribuições pertinentes ao cargo.</p>
		Telefonista		
		Inseminador	Alfabetização e curso específico	

Continuação

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



**8 ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS.	II	Fiscal	Ensino Médio	Cargos existentes para desenvolver, em área de maior complexidade, tais como: serviços não técnicos de saúde; operação de máquinas agrícolas e rodoviárias, em serviços de infra-estrutura agrícola, rodoviária e urbana; operação e direção de veículos, ambulâncias e caminhões, nos serviços específicos; de execução direta de obras e serviços de construção, reforma e manutenção de bens públicos, inclusive de obras e serviços de manutenção do sistema viário municipal; serviços de manutenção e recuperação de máquinas agrícolas, rodoviárias e veículos; serviços administrativos diversos, segundo as necessidades dos órgãos administrativos; serviços de fiscalização sanitária, na produção e comercialização de alimentos e medicamentos e serviços de saúde; serviços e atividades sociais; serviços de operacionalização e fiscalização tributária, de obras e posturas, compreendendo cadastramento mobiliário e de contribuintes; serviços de organização e atendimento de bibliotecas; serviços de tesouraria e pagadoria.	Executar os serviços de fiscalização tributária, fazendária, de obras e de posturas, segundo determinar e legislação pertinente; proceder ao controle do cadastro de contribuintes e do cadastro imobiliário; controle do lançamento e da cobrança tributária, bem como da dívida ativa não tributária; proceder autuações e notificações, quando necessário; solicitar ao setor jurídico quando necessário a execução fiscal de créditos do Município; expedir avisos de cobrança; participar de comissões e de equipes de trabalho; participar em eventos públicos e coletivos, quando promovidos pela Administração; atender designações, quando legais; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; executar outras atribuições, para o pleno atendimento das normas que deva conhecer e aplicar.
		Operador de Máquinas Agrícolas Operador de Motoniveladora Operador de Trator de Esteiras Operador de Pá Carregadeira Operador de Retroescavadeira Operador de Escavadeira Hidráulica	Alfabetização e habilitação mínima prevista no art. 143, III a art. 144, do CTB.	Operar máquinas nos serviços de infra-estrutura rodoviária, agrícola, e urbana; promover a manutenção e recuperação preventiva das máquinas e de seus componentes; executar outros serviços na respectiva repartição, sempre que a máquina estiver fora de ação, por motivo de recuperação, ou quando não houver a necessidade de sua utilização (inclusive trabalhos braçais); auxiliar outros operadores, motoristas e outros agentes da repartição nos serviços correlatos, inclusive de carga e descarga; auxiliar mecânicos na manutenção da respectiva máquina; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação.	
		Operador de Balsa	Alfabetização	Executar serviços de operação de balsa, na travessia de veículos, máquinas e pessoas em rios, no sistema rodoviário municipal, bem como manter preventivamente os equipamentos; executar outros serviços decorrentes da operação, como preparo e manutenção dos locais de atracação; orientar os usuários do serviço, acerca das normas de segurança; zelar pela segurança própria, de terceiros e do patrimônio público ou particular, na operação de balsas; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação.	

Continuação

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.





9 ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

II AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS.			<p>Cargos existentes para desenvolver, em área de maior complexidade, tais como: serviços não técnicos de saúde; operação de máquinas agrícolas e rodoviárias, em serviços de infra-estrutura agrícola, rodoviária e urbana; operação e direção de veículos, ambulâncias e caminhões; nos serviços específicos; de execução direta de obras e serviços de construção, reforma e manutenção de bens públicos, inclusive de obras e serviços de manutenção do sistema viário municipal; serviços de manutenção e recuperação de máquinas agrícolas, rodoviárias e veículos; serviços administrativos diversos, segundo as necessidades dos órgãos administrativos; serviços de fiscalização sanitária, na produção e comercialização de alimentos e medicamentos e serviços de saúde; serviços e atividades sociais; serviços de operacionalização e fiscalização tributária, de obras e posturas, compreendendo cadastramento mobiliária e contribuintes; serviços de organização e atendimento de bibliotecas; serviços de tesouraria e pagadoria.</p>	<p>Exercer a direção de automóveis, utilitários, ônibus e caminhões da municipalidade, para o transporte de materiais, especialmente nos serviços de infra-estrutura rodoviária e urbana; transporte de pessoas, inclusive de urgência e emergência e de transporte escolar, estar disponível para outros serviços na repartição sempre que necessário, ou quando o veículo estiver fora de operação (inclusive trabalhos braçais); cooperar com os demais agentes em suas funções, inclusive nos serviços de mecânica; executar os serviços de carga e descarga, promover a manutenção preventiva e limpeza do veículo e de seus componentes; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; atender designações, quando legais; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação.</p>
	Motorista	Alfabetização e habilitação mínima prevista no art. 143, c/c art. 146, do CTB, conforme o caso.		<p>Execução dos serviços de manutenção e reparação e reforma predial e na execução de obras e serviços em prédios e logradouros públicos; execução de obras, de menor porte, como bueiros, sarjetas e outras formas de esgotamento de águas pluviais ou de pequenos córregos e vertentes; manutenção e recuperação de pontes, pontilhões e bueiros, bem como a sua construção, quando de menor complexidade; executar outros serviços pertinentes à especialidade de pedreiro e carpinteiro; estar sempre disponível para trabalhos externos e para auxiliar em outras atividades e serviços do órgão, inclusive para a preparação e montagem de estruturas para eventos públicos, como festivais, feiras, exposições e outros; além de serviços elementares em instalações elétricas e hidrossanitárias.</p>
	Agente de Construção e Manutenção	Alfabetização		<p>Executar serviços nas atividades e ações de manutenção preventiva e de recuperação de máquinas, veículos e implementos pertencentes ao patrimônio público municipal; executar serviços de lavagem e lubrificação, montagem e desmontagem mecânica e de componentes de máquinas e veículos; promover a troca de óleos, verificação de sistemas elétricos, de refrigeração, hidráulicos e outros; serviços de montagem, desmontagem e troca de pneus; orientação operacional a motoristas e operadores; outros serviços e manutenção e recuperação mecânica, inclusive de acessórios e equipamentos, sempre com o objetivo de prevenção e de manutenção da segurança operacional; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; atender designações, quando legais; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento.</p>
	Mecânico			

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.

10



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								</
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	----

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



11
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

Continuação			
III SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO.	06	Auxiliar de Enfermagem (Cargo em Extinção)	<p>Exercer atividades auxiliares nos serviços de enfermagem, junto às unidades de saúde e no desenvolvimento dos programas, serviços e ações de saúde pública; atividades auxiliares aos demais profissionais de saúde, como instrumentistas; exercer atividades em campanhas de saúde pública, especialmente as de imunização e no controle epidemiológico; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; executar outros serviços afins, além de outras atribuições inerentes à especialidade.</p>
		Técnico em Agropecuária	<p>Exercer as atividades de planejamento e de execução de planos, projetos, programas e atividades de expansão e de melhoria das atividades agropecuárias; assistência técnica às propriedades agropecuárias no Município; inserção de alternativas econômicas nas atividades agropecuárias; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo.</p>
		Técnico em Enfermagem	<p>Exercer as atividades técnicas de enfermagem, além de participar dos serviços e das ações de saúde pública, junto às unidades de saúde e na operacionalização dos programas de saúde em que o Município seja participante ou os desenvolva especialmente os de saúde preventiva e das campanhas de saúde pública e de controle epidemiológico; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; atender designações, quando legais; participar de cursos de capacitação e aperfeiçoamento; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo.</p>

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



12
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

Continuação			
<p>IV SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.</p>	26	Farmacêutico	<p>Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito de saúde em enfermagem, medicina (clínica geral e Ginecologia), odontologia, assistência social, de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento agropecuário; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno; administração, engenharia; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes a cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, de biologia (voltada especialmente às atividades agropecuárias) e de direito administrativo. O Coordenador</p>
		Auxiliar de Contabilidade	<p>Execução de serviços inerentes à especialidade profissional, especialmente nos serviços de farmacologia, manipulação, controle e entrega de medicamentos e outras atividades e ações de saúde pública, junto à unidades de saúde; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>
		Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional, quando legalmente exigido.	<p>Execução de serviços de contabilidade pública, segundo as normas legais pertinentes; auxiliar nas atividades e serviços de gestão fiscal e de planejamento orçamentário; controle orçamentário da receita e da despesa, através de lançamentos próprios; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>

13



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

				<p>do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.</p>	<p>Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CRAS e a implementação dos programas, serviços, projetos da proteção social básica operacionalizadas nessa unidade; Coordenar a execução, o monitoramento, o registro e a avaliação das ações; Acompanhar e avaliar os procedimentos para a garantia da referência e contra-referência do CRAS; Coordenar a execução das ações de forma a manter o diálogo e a participação dos profissionais e das famílias, inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território; Definir com a equipe de profissionais critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias; Definir com a equipe de profissionais o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias; Definir com a equipe técnica os meios e os ferramentais teórico-metodológicos de trabalho social com famílias e os serviços socioeducativos de convívio; Avaliar sistematicamente, com a equipe de referência dos CRAS, a eficácia, eficiência e os impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários; Efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial e das demais políticas públicas no território de abrangência do CRAS.</p>
--	--	--	--	---	---

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.

14



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.	IV	Enfermeiro	Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito de saúde em enfermagem, medicina (clínica geral e Ginecologista), e odontologia, assistência social, de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento da agropecuária; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno, administração, engenharia; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes a cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, de biologia (voltada especialmente às atividades agropecuárias) e de direito administrativo. O Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.	Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, junto às unidades de saúde do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas; participar efetivamente na elaboração e na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participante ou que os desenvolva; atuar em todas as ações de controle epidemiológico, além de outras atribuições inerentes à enfermagem em saúde pública; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.
			Fonoaudiólogo	Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, junto às unidades de saúde e escolas do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas; participar efetivamente na elaboração e na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participante ou que os desenvolva; implementar programas e ações de educação e de prevenção aos problemas decorrentes do mau uso da voz e, principalmente, para inibir problemas auditivos, além de outras atribuições inerentes à enfermagem em saúde pública; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.
			Psicólogo	Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, junto às unidades de saúde e junto ao CRAS do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas e de assistênciasocial; participar efetivamente na elaboração e na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participante ou que os desenvolva; atuar em todas as ações em que haja a necessidade de intervenção do Psicólogo; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.

Continuação

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.

15



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

IV SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.			Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito, de saúde em enfermagem, medicina (clínica geral e Ginecologista), e odontologia, assistência social, de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento da agropecuária; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno, administração, engenharia; de projetos, elaboração e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes à cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, de biologia (voltada especialmente às atividades agropecuárias) e de direito administrativo. O Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.	Exercer as atribuições inerentes à formação técnico-profissional junto às unidades municipais de saúde e nas ações e serviços públicos de saúde; integrar equipe multidisciplinar de profissionais de saúde, especialmente nos programas de saúde preventiva e de atenção básica, como o Programa de Atenção Básica e de Saúde da Família; promover, organizar e participar de eventos, próprios para orientação de pessoas ou de grupos de pessoas; prestar assistência e atendimento, de forma especial às pessoas da terceira idade; exercer outras atribuições próprias e específicas da profissão, notadamente, quando de cunho preventivo; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.
	Fisioterapeuta	Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional, quando legalmente exigido.	Exercer as atribuições inerentes à formação técnico-profissional, elaborar projetos de obras novas, de restauração, manutenção e recuperação de prédios públicos e bens de uso comum, inclusive de logradouros públicos, rodovias e suas obras de arte; orientar os serviços e obras em todos os setores da Administração; exercer fiscalização em obras contratadas pelo Município; emitir pareceres para a aprovação de projetos de obras e de parcelamento do solo urbano executados por particulares; orientar acerca do tombamento de prédios históricos e da conservação predial de propriedades particulares que ofereçam riscos à segurança das pessoas; elaborar planilhas de orçamento de custos; participar da elaboração do planejamento de ações da Administração; participar da elaboração e fiscalização das normas urbanísticas; executar outros serviços, segundo as especialidades profissionais; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.	Exercer as atribuições inerentes à formação técnico-profissional, elaborar e participar da elaboração de projetos de do planejamento, bem como em sua execução, voltados ao fomento e desenvolvimento da pecuária; prestar assistência médica veterinária junto às propriedades rurais no Município; promover ações preventivas no combate e erradicação de epidemias nos rebanhos pecuários no Município; participar da equipe de profissionais em agricultura e integrar em equipes multidisciplinares extensão rural e de assistência para a melhoria das condições de vida dos agricultores e seus familiares, inclusive, em conjunto com profissionais de organismos estaduais, federais ou de empresas que atuação no Município; responsabilizar-se pela supervisão e execução dos serviços de inspeção animal;; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.
	Engenheiro Civil			
	Médico Veterinário			

Continuação

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.

16



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

IV SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.	Contador	<p>Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito, de saúde em enfermagem, medicina (clínica, geral e Ginecologista), e odontologia, assistência social, de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento da agropecuária; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno; administração, engenharia; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes à cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, e de direito administrativo. O Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.</p>	<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, operacionalizar os serviços contábeis e de gestão fiscal, segundo as orientações legais e técnicas aplicáveis; supervisionar a execução orçamentária, contábil, financeira e patrimonial; participar da elaboração da legislação orçamentária; acompanhar e comunicar a necessidade de adoção de medidas fiscais, orçamentárias e financeiras, nos termos das normas de Direito Financeiro; cumprir as determinações do Tribunal de Contas do Estado; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>
	Agente de Controle Interno	<p>Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional, quando legalmente exigido.</p>	<p>Participar na coordenação e na execução das atribuições do Sistema de Controle Interno do Governo Municipal, conforme determina o art. 74, da C.F., nos arts. 54 parágrafo único e 59, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, nos arts. 60 e 61, da Lei Complementar Estadual nº 202/2000, além das finalidades e atribuições estabelecidas na Lei Orgânica do Município e em outra legislação Municipal; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento;</p>

Continuação

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.

17



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

IV SERVIÇOS TÉCNICOS DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.		Odontólogo	Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional, quando legalmente exigido.	Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito, de saúde em enfermagem, medicina (clínica) geral e ginecologista), assistência odontológica, assistência social, de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento da agropecuária; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno, administração, engenharia; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes a cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, de biologia (voltada especialmente às atividades agropecuárias) e de direito administrativo. O Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.	Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, junto às unidades de saúde do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas; participar efetivamente na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participante ou que os desenvolva, dando preferência às ações preventivas; participar em programas, ações e serviços de saúde pública e interagir com os demais profissionais de saúde; participar de equipes multidisciplinares que objetivem a melhoria das condições de vida da população local; além de outras atribuições inerentes à odontologia em saúde pública; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.
		Advogado			Exercer as atribuições inerentes à formação técnico-profissional, especialmente nas questões diretamente relacionadas ao direito administrativo e nas intervenções exigidas pela legislação específica, especialmente nos processos administrativos relacionados a compras, licitações, contratações, permissões, concessões, cessões; nos processos administrativos relativos aos recursos humanos; e em outros processos administrativos que requeiram a intervenção de profissionais do Direito; prestar assessoramento e orientação jurídica aos titulares dos órgãos da Administração Municipal e aos servidores, sempre que necessário e de interesse da Administração; representar o Município, através de instrumento legal próprio, junto ao Poder Judiciário, sempre que necessária a defesa de interesses públicos do Município; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.
		Médico – Clínico Geral, e Médico – Ginecologista.			Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, nas unidades de saúde do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas; participar efetivamente na elaboração e na execução de planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participante ou que os desenvolva; atuar em todas as ações de controle epidemiológico; participar de programas de conscientização e de implementação de projetos de saneamento; participar em programas, ações e serviços de saúde pública e interagir com os demais profissionais de saúde; participar de equipes multidisciplinares que objetivem a melhoria das condições de vida da população local; promover a orientação da população para a promoção de ações preventivas; e outras atribuições inerentes à medicina em saúde pública; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.
TOTAL	125				

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.

18



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

I – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
01	807,10	815,17	823,24	831,31	839,38	847,46	- Agente de Limpeza e Copa; - Merendeira; - Agente Comunitário de Saúde; e - Auxiliar de Serviços Gerais.
02	855,53	863,60	871,67	879,74	887,81	895,88	
03	903,95	912,02	920,09	928,17	936,24	944,31	
04	952,38	960,45	968,52	976,59	984,66	992,73	
05	1.000,80	1.008,88	1.016,95	1.025,02	1.033,09	1.041,16	
06	897,28	906,25	915,23	924,20	933,17	942,14	- Recepcionista; - Telefonista; e - Inseminador.
07	951,12	960,09	969,06	978,04	987,01	995,98	
08	1.004,95	1.013,93	1.022,90	1.031,87	1.040,84	1.049,82	
09	1.058,79	1.067,76	1.076,74	1.085,71	1.094,68	1.103,65	
10	1.112,63	1.121,60	1.130,57	1.139,55	1.148,52	1.157,49	
11	945,24	954,69	964,14	973,60	983,05	992,50	- Auxiliar de Consultório Dentário; - Auxiliar de Creche;
12	1.001,95	1.011,41	1.020,86	1.030,31	1.039,76	1.049,22	
13	1.058,67	1.068,12	1.077,57	1.087,03	1.096,48	1.105,93	
14	1.115,38	1.124,84	1.134,29	1.143,74	1.153,19	1.162,65	
15	1.172,10	1.181,55	1.191,00	1.200,45	1.209,91	1.219,36	

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.

19



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

II – AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS

Continuação

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
16	1.134,29	1.145,63	1.156,98	1.168,32	1.179,66	1.191,00	- Operador de Máquina Agrícolas – Operador de Rolo Compactador – Operador de Pá Carregadeira – Operador de Retros cavadeira – Operador de Balsa – Motorista.
17	1.202,35	1.213,69	1.225,03	1.236,38	1.247,72	1.259,06	
18	1.270,40	1.281,75	1.293,09	1.304,43	1.315,78	1.327,12	
19	1.338,46	1.349,81	1.361,15	1.372,49	1.383,83	1.395,18	
20	1.406,52	1.417,86	1.429,21	1.440,55	1.451,89	1.463,23	
21	1.221,06	1.233,27	1.245,48	1.257,69	1.269,90	1.282,11	- Agente de Construção e Manutenção.
22	1.294,32	1.306,53	1.318,74	1.330,96	1.343,17	1.355,38	
23	1.367,59	1.379,80	1.392,01	1.404,22	1.416,43	1.428,64	
24	1.440,85	1.453,06	1.465,27	1.477,48	1.489,69	1.501,90	
25	1.514,11	1.526,33	1.538,54	1.550,75	1.562,96	1.575,17	

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.

20



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO III
TABELA DE VENCIMENTOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
II – AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
26	1.236,08	1.248,44	1.260,80	1.273,16	1.285,52	1.297,88	- Agente de Vigilância Sanitária.
27	1.310,24	1.322,61	1.334,97	1.347,33	1.359,69	1.372,05	
28	1.384,41	1.396,77	1.409,13	1.421,49	1.433,85	1.446,21	
29	1.458,57	1.470,94	1.483,30	1.495,66	1.508,02	1.520,38	
30	1.532,74	1.545,10	1.557,46	1.569,82	1.582,18	1.594,54	- Operador de Escavadeira Hidráulica; - Operador de Motoniveladora; - Operador de Trator de Esteiras.
31	1.352,41	1.365,93	1.379,46	1.392,98	1.406,51	1.420,03	
32	1.433,55	1.447,08	1.460,60	1.474,13	1.487,65	1.501,18	
33	1.514,70	1.528,22	1.541,75	1.555,27	1.568,80	1.582,32	
34	1.595,84	1.609,37	1.622,89	1.636,42	1.649,94	1.663,46	- Agente Administrativo; - Auxiliar Administrativo; - Tesoureiro; - Fiscal.
35	1.676,99	1.690,51	1.704,04	1.717,56	1.731,08	1.744,61	
36	1.413,47	1.427,60	1.441,74	1.455,87	1.470,01	1.484,14	
37	1.498,28	1.512,41	1.526,55	1.540,68	1.554,82	1.568,95	
38	1.583,09	1.597,22	1.611,36	1.625,49	1.639,63	1.653,76	- Mecânico.
39	1.667,89	1.682,03	1.696,16	1.710,30	1.724,43	1.738,57	
40	1.752,70	1.766,84	1.780,97	1.795,11	1.809,24	1.823,38	
56	2.164,62	2.186,27	2.207,91	2.229,56	2.251,20	2.272,85	
57	2.294,50	2.316,14	2.337,79	2.359,44	2.381,08	2.402,73	- Mecânico.
58	2.424,37	2.446,02	2.467,67	2.489,31	2.510,96	2.532,61	
59	2.554,25	2.575,90	2.597,54	2.619,19	2.640,84	2.662,48	
60	2.684,13	2.705,78	2.727,42	2.749,07	2.770,71	2.792,36	

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.

21



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

III – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO

Continuação

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
41	1.457,64	1.472,22	1.486,79	1.501,37	1.515,95	1.530,52	- Auxiliar de Enfermagem – Cargo em extinção.
42	1.545,10	1.559,67	1.574,25	1.588,83	1.603,40	1.617,98	
43	1.632,56	1.647,13	1.661,71	1.676,29	1.690,86	1.705,44	
44	1.720,02	1.734,59	1.749,17	1.763,74	1.778,32	1.792,90	
45	1.807,47	1.822,05	1.836,63	1.851,20	1.865,78	1.880,36	
46	1.498,55	1.513,54	1.528,52	1.543,51	1.558,49	1.573,48	Técnico Agrícola
47	1.588,46	1.603,45	1.618,43	1.633,42	1.648,41	1.663,39	
48	1.678,38	1.693,36	1.708,35	1.723,33	1.738,32	1.753,30	
49	1.768,29	1.783,27	1.798,26	1.813,25	1.828,23	1.843,22	
50	1.858,20	1.873,19	1.888,17	1.903,16	1.918,14	1.933,13	
51	1.599,46	1.615,45	1.631,45	1.647,44	1.663,44	1.679,43	Técnico em Enfermagem
52	1.695,43	1.711,42	1.727,42	1.743,41	1.759,41	1.775,40	
53	1.791,40	1.807,39	1.823,38	1.839,38	1.855,37	1.871,37	
54	1.887,36	1.903,36	1.919,35	1.935,35	1.951,34	1.967,34	
55	1.983,33	1.999,33	2.015,32	2.031,31	2.047,31	2.063,30	

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.

22



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
IV – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
56	2.164,62	2.186,27	2.207,91	2.229,56	2.251,20	2.272,85	- Farmacêutico (20h/s);
57	2.294,50	2.316,14	2.337,79	2.359,44	2.381,08	2.402,73	- Fisioterapeuta (20h/s);
58	2.424,37	2.446,02	2.467,67	2.489,31	2.510,96	2.532,61	- Psicólogo (20h/s); e
59	2.554,25	2.575,90	2.597,54	2.619,19	2.640,84	2.662,48	- Fonoaudiólogo (20 h/s)
60	2.684,13	2.705,78	2.727,42	2.749,07	2.770,71	2.792,36	
61	2.220,14	2.242,34	2.264,54	2.286,74	2.308,95	2.331,15	
62	2.353,35	2.375,55	2.397,75	2.419,95	2.442,15	2.464,36	
63	2.486,56	2.508,76	2.530,96	2.553,16	2.575,36	2.597,56	- Auxiliar de Contabilidade.
64	2.619,77	2.641,97	2.664,17	2.686,37	2.708,57	2.730,77	
65	2.752,97	2.775,18	2.797,38	2.819,58	2.841,78	2.863,98	
66	2.727,06	2.754,33	2.781,60	2.808,87	2.836,14	2.863,41	
67	2.890,68	2.917,95	2.945,22	2.972,50	2.999,77	3.027,04	Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social
68	3.054,31	3.081,58	3.108,85	3.136,12	3.163,39	3.190,66	Assistente Social
69	3.217,93	3.245,20	3.272,47	3.299,74	3.327,01	3.354,28	
70	3.381,55	3.408,83	3.436,10	3.463,37	3.490,64	3.517,91	

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.

23



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO III
TABELA DE VENCIMENTOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
IV – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
71	2.981,13	3.010,94	3.040,75	3.070,56	3.100,38	3.130,19	- Engenheiro Civil (20h/s).
72	3.160,00	3.189,81	3.219,62	3.249,43	3.279,24	3.309,05	
73	3.338,87	3.368,68	3.398,49	3.428,30	3.458,11	3.487,92	
74	3.517,73	3.547,54	3.577,36	3.607,17	3.636,98	3.666,79	
75	3.696,60	3.726,41	3.756,22	3.786,04	3.815,85	3.845,66	
76	3.496,67	3.531,64	3.566,60	3.601,57	3.636,54	3.671,50	- Enfermeiro.
77	3.706,47	3.741,44	3.776,40	3.811,37	3.846,34	3.881,30	
78	3.916,27	3.951,24	3.986,20	4.021,17	4.056,14	4.091,10	
79	4.126,07	4.161,04	4.196,00	4.230,97	4.265,94	4.300,90	
80	4.335,87	4.370,84	4.405,80	4.440,77	4.475,74	4.510,70	
81	4.001,77	4.041,79	4.081,81	4.121,82	4.161,84	4.201,86	- Médico Veterinário; - Psicólogo (40 h/s).
82	4.241,88	4.281,89	4.321,91	4.361,93	4.401,95	4.441,96	
83	4.481,98	4.522,00	4.562,02	4.602,04	4.642,05	4.682,07	
84	4.722,09	4.762,11	4.802,12	4.842,14	4.882,16	4.922,18	
85	4.962,19	5.002,21	5.042,23	5.082,25	5.122,27	5.162,28	
86	4.255,23	4.297,78	4.340,33	4.382,89	4.425,44	4.467,99	- Agente de Controle Interno; - Biólogo; e - Contador.
87	4.510,54	4.553,10	4.595,65	4.638,20	4.680,75	4.723,31	
88	4.765,86	4.808,41	4.850,96	4.893,51	4.936,07	4.978,62	
89	5.021,17	5.063,72	5.106,28	5.148,83	5.191,38	5.233,93	
90	5.276,49	5.319,04	5.361,59	5.404,14	5.446,69	5.489,25	

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.

24



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 053, de 01 de Novembro de 2013.

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
IV – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
91	4.497,61	4.542,59	4.587,56	4.632,54	4.677,51	4.722,49	- Advogado (16 h/s).
92	4.767,47	4.812,44	4.857,42	4.902,39	4.947,37	4.992,35	
93	5.037,32	5.082,30	5.127,28	5.172,25	5.217,23	5.262,20	
94	5.307,18	5.352,16	5.397,13	5.442,11	5.487,08	5.532,06	
95	5.577,04	5.622,01	5.666,99	5.711,96	5.756,94	5.801,92	
96	4.798,38	4.846,36	4.894,35	4.942,33	4.990,32	5.038,30	- Odontólogo.
97	5.086,28	5.134,27	5.182,25	5.230,23	5.278,22	5.326,20	
98	5.374,19	5.422,17	5.470,15	5.518,14	5.566,12	5.614,10	
99	5.662,09	5.710,07	5.758,06	5.806,04	5.854,02	5.902,01	
100	5.949,99	5.997,98	6.045,96	6.093,94	6.141,93	6.189,91	
101	7.526,24	7.601,50	7.676,76	7.752,03	7.827,29	7.902,55	- Médico – Clínica Geral (20 h/s); - Médico – Ginecologista (20 h/s).
102	7.977,81	8.053,08	8.128,34	8.203,60	8.278,86	8.354,13	
103	8.429,39	8.504,65	8.579,91	8.655,18	8.730,44	8.805,70	
104	8.880,96	8.956,23	9.031,49	9.106,75	9.182,01	9.257,28	
105	9.332,54	9.407,80	9.483,06	9.558,32	9.633,59	9.708,85	
106	8.944,66	9.034,11	9.123,55	9.213,00	9.302,45	9.391,89	- Médico – Clínica Geral (40 h/s).
107	9.481,34	9.570,79	9.660,23	9.749,68	9.839,13	9.928,57	
108	10.018,02	10.107,47	10.196,91	10.286,36	10.375,81	10.465,25	
109	10.554,70	10.644,15	10.733,59	10.823,04	10.912,49	11.001,93	
110	11.091,38	11.180,83	11.270,27	11.359,72	11.449,16	11.538,61	

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto Nº 065/2014

DECRETO Nº 065/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar -Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 75.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 55.000,00

07 -SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 -SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.20.606.0009.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 20.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair Superávit Financeiro de Outras Fonte 75.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 24 de Junho de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Decreto Nº 066/2014

DECRETO Nº 066/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar -Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 109.867,26 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.27.812.0006.1.007-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 109.867,26

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair Superávit Financeiro de Outras Fonte 109.867,26

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 24 de Junho de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Decreto Nº 067/2014

DECRETO Nº 067/2014

Auxílios e convênios no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 250.340,87 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 250.340,87

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair convênio 250.340,87

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 24 de Junho de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Tomada de Preços Nº 0006/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços Nº 0006/2014.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA USO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Será regida pela Lei Complementar 123/2006, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09h:00 do dia 11/07/2014.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 11/07/2014.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 24 de junho de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 0004/2014

TERMO ADITIVO 0004/2013 AO CONTRATO Nº 0052/2011, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET, INTRANET E OUTROS, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - SC E A EMPRESA CS NET INFORMÁTICA E TECN. LTDA.

PROCESSO Nº 0047/2011

CARTA CONVITE Nº 0023/2011

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - SC e a empresa CS NET INFORMÁTICA E TECN. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.482.451/0001-66, com Inscrição Estadual nº 253.545.242, com sede à Rua Galdino Nesi, 44, 3º andar, no Município de Arroio Trinta - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor JANDIR ANTÔNIO CREPALDI, brasileiro, casado, contador, portador do CPF nº 715.611.029-20, Carteira de Identidade nº 10/C-2.405.607, residente e domiciliado à Rua Governador Lacerda, nº

44, Apto 402, Centro, no Município de Arroio Trinta - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam na melhor forma de direito o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 65, inciso II, "d" § 1º da Lei 8.666/93 para nele promover as seguintes alterações:

Cláusula Aditiva Primeira - A Cláusula Segunda do Contrato nº 0052/2011, passa a vigor com a seguinte redação.

Cláusula Segunda - O objeto deste contrato será fornecido na Prefeitura Municipal de Arroio Trinta e em vários setores da Prefeitura, conforme Processo Licitatório acima referido, com adituação de valores, acrescidos de 25%(vinte e cinco por cento) cada, com inclusão de 12 MB DE LINK em diversas Secretarias, e inclusão de novos setores a serem atendidos.

ITEM	DESCRIÇÃO	V.UNIT.
01	CONTRATAÇÃO DE 3,5 (TRÊS VÍRGULA CINCO) MEGA DE LINK DEDICADO DE INTERNET E INTRANET VIA FIBRA ÓTICA DIRETO NO SERVIDOR, INCLUINDO CONFIGURAÇÃO DO SERVIDOR, CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM SERVIDOR E INSTALAÇÃO DE ANTENAS NECESSÁRIAS PARA A UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL.	566,51
02	CONTRATAÇÃO DE 2,5 (DOIS VÍRGULA CINCO) MEGA DE LINK DEDICADO DE INTERNET E INTRANET VIA FIBRA ÓTICA DIRETO NO SERVIDOR, INCLUINDO CONFIGURAÇÃO DO SERVIDOR, CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM SERVIDOR E INSTALAÇÃO DE ANTENAS NECESSÁRIAS PARA A ESCOLA MUNICIPAL PROFª JACY FALCHETTI E PARA O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFª FABIANA NUNES POSSATO.	566,51
03	CONTRATAÇÃO DE 7,0(SETE) MEGA DE LINK DEDICADO DE INTERNET E INTRANET VIA FIBRA ÓTICA DIRETO NO SERVIDOR, INCLUINDO CONFIGURAÇÃO DO SERVIDOR, CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM SERVIDOR E INSTALAÇÃO DE ANTENAS NECESSÁRIAS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL. INCLUSÃO DE 1,0(UM) MEGA DE LINK NO CRAS E 1,0(UM)) MEG DE LINK NA CASA DA CULTURA	2.266,10
04	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MICROS, SOFTWARES, IMPRESSORAS, MONITORES, ESTABILIZADORES, NOBREAKS E REDES, DA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL.	347,17
05	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MICROS, SOFTWARES, IMPRESSORAS, MONITORES, ESTABILIZADORES, NOBREAKS E REDES, DA ESCOLA MUNICIPAL PROFª JACY FALCHETTI E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFª FABIANA NUNES POSSATO.	347,17
06	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MICROS, SOFTWARES, IMPRESSORAS, MONITORES, ESTABILIZADORES, NOBREAKS E REDES, DA PREFEITURA MUNICIPAL.	347,17

Parágrafo único - Os novos valores começam a vigor a partir de 08 de maio de 2014.

Cláusula Aditiva segunda - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO em 03 (três) vias de igual Teor e forma, na presença de duas testemunhas.

ARROIO TRINTA - SC, 08 de maio de 2014.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

CS NET INFORMÁTICA E TECN. LTDA
CNPJ 10.482.451/0001-66
JANDIR ANTÔNIO CREPALDI
Sócio Gerente
Contratada

Testemunhas:
MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

Termo Aditivo Nº 0001/2014 - Ansiliero & Nava Ltda

TERMO ADITIVO Nº 0001/2014 CONTRATO Nº 0035/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0010/2014, FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL S 10 PARA MÁQUINAS E CAMINHÕES, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC E A EMPRESA ANSILIERO & NAVA LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e a empresa POSTO ANSILIERO & NAVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 81.777.492/0001-28, com inscrição estadual nº 252.141.555, com sede à Rua XV de novembro, 380, em Arroio Trinta - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor OLIVO NAVA, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 220.627.009-97 e RG 10/R-786.199/SSI-SC, residente e domiciliado à Rua Presidente Castelo Branco, nº 191 em Arroio Trinta - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA - Fica acrescida a quantidade de 1.250 litros de ÓLEO DIESEL S 10 no item 01 do Pregão Presencial 0010/2014.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - Fica acrescido o valor de R\$3.212,50 (TRÊS MIL DUZENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), correspondente a 25% do item 01, passando o valor do contrato inicial para R\$16.062,50 DEZESSEIS MIL SESENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

CLAUSULA ADITIVA TERCEIRA - Ficam ratificados os demais termos, cláusulas e condições aqui não expressamente alteradas, formando com o presente, um todo, único e indivisível para todos os efeitos.

Arroio Trinta - SC, 24 de junho de 2014.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

POSTO ANSILIERO & NAVA LTDA
CNPJ 81.777.492/0001-28
OLIVO NAVA
Sócio Gerente

Testemunhas
Nome: LÚCIA MARIA MANENTI
CPF: 715.609.129-87

Nome: IRIO SERIGHELLI
CPF: 163.594.709-00

Termo Aditivo Nº 0001/2014 - Setep Construções S.A.

TERMO ADITIVO Nº 0001/2012 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 065/2013 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PADRE AUGUSTINHO COM 3.459,63M², PARTE DA RUA/TRAVESSA SANTO ABATTI COM 1.161,20M² E PARTE DA RUA PASQUAL NAVA COM 785,00M²,

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e a Empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.665.141/0001-50, com sede na Rua Francisco Martinhago nº 258, na cidade de CRICIÚMA, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor ADEMIR LOCKS, Portador do CPF 290.608.409-87, e CI sob nº 234.090, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com a Lei 8.666/93 para nele promover as seguintes alterações:

CLAÚSULA ADITIVA PRIMEIRA - Fica alterado o valor original do contrato n.º 0065/2013 de R\$339.658,81 (TREZENTOS E TRINTA E NOVE MIL SEISCENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS), para R\$332.847,46 (TREZENTOS E TRINTA E DOIS MIL OITOCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS), tendo uma supressão no valor de R\$6.811,35 (SEIS MIL OITOCENTOS E ONZE REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS).

Parágrafo único: O valor da supressão referido na presente cláusula, refere-se a não execução do item 3.1 do orçamento - Rejuntamento com pó de pedra E-2cm.

CLAÚSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO em 03 (três) vias de igual Teor e forma, na presença de duas testemunhas.

ARROIO TRINTA - SC, 17 de junho de 2014.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

SETEP CONSTRUÇÕES S.A
C.P.N.J. SOB O Nº 83.665.141/0001-50,
ADEMIR LOCKS,
CPF 290.608.409-87

TESTEMUNHAS:
MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

IRIO SERIGHELLI
CPF: 163.594.709-00

Ascurra

PREFEITURA

Edital de Pregão 34/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
EDITAL DE PREGÃO Nº34/2014

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 08/07/2014 às 14 horas, PREGÃO PRESENCIAL, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, FORNECIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO NA FORMA DE CARTÃO ALIMENTAÇÃO ELETRÔNICO COM CHIP DE SEGURANÇA COM USO DE SENHA NUMÉRICA, DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATADA E DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 25 de junho de 2014.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Balneário Rincão**PREFEITURA****Aviso de Licitação 014/SAMAE/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/SAMAE/2014.

Tipo: MENOR PREÇO.

Data e horário da sessão de abertura: 08/07/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para aquisição de dois veículos novos do tipo passeio, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão.

Fone/Fax: (48) 3468-4528/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 24 de Junho de 2014.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira

Biguaçu**PREFEITURA****Revogação de Licitação Deserta - Pregão Presencial Nº. 41/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 41/2014

Leandro Adriano de Barros, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Decreto nº. 149/2012 e art. 49 da Lei nº. 8.666/1993,

CONSIDERANDO que, de acordo com o disposto no Aviso de Licitação, divulgado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) nº. 1492 e Edital disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Biguaçu, a data ao qual seria realizada a sessão de licitação estava designada para o dia 10.06.2014 às 14h00min;

CONSIDERANDO que na data e horário designado para realização da sessão pública, nenhum interessado esteve presente;

CONSIDERANDO que o Aviso de Licitação foi devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC nº 1492 em 23/05/2014;

CONSIDERANDO que 11 (onze) empresas retiraram o Edital que foi disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Biguaçu até o dia sessão pública;

Esta Administração Pública Municipal entende por bem REVOGAR o Pregão Presencial nº. 41/2014.

Dê-se início aos novos procedimentos licitatórios para que se concretize a compra postulada com o presente certame.

Biguaçu, 18 de junho de 2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde de Biguaçu

Extrato Contrato Nº 10.044/2014 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 20/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.044/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 20/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: HP & COMERCIAL LTDA. - EPP

Valor: R\$ 862,24 (oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e quatro reais).

Vigência: 16/06/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato Contrato Nº 10.045/2014 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 20/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.045/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 20/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: GIZELE REGINA DA SILVA - ME

Valor: R\$ 14.380,00 (quatorze mil trezentos e oitenta reais).

Vigência: 16/06/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato Contrato Nº 10.045/2014 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 20/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.045/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 20/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: GIZELE REGINA DA SILVA - ME

Valor: R\$ 14.380,00 (quatorze mil trezentos e oitenta reais).

Vigência: 16/06/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº.4568/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE
DECRETO Nº. 4568 de 23 de Junho de 2014

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº. 01422/2014, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº.: 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº. 44477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº. 01422/2014, que tem por objeto Contratação de Empresa para Fornecimento de Internet no Exercício de 2014.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Mhnet Empreendimentos Ltda EPP	Contratação de empresa para fornecimento de um circuito IP dedicado FULL (100 %) com velocidade de 8 MBPS em fibra ótica, no Centro Administrativo Municipal	6,00	4.800,00
2	Mhnet Empreendimentos Ltda EPP	Contratação de empresa para fornecimento de uma intranet 10 MB/S, entre o Centro Administrativo Municipal e o Centro Municipal de Saúde	6,00	3.000,00
3	Mhnet Empreendimentos Ltda EPP	Contratação de empresa para fornecimento de uma intranet 10 MB/S, entre o Centro Administrativo Municipal e a Garagem de Departamento Municipal de Estradas e Rodagens	6,00	3.000,00

dez mil e oitocentos reais	10.800,00
----------------------------	-----------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 23/06/14.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Decreto Nº.4569/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº. 4569/2014 de 23 de Janeiro de 2014

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº. 01423/2014, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº.: 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº. 4477/14 de 02 de Janeiro de 2014, sob o Processo de Licitação nº. 01423/2014, que tem por objeto Aquisição de caminhão 6x4 novo, de fabricação nacional para manutenção das atividades do departamento da Agricultura.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	SPERANDIO S/A COMERCIO DE VEICULOS	Caminhão novo de fabricação nacional com tração 6x4 ano modelo 2014, motor a diesel euro V ,proconve 7, de 6 cilindros em linha, potência mínima de 286 cv, transmissão com 9 marchas sincronizadas sendo 8 sequenciais a primeira marcha extra reduzida, embreagem hidráulica e servoassistido, diferenciais com bloqueio longitudinal, freios a ar integral, freio auxiliar tipo válvula no cabeçote, sistema anti bloqueio das rodas ABS, pneus 1000x20 16 lonas, suspensão dianteira com barra estabilizadora, e traseira tipo boogie com molas invertidas, banco do motorista pneumático, computador de bordo, piloto automático, capacidade máxima de tração 45100 kg, distancia entre eixo 3,60 mts, ar condicionado	1,00	254.000,00

duzentos e cinquenta e quatro mil reais	254.000,00
---	------------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 23/06/14.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº.040/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1511/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2013

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 07 de Julho de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de carne bovina assada em espetos de 2 KG para realização de almoço em comemoração ao 19º aniversario de emancipação político administrativa do município.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e nº.10520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120 , na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 24 de Junho de 2014.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

Contrato Adm 55/2014

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 55/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SPERANDIO S.A. COMERCIO DE VEICULOS.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 1423/2014

Objeto: Aquisição de um caminhão novo marca Mercedes Bens , modelo Atron 2729.

Valor: r\$ 254.000,00 (Duzentos e cinquenta e quatro mil reais).

Vigência: 23 de junho de 2014 a 30 de outubro de 2014.

Assinatura: 23 de junho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

Minuta Contrato 128/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 128/2014 Tomada de Preço 01/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Lepi Indústria e Comercio de Relógios Ltda. ME.

Objeto: Prestação de Obras/Serviços de Engenharia para Aquisição e Instalação de 01 (Um) Pórtico Metálico de Acesso ao Município de Bom Retiro/SC.

Valor Total: R\$ 291.072,44 (duzentos e noventa e um mil setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos).

Bom Retiro, 25 de junho de 2014.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

558.06.14 - P. Lic. Trat. Saúde Maria L. Herardt

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 558/14 de 24.06.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 04 (quatro) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 23 de junho com término no dia 26 de junho de 2014, a funcionária Maria de Lourdes Herardt, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

559.06.14 - P. Lic. Trat. Saúde Tatiani Castanheiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 559/14 de 24.06.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 18 de junho de 2014 a funcionária Tatiani Castanheiro, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

560.06.14 - P. Lic. Trat. Saúde Ana J. P. Souza

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 560/14 de 24.06.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 18 de junho de 2014 a funcionária Ana Janete Pessoa de Souza, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

561.06.14 - P. Lic. Trat. Jucelene G. S. Abreu

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 561/14 de 24.06.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 18 (dezoito) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 13 de junho com término no dia 30 de junho de 2014, a funcionária Jucelene Goedert Santos de Abreu, Ocupante do cargo Assistente Administrativo - Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de junho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Portaria 0109/2014

PORTARIA 0109/2014

Concede Função Gratificada - FG

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações etc...

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-03, ao servidor Denilson Joenck, para realizar Atividades do Programa Nacional de Controle da Dengue, na confecção de armadilhas padrão conforme PNCD; fazer vistorias semanalmente nas armadilhas distribuídas nos pontos escolhidos pelo PNCD; fazer vistoria quinzenalmente nos pontos estratégicos determinados pelo PNCD; fazer levantamento geográfico com mapeamento por quadra de todos os imóveis das áreas escolhidas pelo PNCD a serem monitoradas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 02.06.2014.

Braço do Trombudo, em 23 de junho 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Classificação Final Processo Seletivo 001/2014

Classificação Final Processo Seletivo Edital Nº 001/2014

1 - Técnico em Enfermagem - 40h		
Nº Insc.	Candidato	Nota
018	Daniela Fernandes Goede	ausente
015	Isanir Schluter	4,5
012	Sandra Regina Fernandes Mohr	4,0
002	Juarez dos Santos Miranda	3,5

2 - Assistente Social - 40h

Nº Insc.	Candidato	Nota
013	Sonia A. Batista Ribeiro Marconi	8,5
003	Camila Oliveira Rossi	8,0
006	Karise Robetti	6,5
011	Bruna Fonseca	6,5
016	Daiane Aparecida Vargas	6,5
017	Ariane Gabriela Félix Leite	6,5
014	Maristela Scur da Silva	6,0
004	Patrícia Alves de Andrade Gomes Correa	5,0
008	Jacqueline Vargas	4,5
001	Simone Cristina Schreiner	ausente

3 - Auxiliar de Serviços Gerais - Trabalhador Braçal - 44h

Nº Insc.	Candidato	Assinatura
007	Ademir de Souza	2,5
005	Everton Pinheiro	ausente
009	Jonas Valter Nunes	ausente

4 - Pedreiro/Carpinteiro

Nº Insc.	Candidato	Assinatura
010	Luiz Preis	6,0

5 - Vigia Noturno - 44 horas

Nº Insc.	Candidato	
	Não houve inscritos	

Braço do Trombudo, em 20 de junho 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Edital de Lic. Pregão Presencial 25/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO 29/2014
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 25/2014 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 09h00min do dia 10.07.2014, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para aquisição de material didático/expediente para o Ensino Fundamental e Infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br

Braço do Trombudo, em 24 de Junho de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal.

Brusque**PREFEITURA****Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 008/2013 FMS**

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 008/2013 (FMS), entre o Município de Brusque e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Brusque, em 10/04/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência de 06/05/2014 a 05/05/2015. Origem: Inexigibilidade nº 003/2013. Fundamento legal: art. 57, inciso II, da lei 8.666/93. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig e Sebastião Ernani Póia.

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 029/2013

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 029/2013, entre o Município de Brusque e a empresa WDF Serviços Ltda, em 07/05/2014. Objeto: acréscimo quantitativo e alteração qualitativa dos serviços do contrato. Valor: R\$ 129.404,12. Fundamento legal: artigo 65, §1º e artigo 58, I, da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 001/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig e Wilson José de Franceschi.

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 033/2013

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 033/2013, entre o Município de Brusque e Rodrigues e Camargo Ltda Epp, em 12/06/2014. Objeto: acréscimo quantitativo e alteração qualitativa dos serviços do contrato. Valor: R\$ 105.924,96. Fundamento legal: artigo 65, §1º e artigo 58, I, da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 002/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig e Ivo Rodrigues Camargo.

Extrato Segundo Termo Aditivo, Contrato Nº 040/2013

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 040/2013, entre o Município de Brusque e a empresa Casvig - Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda, em 09/05/2014. Objeto: Acréscimo do quantitativo referente aos serviços de vigilância eletrônica 24 horas. Valor: R\$ 2.499,96. Fundamento legal: artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 016/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig e Cristiane Longhi Tortelli.

Extrato Quarto Termo Aditivo, Contrato Nº 080/2013

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 080/2013, entre o Município de Brusque e a empresa Construtora Lovemberger Ltda Me, em 17/03/2014. Objeto: acréscimo quantitativo dos serviços. Valor: R\$ 4.050,00. Fundamento legal: artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 016/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: Gleusa Luci Fischer e Ineis Ivanir Denck Lovemberger.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 008/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 008/2014, entre o Município de Brusque e as empresas: Indrel Ind. de Refrigeração Londrinense, Bagatoli Comércio de Móveis Ltda Me e Superar Ltda Me, em 29/05/2014. Objeto: aquisição de eletrodomésticos para conservação de vacinas e insulinas. Valor: R\$ 90.436,00. Origem: Pregão nº 007/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Ana Beatriz Baron Ludvig.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 009/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 009/2014, entre o Município de Brusque e as empresas: Medigram Distribuidora de Medicamentos Ltda, Oncoline Comércio de Medicamentos Ltda, Extra Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda, Prodiel Nutrição Clínica Ltda, Nutriport Comercial Ltda, Center Nutri Comércio de Produtos P Nutrição Enteral Ltda Epp e Nutrosul Brasil Importação e Logística Ltda, em 05/06/2014. Objeto: aquisição de alimentação especial. Valor: R\$ 232.255,00. Origem: Pregão nº 006/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Ana Beatriz Baron Ludvig.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 026/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 026/2014, entre o Município de Brusque e as empresas: Comercial Storinny Ltda Epp e Gizele Regina da Silva Me, em 06/06/2014. Objeto: aquisição de produtos alimentícios. Valor: R\$ 71.580,00. Origem: Pregão nº 041/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Gleusa Luci Fischer.

Extrato Termo de Apostilamento, Contrato Nº 001/2011

Espécie: Termo de Apostilamento, Contrato nº 001/2011, entre o Município de Brusque e a Associação Beneficente e Cultural Sagrado Coração de Jesus, em 09/06/2014. Objeto: reajuste do contrato de locação de imóvel. Valor: R\$ 2.499,96. Fundamento legal: artigo 55, inciso III e artigo 65, §8º, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa nº 001/2011. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: Ana Beatriz Baron Ludvig.

Extrato Processo Licitatório 026/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 026/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 026/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para tubos e conexões em FoFo e material para supressão. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 09 de julho de 2014, às 08:30 horas. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

Extrato Processo Licitatório 027/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 027/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 027/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para papel A4 reciclado. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 08 de julho de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

Portaria Nº 1046/2014

PORTARIA nº 1046/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. ENIR SALETE GASPARETTO, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 29/05/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de maio de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1051/2014

PORTARIA nº 1051/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. DARLA MARA SCHULTZ HERLZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 30/05/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de maio de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1092/2014

PORTARIA nº 1092/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. VIVIANA DA SILVA VARONI, exercendo as funções de Monitor Escolar II 40, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 03/06/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de junho de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1093/2014

PORTARIA nº 1093/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. FABIANA DE OLIVEIRA BITTELBRUM, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 03/06/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de junho de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1153/2014

PORTARIA Nº 1153/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Acidente de Trabalho - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o servidor Sr. JOSE PEREIRA, matrícula nº 107238.2,

exercendo as funções de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 09/06/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 24/06/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de junho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1154/2014

PORTARIA Nº 1154/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. LEILA DOS SANTOS WOLINGER, matrícula nº 41293.7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 09/06/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 24/06/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de junho de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1170/2014

PORTARIA Nº 1170/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) ALTAIR MAFRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) na Sec. de Obras, nos períodos de 11/06/14 a 20/06/14, referente aos períodos aquisitivos de 2013/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de junho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº1215/2014

PORTARIA nº1215/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. SCHIMENA HELENA SANTIN, matrícula nº 100766.1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria de Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 14/06/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a retroativos contar de 14/06/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de junho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1220/2014

PORTARIA Nº 1220/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) AGOSTINHO LOMBARDI, ocupante do cargo de Motorista, lotado(a) na Sec. de Obras, nos períodos de 16/06/14 a 04/08/14, referente aos períodos aquisitivos de 2012/2013 e 2013/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de junho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1234/2014

PORTARIA nº 1234/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. BRUNA FRANCIELE DA SILVA, exercendo as funções de Monitor Escolar II 40, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 17/06/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de junho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1260/2014

PORTARIA Nº 1260/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Professor a Sra. NAYARA NOEMIA DO ESPIRITO SANTO, matrícula nº 69398.7, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 19/06/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6059761660.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 19/06/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de junho de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1279/2014

PORTARIA Nº 1279/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) PEDRO PAULO MERISIO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) na Sec. De Obras, nos períodos de 23/06/14 a 02/07/14, referente aos períodos aquisitivos de 2013/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de junho de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1280/2014
PORTARIA Nº 1280/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) JOSE LUIZ CESARI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) na Sec. De Obras, nos períodos de 23/06/14 a 02/07/14, referente aos períodos aquisitivos de 2013/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de junho de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1281/2014
PORTARIA Nº 1281/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) DOMINGOS ZANCANARO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) na Sec. De Obras, nos períodos de 23/06/14 a 02/07/14, referente aos períodos aquisitivos de 2013/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de junho de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1282/2014
PORTARIA Nº 1282/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) NELSON TEIXEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) na Sec. De Obras, nos períodos de 23/06/14 a 02/07/14, referente aos períodos aquisitivos de 2013/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de junho de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1283/2014
PORTARIA Nº 1283/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) ELIO WEHRMANN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) na Sec. De Obras, nos períodos de 23/06/14 a 02/07/14, referente aos períodos aquisitivos de 2013/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de junho de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1284/2014
PORTARIA Nº 1284/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) JOSE BENTO VENERI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) na Sec. de Obras, nos períodos de 23/06/14 a 02/07/14, referente aos períodos aquisitivos de 2013/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de junho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1285/2014

PORTARIA Nº 1285/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) TARCISIO LUIZ RAISER, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) na Sec. de Obras, nos períodos de 23/06/14 a 02/07/14, referente aos períodos aquisitivos de 2013/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de junho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1286/2014

PORTARIA Nº 1286/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) ZACARIAS FERREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Obras, lotado(a) na Sec. de Obras, nos períodos de 23/06/14 a 26/06/14, referente aos períodos aquisitivos de 2013/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de junho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1287/2014

PORTARIA Nº 1287/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) WILSON BORGES DE

JESUS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) na Sec. de Obras, nos períodos de 23/06/14 a 02/07/14, referente aos períodos aquisitivos de 2013/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de junho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1288/2014

PORTARIA Nº 1288/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) OSNI PAZA, ocupante do cargo de Servente de Serviços Gerais, lotado(a) na Sec. de Orçamento e Gestão, nos períodos de 23/06/14 a 13/07/14, referente aos períodos aquisitivos de 2013/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de junho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1289/2014

PORTARIA Nº 1289/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) ILDO GROSS, ocupante do cargo de Agente de Obras, lotado(a) na Sec. de Trânsito e Mobilidade, nos períodos de 23/06/14 a 02/07/14, referente aos períodos aquisitivos de 2013/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de junho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1290/2014

PORTARIA Nº 1290/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. MARIANA FERRAZ DE OLIVEIRA, matrícula nº 80850.4, exercendo as funções de Monitor Escolar II 40, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 23/06/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, c revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de junho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1306/2014

PORTARIA nº 1306/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. GIANNE MALINVERNI PAGLIOSA PEIRÃO, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 25/06/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de junho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1307/2014

PORTARIA Nº 1307/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) RENATO PEREIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) na Sec. de Orçamento e Gestão, nos períodos de 25/06/14 a 04/07/14, referente aos períodos aquisitivos de 2013/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de junho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1351/2014

PORTARIA Nº 1351/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) CARIN LILIAN PORTO, ocupante do cargo de Professor, lotado(a) na Sec. de Educação, nos períodos de 30/06/14 a 29/07/14, referente aos períodos aquisitivos de 2013/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de junho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1353/2014

PORTARIA Nº 1353/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) KARIN CRISTINA SCHWARZ, ocupante do cargo de Assistente de Administração, lotado(a) na Sec. Orçamento e Gestão, nos períodos de 30/06/14 a 16/07/14, referente aos períodos aquisitivos de 2011/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de junho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1366/2014

PORTARIA Nº 1366/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) VALDEMAR GUCKERT, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) na Fund. Ecológica e Zoobotânico, nos períodos de 01/07/14 a 30/07/14, referente aos períodos aquisitivos de 2013/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de julho de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1367/2014

PORTARIA Nº 1367/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) SANIRA DUTRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) na Sec. De Obras, nos períodos de 01/07/14 a 20/07/14, referente aos períodos aquisitivos de 2013/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de julho de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1380/2014

PORTARIA Nº 1380/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a(o) servidor(a) FRANCISCO BETINELLI, ocupante do cargo de Agente de Obras, lotado(a) na Sec. De Obras, nos períodos de 02/07/14 a 11/07/14, referente aos períodos aquisitivos de 2013/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 02 de julho de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

Lei Nº 3.727, de 18 de Junho de 2014

LEI nº 3.727, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Altera incisos I e X e revoga o inciso II, todos do art. 39 da Lei Municipal n. 3.593/2013, que institui o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural e Artístico Cultural.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I e X do art. 39 da Lei Municipal n. 3.593, de 29 de abril de 2013, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 1º ...
I - por dois representantes da Fundação Cultural de Brusque;
...
X - por um representante das Casas Museais de Brusque;
... "

Art. 2º Fica revogado o inciso II do art. 39 da Lei Municipal supracitada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de junho de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Prefeitura Municipal Modelo, em 18 de junho de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.728, de 18 de Junho de 2014

LEI nº 3.728, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA PROFESSORA ERNA ANNA RAU, as ruas 200 e 300 (Loteamento Oscar Morsch), transversal da Rua Professor Euclides Visconti, bairro São Pedro, localizada a 155,00 metros - sentido bairro/centro antes do entroncamento das Ruas Evelina Morsch e Axel Krieger.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 280,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

Ata de Abertura E Julgamento dos Envelopes das Empresas Interessadas No Chamamento Público 001/2014

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES
DAS EMPRESAS INTERESSADAS NO CHAMAMENTO PÚBLICO
001/2014

Aos quatro dias do mês de junho de 2014, às 14h00min, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Brusque, reuniram-se os membros Comissão nomeados pela Portaria nº 9.141/2014, para análise dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo identificadas:

Empresa	CNPJ	Área(s) de Interesse
KIM & KELLER INCORPORAÇÃO LTDA EPP	11.440.374/0001-44	1 a 10
CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO ITAIPU EMPREENDIMENTOS CCI LTDA	01.948.181/0001-45	1 a 10

Quanto aos critérios de seleção (cláusula terceira), apurou-se o seguinte conteúdo e resultado:

Empresa	Nível PBQPh
KIM & KELLER INCORPORAÇÃO LTDA EPP	A
CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO ITAIPU EMPREENDIMENTOS CCI LTDA	Adesão

A empresa CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO ITAIPU EMPREENDIMENTOS CCI LTDA, além de possuir nível de conceito PBQPh inferior em relação a outra empresa, em divergência com o disposto na Cláusula Segunda (item 2.4, IX) do instrumento convocatório, apresentou certidão de débitos trabalhistas positiva.

Pelo exposto, considerando tratar-se de mera expectativa, a empresa selecionada para a apresentação de proposta junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL foi a KIM & KELLER INCORPORAÇÃO LTDA EPP (CNPJ 11.440.374/0001-44), devendo serem adotados os demais procedimentos legais para a efetivação do objeto. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que é assinada por todos os presentes.

Portaria Nº 069/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 069/2014

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

1) Conceder Licença Falecimento de 05 (cinco) dias ao servidor Valmir Pereira, ocupante do cargo de Mecânico, devido ao falecimento de sua esposa, no dia 19 de junho de 2014, conforme Certidão de óbito, Nº 10892801552014400038126001557018, no Hospital Arquidiocesano Consul Carlos Renaux.

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos retroativos ao dia 19.06.2014.

Brusque, 24 de junho de 2014.

ROGERIO RISTOW

Diretor Presidente

SAMAE

Portaria Nº 070/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 070/2014

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

1) Conceder Licença Falecimento de 05 (cinco) dias ao servidor Juliano Pereira, ocupante do cargo de Mecânico, devido ao falecimento de sua mãe, no dia 19 de junho de 2014, conforme Certidão de óbito, Nº 10892801552014400038126001557018, no Hospital Arquidiocesano Consul Carlos Renaux.

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos retroativos ao dia 19.06.2014.

Brusque, 24 de junho de 2014.

ROGERIO RISTOW

Diretor Presidente

SAMAE

Decreto Nº. 7.456, de 24 de Junho de 2014

DECRETO Nº. 7.456, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Fiscal, em vigência do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Saúde

010.301.0340.1171 Construção Ampl. E Reforma de unidades de Saúde

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Despesas Correntes

0.1.71.00 Outros Rec. Fundo Nacional de Saúde Inv.

VALOR R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

225.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Saúde

010.301.0340.1171 Construção Ampl. E Reforma de unidades de Saúde

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.71.00 Outros Rec. Fundo Nacional de Saúde Inv.

VALOR R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 24 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

ELTON ROGRIGO RIFFEL

Prefeito Municipal

Procurador Geral do Município

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

Secretária de Saúde

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe Gabinete do Prefeito

Notificação de Lançamento 47/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
SECRETARIA DA FAZENDA

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO**47 / 2014**

Nome/Razão: EN-DOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	Código 54432.9
CPF/CNPJ: 07.892.935/0001.79	
Endereço: TRAVESSA DOM JOAQUIM	587
Bairro: DOM JOAQUIM	Complemento:
Cidade: BRUSQUE	Estado: SC CEP: 88.359.280

Com amparo no Artigo 142 da Lei n.º 5.172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional),
NOTIFICAMOS V.Sª (as) do lançamento tributário como segue:

RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)								
Origem	Identificador / Detalhamento	Ano/Cadastro/Parcela	Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	TOTAL
DA	2010 ITBI	2010/0020081/000/000	05/07/2010	62.000,00	19.005,51	16.201,10	38.882,64	136.089,25
TOTAL GERAL EM R\$ ==>				62.000,00	0,00	16.201,10	38.882,64	136.089,25

Relação dos débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 18 de junho de 2014.

Fundamentação Legal:

IPU: art. 156, I da CF/88, art. 32 do CTN, art. 178 da LCM 34/94, LCM 153/2009, LCM 161/2010, LCM 198/2012 e Decreto Municipal 3138/95.

ISS: art. 156, III da CF/88, Decreto Lei 406/68, LC 116/2003, LCM 34/94, LCM 106/2003 e LC 123/2006.

ITBI: art. 156, II da CF/88, art. 35 do CTN e art. 193 da LCM 34/94.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: art. 145, III da CF/88, art. 81 do CTN, art. 261 da LCM 34/94 e LCM 151/2009.

TL: art. 145, II da CF/88, art. 77 do CTN, art. 248 da LCM 34/94 e LCM 16/92.

TAXAS E RECEITAS DIVERSAS: Decreto Municipal 5368/2005, LCM 81/2000 e Lei Federal 6.830/80.

AUTO DE INFRAÇÃO (AIIF): LCM 34/94.

MDES - Multa Atraso Declaração Eletrônica: art. 30 da LCM 111/2005.

MULTA INFRAÇÃO CONTRATUAL: Lei Federal 8.666/93.

DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA: art. 39 da Lei Federal 4.320/64 e Lei Federal 6.830/80.

CORREÇÃO MONETÁRIA: LCM 105/2003 e art. 122 da LCM 34/94.

Notifico o sujeito passivo a pagar o crédito tributário, na importância total acima mencionada no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento desta notificação, junto à instituição financeira participante da rede arrecadadora do Município, ou, querendo, apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, na forma da Lei Complementar Municipal n. 34, de 20/12/1994, reclamação ou defesa, parcial ou total, que deverá ser entregue no SETOR DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA no regular horário de expediente da Prefeitura.

O débito poderá ser parcelado em até 24 vezes, desde que o valor da parcela não seja inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), conforme Lei Complementar 0142/2009. Para tanto o contribuinte deverá solicitar o parcelamento junto ao Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Brusque.

Informações sobre o lançamento:

LANÇAMENTO DE OFÍCIO / FATO GERADOR: Transferência Imobiliária matrícula 60.939 / DATA FG: 05/07/2010 / BASE DE CÁLCULO: R\$ 3.100.000,00 / ALÍQUOTA: 0,2% / IMPOSTO: R\$ 62.000,00

BRUSQUE (SC), 18 de junho de 2014

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ

Secretária da Fazenda
 Matrícula 400319

Observação: Caso V.Sª já tenha regularizado o(s) débito(s) a que esta se refere, favor apresentar o comprovante de

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax (47)3251-1833 - Centro - CEP 88350-051 - BRUSQUE - SC
 Home-page: www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br

Caçador

PREFEITURA

Extrato de Termo de Convênio 004/14

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Convênio que entre si celebram o Município de Caçador e a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador OBJETO: Transfêrencia de recursos financeiros destinados a custear despesas com o Projeto "Manutenção da Entidade e aquisição de equipamentos". PRAZO DE VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2014. DATA DE ASSINATURA: 18 de junho de 2014. SIGNATÁRIOS: Gilberto Amaro Comazzetto, pela Prefeitura Municipal de Caçador e Valdemar Fabiani, pela Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador.

Decreto Nº 6.038

DECRETO Nº 6.038, de 20 de junho de 2014.

Suplementa e anula dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.1.90.00.0098 - Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

3.1.91.00.0098 - Aplicações Diretas Operações Intra-orçamentárias.. R\$ 8.000,00

Total R\$ 40.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.3.90.00.0353 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Total R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Decreto Nº 6.039

DECRETO Nº 6.039, de 20 de junho de 2014.

Suplementa dotações orçamentárias, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, por conta do excesso de arrecadação e superavit financeiro do exercício anterior.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 8.877,64 (oito mil, oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos):

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração
4.4.90.00.0089 - Aplicações Diretas R\$ 8.877,64

Art. 2º Para atender o disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos financeiros provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 8.877,64 (oito mil, oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos):

Recurso 89 - Alienação de Bens destinados a Outros Programas
R\$ 8.877,64

3º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 101.936,78 (cento e um mil, novecentos e trinta e seis reais e setenta e oito centavos):

02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração
4.4.90.00.0389 - Aplicações Diretas R\$ 101.936,78

Art. 4º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superavit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 101.936,78 (cento e um mil, novecentos e trinta e seis reais e setenta e oito centavos):

Recurso 89 - Alienação de Bens destinados a Outros Programas
R\$ 101.936,78

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda.

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 06/2014- Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2014

O Município de Caçador/SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 06/2014, Processo Licitatório nº 79-2014, para Contratação de Palestrantes, para Jornada Pedagógica, objetivando proporcionar aos profissionais da educação, Capacitação dentro da Área de Atuação e de acordo com as necessidades das Unidades Escolares. A ser realizada de 21 a 25 de Julho de 2014; PALESTRANTES: Claudia Maria da Cruz CPF - 914.227.289-00, Marcia Farinella Soares de Campos, CPF - 655.892.979-15, Darci Orso, CPF - 192.348.130-49, Sandra Maria Bozza Martins, CPF - 320.363.029-04 e Selma Felisbino Hillesheim, CPF - 907.482.989-91, pelo valor total de R\$ 15.000,00, (Quinze mil reais), nos termos do artigo 25, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador/SC, 17 de junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,

Prefeito Municipal

Edital de Desenquadramento Iss Fixo - Junho/2014 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Secretaria da Fazenda do Município de Caçador, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 90 da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO, que a Lei Municipal nº 54, de 15 de dezembro de 1983 (Código Tributário Municipal), em seu art. 39 dispõe sobre o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), mediante regime de estimativa fixa;

CONSIDERANDO, que as hipóteses de recolhimento do ISSQN no regime de estimativa fixa são taxativamente arroladas no dispositivo acima mencionado, regramento que não comporta interpretação ampliada, de maneira que os contribuintes que recolhem o imposto neste regime, fora das hipóteses estritamente mencionadas, o fazem sem amparo legal;

CONSIDERANDO, que a Administração Pública em geral e Administração Fazendária em particular, estão obrigadas à observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, abrigados no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil; e

CONSIDERANDO, que as sociedades organizadas sob a forma societária de responsabilidade limitada não fazem jus à tributação por estimativa fixa, prevista no art. 9º, § 1º Decreto-lei 406, de 31 de dezembro de 1968, o qual foi mantido em vigor pelas normas que lhe sucederam, consoante entendimento do E. Superior Tribunal de Justiça;

CONSIDERANDO, que em parecer jurídico exarado sob o nº 00064, de 12 de fevereiro de 2014, a Procuradoria-Geral do Município de Caçador se manifestou no sentido de que não devem ser consideradas sociedades uniprofissionais, para fins da tributação diferenciada, prevista no art. 9º, § 1º do Decreto-lei 406/68 as sociedades:

- a) cujos serviços não se caracterizam como trabalho pessoal dos sócios, e sim como da própria sociedade;
- b) cujos sócios não possuam, todos a mesma habilitação profissional;
- c) que tenham como sócio pessoa jurídica;
- d) que tenham natureza comercial; e
- e) que exerçam atividade diversa da habilitação profissional dos sócios.

CONSIDERANDO, que em parecer jurídico exarado sob o nº 00193,

de 12 de fevereiro de 2014, aquele órgão reiterou o entendimento anteriormente manifestado a respeito do tema;

CONSIDERANDO, que o setor de fiscalização já efetuou a análise de cada um dos casos abaixo elencados, verificando que os contribuintes não fazem jus à forma de tributação fixa prevista no já mencionado Decreto-lei 406/68; e

CONSIDERANDO, que o inciso VIII do art. 39 e o art. 41 da Lei Municipal nº 54, de 15 de dezembro de 1983 (Código Tributário Municipal) estabelecem que a Administração poderá, a qualquer tempo, suspender a aplicação do regime de estimativa fixa e bem assim também rever os valores estimados.

NOTIFICA

Que, com base no disposto no art. 39, VIII do Código Tributário Municipal, efetuará a suspensão do regime de recolhimento do Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) por estimativa fixa, EXCLUINDO do regime de estimativa fixa, a contar de 1º de janeiro de 2014, pelos fundamentos acima mencionados, o contribuinte a seguir:

CONTRIBUINTE	CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL
Gomes e Gomes S/S Ltda - Me	01.803.301/0001-16	101.546.001
Phenix Representação Comercial Ltda	07.751.546/0001-23	134.077.077

Outrossim, estes contribuintes ficam cientificados de que, na forma do disposto no art. 44 da Lei 54, de 15 de dezembro de 1983 (Código Tributário Municipal), poderão, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da publicação do presente, apresentar impugnação.

Caso os contribuintes acima mencionados já tenham efetuado recolhimentos do ISSQN do exercício de 2014, aplicar-se-á o disposto no art. 48 do Código Tributário Municipal, o qual dispõe:

Art. 48 - No recolhimento do imposto por estimativa serão observadas as seguintes regras:

I - serão estimados o valor dos serviços tributáveis e do imposto total a recolher no exercício ou período, e parcelado o respectivo montante para recolhimento em prestações mensais;

II - findo o exercício ou o período da estimativa ou deixando o regime de ser aplicado, serão apurados os preços e o montante do imposto efetivamente devido pelo contribuinte, respondendo este pela diferença verificada ou tendo direito a restituição do imposto pago a mais;

III - qualquer diferença verificada entre o montante do imposto recolhido por estimativa e o efetivamente devido será:

a) recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data do encerramento do exercício ou período considerado, independentemente de qualquer iniciativa do poder público, quando a este for devido;

b) restituída ou compensada, mediante requerimento do contribuinte.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, expedimos o presente edital, o qual será afixado junto ao mural da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Caçador, 04 de junho de 2014.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Fazenda

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA

Sec.Adj.Ass.Fazenda

Portaria Nº 23.807

PORTARIA nº 23.807, de 29 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, lotado junto ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/03/2014 a 14/04/2014, especificando: código, nome do servidor e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
10488	Gilmar Antonio Gonçalves	40

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de Abril de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Thaelys Varaschin Olsen Peruzzolo
Presidente do IPPUC

Portaria Nº 23.933

PORTARIA nº 23.933, de 26 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, lotado junto ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/04/2014 a 14/05/2014, especificando: código, nome do servidor e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
10488	Gilmar Antonio Gonçalves	60h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de Maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Thaelys Varaschin Olsen Peruzzolo
Presidente do IPPUC

Portaria Nº 23.928

PORTARIA nº 23.928, de 23 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/04/2014 a 14/05/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
11151	Andrea Romão Martins	10h
9691	Carlos Antonio Arruda Wagner	10h
3802	Cristiane Aparecida Correa	30h
13204	Doraci Maia Ruppel	38h
13191	Edmar Sampaio	60h
8612	Elizeni Batista do Amaral	30h
7665	Eloá Fatima de Paula	54h
11139	Eunice Misayo Ueda	10h
4081	Fatima Rozana Gomes Damaceno	60h
13201	Gerson José Teles de Souza	35h
5791	Ivone Tibes de Lima	28h
13207	João Berthier Brasil Neto	38h
11060	Lucas Filipini Chaves	10h
9043	Marcelo Silvio Alves	40h
7746	Santina Piacentini	60h
13318	Simone Casagrande	40h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de Maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Portaria Nº 23.965

PORTARIA Nº 23.965, de 30 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, da Secretaria Municipal de Saúde, especificando: código, nome, cargo, carga horária, referência, secretaria e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Ref.	Prorrogar até:
12114	João Maria Guaripuna Filho	Agente de Combate às Endemias	40h	11	31/12/2014
12112	Loriana Lopes	Agente de Combate às Endemias	40h	11	31/12/2014
12113	Maria Elena de Oliveira Eger	Agente de Combate às Endemias	40h	11	31/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Rejane Serafini
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Portaria Nº 23.832

PORTARIA Nº 23.832, de 02 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de Empregos Públicos e dá outras providências,

RESOLVE

RESCINDIR, a pedido, o contrato por prazo indeterminado do Servidor Público Municipal AUGUSTO CEZAR DE CARVALHO SOUZA, ocupante do cargo de Médico ESF, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos a contar de 01 de Maio de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Rejane Serafini
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Portaria Nº 23.962

PORTARIA Nº 23.962, de 30 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença prêmio a que fazem jus, especificando: código, nome dos servidores, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
3382	Anderson José de Oliveria	Eletricista	003	19/08/2007 a 19/08/2012	14/04/2014 a 12/07/2014
525	Celso Luiz Thomé	Chefe de Controle, Cadastro e Arrecadação	023	05/10/2008 a 05/10/2013	03/05/2014 a 31/07/2014
09	Donizete alves dos Santos	Técnico em Desenho	IPPUC	19/02/2001 a 19/02/2006	21/05/2014 a 19/07/2014
1190	Ivanir Aparecida Gonçalves	Servente	005	11/08/2008 a 11/08/2013	20/05/2014 a 18/07/2014
611	João Oliveira Prestes	Mecânico	003	03/10/2004 a 03/10/2009	08/05/2014 a 05/08/2014
1302	José Osni Guaripuna	Auxiliar de Biblioteca	005	02/02/2003 a 02/02/2008	05/05/2014 a 02/08/2014
2529	Lucia Ribeiro Luz Cavaletti	Auxiliar de Serviços Gerais	008	19/03/2001 a 19/03/2006	01/05/2014 a 29/07/2014
707	Lucia Speggorin	Professora	005	05/10/1998 a 05/10/2003	07/05/2014 a 05/07/2014
707	Lucia Speggorin	Professora	005	05/10/2003 a 05/10/2008	06/07/2014 a 02/10/2014
707	Lucia Speggorin	Professora	005	05/10/2008 a 05/10/2013	03/10/2014 a 02/12/2014
57	Luiz Roberto de Souza	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	Fundema	03/03/2008 a 03/03/2013	03/03/2014 a 03/04/2014
57	Luiz Roberto de Souza	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	Fundema	03/03/2008 a 03/03/2013	04/05/2014 a 02/07/2014
6957	Marilde Aparecida Scapin	Professora	005	01/08/2006 a 01/08/2011	05/05/2014 a 03/06/2014
1165	Nilce Baseggio Frizon	Servente	005	02/02/2008 a 02/02/2013	05/05/2014 a 03/06/2014
495	Sonia Maria Von Scharthen Ribeiro	Servente	005	05/10/2003 a 05/10/2008	06/05/2014 a 03/08/2014
495	Sonia Maria Von Scharthen Ribeiro	Servente	005	05/10/2008 a 05/10/2013	04/08/2014 a 01/11/2014
609	Valsir Gribinski	Operador de Máquinas	003	01/02/2008 a 01/02/2013	12/05/2014 a 09/08/2014
1106	Venturino José Zardo	Odontólogo	006	03/10/1994 a 03/10/1999	01/07/2014 a 30/07/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.904

PORTARIA Nº 23.904, de 19 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal GERI ANTONIO BROL, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com efeitos a contar de 19 de Maio de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de Maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.895

PORTARIA Nº 23.895, de 16 de Maio de 2014.

O REFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 22.945, de 21 de Agosto de 2013, que designou diversos servidores para exercerem a Função Gratificada constantes no Anexo I - Cargos do Grupo Ocupacional - Função Gratificada, por desempenhar atividades de maior responsabilidade além das previstas no seu cargo efetivo, somente no que diz respeito a Servidora Pública Municipal AMANDA PADILHA MACHADO, com efeitos a contar de 16 de Maio de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de Maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.958

PORTARIA Nº 23.958, de 30 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE

CONTRATAR por tempo determinado, as cidadãs a seguir relacionadas, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da Contratação	Período da Contratação
Kallayna Zanchi Bello	Assistente Administrativo	14	35h	Vaga vinculada a da servidora Sandra Tomazini Scolaro Moraes	26/05/2014 a 24/06/2014
Rose Mari Voloche	Auxiliar de Serviços Gerais	01	44h	Falta de Servidores Concursados	09/05/2014 a 09/07/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.858

PORTARIA Nº 23.858, de 07 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário do Servidor Público Municipal EZEQUIEL JOSÉ FALCÃO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, com efeitos a contar de 06 de Maio de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de Maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.905

PORTARIA Nº 23.905, de 19 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário do Servidor Público Municipal RAMON EDUARDO COELHO, ocupante do cargo de Professor Monitor, lotado junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, com efeitos a contar de 19 de Maio de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de Maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.986

PORTARIA Nº 23.986, de 02 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 17/12/99, e ainda na Lei Complementar nº 22, de 28/12/2001, que dispõe sobre o novo Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Caçador, e dá outras providências,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 22.361, de 18 de Fevereiro de 2013, que designou a Servidora Pública Municipal SIMONE DAL BOSCO para exercer Função de Confiança de Coordenadora de Serviços Administrativos de Pessoais e Encargos Gerais, do "Grupo Ocupacional Funções de Confiança," da Secretaria Municipal de Educação, Referência FCD-2, a contar de 01 de Junho de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.987

PORTARIA Nº 23.987, de 02 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE

CONCEDER a Servidora Pública Municipal SIMONE DAL BOSCO, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, com efeitos a contar de 02 de Junho de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

PR 60/14 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 060/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO COM O FORNECIMENTO DE COPIADORAS E/OU IMPRESSORAS DIGITAIS (OUTSOURCING DE IMPRESSÃO), QUE DEVERÃO SER NOVAS E DE PRIMEIRO USO, EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPRODUÇÃO DE CÓPIAS E IMPRESSÕES MONOCROMÁTICAS, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (INCLUINDO PAPEL), ALÉM DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 07 (Sete) de Julho de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 24 de Junho de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Decreto N.º 1.881/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DECRETO N.º 1.881/2014

Regulamenta a Lei Complementar Municipal n.º 047, de 03 de janeiro de 2013.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º A Fundação Cultural de Camboriú, entidade com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e disciplinar, com prazo de duração indeterminado, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.470.036/0001-31, instituída por meio da Lei Complementar Municipal n.º 047/2013, está sediada na Rua Hercílio Zuchi, n.º 160, Centro, CEP: 88340-254, Camboriú/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 24 de junho de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

Edital de Notificação por Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1218/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1219/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CZX7595	54946004E	5525/0	30/12/2013	R\$ 85,12	181 * XV
JJB6706	54622877E	5380/0	05/03/2014	R\$ 85,12	181 * I
LXO0268	55654997D	5185/1	16/02/2014	R\$ 127,69	167
LYD9158	54947936E	6050/1	25/03/2014	R\$ 191,53	208
MAX0707	54948860E	5185/1	28/03/2014	R\$ 127,69	167
MCH2027	54947538E	5835/0	18/03/2014	R\$ 127,69	195
MCH2027	54947539E	7099/1	18/03/2014	R\$ 127,69	244 * V II
MEQ4003	54947794E	5185/1	26/03/2014	R\$ 127,69	167
MFC3389	54948014E	7072/1	05/03/2014	R\$ 191,53	244 * V
MKX8078	54946968E	7056/2	27/03/2014	R\$ 85,12	244 * III c/c §1º
MKX8078	54946969E	5207/0	27/03/2014	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 23 DE JUNHO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1219/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1219/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CZX7595	54946004E	5525/0	30/12/2013	R\$ 85,12	181 * XV
JJB6706	54622877E	5380/0	05/03/2014	R\$ 85,12	181 * I
LXO0268	55654997D	5185/1	16/02/2014	R\$ 127,69	167
LYD9158	54947936E	6050/1	25/03/2014	R\$ 191,53	208
MAX0707	54948860E	5185/1	28/03/2014	R\$ 127,69	167
MCH2027	54947538E	5835/0	18/03/2014	R\$ 127,69	195
MCH2027	54947539E	7099/1	18/03/2014	R\$ 127,69	244 * V II
MEQ4003	54947794E	5185/1	26/03/2014	R\$ 127,69	167
MFC3389	54948014E	7072/1	05/03/2014	R\$ 191,53	244 * V
MKX8078	54946968E	7056/2	27/03/2014	R\$ 85,12	244 * III c/c §1º
MKX8078	54946969E	5207/0	27/03/2014	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 23 DE JUNHO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria Nº 11.030 de 23 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.030 DE 23 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a servidora pública municipal, ocupante do cargo público de Agente Administrativo III, exercendo a função Gratificada de Chefe do Serviço de Desenvolvimento Social, ELAINE MARTINS, Matrícula funcional nº 000611, Registro no Sistema sob nº 955181, referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de junho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.031 de 23 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.031 DE 23 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE AO ASSESSOR DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (cinco) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio, ocupando cargo comissionado de Assessor de Gabinete do Prefeito, JOSÉ LUIS SILVA, Matrícula Funcional nº 000034, Registro no Sistema sob nº 40000, referente ao período aquisitivo 23 de dezembro de 2012 a 23 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Assessor gozará as férias no período de 30 de junho de 2016 a 04 de julho de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de junho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.032 de 23 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.032 DE 23 DE JUNHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Auxiliar de Enfermagem, MARIA DE LOURDES CÂNDIDO DA ROSA, Matrícula Funcional nº 000252, Registro no Sistema sob nº 788900, referente ao período aquisitivo 01 de agosto de 2013 a 31 de Julho de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de junho de 2014 a 03 de julho de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de junho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.033 de 23 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.033 DE 23 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público de Fiscal de Tributos, exercendo a função gratificada de Chefe do Serviço de

Tributação e Fiscalização, LUCIMAR PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO, Matrícula Funcional nº 000078, Registro no Sistema sob nº 37000, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, referente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2011 á 27 de janeiro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Pregão 39/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA
(Processo Licitatório nº 39/2014)

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Irineu Woitskowski Júnior, Pregoeiro Municipal e Viviane Inês Fernandes Caldas Schiavenin, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 39/2014, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra mecânica para manutenção de caminhões da frota municipal. Inicialmente o Pregoeiro declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Vandiesel Ltda. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo a Sra. Rosemari Oliveira Hilgenstieler, representante da empresa Vandiesel Ltda. A empresa licitante apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e comprovou o enquadramento como empresa de pequeno porte. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR LOTE. A empresa licitante apresentou proposta de R\$ 21.601,00 para o Lote 01, não concedendo desconto. Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante classificada. Estando de acordo com o exigido no edital, a empresa Vandiesel Ltda foi declarada habilitada. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Irineu Woitskowski Junior
Pregoeiro

Viviane Inês Fernandes Caldas Schiavenin
Membro da Equipe de Apoio

Rosemari Oliveira Hilgenstieler
Vandiesel Ltda

Portaria Nº 11.034 de 23 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.034 DE 23 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a servidora pública municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Motorista, IVONEI FRIEDRICH, Matrícula funcional nº 338, Registro no Sistema sob nº 351650, referente ao período aquisitivo 01 de junho de 2013 a 01 de junho de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Aditivo Contratual Nº 52/2014

ADITIVO CONTRATUAL Nº 52/2014

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 021PL/2014 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 26/2014 (originado do Processo Licitatório nº 05/2014, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 26/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA TMK ENGENHARIA EIRELI, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 26/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 26/2014 fica prorrogado até o dia 16 de agosto de 2014.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do contrato 26/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 12 de junho de 2014.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração
CONTRATANTE

OTAVIO FERNANDO TOMCZYK
Tmk Engenharia Eireli - ME
CONTRATADA

Extrato de Contrato Nº 49/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 49/2014

Objeto: O objeto do presente contrato constitui-se no fornecimento, pela CONTRATADA, de 1.400 toneladas de calcário dolomítico a granel, tipo C, PRNT igual ou superior a 75,2%, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão, nº. 43/2014.

Dotação orçamentária: Código Reduzido: 134; Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; Unidade: 07.01 - Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente; Função: 20 - Agricultura; Subfunção: 606 - Extensão rural; Programa: 28 - Agregação de renda ao produtor Rural; Atividade: 1.039 - Distribuição de Calcário; Elemento de Despesa: 3.3.3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuição gratuita; Recurso: 0136 - Recursos Ordinários.

Vigência: 05/06/2014 a 31/12/2014.

Do valor total: R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais).

Contratado: INDÚSTRIA DE CAL RIO GRANDE LTDA
Processo Licitatório, modalidade Pregão, nº. 43/2014 - Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº 8.416 de 24 de Junho de 2014

DECRETO Nº 8.416 DE 24 DE JUNHO DE 2014
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), na seguinte Dotação no Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 25.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339035.00.766 -	Serviços de Consultoria	R\$ 25.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.417 de 24 de Junho de 2014

DECRETO Nº 8.417 DE 24 DE JUNHO DE 2014
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte Dotação no Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 30.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	

339093.00.896 -	Indenizações e Restituições	R\$ 30.000,00
-----------------	-----------------------------	---------------

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.035 de 24 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.035 DE 24 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo I, EDITE FERREIRA DA ROCHA, Matrícula Funcional nº 000018, Registro no Sistema sob nº 64700, referente aos períodos aquisitivos: 16 de março de 2011 a 15 de março de 2012 = 10 (dez) dias; 16 de março de 2012 a 15 de março de 2013 = 30 (trinta) dias, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo de março de 2012 a 15 de março de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as suas férias no período de 24 de junho de 2014 a 02 de agosto de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.036 de 24 de Junho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.036 DE 24 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 08 (zero oito) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Administrativo III, exercendo a função Gratificadas de Chefe do Serviço de Desenvolvimento Social, ELAINE MARTINS, Matrícula Funcional nº 000611, Registro no Sistema sob nº 955181, referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 25 de junho de 2014 a 02 de julho de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de junho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 105 de 24 de Junho de 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 105 DE 24 DE JUNHO DE 2014
ALTERA DISPOSITIVOS DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS NO TOCANTE À JORNADA DE TRABALHO EM SOBREAVISO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art.1º. Os arts. 82 e 127 da Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.82. A jornada de trabalho em sobreaviso, no período noturno dos dias de semana e, em período integral, nos finais de semana e feriados, aplicar-se-á aos seguintes cargos efetivos:

I - Motorista;

II - Médico II;

III - Auxiliar de Enfermagem;

IV - Técnico de enfermagem.

§1º. Considera-se de sobreaviso o servidor que, à distância e submetido a controle patronal por instrumentos telepáticos ou informatizados, permanecer em regime de plantão ou equivalente, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso.

§2º. (Revogado)

§3º. (Revogado)

§4º. (Revogado)

§5º. (Revogado)

§6º. (Revogado)

§7º. (Revogado)

§8º. (Revogado)

Art. 127

§ 1º. Os adicionais dos incisos I e V não podem ser percebidos com base no mesmo fato gerador, exceto para os detentores do cargo de Motorista.

§2º. (Revogado)

§3º. (Revogado)

§4º. O adicional de sobreaviso, referido no inciso V, equivale a:

I - 20% (vinte por cento) do vencimento-dia do Médico Plantonista, quando pago a detentor do cargo de Médico II;

II - 1/3 (um terço) do respectivo vencimento, quando pago aos demais servidores”.

Art.2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de junho de 2014.RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito MunicipalLUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/06/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do PrefeitoRELATÓRIO DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
Estado de Santa Catarina
EXERCÍCIO DE 2014

DO ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO CONSOLIDADO

CARGO	Nº SERVIDORES	MÉDIA MENSAL	TOTAL SERVIDORES	TOTAL 06 MESES
Técnico em Enfermagem e auxiliar em enfermagem	09	R\$ 266,66	R\$ 2.400,00	R\$14.400,00

Receita corrente líquida (R.C.L) JUNHO 2013 A MAIO 2014 r\$ 27.281.635,97 0,05% ANO

Receita corrente líquida - janeiro a maio de 2014 - R\$ 5.684.349,21

Descrição	Orçado ATUALIZADO	Despesas c/ Pessoal - Saldo Atual em 30.05.2014	Despesas Totais c/ Pessoal JANEIRO A MAIO/2014	Gasto Total Janeiro a Dezembro 2014 com 13º e Férias
Contratação por Tempo Determinado(todos vencimentos)	R\$ 975.168,89	R\$ 453.520,21	R\$ 521.648,68	R\$ 1.549.696,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 11.176.513,00	R\$ 7.018.549,34	R\$ 4.157.963,66	R\$ 10.946.471,20
Obrigações Patronais (INSS)	R\$ 597.734,27	R\$ 400.264,19	R\$ 197.470,08	R\$ 451.834,50
Outras Despesas Variáveis-hora extra, férias, licença prêmio	R\$ 435.250,00	R\$ 257.460,49	R\$ 177.789,51	R\$ 391.987,32
Obrigações Patronais (IPRE-CAL)	R\$ 1.633.210,95	R\$ 1.001.357,77	R\$ 631.853,18	R\$ 1.670.844,89
Total Previsto	R\$ 14.817.877,11	R\$ 9.131.152,00	R\$ 5.686.725,11	R\$ 15.010.834,04
% SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA				
% sobre receita janeiro a maio/2014	54,31%	33,46%	20,84% 45,61%	56,45%

OBS.:

Rubens Blaszkowski
Prefeito MunicipalMaria Eliane Friedrich
Secretária Municipal de Finanças

RELATÓRIO DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
Estado de Santa Catarina

PERÍODO 2013/2015

Ano	2014		2015		2016	
Tipo	Impacto Orçamen- tário	Impacto Financeiro	Impacto Orçamen- tário	Impacto Financeiro	Impacto Orçamen- tário	Impacto Financeiro
Despesas Totais Anuais Previstas	R\$ 14.907.971,29	R\$ 14.907.971,29	R\$ 15.951.529,28	R\$ 15.951.529,28	R\$ 17.068.136,32	R\$ 17.068.136,32
Aumento Total Gastos C/ Pessoal Projetado 2014	R\$ 14.400,00	R\$ 14.400,00	R\$ 30.816,00	R\$ 30.816,00	R\$ 32.973,12	R\$ 32.973,12
Gastos Total com Despesas de Pessoal	R\$ 14.922.371,29	R\$ 14.922.371,29	R\$ 15.982.345,28	R\$ 15.982.345,28	R\$ 17.101.109,44	R\$ 17.101.109,44
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - MAIO 2013 A ABRIL 2014	R\$ 27.281.635,97	R\$ 27.281.635,97	R\$ 30.547.247,79	R\$ 30.547.247,79	R\$ 34.203.753,35	R\$ 34.203.753,35
% GASTOS C/ PESSOAL SOBRE AR.C.L.	54,69%	54,69%	52,32%	52,32%	49,99%	49,99%

Obs.:

- No cálculo de projeção anual foi considerado a expectativa de reposição salarial de 6% (calculado pela projeção do INPC para os anos de 2015 e 2016 + 1% de anuênio).

Para efeito de cálculo do crescimento da receita corrente líquida para os exercícios de 2015 e 2016, foi considerado o crescimento médio ocorrido nos exercícios de 2010, 2011 e 2012 que resultou um percentual médio de crescimento de 11,97%, tomando-se como base o cálculo da receita corrente líquida arrecada no exercício de 2014, projetado-a para os exercícios de 2015 e 2016.

Rubens Blaszkowski
Prefeito Municipal

Maria Eliane Friedrich
Secretária Municipal de Finanças

RELATÓRIO DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
Estado de Santa Catarina

Declaro, para fins de adequação ao disposto no artigo 16, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - que tenho ciência do impacto orçamentário e financeiro, que será ocasionado pela geração das despesas advindas do Projeto de Lei nº 07 /2014, com a criação do sobreaviso para técnicas de enfermagem e auxiliar de enfermagem; - "ALTERA OS ANEXOS I; II E II-A DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002".

A melhoria dos serviços de saúde requer seja ampliada a jornada de trabalho em sobreaviso, hoje aplicável apenas a Médico II e Motoristas, também aos cargos de Auxiliar de Enfermagem e Técnico de Enfermagem.

A mudança legislativa precisa ser feita nos arts. 82 e 127 da Lei Complementar n. 006/2002, todavia, impossível não fazer uma releitura destes dispositivos para o fim de adequá-los à precisão exigida no art. 11 da Lei Complementar n. 95/1998.

Logo, além da inclusão dos cargos de Auxiliar de Enfermagem e Técnico de Enfermagem (art. 82, III e IV), procedeu-se a divisão dos temas (previsão de sobreaviso no art. 82 e pagamento de sobreaviso no art. 127), à exclusão de regras cujo conteúdo normativo já esteja estabelecido noutras normas (§6º do art. 82 e §§ 2º e 3º do art. 127) e de regras que sejam tipicamente regulamentares (§§ 2º a 5º do art. 82).

Rubens Blaszkowski
Prefeito Municipal

Maria Eliane Friedrich
Secretária Municipal de Finanças

Previsão Orçamentária

Despesas com Pessoal	Valores Fixados	Gastos com Pessoal - 01.01.2014 a 31.05.2014	Gastos com pessoal com a implantação do Projeto de Lei 07-02.06.2014	Gasto Total
Contratação por tempo determinado	R\$ 975.168,89	R\$ 521.648,68		R\$ 1.521.201,24
Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 11.176.513,00	R\$ 4.157.963,66		R\$ 10.860.555,50
Obrigações Patronais (INSS)	R\$ 597.734,27	R\$ 197.470,08		R\$ 360.846,88
Outras Despesas Variáveis	R\$ 435.250,00	R\$ 177.789,51	R\$ 14.400,00	R\$ 517.022,33
Obrigações Patronais (IPRE-CAL)	R\$ 1.633.210,95	R\$ 631.853,18		R\$ 1.662.745,34
Total Orçado	R\$ 14.817.877,11	R\$ 5.686.725,11		R\$ 14.922.371,29

	54,31%	20,84% 45,61%		54,69%
--	--------	------------------	--	--------

Rubens Blaszkowski
Prefeito Municipal

Maria Eliane Friedrich
Secretária Municipal de Finanças

Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro
Município de Campo Alegre
Estado de Santa Catarina
Metodologia de Cálculo

O presente relatório tem por objetivo atender o Projeto Lei Complementar nº 07 - "ALTERA OS ANEXOS I; II E II-A DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002".

A melhoria dos serviços de saúde requer seja ampliada a jornada de trabalho em sobreaviso, hoje aplicável apenas a Médico II e Motoristas, também aos cargos de Auxiliar de Enfermagem e Técnico de Enfermagem.

A mudança legislativa precisa ser feita nos arts. 82 e 127 da Lei Complementar n. 006/2002, todavia, impossível não fazer uma releitura destes dispositivos para o fim de adequá-los à precisão exigida no art. 11 da Lei Complementar n. 95/1998.

Logo, além da inclusão dos cargos de Auxiliar de Enfermagem e Técnico de Enfermagem (art. 82, III e IV), procedeu-se a divisão dos temas (previsão de sobreaviso no art. 82 e pagamento de sobreaviso no art. 127), à exclusão de regras cujo conteúdo normativo já esteja estabelecido noutras normas (§6º do art. 82 e §§ 2º e 3º do art. 127) e de regras que sejam tipicamente regulamentares (§§ 2º a 5º do art. 82). Estando incluso no cálculo os respectivos vencimentos dos cargos, 13º salário, férias, e os custos da cota patronal para o regime previdência - CLT, que é de 21,66% e cota patronal para o regime próprio IPRECAL DE 22% foi considerado para efeito de cálculo. Uma expectativa de revisão geral e anual de 6% (seis por cento), índice que representa a estimativa de inflação do INPC para o período, além de 1% (um por cento) que será pago ao servidor, a cada ano de efetivo exercício a título de anuindo.

A receita corrente líquida (RCL) no período de junho/2013 a maio/2014 é de R\$ 27.281.635,97 vinte e sete milhões, duzentos e oitenta e um mil, seiscentos e trinta e cinco reais, e noventa e sete centavos. O limite para gastos com pessoal para o Poder Executivo é de 54% (cinquenta e quatro por cento) da RCL conforme estabelece o artigo 20 inciso III, "B da Lei complementar nº 101/2000 - LRF, e os gastos com pessoal consolidado com fundo de saúde, iprecal e Câmara de vereadores estão orçados em R\$ 14.922.371,29 (quatorze milhões, novecentos e vinte e dois mil, trezentos e setenta e um reais e vinte e nove centavos) perfazendo o percentual de 54,69 %; Sendo o limite consolidado para gastos com pessoal de 60% limite máximo, limite prudencial 57% e limite de alerta 54%.

Rubens Blaszkowski
Prefeito Municipal

Maria Eliane Friedrich
Secretaria Municipal de Finanças

Ata Pregão Eletrônico 45/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

Pregão Eletrônico nº. 45/2014

Ata Circunstanciada

Às 10:00 do dia 17/06/2014, reuniu-se o Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o Aquisição de cadeiras infantis, roupeiro e armário para os Centros de Educação Infantil do município. Inicialmente, o pregoeiro(a) abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances.

Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lances.

AWD COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 17.059.712/0001-89					
Item	Descrição	Marca	Quantidade / Unidade	Valor	Valor Total
2	Bebê conforto, com assento removível e lavável, encosto acolchoado, posição de reclinção única, com suporte para cab...	baby style	35 UN	R\$ 159,32	R\$ 5.576,20
VALOR TOTAL				R\$ 5.576,20	

Líder Distribuidora Ltda - EPP - Tipo: EPP - LC123: Sim - Documento 12.817.791/0001-26					
Item	Descrição	Marca	Quantidade / Unidade	Valor	Valor Total
1	Cadeira de refeição para bebê, com assento e encosto almofadados, bandeja removível, pedana, trava de segurança de 5 ...	BURIGOTTO BON APPE-TIT	50 UN	R\$ 129,99	R\$ 6.499,50
VALOR TOTAL				R\$ 6.499,50	

Mmobile Eireli - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 15.764.033/0001-85

Item	Descrição	Marca	Quantidade / Unidade	Valor	Valor Total
3	Roupeiro com 6 portas - composição do material em MDP, com 3 prateleiras e gavetas. Dimensões aproximadas: 200 x 180 ...	Própria	1 UN	R\$ 1.342,20	R\$ 1.342,20
4	Armário aéreo, 3 portas. Cor: branco. Composição em aço, pintura/revestimento eletrostática a pó, com 1 prateleira. D...	Própria	1 UN	R\$ 417,80	R\$ 417,80
VALOR TOTAL				R\$ 1.760,00	

Após encerramento da fase de lances, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores para cada item. Sendo assim divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro acima e foi concedido o prazo de intenção de recurso.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão cuja ata foi lavrada e assinada pelo pregoeiro(a), ordenador(a) e equipe de apoio.

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Licitação PP 55/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 08 de julho de 2014 às 10 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por lote, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL PARA ATENDER A PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30 as 11h00 e das 13h30 às 17h00, diariamente.

Campos Novos, 25 de junho de 2014.
Prefeito Municipal
Nelson Cruz

Canelinha

PREFEITURA

Extrato Resultado Julgamento TP 07/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
RESULTADO JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇO Nº 07/2014

O MUNICÍPIO DE CANELINHA - SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha - SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na TOMADA DE PREÇO nº 07/2014, a contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para drenagem e pavimentação do 6º trecho da Rua Leonel Marcelino Pereira, da estaca 4 à estaca 6,00m para Drenagem e da 3=PP à estaca 3+19,00 para pavimentação, em lajotas sextavadas de concreto fck 35 Mpa, com 25x25x08 cm de espessura, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de composições, BDI, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. Classificando-se vencedora a proposta da empresa DJP Construções e Comercio Ltda ME, no valor de R\$ 12.108,51 (Doze mil cento e oito reais e cinquenta e um centavos).

Canelinha, 18 de junho de 2014.
Antônio da Silva
Prefeito do Município

Extrato Resultado TP 06/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
RESULTADO JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇO Nº 06/2014

O MUNICÍPIO DE CANELINHA - SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha - SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na TOMADA DE PREÇO nº 06/2014, a contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para drenagem, pavimentação, passeios e sinalização do 1º trecho da Rua Godofredo Benevenuto, localizada no Bairro Galera, da estaca 0=PP à estaca 48, em lajotas sextavadas de concreto fck 35 Mpa, com 25x25x08 cm de espessura, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. Classificando-se vencedora a proposta da empresa CR Artefatos Cimento Ltda, no valor de R\$ 599.149,74 (Quinhentos e noventa e nove mil cento e quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos).

Canelinha, 18 de junho de 2014.
Antônio da Silva
Prefeito do Município

Extrato Resultado Concorrência 02/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

RESULTADO JULGAMENTO

CONCORRÊNCIA Nº 02/2014

O MUNICÍPIO DE CANELINHA - SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha - SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na CONCORRÊNCIA nº 02/2014, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material para terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica, passeio e sinalização da Rua Otílio Furtado, da estaca 0=PP à estaca 126+10,541 metros=PF, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. Classificando-se vencedora a proposta da empresa PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, no valor de R\$ 1.967.835,63 (hum milhão novecentos e sessenta e sete mil e oitocentos e trinta cinco reais e sessenta e três centavos).

Canelinha, 18 de junho de 2014.

Antônio da Silva

Prefeito do Município

Extratos Contratos Nº 143/2014 A 146/2014 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº.143/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE BEM MÓVEL. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: CELSO MOACIR GOMES EPP. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de 01 (uma) academia de ginástica ao ar livre, para atividades físicas da 3ª idade, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II, do Edital Processo de Licitação nº. 66/2014, Pregão Presencial nº.53/2014 (processo 52/2014, PP: 40/2014), parte integrante deste contrato. VALOR: R\$ 9.343,00 (nove mil trezentos e quarenta e três reais). Canelinha, 10 de junho de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº.144/2014.TERMO ADITIVO Nº.001 AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO Nº.127/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MANOEL SPERANDIO - ME. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do contrato de Fornecimento de Materiais de construção nº. 127/2014 fica acrescido quantitativamente o valor inicial do referido contrato na quantia de 25% (vinte e cinco por cento). VALOR GLOBAL: R\$ 22.404,50 (vinte e dois mil quatrocentos e quatro reais e cinquenta centavos). Canelinha/SC., 10 de junho de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Contrato nº.145/2014.CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADA: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, à contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para drenagem, pavimentação, passeios e sinalização do 1º trecho da Rua Godofredo Benevenuto, Localidade de Galera, da estaca 0=PP à estaca 48, em lajotas sextavadas de concreto fck 35 Mpa, com 25x25x08 cm de dimensão, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de composições, ART e Projetos, parte integrante e

inseparável do Edital de Licitação nº.63/2014, Tomada de Preço nº.07/2014 (processo nº.49/2014, TP:06/2014). VALOR GLOBAL: R\$ 599.149,74 (quinhentos e noventa e nove mil cento e quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos). Canelinha (SC), 18 de junho de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Contrato nº.146/2014.CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADA: PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica, passeios e sinalização da Rua Otílio Furtado, da estaca 0=PP à estaca 126+10,541 metros=PF, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de composições, ART e Projetos, parte integrante e inseparável do Edital de Licitação nº.56/2014, Concorrência nº.02/2014 (processo administrativo nº.42). VALOR GLOBAL: R\$-1.967.835,63 (um milhão novecentos e sessenta e sete mil e oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e três centavos).

Canelinha (SC), 18 de junho de 2014.

ANTÔNIO DA SILVA

PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Canoinhas

PREFEITURA

Resolução N.º 28/CMAS/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS
MUNICÍPIO DE CANOINHAS

RESOLUÇÃO N.º 28/CMAS/2014

Dispõe sobre O TERMO DE ACEITE DO
município de canoinHAS AO PROGRAMA
NACIONAL ACESSUAS TRABALHO 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Canoinhas (SC), no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Lei n.º 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS;

CONSIDERANDO a Lei n.º 2789/1996 Lei que cria o CMAS e dá outras providências; revogada pela Lei nº 4852 de 14 de novembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do CMAS e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do CMAS;

CONSIDERANDO a Resolução CIT nº 6, de 15 de Maio de 2014 e Resolução CNAS nº 17, de 05 de Junho de 2014, que estabelecem os parâmetros de elegibilidade e metas do Programa para 2014;

CONSIDERANDO a reunião extraordinária do CMAS realizada em 23 de Junho de 2014;

CONSIDERANDO a análise da documentação para o Aceite do Programa ACESSUAS Trabalho 2014.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Termo de Aceite do Município de Canoinhas ao Programa ACESSUAS Trabalho 2014.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 24 de Junho de 2014.

Roseli Dobroshinskei

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicação do Resultado Final do Pregão Presencial N. PMC 60/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/5

Total dos Itens Vencedores: 3.350,75

Processo / Ano: 84/2014 Processo Administrativo:

Licitação.....: 60/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS DE CONCRETO, SIMPLES E ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	24590	- TUBO CIRCULAR DE CONCRETO SIMPLES (200 MM), ÁGUAS PLUVIAIS - Unidade: UN					
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1,000	0,0000	13,2000	13,20	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1,000	0,0000	13,3000	13,30	Perdeu	2
15811	CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	CONCREPLAN	1,000	0,0000	13,5000	13,50	Perdeu	3
16200	TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - EPP	TUBOS E PRÉ-MOLI	1,000	0,0000	15,0000	15,00	Perdeu	4
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	Qualitubos	1,000	0,0000	15,3000	15,30	Desclassif.	0
Item.....: 2	-	23379	- TUBO CIRCULAR DE CONCRETO SIMPLES 300 MM - Unidade: UN					
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1,000	0,0000	15,3000	15,30	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1,000	0,0000	15,4000	15,40	Perdeu	2
15811	CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	CONCREPLAN	1,000	0,0000	16,5000	16,50	Perdeu	3
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	Qualitubos	1,000	0,0000	21,5000	21,50	Desclassif.	0
16200	TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - EPP	TUBOS E PRÉ-MOLI	1,000	0,0000	22,0000	22,00	Desclassif.	0
Item.....: 3	-	48875	- TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO 4000 MM - Unidade: UN					
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1,000	0,0000	24,7500	24,75	Venceu	1 *****
15811	CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	CONCREPLAN	1,000	0,0000	24,8000	24,80	Perdeu	2
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1,000	0,0000	24,9000	24,90	Perdeu	3
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	Qualitubos	1,000	0,0000	30,5000	30,50	Desclassif.	0
16200	TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - EPP	TUBOS E PRÉ-MOLI	1,000	0,0000	32,0000	32,00	Desclassif.	0
Item.....: 4	-	48849	- TUBO CIRCULAR DE CONCRETO SIMPLES 500 MM - Unidade: UN					
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1,000	0,0000	36,0000	36,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1,000	0,0000	36,1000	36,10	Perdeu	2
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	Qualitubos	1,000	0,0000	41,0000	41,00	Perdeu	3
15811	CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	CONCREPLAN	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16200	TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - EPP	TUBOS E PRÉ-MOLI	1,000	0,0000	47,0000	47,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/5

Processo / Ano: 84/2014		Processo Administrativo:		3.350,75				
Licitação.....: 60/2014 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS DE CONCRETO, SIMPLES E ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 5 - 48852 - TUBO CIRCULAR CONCRETO SIMPLES 600 MM - Unidade: UN								
15811	CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	CONCREPLAN	1,000	0,0000	49,5000	49,50	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1,000	0,0000	49,6000	49,60	Perdeu	2
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1,000	0,0000	51,0000	51,00	Perdeu	3
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	Qualitubos	1,000	0,0000	63,0000	63,00	Desclassif.	0
16200	TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - EPP	TUBOS E PRÉ-MOLI	1,000	0,0000	64,0000	64,00	Desclassif.	0
Item.....: 6 - 48864 - TUBO CONCRETO ARMADO 600 MM - Unidade: UN								
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	Qualitubos	1,000	0,0000	88,5000	88,50	Venceu	1 *****
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1,000	0,0000	88,9000	88,90	Perdeu	2
16200	TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - EPP	TUBOS E PRÉ-MOLI	1,000	0,0000	99,0000	99,00	Perdeu	3
15811	CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1,000	0,0000	117,8000	117,80	Desclassif.	0
Item.....: 7 - 48865 - TUBO CONCRETO ARMADO 800 MM - Unidade: UN								
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	Qualitubos	1,000	0,0000	116,5000	116,50	Venceu	1 *****
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1,000	0,0000	117,0000	117,00	Perdeu	2
15811	CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	CONCREPLAN	1,000	0,0000	118,0000	118,00	Perdeu	3
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1,000	0,0000	177,1000	177,10	Desclassif.	0
16200	TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - EPP	TUBOS E PRÉ-MOLI	1,000	0,0000	180,0000	180,00	Desclassif.	0
Item.....: 8 - 48866 - TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO 800 MM - Unidade: UN								
15811	CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	CONCREPLAN	1,000	0,0000	148,0000	148,00	Venceu	1 *****
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	Qualitubos	1,000	0,0000	149,0000	149,00	Perdeu	2
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1,000	0,0000	154,0000	154,00	Perdeu	3
16200	TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - EPP	TUBOS E PRÉ-MOLI	1,000	0,0000	220,0000	220,00	Desclassif.	0
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1,000	0,0000	228,0000	228,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/5

Processo / Ano: 84/2014		Processo Administrativo:		3.350,75				
Licitação.....: 60/2014 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS DE CONCRETO, SIMPLES E ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 9 - 48867 - TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO 1000 MM - Unidade: UN								
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1,000	0,0000	179,0000	179,00	Venceu	1 *****
15811	CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	CONCREPLAN	1,000	0,0000	180,0000	180,00	Perdeu	2
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	Qualitubos	1,000	0,0000	181,0000	181,00	Perdeu	3
16200	TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - EPP	TUBOS E PRÉ-MOLI	1,000	0,0000	213,0000	213,00	Perdeu	4
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1,000	0,0000	285,4000	285,40	Desclassif.	0
Item.....: 10 - 48868 - TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO 1000 CLASSE PA2 - Unidade: UN								
15811	CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	CONCREPLAN	1,000	0,0000	232,0000	232,00	Venceu	1 *****
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1,000	0,0000	232,5000	232,50	Perdeu	2
16200	TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - EPP	TUBOS E PRÉ-MOLI	1,000	0,0000	244,5000	244,50	Perdeu	3
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	Qualitubos	1,000	0,0000	310,0000	310,00	Desclassif.	0
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1,000	0,0000	321,1000	321,10	Desclassif.	0
Item.....: 11 - 48869 - TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO 1200MM - Unidade: UN								
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	Qualitubos	1,000	0,0000	268,0000	268,00	Venceu	1 *****
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1,000	0,0000	269,0000	269,00	Perdeu	2
16200	TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - EPP	TUBOS E PRÉ-MOLI	1,000	0,0000	316,0000	316,00	Perdeu	3
15811	CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1,000	0,0000	360,8000	360,80	Desclassif.	0
Item.....: 12 - 48870 - TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO 1200MM PA2 - Unidade: UN								
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1,000	0,0000	313,0000	313,00	Venceu	1 *****
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1,000	0,0000	315,0000	315,00	Perdeu	2
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	Qualitubos	1,000	0,0000	345,0000	345,00	Perdeu	3
16200	TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - EPP	TUBOS E PRÉ-MOLI	1,000	0,0000	440,0000	440,00	Perdeu	4
15811	CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/5

Processo / Ano: 84/2014		Processo Administrativo:		3.350,75				
Licitação.....: 60/2014 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS DE CONCRETO, SIMPLES E ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 13 - 48871 - TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO 1500MM - Unidade: UN								
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1,000	0,0000	362,0000	362,00	Venceu	1 *****
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	Qualitubos	1,000	0,0000	363,0000	363,00	Perdeu	2
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1,000	0,0000	460,0000	460,00	Perdeu	3
15811	CONGREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16200	TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - EPP	TUBOS E PRÉ-MOLI	1,000	0,0000	488,0000	488,00	Desclassif.	0
Item.....: 14 - 48872 - TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO 1500MM PA2 - Unidade: UN								
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1,000	0,0000	448,0000	448,00	Venceu	1 *****
16200	TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - EPP	TUBOS E PRÉ-MOLI	1,000	0,0000	449,0000	449,00	Perdeu	2
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	Qualitubos	1,000	0,0000	450,0000	450,00	Perdeu	3
15811	CONGREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1,000	0,0000	592,3200	592,32	Desclassif.	0
Item.....: 15 - 48873 - TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO 200 0 MM - Unidade: UN								
16200	TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - EPP	TUBOS E PRÉ-MOLI	1,000	0,0000	1,057,0000	1,057,00	Venceu	1 *****
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	Qualitubos	1,000	0,0000	1,058,0000	1,058,00	Perdeu	2
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1,000	0,0000	1,150,0000	1,150,00	Perdeu	3
15811	CONGREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/5

Processo / Ano: 84/2014

Licitação.....: 60/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS DE CONCRETO, SIMPLES E ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

Processo Administrativo: 3.350,75

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 15 - 48873 - TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO 200 0 MM - Unidade: UN

12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1,000	0,0000	1.615,4000	1.615,40	Desclassif.	0
-------	---------------------------------------	---------	-------	--------	------------	----------	-------------	---

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)

FRANCIÉLE TISCHLER QUADROS - - SUPLENTE

ANDRESSA CASSIAS PEREIRA - - EQUIPE DE APOIO

CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS - - SUPLENTE

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC

VANESSA LANGER - - CRC/SC 028524/O-0

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 24/2014 - Nomeia Comissão de Licitação**

PORTARIA Nº 24/2014

NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, ESTADO DE SANTA CATARINA.

A mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidos pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

PORTARIA

“Art.1º Fica constituída Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar a Licitação da Câmara Municipal de Vereadores de Canoinhas, com objetivo de julgar propostas sujeitas a Licitação Pública, em suas diversas modalidades de acordo com o diploma legal que dispõe a Lei nº 8.666/93, com redação da Lei nº 8.883/94, ficando designados para sua composição as seguintes pessoas:

Presidente: Morgana D. Lessak

Secretário: Marcio Juliano Seleme

Membros: Camila Maiorki Salomon

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 24 de junho de 2014.

RENATO PIKE

1º Secretário

NENO PANGRATZ

Presidente

CHIQUINHO DA SILVA

2º Secretário

Registrado e publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 24 de Junho de 2014.

Tarciso de Lima

Secretário Administrativo

Portaria Nº 25/2014 - Nomear Comissão de Sindicância

Câmara de Vereadores de Canoinhas

Rua 3 de maio, 150 - Centro - Canoinhas-SC

www.canoinhas.sc.gov.br

PORTARIA Nº 25/2014

A mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidos pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, consoante disposição do artigo 163, da Lei Municipal nº 2.305, de 03/07/1990:

NOMEAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art.1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da Lei Municipal nº 2.305, de 03/07/1990, fica nomeada a COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: MORGANA D. LESSAK, MARCIO JULIANO SELEME e ROSELI ENGEL, sob a presidência do primeiro.

Art.2º - A referida Comissão deverá apurar os fatos informados pelo Vereador Paulo Glinski, através do protocolo nº 406/2014, referente a conduta do servidor Público Ricardo Beninca, relativo a não observação das normas legais e regulares, e de manter conduta incompatível com a moralidade administrativa, de modo a cometer possíveis infrações aos deveres e proibições estabelecidas na Lei 2.305/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art.3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 163 e seguintes do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art.4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, 24 de junho de 2014.

Neno Pangratz

Presidente

Renato Pike

1º Secretário

Chiquinho da Silva

2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 24 de junho de 2014.

Capinzal

PREFEITURA

FMS Ata/Contrato 0071/2014

Ata/Contrato Nº.: 0071/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada : BMF FARMA POPULAR E ECONOMICA LTDA - ME

Valor : 11.470,50 (onze mil quatrocentos e setenta reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 18/06/2014 Término: 18/06/2015

Processo Licitatório Nº 0035/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0024/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, para distribuição gratuita aos pacientes do município de Capinzal durante o ano de 2014.

FMS Ata/Contrato 0072/2014

Ata/Contrato Nº.: 0072/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada : BRUTHAN COMERCIAL LTDA.

Valor : 330,00 (trezentos e trinta reais)

Vigência : Início: 18/06/2014 Término: 18/06/2015

Processo Licitatório Nº 0035/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0024/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, para distribuição gratuita aos pacientes do município de Capinzal durante o ano de 2014.

FMS Ata/Contrato 0073/2014

Ata/Contrato Nº.: 0073/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada : DARLI LUIZ BELOTTO E CIA LTDA

Valor : 5.431,00 (cinco mil quatrocentos e trinta e um reais)

Vigência : Início: 18/06/2014 Término: 18/06/2015

Processo Licitatório Nº 0035/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0024/2014

Recursos: Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, para distribuição gratuita aos pacientes do município de Capinzal durante o ano de 2014.

FMS Ata/Contrato 0074/2014

Ata/Contrato Nº.: 0074/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada : MARIOLECI CASAGRANDE & CIA LTDA - EPP

Valor : 26.360,00 (vinte e seis mil trezentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 18/06/2014 Término: 18/06/2015

Processo Licitatório Nº 0035/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0024/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, para distribuição gratuita aos pacientes do município de Capinzal durante o ano de 2014.

FMS Ata/Contrato 0075/2014

Ata/Contrato Nº.: 0075/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada : MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor : 18.538,00 (dezoito mil quinhentos e trinta e oito reais)

Vigência : Início: 18/06/2014 Término: 18/06/2015

Processo Licitatório Nº 0035/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0024/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, para distribuição gratuita aos pacientes do município de Capinzal durante o ano de 2014.

FMS Ata/Contrato 0076/2014

Ata/Contrato Nº.: 0076/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada : NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

Valor : 11.659,50 (onze mil seiscentos e cinquenta e nove reais)

e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 18/06/2014 Término: 18/06/2015
Processo Licitatório Nº 0035/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0024/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, para distribuição gratuita aos pacientes do município de Capinzal durante o ano de 2014.

FMS Ata/Contrato 0077/2014

Ata/Contrato Nº.: 0077/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada : OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

Valor : 10.776,00 (dez mil setecentos e setenta e seis reais)

Vigência : Início: 18/06/2014 Término: 18/06/2015
Processo Licitatório Nº 0035/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0024/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, para distribuição gratuita aos pacientes do município de Capinzal durante o ano de 2014.

PMC Contrato 0169/2014

Contrato Nº.: 0169/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada : ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

Valor : 509.408,04 (quinhentos e nove mil quatrocentos oito reais e quatro centavos)

Vigência : Início: 16/06/2014 Término: 31/12/2014
Processo Licitatório Nº 0095/2014

Licitação : Tomada de Preço para Obras e Serviços Engenharia Nº.: 0005/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada, para construção de quadra poliesportiva coberta e com vestiários, na Escola Belisário Pena, localizada na Rua Dona Linda Santos esquina com Rua José Vicari, no centro de Capinzal/SC, com Recursos Próprios e Convênio PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 001/2013, conforme cronograma e projetos em anexo.

PMC Ata/Contrato 0172/2014

Contrato Nº.: 0172/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada : COMERCIAL AGRICOLA CAPRI LTDA

Valor : 40.200,00 (quarenta mil duzentos reais)

Vigência : Início: 18/06/2014 Término: 31/12/2014
Processo Licitatório Nº 0103/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0068/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de 3 (três) colhedoras de forragem (ensiladeiras), conforme Proposta nº 0000012900/2014, para uso nas atividades da Patrulha Agrícola Mecanizada, desenvolvida pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

PMC Ata/Contrato 0173/2014

Ata/Contrato Nº.: 0173/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada : DESINSETIZADORA CAPINZALENSE LTDA - ME

Valor : 2.473,47 (dois mil quatrocentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos)

Vigência : Início: 18/06/2014 Término: 18/06/2015
Processo Licitatório Nº 0100/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0067/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para serviço de desinsetização e desratização nos imóveis pertencentes ao Fundo Municipal de Assistência Social e da Secretaria Da Educação, Cultura e Esportes, do Município.

Catanduvas

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº PL/53/2014, de 18 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº PL/53/2014, de 18 de junho de 2014.

"Dispõe sobre o horário de funcionamento da Câmara Municipal de Catanduvas/SC em dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2014."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, ouvida a Mesa Diretora, RESOLVE:

CONSIDERANDO, que já é anunciada a redução do horário de expediente em outros órgãos da Administração Pública municipal e das demais esferas governamentais;

CONSIDERANDO, que de acordo com a Tabela da FIFA para a Copa do Mundo de 2014 a seleção brasileira jogará no dia 23 de junho de 2014, segunda-feira, a partir das 17 horas;

RESOLVE:

Art. 1º No dia 23 de junho de 2014, em que está previsto jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo da FIFA de 2014, o expediente na Câmara Municipal de Catanduvas será das 8h às 12h e das 13h30min às 16h30;

1º Em caso de classificação da Seleção Brasileira de Futebol para as etapas subseqüentes o horário de expediente da Câmara Municipal de Catanduvas e os horários das Sessões, se houver necessidade, serão disciplinados mediante nova Portaria.

Art. 2º A Sessão Ordinária prevista para o dia 23 de junho de 2014 às 19h fica antecipada para as 16h.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas/SC, em 18 de junho de 2014.

ODAIR JOSÉ GABRIELLI
Presidente

Registrado e Publicado em Secretaria em 18.06.2014.

Odair José Gabrielli
Presidente

Salete Ribeiro Chiarello
1ª Secretária

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Edital de Convocação Nº 08.2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA por este edital a candidata selecionada no Processo Seletivo nº 005//2013, a seguir relacionada, a comparecer no setor de pessoal, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, para admissão em caráter temporário - ACT, sob regime administrativo especial, a fim de exercer as funções de Agente de Serviços Gerais.

NOME	FUNÇÃO
Sara Sprenger dos Santos de Souza	Agente de Serviços Gerais - 40 Horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado,
24 de junho de 2014.

JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 247 de 24.06.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 247/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01/02/2012 à 30/01/2013, a SANDRA REGINA CHIQUIO, Matrícula nº 1446/06, ocupante do cargo em Comissão de Diretor de Desenvolvimento Agrícola, na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 23.06.2014 à 22.07.2014, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
24 de junho de 2014.

JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 248 de 24.06.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 248/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e Lei Complementar nº. 0030 de 09.07.2007,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 15/01/2013 à 14/01/2014, a servidora DAIANA DE SOUZA Matriculada sob o nº 1858/06, ocupante do Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde - 40 (quarenta) horas, no Programa de Saúde da Família-PSF, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30(trinta) dias no período de 23.06.2014 à 22.07.2014, acrescidas de 1/3 do abono constitucional.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
24 de junho de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato do Convenio 01/2014 - Hbj

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N. 01/2014

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, doravante denominado simplesmente CONVENIENTE e a ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ, doravante denominada simplesmente CONVENIADA.

DO OBJETO: O presente Convênio tem por objeto celebrar parceria entre o CONVENIENTE e CONVENIADA, no sentido da melhor, mais célere e eficiente prestação de serviços às pessoas residentes ou domiciliadas no território do CONVENIENTE, que necessitem dos serviços médico-hospitalares nas especialidades de cirurgia geral, clínica médica, neonatologia, anestesiologia (em regime de sobreaviso) e obstetrícia (em regime de plantão presencial), de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho.

DO VALOR: R\$ 41.769,22 (quarenta e um mil, setecentos e sessenta e nove reais e vinte e dois centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

06 - SECRETARIA DA SAÚDE

01 - DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE

2.021 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

18 - 3.3.50.00.00.00.00.0101 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

DA VIGÊNCIA: 24.03.2014 à 31/12/2014.

DATA DA ASSINATURA: 24.03.2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato Nº 07/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 07/2014 - FMS

Nº. do Contrato: 07/2014.

Processo Licitatório: 09/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Pollyana Beckhauser.

Fundamento Legal: artigo 65, I, "b", § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a modificação do valor contratual, em virtude do acréscimo quantitativo do objeto pactuado inicialmente.

1.2 O acréscimo quantitativo decorrente do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 09 de maio de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Concórdia

PREFEITURA

Edital de Notificação Nº 13/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N 13/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 91.942,88 (noventa e um mil, novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

Concórdia SC, 23 de junho de 2014.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação Nº 14/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 14/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 39.731,82 (trinta e nove mil, setecentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos).

Concórdia SC, 23 de junho de 2014.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Edital de Notificação - Transporte Escolar 2014

Edital de Notificação - Convênio PMCA - Transporte Escolar - SDR - Ensino médio

Município de Cordilheira Alta
Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 4ª parcela do Convênio PMCA - Transporte Escolar - SDR - Ensino Médio, no valor de R\$ 17.559,22 (Dezessete mil quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e dois centavos).

Cordilheira Alta SC, 20 de junho de 2014.
Alceu Mazzioni
Prefeito Municipal

Edital de Notificação - Convênio PMCA - Transporte Escolar - SDR - Ensino Fundamental

Município de Cordilheira Alta
Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 4ª parcela do Convênio PMCA - Transporte Escolar - SDR - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 4.642,78 (quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e setenta e oito centavos).

Cordilheira Alta SC, 20 de junho de 2014.
Alceu Mazzioni
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 039

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 039

MÊS/ANO: JUNHO/2014 NÚMERO CONTRATO: 039/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 2.172,00 (dois mil cento e setenta e dois reais), dividido em 06 (seis) parcelas mensais de R\$ 362,00 (trezentos e sessenta e dois reais).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/06/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente contrato visa a prestação de serviços do CENTRO DE CONVIVÊNCIA RECANTO FELIZ, disponibilizando acolhimento do Sr. Fiorindo Pazini, cidadão do Município de Coronel Martins - SC, encaminhado pelo setor Social com fornecimento de alimentação, vestiário, medicação, assistência médica e demais cuidados que sejam necessário ao bem estar da pessoa humana.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 11.087.421/0001-18
CONTRATADO: LORECIRO LINHARES ME

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 13 DE DEZEMBRO DE 2014.

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto do Terceiro Termo Aditivo Nº. 024/2014 de Contrato de 30 de Maio de 2014.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 024/2014 DE CONTRATO DE 30 DE MAIO DE 2014.

MÊS/ANO: MARÇO/2013. NÚMERO CONTRATO: 008/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/03/2013

CLÁUSULA I.- DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato supracitado, cujo objeto é a prestação pelo CONTRATADO de serviços de atendimento medico hospitalar nas áreas de clinica medica, cirúrgica, obstétrica (consultas e observações hospitalares) até 24 horas e pronto atendimento, incluindo exames de raio x e patologia clinica, em pacientes internados, fica por este instrumento de Termo Aditivo, prorrogado para 30 de junho de 2014.

CLÁUSULA II.-
Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 86.223.864/0001-98
CONTRATADO: FUNDACAO MED. ASSIST. AO TRAB. RURAL

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 030/2014 de Contrato de 13 de Junho de 2014.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 030/2014 DE CONTRATO DE 13 DE JUNHO DE 2014.

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 045/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/11/2013

CLÁUSULA I. DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato supracitado, cujo objeto constitui na contratação de empresa Especializada à EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA DE 01 (UMA) QUADRA POLIESPORTIVA COM VESTIÁRIOS - PADRÃO FNDE, MEDINDO 25,80x38 METROS, ÁREA TOTAL DE 980,40 m²., A SER EDIFICADO JUNTO AO CENTRO EDUCACIONAL DE CORONEL MARTINS, com recursos advindos do Convênio com o Ministério da Educação/FNDE/PAC 2 -Termo de Compromisso PAC 2 204527/2013, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma físico-financeiro PADRÃO FNDE, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos parte integrante do Processo Licitatório Nº 033/2013, fica por este instrumento de Termo Aditivo, prorrogado para 13 de novembro de 2014.

CLÁUSULA II.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

VISTO/JURÍDICO. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 05.581.992/0001-01
CONTRATADO: CONSTRUTORA DECA LTDA

Decreto Nº. 134 de 13 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 134 DE 13 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal Rozelaine Turmina Negretti, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora Geral de Assistência Social, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 12 de junho de 2014, conforme requerimento protocolado sob nº 616 do dia 16/06/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 13 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº. 135 de 13 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 135 DE 13 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e art. 7º, I, da Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 47.437,50 (quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) na seguinte Programação de despesa:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 - Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	79	01.0024	47.437,50

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 47.437,50 (quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) do Excesso de Arrecadação do Convênio nº. 2014TR1116, Processo nº. SEF 6136/2014 - FUNDAM, celebrado entre o Município de Coronel Martins e o Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 13 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº. 136 de 13 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 136 DE 13 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e art. 7º, I, da Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 149.998,52 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos) na seguinte Programação de despesa:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 - Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	82	01.0024	149.998,52

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 149.998,52 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos) do Excesso de Arrecadação do Convênio nº. 2014TR001722 celebrado entre o Município de Coronel Martins e o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 13 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº. 137, de 13 de Junho de 2014..

DECRETO Nº. 136, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

AMPLIA HORAS EXTRAS DOS OCUPANTES DOS CARGOS DE OPERADOR DE MÁQUINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 040/2014 e,

Considerando o disposto no Artigo 89, Parágrafo Único da Lei Complementar nº. 040, de 29 de abril de 2014;

Considerando a justificativa para ampliação de horas extras assinada pelo Responsável de Agricultura, datada de 10 de junho de 2014;

Considerando que esta é a única época possível de se fazer à silagem para os agricultores, configurando-se assim a situação de interesse público municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica ampliada, a partir do mês de junho até 30 de setembro de 2014, a quantidade de horas-extras a serem executadas pelos servidores ocupantes do cargo de Operador de Máquina, lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para até 60 horas/mês.

Art. 2º Fica a cargo do responsável pela Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a autorização e o controle das horas-extras a serem realizadas pelos servidores, que deverá ser realizado mensalmente através de relatório próprio, e entregue ao departamento de Recursos Humanos para inclusão na Folha de Pagamento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 13 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA CASTA PERTUSSATTI

Secretaria da Administração, Planejamento e Finanças

Estado de Santa Catarina

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2014

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2014

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na

Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 07 de julho de 2014, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de curso de artesanato e aula de capoeira. Os envelopes deverão ser entregues até às 08:30 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011, ou através do e-mail compras@coronelmartins.sc.gov.br.

Coronel Martins (SC), 25 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 138, de 23 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 138, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORES APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, e Considerando o resultado final de classificação por cargo relativo ao edital de processo seletivo 001/2014.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam contratados temporariamente através do edital de processo seletivo 001/2014, os servidores abaixo relacionados, pelo prazo de 01 (um) ano, iniciando as atividades em 23/06/2014, podendo ocorrer a rescisão antecipada a critério da Administração Municipal por conveniência administrativa ou interesse público, conforme especificado no quadro a seguir:

SERVIDOR	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA
Camila Paulina Brum	Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 5	40h
Bruno Lunardi	Auxiliar de Serviços Gerais	40h
Marcos Vinicius Craco	Auxiliar de Serviços Gerais	40h
Gilmar Belatto	Motorista	40h

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,
em 23 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Decreto Nº. 139, de 23 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 139, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA SERVIDOR PUBLICO A CONDUZIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o servidor Público Municipal senhor Bruno Lunardi, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a conduzir os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
23 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Portaria Nº. 103, de 10 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 103, DE 10 DE JUNHO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 113 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 15 (quinze) dias, com gozo a partir do dia 10/06/2014 à 24/07/2014.

Nome Cargo Referências
Ilso Antônio Mores Mecânico Geral 04/2006 à 04/2009

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 10 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças.

Portaria Nº. 104 de 12 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 104 DE 12 DE JUNHO DE 2014.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas

pelos artigos 75 à 77 da Lei Complementar nº. 039, de 03/12/2013, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 14/07/2014 à 12/08/2014.

Nome Cargo Referência

Elenice dos Santos Servente 13/07/2013 à 12/07/2014

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 12 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

Portaria Nº. 105 de 12 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 105 DE 12 DE JUNHO DE 2014.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 à 77 da Lei Complementar nº. 039, de 03/12/2013, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 24/06/2014 à 23/07/2014.

Nome	Cargo	Referência
Leila Jung	Conselheira Tutelar Eletiva	07/05/2013 à 06/05/2014

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 12 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

Portaria Nº. 106 de 12 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 106 DE 12 DE JUNHO DE 2014.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 039, de 03/12/2013, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 23/06/2014 à 22/07/2014.

Nome Cargo Referência

Elisangela de Fatima salvador Enfermeira 12/07/2011 á 11/07/2012

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 12 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

Portaria Nº. 107, de 17 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 107, DE 17 DE JUNHO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 113 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 20 (vinte) dias, com gozo a partir do dia 23/06/2014 á 12/07/2014.

Nome Cargo Referências

Gilson Eduardo Pahl Engenheiro Agrônomo 04/2000 á 04/ 2003

04/2003 á 04/ 2006

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 17 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças.

Correia Pinto**PREFEITURA****2ª Rerratificação de Edital de Licitação - Processo 42/2014 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO 42/2014

2ª. RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Correia Pinto, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, comunica aos interessados que RERRATIFICA o edital do processo licitatório 42/2014, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, conforme segue: alteração nos itens do anexo I do edital. Feitas as devidas correções e entendendo que estas afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, retifica-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, passando a ser no dia 07.07.2014 às 14:00 horas, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 25 de junho de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON GERALDO RODRIGUES ANTUNES

Pregoeiro Municipal

Corupá**PREFEITURA****Extrato de Contrato 001/12 - Segundo Termo Aditivo**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 001/12 - SEGUNDO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 142/11

Modalidade Pregão Presencial nº 043/11

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, Bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE 6.100 HORAS MÁQUINAS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de Janeiro de 2014 até 31 de Dezembro de 2014.

Data da Assinatura: 01/01/2014

Data da Vigência: 31/12/2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 165/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA REFORMA DA SALA DE MONITORAMENTO DA POLÍCIA MILITAR, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 18/06/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 18:00 horas do dia 18/06/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 30 de maio de 2014.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 185/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 185/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento pelo Menor preço global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NA MAQUINA MOTONIVELADORA 120 - B3 DE USO NA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 11/07/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 11/07/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 23 de junho de 2014.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA

Licitação Nº 26/2014 - Modalidade Leilão Público Nº 03/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Licitação nº 26/2014 - Modalidade Leilão Público nº 03/2014

A Prefeitura Municipal de Ermo/SC, torna público, a realização de Leilão do tipo "MAIOR LANCE", que acontecerá às 09:00 horas do dia 10 de julho de 2014, na Sala de Compras/Licitações, sito à Rod. SC 448, Km 06, s/nº, Centro, Ermo - SC, dos seguintes bens: LOTE 01: 01 (um) TRATOR/TR. RODAS marca/modelo/placa: M.A./KOMATSU, placa MHJ-8644, ano fabricação/ modelo 2009/2009, a Diesel, Chassi: KMTPC189T024139, cor Amarela (Escovadeira Hidráulica) . Valor mínimo de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

LOTE 02 01 (uma) caçamba basculante. Valor mínimo de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

LOTE 03 01 (um) automóvel marca/modelo/placa: GM/ CELTA 2P SPIRIT, placa MCZ-2585, ano fabricação/modelo 2005/2005, a gasolina, Chassi: 9bgrx08x05g220630, cor Branca. Valor mínimo de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

LOTE 04: 01 (uma) Microônibus marca/modelo/placa: VW/KOMBI LOTAÇÃO, placa MFT-5819, ano fabricação/ modelo 2007/2008, a Álcool/Gasolina, Chassi: 9BWF07X38P008439, cor branca. Valor mínimo de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).

LOTE 05: 01 (um) TRATOR/TR. RODAS marca/modelo/placa: M.A./MASSEY-FERGUSON, placa MAS-3796, ano fabricação/ modelo 1998/1998, a Diesel, Chassi: 275027926, cor Vermelha. Valor mínimo de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

LOTE 06: 01 (um) CAR/TR. RODAS marca/modelo/placa: M.AGRICOLA, placa LZW-2963, ano fabricação/ modelo 1988/1988, a Diesel, Chassi: 11321MA, cor Amarela (Patrola Motoniveladora) mínimo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas diariamente na Prefeitura Municipal de Ermo, no endereço acima, das 08:00 às 11:00 horas e das 13:30 às 16:30 horas ou pelo telefone (048)-35460081.

Ermo, 24 de junho de 2014.

Aldoir Cadorin
Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

1 Extrato de Edital_ material Higiene, Limpeza E Outros Saúde

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes
AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇOS
Processo licitatório nº: 0037/2014

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0013/2014

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de material de higiene, limpeza e outros destinados para a secretaria de saúde.

Data do Recebimento: 08/07/2014 as 09h00 min.

Data da abertura: 08/07/2014 às 09h15 min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e

Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida

Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 23 de junho de 2014.

ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

D. 105 - Homologa Inscrições

Faxinal dos Guedes, SC, 16 de Junho de 2014.

DECRETO nº 105/2014.

HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO 003/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal, com supervisão da Comissão Nomeada pelo Decreto 096/2014, DIVULGA através do presente instrumento de homologação os inscritos para o Processo Seletivo 003/2014.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam Homologadas as inscrições do Concurso Público nº 002/2014 e Processo Seletivo 003/2014, conforme lista anexa.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de Junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 106 - Publica Resultado 002

Faxinal dos Guedes, SC, 18 de Junho de 2014.

DECRETO nº 106/2014.

PUBLICA RESULTADO FINAL DOS CLASSIFICADOS DO CONCURSO PÚBLICO 002/2014, PROCESSO SELETIVO 002/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal, com supervisão da Comissão Nomeada pelo Decreto 083/2014, DIVULGA através do presente instrumento a classificação definitiva do Concurso Público nº 002/2014 e Processo Seletivo 002/2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica publicado a classificação definitiva do Concurso Público nº 002/2014 e Processo Seletivo 002/2014, conforme segue:

I - Concorrência Geral - CG:

Identificação do Cargo						Nº Vagas
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (Masculino)						01
Identificação do Candidato		Notas				Classificação
Nº Insc.	Nome	Prova Objetiva	Prova Prática	Avaliação Títulos	Final	
58	ADAVILSO GIROLOMETTO	7,20	-	-	7,20	1º
37	ANDRÉ GOMES	7,00	-	-	7,00	2º

Identificação do Cargo						Nº Vagas
COZINHEIRA						01
Identificação do Candidato		Notas				Classificação
Nº Insc.	Nome	Prova Objetiva	Prova Prática	Avaliação Títulos	Final	
53	MARIANA REBELATTO FRANKIN	8,80	-	-	8,80	1º
12	MARLI JANETE RODRIGUES	7,70	-	-	7,70	2º
67	MARLI AUGUSTINHA BOROSKI BEE	7,20	-	-	7,20	3º (*)
7	ROSELI COUSSEAU MAURER	7,20	-	-	7,20	4º (*)
83	MARLENE TAPPARELLO	6,70	-	-	6,70	5º
59	SIMONE TEREZINHA SPEROTTO MASO	6,10	-	-	6,10	6º
50	SIRLEI VERDI	6,00	-	-	6,00	7º
48	GISELE ROSA DE OLIVEIRA DE BORTOLLI	5,80	-	-	5,80	8º
70	MARTA FALCK PADOAN	5,70	-	-	5,70	9º (*)
25	LIDIA TONET	5,70	-	-	5,70	10º (*)
52	ELIZETE DA LUZ LEITE	5,00	-	-	5,00	11º

(*) Ocorrência de empate resolvida pela aplicação das disposições do subitem "6.3" e suas divisões, do Edital nº 001, que disciplina este Concurso Público.

Identificação do Cargo						Nº Vagas
MÉDICO						01
Identificação do Candidato		Notas				Classificação
Nº Insc.	Nome	Prova Objetiva	Prova Prática	Avaliação Títulos	Final	
45	MARCIA MARQUES ANDRADE WERLANG	6,70	-	-	6,70	1º
44	ALESSANDRA CAROLINA CHIARELLO	6,20	-	-	6,20	2º

Identificação do Cargo						Nº Vagas
MOTORISTA DE AMBULÂNCIA						01
Identificação do Candidato		Notas				Classificação
Nº Insc.	Nome	Prova Objetiva	Prova Prática	Avaliação Títulos	Final	
49	NELSON PICOLOTTO	8,00	8,40	-	8,20	1º
78	DACI CERATTO	7,50	8,80	-	8,15	2º
15	MARCOS V. VALENDOLF DE ALMEIDA	8,40	7,80	-	8,10	3º
40	EDILSONALVESDAMASCENO	7,70	6,90	-	7,30	4º
98	GIOVANI LUIS BORTOLOTTTO	5,70	6,60	-	6,15	5º

24	JULNEI ANTONIO RIGON	5,40	6,60	-	6,00	6º
57	JOÃO CARLOS GOMES	5,70	5,80	-	5,75	7º (*)
96	CRISTIANO CERATTO	5,50	6,00	-	5,75	8º (*)

(*) Ocorrência de empate resolvida pela aplicação das disposições do subitem "6.3" e suas divisões, do Edital nº 001, que disciplina este Concurso Público.

Identificação do Cargo						Nº Vagas
MOTORISTA DE CAMINHÃO						01
Identificação do Candidato		Notas				Classificação
Nº Insc.	Nome	Prova Objetiva	Prova Prática	Avaliação Títulos	Final	
39	CRISTIAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA	5,80	8,00	-	6,90	1º
55	FRANCISCO BOGISCH	5,30	8,50	-	6,90	2º
91	IVO PEDROSO	5,70	8,00	-	6,85	3º
68	DILMAR ELVIS LORENTZ	6,00	7,50	-	6,75	4º (*)
79	ROBSON LEANDRO LEISMANN	6,00	7,50	-	6,75	5º (*)
72	JEAN LUIZ BERGMASCHI	4,70	7,80	-	6,25	6º
92	ADELAMIR TONET FELIPE	5,90	6,30	-	6,10	7º (*)
80	JACSON THOMAZZI	5,50	6,70	-	6,10	8º (*)
81	NELSON MARIO DE BORTOLI	4,90	7,30	-	6,10	9º (*)
64	ELMIR LUIS PAOAN	3,40	8,00	-	5,70	10º
71	LUIZ CARLOS SCHERNOSKI	3,20	7,50	-	5,35	11º

(*) Ocorrência de empate resolvida pela aplicação das disposições do subitem "6.3" e suas divisões, do Edital nº 001, que disciplina este Concurso Público.

Identificação do Cargo						Nº Vagas
MOTORISTA DE ÔNIBUS						01
Identificação do Candidato		Notas				Classificação
Nº Insc.	Nome	Prova Objetiva	Prova Prática	Avaliação Títulos	Final	
13	GENTIL GILBERTO SCHVIRK	8,60	8,30	-	8,45	1º
56	DIONES FRACARO	8,60	8,10	-	8,35	2º
46	NEODI PRIMO DE BORTOLLI	8,30	7,10	-	7,70	3º
73	IVONETE IVANIR DA SILVA	5,70	8,00	-	6,85	4º
99	VAGNER KUGELMEIER TONDELLO	6,90	6,70	-	6,80	5º
106	GERSON LUIZ SANDI	6,40	6,90	-	6,65	6º
104	JACKSON DE OLIVEIRA	5,90	5,80	-	5,85	7º
69	VALDIR DE OLIVEIRA FLORES	4,60	6,80	-	5,70	8º

Identificação do Cargo						Nº Vagas
PROFESSOR DE ARTES - 20 horas						01
Identificação do Candidato		Notas				Classificação
Nº Insc.	Nome	Prova Objetiva	Prova Prática	Avaliação Títulos	Final	
-	Não houve classificados	-	-	-	-	-

Identificação do Cargo						Nº Vagas
PROFESSOR DE ARTES - 40 horas						01
Identificação do Candidato		Notas				Classificação
Nº Insc.	Nome	Prova Objetiva	Prova Prática	Avaliação Títulos	Final	
-	Não houve classificados	-	-	-	-	-

Identificação do Cargo						Nº Vagas
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - 40 horas						01
Identificação do Candidato		Notas				Classificação
Nº Insc.	Nome	Prova Objetiva	Prova Prática	Avaliação Títulos	Final	
-	Não houve classificados	-	-	-	-	-

Identificação do Cargo						Nº Vagas
PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO - 40 horas						01
Identificação do Candidato		Notas				Classificação
Nº Insc.	Nome	Prova Objetiva	Prova Prática	Avaliação Títulos	Final	
-	Não houve classificados	-	-	-	-	-

Identificação do Cargo						Nº Vagas
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA/ESPANHOL - 40 horas						01
Identificação do Candidato		Notas				Classificação
Nº Insc.	Nome	Prova Objetiva	Prova Prática	Avaliação Títulos	Final	
77	SOLANGE CRISTINA ROSSETTO	3,85	-	1,30	5,15	1º

Identificação do Cargo						Nº Vagas
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA/INGLÊS - 40 horas						01
Identificação do Candidato		Notas				Classificação
Nº Insc.	Nome	Prova Objetiva	Prova Prática	Avaliação Títulos	Final	
-	Não houve classificados	-	-	-	-	-

Identificação do Cargo						Nº Vagas
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - 40 horas						01
Identificação do Candidato		Notas				Classificação
Nº Insc.	Nome	Prova Objetiva	Prova Prática	Avaliação Títulos	Final	
-	Não houve classificados	-	-	-	-	-

II - Portadores de Necessidades Especiais - PNE:
Não houve inscritos na condição de Portador de Necessidades Especiais (PNE).

I - Concorrência Geral - CG:

Identificação do Cargo				Nº Vagas
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - Área 02, Microárea 28				01
Identificação do Candidato		Notas		Classi-ficação
Nº Insc.	Nome	Prova Objetiva	Final	
10	JULIANA KUGELMAIER DE ANDRADE	7,80	7,80	1º
16	GIZELE SBARDELLA BENETTI	7,50	7,50	2º
5	SABRINA BRUCHEZ CORRÊA	6,70	6,70	3º
14	ELIZANDRA RODRIGUES DOS SANTOS	6,40	6,40	4º
21	MARLI MORAIS	5,20	5,20	5º

Identificação do Cargo				Nº Vagas
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - Área 03, Microárea 28				01
Identificação do Candidato		Notas		Classificação
Nº Insc.	Nome	Prova Objetiva	Final	
24	MARY BIESEK BERTÉ	7,90	7,90	1º
26	MARITANIA SPRICIGO	7,20	7,20	2º
8	ELIANE WAESS	7,00	7,00	3º
22	JANETE NEVES TOBALDINI	6,90	6,90	4º
11	ELIZANGELA GIOTTO ALVES ROSA DA SILVA	6,80	6,80	5º
15	TAMIREZ CARLA COMIN	6,10	6,10	6º
20	ELIZANGELA SANTIN BERTE	5,90	5,90	7º
6	ANA PAULA MENEZES OTO- VOLF	5,70	5,70	8º
9	MARILENE PRESTES	5,60	5,60	9º (*)
28	DIVANIA BACCHI	5,60	5,60	10º (*)
18	KATIA REGINA CAVASSINI POTTRATZ	5,10	5,10	11º
27	JOSE DE OLIVEIRA	5,00	5,00	12º

(*) Ocorrência de empate resolvida pela aplicação das disposições do subitem "6.3" e suas divisões, do Edital nº 001, que disciplina este Processo Seletivo.

II - Portadores de Necessidades Especiais - PNE:

Não houve inscritos na condição de Portador de Necessidades Especiais (PNE).

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de Junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

Edital de Convocação 016-2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 016/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocadas as pessoas relacionadas no anexo I, aprovados no concurso público que trata o Edital nº 002/2014.

Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Av. Rio Grande do Sul, 50, centro, Faxinal dos Guedes, SC, no seguinte horário:

Das 8h as 12h e das 13h30min as 17h30min.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados, após o exame admissional, deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

Certidão de nascimento ou de casamento, se for o caso;

Título Eleitoral com o comprovante de quitação eleitoral (via internet);

Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (no caso de candidatos do sexo masculino);

Comprovante de escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;

Registro no órgão competente (depende do cargo);

Cédula de Identidade;

CPF;

Comprovação de inexistência de condenação criminal transitada em julgado.

01 foto 3x4 recente;

Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

Carteira de Trabalho com número de PIS-PASEP;

Comprovante de conta corrente em Banco;

Comprovante de residência -atualizado;

Carteira de tipagem sanguínea; se caso possuir

Carteira de motorista; (depende do cargo).

Carteira de vacinação;

Declaração negativa de acumulação de cargo publico, na forma do que dispõe o art. 37, inciso XVI, alíneas a , b e c da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo II.

Para atuar na Secretaria Municipal de Saúde: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra Hepatite B
- Contra Tétano
- Contra Febre Amarela
- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).
- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Para atuar nas demais Secretarias: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra tétano
- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).
- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Art. 4º. Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocados o próximo candidato da relação de classificação.

Art. 5º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, 23 de Junho de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

ANEXO I

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
ADAVILSO GIROLOMETTO	01º

CARGO: MÉDICO

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
MARCIA MARQUES ANDRADE WERLANG	01º

CARGO: MOTORISTA DE ÔNIBUS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
GENTIL GILBERTO SCHIRK	01º

CARGO: MÉDICO

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
MARCIA MARQUES ANDRADE WERLANG	01º

ANEXO II

DECLARAÇÃO

NOME:
ESTADO CIVIL:
ENDEREÇO RUA:
BAIRRO:
CIDADE:
TELEFONE:
CPF:
CÉDULA DE IDENTIDADE:
EMPREGO:
HORAS SEMANAIS:

LOCAL DE TRABALHO:

DATA DESTA DECLARAÇÃO:

DECLARO para os devidos fins e efeitos sob as penas da lei, em virtude de minha contratação no emprego acima identificado, neste Município de Faxinal dos Guedes, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF e que não acumulo cargo, emprego ou função pública em quaisquer órgãos ou entidades de Administração Pública, de qualquer dos Poderes, nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, bem como com suas subsidiárias e controladas, na condição de ativo ou inativo, ressalvado o disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal.

Assinatura do Declarante

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato FMS Nº. 18/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 18/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2014.

VALOR - R\$ 4.436,50 (quatro mil quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA - 30/06/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2052.3390 (32), (51).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 1/ FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 11 de fevereiro de 2014

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 123/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 123/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONFER - CONSTRUTORA FERNANDES LTDA,

DO OBJETO - Constitui objeto do presente contrato, a execução dos serviços de pavimentação asfáltica da Rua Irmã Maria Gertrud Hoepers, Centro, Município de Forquilha, com extensão de 177,57 metros, conforme Proposta nº. 11526 e Programa nº. 2014002151 da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional/Criciúma junto a Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, compreendendo ainda o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

VALOR - R\$ 248.621,26 (duzentos e quarenta e oito mil seiscentos e vinte e um real e vinte e seis centavos).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias) contados a partir da data de sua assinatura. - 19/02/2015.

DOTAÇÃO - 0702.1017.4490 (119) e (121) - Proposta nº. 11526, Programa nº. 2014002151 - SDR Criciúma.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Tomada de Preço nº. 127/ PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 24 de junho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 31/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 31/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 58/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - LINCOLN PUBLICIDADES LTDA.

DO OBJETO - Contratação de agência de publicidade para assessorar e intermediar a divulgação de atos e campanhas publicitárias do município de Forquilha/SC, conforme proposta da

contratada, que independentemente de transcrição faz parte integrante deste contrato.

DO VALOR - Fica acrescido no objeto do contrato nº. 58/PMF/2014 o valor de R\$ 13.155,00 (treze mil cento e cinquenta e cinco reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Outdoor 9x3m	JOG	06	R\$ 220,00	R\$ 1.320,00
02	Divulgação em radio	UND	350	R\$ 15,00	R\$ 5.250,00
03	Divulgação em TV	UND	06	R\$ 460,00	R\$ 2.760,00
04	Divulgação em jornal	C/C	450	R\$ 8,50	R\$ 3.825,00

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 22 de abril de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 98/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 98/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - BEM NATURAL CONFECÇÕES LTDA

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a Contratação de empresa especializada, para aquisição de mobiliários para diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 06/06/2015.

DOTAÇÃO - Secretaria de Ação Social: 1301.2021.4490 (200).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 84/ PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 07 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 45/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 45/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - BEM NATURAL CONFECÇÕES LTDA

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a Contratação de empresa especializada, para aquisição de mobiliários para o Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 5.450,00 (cinco mil quatrocentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 06/06/2015.

DOTAÇÃO - Programa Melhoria de Acesso: 1701.2064.4490 (75).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 84/ PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 07 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 45/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 45/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 183/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO - prestação de serviços na execução das obras de ampliação de 537,35 m² e adaptação de ambientes e reforma geral de 443,03 m² no Centro de Educação Infantil Cantinho Feliz, Rua São José, Bairro Nova York, Forquilhinha/SC, compreendendo ainda o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO VALOR - Fica acrescido o valor de R\$ 13.497,33 (treze mil quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e três centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, devido a serviços adicionais por necessidade da obra, conforme solicitação.

DO PRAZO - Em razão das adequações supracitadas, fica acrescido 30 (trinta) dias no prazo de execução do contrato 183/PMF/2013 de 16/06/2014 para 16/07/2014 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 14/10/2014.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 16 de junho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Portaria Nº 1171/2014

PORTARIA N.º 1.171, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia Membro Substituto da Comissão dos Planos de Cargos e Carreira do Município de Fraiburgo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido nas Leis Complementares n.º 110/2010 e 111/2010 de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear ANDRÉA PUHL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 041.703.289-73, nomeada no cargo de provimento efetivo de ANALISTA EXECUTIVO, como Presidente Substituto da Comissão dos Planos de Cargos e Carreira do Município de Fraiburgo, somente para atuar "ad Hoc", nos autos de Processo Administrativo n.º 3505 de 13 de maio de 2014, em que é interessado Patricia Ceron Machado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1172/2014

PORTARIA N.º 1.172, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Designa Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º; e em conformidade com a comunicação interna n.º 046/2014 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

RESOLVE:

Art. 1º Designar, ELOI REGALIN, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 732.834.529-20, nomeado no cargo de provimento em comissão de PRESIDENTE, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, como responsável pelo recebimento do adiantamento da Autarquia Municipal de Fraiburgo, no período de 01 de julho de 2014 até 30 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1173/2014

PORTARIA N.º 1.173, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora ANA MARIA ALVES DE CAMPOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 846.248.259-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 16 horas semanais, a partir de 30 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1174/2014

PORTARIA N.º 1.174, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LENIR APARECIDA BLASIUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.497.069-52, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1175/2014

PORTARIA N.º 1.175, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LENI DA SILVA COELHO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 893.959.999-34, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1176/2014

PORTARIA N.º 1.176, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de KETINA PRISCILA FERREIRA DOS SANTOS GUETT, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 071.412.019-71, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1177/2014

PORTARIA N.º 1.177, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JULIANA HASS TEODORO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.831.869-75, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1178/2014

PORTARIA N.º 1.178, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOYCE CRISTINE DE CASTILHO FRANÇA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 085.566.389-88, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1179/2014

PORTARIA N.º 1.179, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANI TIBOLA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 043.891.799-50, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1180/2014

PORTARIA N.º 1.180, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0027 de 23 de maio de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JONARA CONTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 083.073.659-02, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1181/2014

PORTARIA N.º 1.181, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0048 de 05 de dezembro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JENENI FÁTIMA DE JESUS DE LIMA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 998.361.739-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1182/2014

PORTARIA N.º 1.182, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0039 de 25 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ISAMARA CAROLINE DA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 097.595.239-06, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1183/2014

PORTARIA N.º 1.183, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0017 de 28 de fevereiro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IRMA MORAES, brasileira, separada, inscrita no CPF sob o n.º 476.369.719-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1184/2014

PORTARIA N.º 1.184, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IARA DE FATIMA BIANEX MARQUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 649.723.219-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1185/2014

PORTARIA N.º 1.185, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELA MARIA RIBEIRO DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 824.957.429-04, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1186/2014

PORTARIA N.º 1.186, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0031 de 16 de julho de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELITA LOURDES CAMPAGNARO PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.909.599-54, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1187/2014

PORTARIA N.º 1.187, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAMILA SUELEN TIBOLA DO AMARAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 102.597.859-54, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1188/2014

PORTARIA N.º 1.188, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CARINA CRISTINA ALEXANDRE DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 017.252.529-29, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1189/2014

PORTARIA N.º 1.189, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CÁTIA ALVES VIEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 021.919.299-58, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1190/2014

PORTARIA N.º 1.190, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CHIRLE SOUZA DOS ANJOS DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 047.589.069-80, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1191/2014

PORTARIA N.º 1.191, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLARICE MARIA ANGOLERI, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 898.664.799-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1192/2014

PORTARIA N.º 1.192, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0027 de 23 de maio de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTIANA HELENA MACHADO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 059.108.639-59, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 01 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1193/2014

PORTARIA N.º 1.193, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DENISE CARDOZO FREDERICK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.322.469-50, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1194/2014

PORTARIA N.º 1.194, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELI CORDEIRO DE MELO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 825.061.759-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1195/2014

PORTARIA N.º 1.195, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EUNICE PEDROZO MASSAROLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 744.239.249-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1196/2014

PORTARIA N.º 1.196, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de HELENA CORRÊA MASSAROLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 014.411.579-48, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1197/2014

PORTARIA N.º 1.197, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0031 de 16 de julho de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA PAULA PALHANO DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 072.584.989-40, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1198/2014

PORTARIA N.º 1.198, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010 de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0723/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MÁRCIA TORRI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 552.076.699-15, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1199/2014

PORTARIA N.º 1.199, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0724/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 20 horas semanais a professora DOMINGA DE LORENZI, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MÁRCIA APARECIDA TIBES DOS SANTOS, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 036.617.639-03, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1200/2014

PORTARIA N.º 1.200, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0725/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANE GERLACH DE MORAES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 056.534.129-45, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1201/2014

PORTARIA N.º 1.201, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOLANGE LEITE, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 907.130.959-20, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1202/2014

PORTARIA N.º 1.202, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLENE DOMINGUES DA SILVA PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 866.020.399-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1203/2014

PORTARIA N.º 1.203, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDENILCE DALAGNOL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.346.339-92, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1204/2014

PORTARIA N.º 1.204, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIRLEI SCHÄBERLE GATTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 538.445.139-49, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1205/2014

PORTARIA N.º 1.205, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIMONE DALAGNOL MACHADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.538.189-60, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ESF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1206/2014

PORTARIA N.º 1.206, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSIMERI DOS SANTOS FERREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 614.111.839-91, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1207/2014

PORTARIA N.º 1.207, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NILCÉIA APARECIDA MANFIOLETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 552.265.749-91, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1208/2014

PORTARIA N.º 1.208, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NEIVA ARTIFON VARELLA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 017.520.089-01, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1209/2014

PORTARIA N.º 1.209, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0033 de 10 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARITANI MARIZA MARGREITER KÄFER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 800.372.249-72, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 09/2014**

PORTARIA Nº 09/2014

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 32, inciso II, da Lei Orgânica Municipal; artigo 34, incisos II, XI, XXV do Regimento Interno da Câmara Municipal c/c as Leis Complementares nº 121/2010 e 133/2011,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora pública IRMA RIBEIRO DOS SANTOS, brasileira, convivente, portadora do RG nº 6.912.316-3 e inscrita no CPF sob o nº 022.771.899-28, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, Função Gratificada Nível 1, pela atuação e responsabilidade de serviços de Plenário das 19h30min às 22h00min nas Sessões Ordinárias da Câmara Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2014, revogada a Portaria nº 28/2011.

Gabinete da Presidência, 24 de junho de 2014

JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA

Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

Garopaba**PREFEITURA****Portaria N.º 572/2014.**

PORTARIA N.º 572, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 009/2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelas servidoras municipais: MARIA EUGÊNIA ALVES, mat. 3274, CLEIDE DE SOUZA, mat. 0740 e MARIA GORETI DE AMORIM, mat. 4329, para sob a presidência da primeira, efetuar o processo de avaliação, referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter Temporário n.º 009/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 25/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 577/2014.

PORTARIA N.º 577, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

ALTERA A PORTARIA N.º 503, DE 30 DE MAIO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica ALTERADO, a partir de 18/06/2014, o Art. 2º. DA PORTARIA 503/2014 que designa a Comissão Sindicante formada pelos servidores RICHARD MACIEL HABERLEHNER, ELIANE PEREIRA E LISIELE DE ARAÚJO PIRES GABRIEL, com a presidência do primeiro e secretariado por SIMONE VERA WOLFF.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 18/06/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 25/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

Decreto Nº 122/2014

DECRETO Nº 122, de 24 de junho de 2014

“Indica membros para composição e dá publicidade aos demais membros do Conselho das Cidades - CONCIGA”.

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei, Considerando a necessidade de indicação dos membros do Poder Executivo Municipal para a composição do Conselho das Cidades, Considerando a necessidade de dar publicidade aos demais membros indicados pelo Poder Legislativo e Sociedade Civil,

DECRETA:

Art. 1º - O Conselho das Cidades será composto pelos seguintes membros:

A - Sociedade Civil

	Nome	Função
01	Gilberto Haas	Titular
	Laércio Bona	Suplente
02	Adolar Umlauf	Titular
	Gilberto Estevam	Suplente
03	Heinrich Hosang	Titular
	Gilberto Miranda Bortolameoti	Suplente
04	Alcir Michels	Titular
	Vera Lucia Golin Gross	Suplente
05	Sandro Boeing	Titular
	Joel Spezia	Suplente
06	Evandio Ferreira do Rosário	Titular
	Jose Alexandre Antunes	Suplente
07	Alessandro Gabriel de Miranda	Titular
	Nilton Schorr	Suplente
08	Eduardo Nascimento	Titular
	Carlos Henrique Meier	Suplente
09	Adolar Frohlich	Titular
	Mario Friedmann Junior	Suplente
10	Rolf Rothbarth	Titular
	Fabio Fernando Fellipin	Suplente
11	Ronald Roeder	Titular
	Luiz Antonio de Oliveira	Suplente
12	Luiz Moises Stocco	Titular
	Flavio Sell	Suplente
13	Cleber Pedralli	Titular
	Jose Grasso Zanelleto	Suplente
14	Waldemar Arndt	Titular
	Rodney Ribeiro Schmidt	Suplente
15	Andrey Pabst	Titular
	Klaus Lennertz Filho	Suplente

B - Poder Público - Poder Executivo Municipal

	Nome	Função
16	Aroldo Acordi	Titular
	Paulo Guataçara da Costa Lima	Suplente
17	Cesar Mocker	Titular
	Graziela Francine Schwarz Mendes	Suplente
18	Thobias Lemke	Titular
	Cleiton Carlos Stael	Suplente

19	Jonatas Lemos	Titular
	Renato Dissenha	Suplente
20	Alexandre Saad Benedet	Titular
	Luis Carlos Behlau Weber	Suplente
21	Jose de Paula Cordeiro	Titular
	Ivan Palandi	Suplente
22	Paulo Roberto Schwarz	Titular
	Carla Lizete Ramos	Suplente
23	Lourival Schmidt	Titular
	Marli Grun Parisotto	Suplente

C - PODER PÚBLICO - PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

	Nome	Função
24	Cristiane Allebrandt Cattaneo	Titular
	Adamastor Saad Benedet	Suplente
25	Ernandes Mendonça Furbringer	Titular
	Jose Carlos Schutz	Suplente

Art. 2º - Fica revogado o Decreto nº 81 de 28 de março de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 121/2014

DECRETO Nº 121 DE 18 DE JUNHO DE 2014

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1766/2013, de 18/12/2013.

DECRETA:

Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

04.001.04.122.1003.2007 Man. do Depto. de Administração	3390	01.00.00	R\$	20.000,00
07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3390	01.18.00	R\$	66.000,00
07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3390	01.19.00	R\$	26.500,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3390	01.18.00	R\$	26.000,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3390	01.19.00	R\$	3.000,00
09.001.08.244.1023.2089 Man. do Depto. de Desenv. Social e Hab	3390	01.00.00	R\$	7.500,00
12.001.18.541.1042.2081 Man. do Setor de Meio Ambiente	3390	01.00.00	R\$	10.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.001.04.122.1003.2007 Man. do Depto. de Administração	3190	01.00.00	R\$	20.000,00
07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3190	01.18.00	R\$	66.000,00
07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3190	01.19.00	R\$	26.500,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3190	01.18.00	R\$	26.000,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3190	01.19.00	R\$	3.000,00
09.001.08.244.1023.2089 Man. do Depto. de Desenv. Social e Hab	3190	01.00.00	R\$	7.500,00
12.001.18.541.1042.2081 Man. do Setor de Meio Ambiente	3190	01.00.00	R\$	10.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.981, de 20 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 5.981, DE 20 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

Considerando o aumento da demanda em todas as unidades de Saúde do Município de Gaspar;

Considerando a necessidade de profissionais especializados para o atendimento da população nos serviços de saúde;

Considerando o interesse público na prestação do serviço de saúde com qualidade;

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a realização de até 80 (oitenta) horas de serviço extraordinário mensais, individualmente, pelo período de 15 de julho de 2014 a 14 de agosto de 2014, conforme a necessidade assim exigir, mediante escala a ser definida pela Secretaria Municipal de Saúde, pelos servidores:

- I. Marinei dos Santos - Vigilância Epidemiológica;
- II. Helen Cristina Hoffmann - Vigilância Epidemiológica;
- III. Dorvalino Cardoso - Vigilância Epidemiológica;
- IV. Salete Zimmermann - Vigilância Epidemiológica;
- V. Angelita Wisbeck Comandolli - Vigilância Epidemiológica;
- VI. Rosa Maria Melato - Unidade do Centro;
- VII. Odete Fistarol - CAR e Sala de Vacina;
- VIII. Rose Venturine - Unidade do Centro;
- IX. Ana Fernanda Quessada - Unidade do Centro;
- X. Luzia Bizzatto - CAR;
- XI. Fernanda Miranda - Unidade do Centro;
- XII. Roberto Morateli - CAR;
- XIII. Geane Glauser - Unidade do Centro;
- XIV. José Feltrin - CAR;
- XV. Helenir Pazzetti - Unidade do Centro;
- XVI. Jorge Pereira - SAMU;
- XVII. Karoline Lenfer - SAMU;
- XVIII. Angelita de Cesari - SAMU;
- XIX. Fabricio da Rocha - SAMU;
- XX. Ednei Borba - SAMU;
- XXI. Altair de Souza - SAMU;
- XXII. Denis Alencar Moritz - Motorista de Ambulância;
- XXIII. Célio Scottini - Motorista de Ambulância;
- XXIV. Jorge Luis Dellarosa - Motorista de Ambulância;
- XXV. Edio Luis Spindola - Motorista;
- XXVI. Arnaldo dos Santos - Motorista;
- XXVII. Edson Carlos Pereira - Motorista.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de junho de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.435, de 23 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 3.435, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

REVOGA PORTARIA Nº 3.231, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE COLOCA À DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, A SERVIDORA SCHEILA REGINA BOETTNER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a portaria nº 3.231, de 02 de dezembro de 2013, que colocou a servidora SCHEILA REGINA BOETTNER, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, lotada com 30 horas semanais na Secretaria de Saúde, a disposição do setor de Habitação, junto a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, para atuar como Psicóloga no atendimento as famílias do Residencial Milano, devendo a servidora retornar para sua lotação de origem, a partir de 24/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.434, de 20 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 3.434, DE 20 DE JUNHO DE 2014.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 07/2011, INSTAURADO PARA APU-
RAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR MUNICIPAL ANTÔNIO MAURÍCIO DE CAMPOS FILHO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 24 de junho de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 07/2011, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor municipal Antônio Maurício de Campos Filho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.982, de 20 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.982, DE 20 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA MARISETE VICENZI CUSTÓDIO, DO CARGO DE MERENDEIRA/SERVENTE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MARISETE VICENZI CUSTÓDIO, do cargo de Merendeira/Servente, lotada com 40 h semanais na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/06/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.983, de 20 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 5.983, DE 20 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA MARA APARECIDA ULIANO BUZZI, DO CARGO DE BERÇARISTA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MARA APARECIDA ULIANO BUZZI, do cargo de Berçarista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 1.225/2006, a partir de 23/06/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de junho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

SAMAE - GASPAR**Aviso do Pregão Presencial Nº 38/2014 - SAMAE****AVISO DE LICITAÇÃO**

Pregão nº.38/2014

OBJETO: Aquisição de bote inflável com motor e coletes salva vidas.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 09/07/2014.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 09/07/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 20 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Aviso do Pregão Presencial Nº 39/2014 - SAMAE**AVISO DE LICITAÇÃO**

Pregão nº.39/2014

OBJETO: Aquisição de equipamentos em vista da necessidade de reparos e monitoramento das redes de água do Município

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 11/07/2014.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 11/07/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 20 de junho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Guaramirim**PREFEITURA****Portaria Nº. 263/2014**

PORTARIA Nº. 263/2014

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE a Talita Alves da Cruz.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade a Talita Alves da Cruz, por 180 (cento e oitenta) dias, na função de Auxiliar de Creche, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 23 de junho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 23 de junho de 2014.

Guaramirim/SC, 23 de junho de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Ilhota**PREFEITURA****Errata Convite 001/20014 - FMAS**

ERRATA CONVITE 001/2014 - FMAS

A comissão de Licitação da prefeitura Municipal de Ilhota torna Publica ERRATA do CONVITE 001/2014 - FMAS, compreendendo o item a seguir:

Onde se lê:

R\$ 13.106,00 (treze mil cento e seis reais) no valor unitário no anexo I;

Leia-se:

R\$ 65,53 (sessenta e cinco reais e cinquenta e três centavos) no valor unitário no anexo I.

Também será prorrogado a data da abertura da licitação para o dia 02/07/2014.

Ilhota/SC 25 de junho de 2014

Alex Miranda

Pregoeiro

Imbituba**PREFEITURA****Extrato: PMI SEDUCE 2010/186 A06**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2010/186 A06

Contratada: JOALBA VITÓRIO CAETANO

C.N.P.J: 12.329.261/0001-39

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2014.

Fundamento: Processo nº. 182/2010 Pregão nº80/2010 PR Imbituba, 30 de dezembro de 2013.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Joalba Vitório Caetano

Repre sentante Legal

Contratada

Portaria PMI/DGP Nº 258/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 258, de 24 de junho de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MILENE RIBEIRO, Agente Administrativa - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 043.356.679-57, admitida em 01 de abril de 2009, contrato nº 4850, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	01.08.2014 a 29.10.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de junho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

(Interino)

Extrato: FUNREBOM 2014/14 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2014/14 A00

Contratada: TODT PAPELARIA E MOVEIS LTDA EPP

C.N.P.J: 08.395.310/001-64

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS E SOB MEDIDA PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 44.650,00 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 07/2014 Pregão nº06/2014

Imbituba, 18 de junho de 2014.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante da 2ª/8ª BBM

Contratante

Todt Papelaria e Moveis LTDA EPP

Representante Legal

Contratada

Portaria PMI/Pgm Nº 002, de 18 de Junho de 2014.

PORTARIA PMI/PGM Nº 002, de 18 de junho de 2014.

Dispõe sobre a instauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, o artigo 55 da Lei de Regime Disciplinar n. 3.086/2007;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 29, da Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, Sindicância destinada a apurar possíveis infrações cometidas por agentes públicos que possam ter praticado alguma conduta que deu causa à condenação do Município de Imbituba na ação de cobrança n. 030.07.000275-4, já transitada em julgado.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 3.086, de 18 de abril de 2007, os seguintes servidores para compor a comissão de Processo Administrativo Disciplinar:

I - Euclides de Oliveira Porto, matrícula nº 5089, Advogado, lotado na Procuradoria Geral do Município, que presidirá;

II - Tânia Bittencourt Mota Alves, matrícula nº 533, Professora III 20hs., lotada na Secretaria Municipal de Educação; e

III - Nilo Pittigliani de Carvalho, matrícula nº 420, Professor III, lotado na Secretaria Municipal de Esporte.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de junho de 2014.

Daniel Vinício Arantes Neto
Procurador Geral do Município

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha

Controlador Geral do Município

Portaria PMI/DGP Nº 259/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 259, de 24 de junho de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARIA DA ROSA, Auxiliar de Serviços - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 521.039.359-34, admitida em 24 de junho de 1998, contrato nº 321, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo

Períodos de Fruição

2008 a 2013

01.07.2014 a 28.09.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de junho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)**Portaria PMI/DGP Nº 260/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 260, de 24 de junho de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora JAQUELINE FORMIGONI TEIXEIRA, Servente Merendeira - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 037.141.709-01, admitida em 16 de junho de 2008, contrato nº 4467, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2000 a 2005	02.06.2014 a 30.08.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de junho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Publicação de Extrato de Dispensa 05/2014 (FUNREBOM)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNREBOM

PROCESSO Nº 12/2014

DISPENSA Nº 05/2014

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de serviços de informática e redes.

Empresa: Thiago Freitas Polachini ME

Valor Total: R\$ 3.720,00.

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 25 de junho de 2014.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante da 2ª/8º BBM

Portaria PMI/DGP Nº 261/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 261, de 24 de junho de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora SANDRA MARIA DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 496.820.759-04, admitida em 24 de junho de 1998, contrato n.º 510, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2004 a 2009	02.06.2014 a 30.08.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de junho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 07/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEASH

PROCESSO Nº 09/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 07 de julho de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de material pedagógico para SCFV, CREAS e Acalento.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 25 de junho de 2014.

Milene Ribeiro da Silva

Pregoeira Oficial

Portaria PMI/DGP Nº 262/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 262, de 24 de junho de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor JOÃO BATISTA DE SOUZA CAMPOS, Professor I - 20h, inscrito no CPF sob o n.º 344.922.329-15, admitido em 27 de fevereiro de 1978, contrato n.º 216, referente aos quinquênios devidos, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2003 a 2008	
2008 a 2013	06.06.2014 a 03.09.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de junho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Portaria PMI/DGP Nº 263/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 263, de 24 de junho de 2014.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora RITA DE CÁSSIA ALVES SOARES, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 770.027.509-25, admitida em 22 de fevereiro de 2002, contrato nº 1532, referente aos quinquênios devidos, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2002 a 2007	
2007 a 2012	02.06.2014 a 28.11.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de junho de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Portaria PMI/DGP Nº 264/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 264, de 24 de junho de 2014.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora TEREZINHA MARIA DA SILVA RUBINO, Servente Merendeira - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 983.842.529-04, admitida em 07 de junho de 1994, contrato nº 544, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	02.06.2014 a 30.08.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de junho de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Portaria PMI/Seduc Nº 001, de 23 de Junho de 2014.

PORTARIA PMI/SEDUC Nº 001, de 23 de junho de 2014.
Dispõe sobre a instauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, o teor do Processo Administrativo nº 8026/2014;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 29, da Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, Sindicância, destinada a apurar supostas irregularidades na conduta da Servente Merendeira, Sra. Lucenir Pereira Tavares, conforme narrado em relatório emitido pela Coordenadora do Centro Municipal de Educação Infantil Laura Perefeito, do Processo n. 8026/2014 fls. 03 à 05.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 3.086, de 18 de abril de 2007, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I - Adriana de Souza Miguel, matrícula nº 11, Professora III 20hs, lotada na Secretaria Municipal de Educação, que presidirá;
II - Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora III 20hs, lotada na Secretaria Municipal de Educação; e

III - Fabiana de Jesus, matrícula nº 157 e 158, Professora III, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 23 de junho de 2014.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Saúde

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.
Israel Pedroso Rocha
Controlador Geral do Município

Portaria PMI/DGP Nº 265/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 265, de 24 de junho de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor ANDRÉ VENANCIO, Auxiliar de Serviços - 40h, inscrito no CPF sob o n.º 032.918.259-50, admitido em 04 de junho de 2008, contrato nº 4456, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2006 a 2011	01.09.2014 a 30.09.2014 01.10.2014 a 30.10.2014	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de junho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Ipumirim**PREFEITURA****Extratos das Atas de Reg. de Preços do PL 9, PP 5-2014-Med. Em Farmácia**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO 9/2014

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2014, do PROCESSO Nº 9/2014, homologado aos 24 de junho de 2014, cujo objeto é: o registro de Preços de medicamentos em farmácia, com entrega imediata regulamentados conforme normas da ANVISA para a Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.9.6410
de 24 de junho de 2014

FORNECEDOR: IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA, situada na RUA TIRADENTES, 39, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 04.685.834/0001-39 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 254.292.437, representado por JOÃO VICTOR CANTON, CPF: 005.370.489-44.

LOTE 04	Descrição	Ref.	Qtde	DESCONTO(%)	Valor Total
4	LAXANTES	UN	1,00	16,00	12,60
8	ANTILIPÊMICOS	UN	1,00	16,00	12,60
12	ANTIANGI-NOSOS E VASODILATADORES PERIFÉRICOS/CEREBRAIS	UN	1,00	16,00	12,60
16	DIURÉTICOS	UN	1,00	16,00	12,60
20	ANTI-INFECCIOSOS GINECOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00	16,00	12,60
24	HORMÔNIO TIROIDEANO E ANTITIROIDEANO	UN	1,00	16,00	12,60
28	SEDATIVOS HIPNÓTICOS	UN	1,00	16,00	12,60
32	ANTIPSICÓTICOS	UN	1,00	16,00	12,60
36	ANTIVARI-COSOS	UN	1,00	16,00	12,60
40	ANSIOLÍTICOS	UN	1,00	16,00	12,60
Valor Total Registrado R\$ 126,00					

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.9.6991
de 24 de junho de 2014

FORNECEDOR: IPULIDER LTDA, situada na RUA DOM PEDRO II, Nº 116, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 10.013.525/0001-15 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 255.654.332, representado pela Senhora, ONEIDA TECCHIO DA SILVEIRA, CPF: 295.595.379-20.

LOTE 02	Descrição	Ref.	Qtde	DESCONTO(%)	Valor Total
2	ANTIESPASMÓDICOS E ANTICOLINÉRGICOS	UN	1,00	16,00	12,60
6	DIGESTIVOS	UN	1,00	16,00	12,60
10	GLICOSÍDEOS CARDÍACOS	UN	1,00	16,00	12,60
14	AGENTES BETABLOQUEADORES	UN	1,00	16,00	12,60
18	OFTAMOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00	16,00	12,60
22	OCITÓCITOS E DEPRESSORES UTERINOS	UN	1,00	16,00	12,60
26	HORMÔNIOS ADENOHIPOFISÁRIOS	UN	1,00	16,00	12,60
30	ANTIIMCÓTICOS, EXCETO DERMATOLÓGICOS	UN	1,00	16,00	12,60
34	ANTI-ALÉRGICOS	UN	1,00	16,00	12,60
38	ANTI-PARKINSONIANOS	UN	1,00	16,00	12,60
42	ANTIVIRAIS	UN	1,00	16,00	12,60
Valor Total Registrado R\$138,60					

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.9.7181
de 24 de junho de 2014

FORNECEDOR: VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER ALF EPP, situada na AVENIDA ASSIS BRASIL, Nº 205, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 05.343.100/0001-34 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 254.519.040, representado pela Senhora, VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER, CPF: 949.963.429-00.

LOTE 03	Descrição	Ref.	Qtde	DESCONTO(%)	Valor Total
1	ANTIÁCIDOS E ANTIULCEROSOS	UN	1,00	16,00	12,60
5	ANTIDIARRÉICOS	UN	1,00	16,00	12,60

LOTE 03	Descrição	Ref.	Qtde	DESCONTO(%)	Valor Total
9	ANTIANÉMICOS	UN	1,00	16,00	12,60
13	VASOCONSTRICTORES E HIPERTENSORES	UN	1,00	16,00	12,60
17	DERMATOLÓGICOS	UN	1,00	16,00	12,60
21	HORMÔNIOS SEXUAIS	UN	1,00	16,00	12,60
25	HORMÔNIOS CORTICOSTERÓIDES	UN	1,00	16,00	12,60
29	ANTINEOPLÁSICOS	UN	1,00	16,00	12,60
33	ANTIBIÓTICOS	UN	1,00	16,00	12,60
37	ANTICONVULSANTES	UN	1,00	16,00	12,60
41	ANTIDEPRESSIVOS	UN	1,00	16,00	12,60
Valor Total Registrado R\$138,60					

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.9.7269
de 24 de junho de 2014

FORNECEDOR: G & V COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, situada na Avenida Dom Pedro II Nº 42, município de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ sob n. 16.621.121/0001-90 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n.256.791.678, representado pela Senhora AMANDA GERHARDT, CPF: 010.037.729-78.

LOTE 01	Descrição	Ref.	Qtde	DESCONTO(%)	Valor Total
3	ANTIEMÉTICOS E ANTINAUSEANTES	UN	1,00	16,00	12,60
7	ANTIDIABÉTICOS	UN	1,00	16,00	12,60
11	ANTIARRÍTMICOS	UN	1,00	16,00	12,60
15	ANTIHIPERTENSIVOS	UN	1,00	16,00	12,60
19	OTOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00	16,00	12,60
23	QUIMIOTERÁPICOS URINÁRIOS	UN	1,00	16,00	12,60
27	ANTI-PARASITÁRIOS	UN	1,00	16,00	12,60
31	ANTIPIRÉTICOS	UN	1,00	16,00	12,60
35	ANALGÉSICOS	UN	1,00	16,00	12,60
39	ANTI-EPILEPTICOS	UN	1,00	16,00	12,60

LOTE 01	Descrição	Ref.	Qtde	DESCONTO(%)	Valor Total
43	DEMAIS ITENS NÃO CLASSIFICADOS NOS GRUPOS ACIMA	UN	1,00	16,00	12,60
Valor Total Registrado R\$ 138,60					

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

Extratos das Atas de Reg. de Preços do PL 41, PP 22-Climatizadores

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO 41/2014

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2014, do PROCESSO Nº 41/2014, homologado aos 24 de junho de 2014, cujo objeto é: Registro de preço, para possível aquisição de condicionadores de ar, destinados a Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos da administração pública, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.41.6709 de 24 de junho de 2014

FORNECEDOR: PISOCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, situada na RUA DEPUTADO CARLOS BUCHELE 79, município de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 00.960.036/0001-17 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 253.270.758, representado pelo Senhor JOEL BALBINOT, CPF: 808.590.979-00.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	Condicionador de ar tipo split 24.000 BTU quente/frio	UN	25,00	BRIZE BZS 24	2.715,00	67.875,00
Valor Total Registrado					67.875,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.41.7080 de 24 de junho de 2014

FORNECEDOR: ADAGIL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, situada na RUA DR.MARURI 568, município de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 95.811.790/0001-00 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 252.594.754, representado pelo Senhor ADAIR LINDNER, CPF: 582.689.019-34.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Condicionador de Ar, tipo Split High Wall, 12.000 Btus	UN	5,00	YORK	1.250,00	6.250,00
3	Condicionador de ar tipo split Wall, 18.000 BTU, quente/frio	UN	5,00	YORK	1.700,00	8.500,00
Valor Total Registrado					14.750,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.41.9674 de 24 de junho de 2014

FORNECEDOR: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME, situada na RUA JOSÉ JOÃO DA CUNHA, 1541, município de São José-SC, inscrita no CNPJ sob n. 16.677.803/0001-15, representado pelo Senhor, BRUNO JOSUÉ MARTINS, CPF: 079.906.409-29.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	Condicionador de ar tipo Split High Wall, 36.000 BTUs	UN	4,00	RHEEM RB1P-T36HP2B-VSS	4.445,00	17.780,00
Valor Total Registrado					17.780,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

Resolução Nº 08/2014

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 08/2014 de 24 de Junho de 2014

Aprova o Plano de Ação 2014 o qual encontra se registrado no sistema SUASWEB.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas em Lei, faz saber a todos os habitantes do Município que Ela promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

ART. 1º - Realiza a análise do Plano de Ação 2014 preenchido pelo órgão gestor de Assistência Social no sistema SUASWEB.

ART. 2º- Este conselho é de parecer favoravel ao Plano de Ação 2014.

ART. 3º. - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Ipumirim /SC 24 de Junho de 2014
Melania Lucia Stedille Francio
Presidente - CMAS

Ata de Reunião de Julgamento do PL 41, PP 22-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 41/2014 Data do Processo: 04/06/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Registro de preço, para possível aquisição de condicionadores de ar, destinados a Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos da administração pública.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 28/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 23 de Junho de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 41/2014, Licitação nº 22/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e quatorze, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliarí, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: PISOCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, TOTAL OESTE LTDA - EPP, TECNOPONTO LTDA - EPP, BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME e ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. Entretanto as empresas TECNOPONTO LTDA - EPP, BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME e TOTAL OESTE LTDA - EPP tiveram seus envelopes de documentação e proposta protocolados fora do horário estabelecido no edital, com tudo a entrega dos envelopes ocorreu no prazo fixado no item 3.2.1 do edital. Ocorre que pelo sistema de protocolo adotado pelo Município o mesmo não ocorre de forma instantânea, já que é necessário o pré-cadastro do requerente e destinatário. Destaca-se que o próprio item 3.2.3 do edital traz previsão neste sentido. Assim, diante do fato de que os envelopes das empresas acima citadas foram entregues antes das 08h45min, assim todas estão habilitadas para participar do certame, ainda que o protocolo tenha ocorrido posteriormente. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Sr. ADRIANO PORT, procurador da empresa ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, o Srº JUCINEI LUGARINI representante credenciado da empresa TOTAL OESTE LTDA - EPP, o Srº JEAN CARLOS ALEXANDRE GRAZEL representante credenciado da empresa PISOCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, o Srº VALMIR TAVARES procurador da empresa BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME e o Srº VOLNEI CANESSO procurador da empresa TECNOPONTO LTDA - EPP. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, somente a empresa ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA não se credencia como Microempresa, as demais são optantes. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. A empresa TOTAL OESTE LTDA - EPP apresentou na proposta referente os itens 01, 02 e 03 marca: MIDEA CARRIER - MODELO/REFERENCIA : VIZE/LUNA, sendo que o representante da empresa o Srº JUCINEI LUGARINI se compromete a entregar os equipamentos cotados através de sua proposta, MODELO/REFERENCIA: VIZE. Por conseguinte o Pregoeiro deu início as fases de lances verbais, os quais estão registrados em planilhas rubricadas anexo ao presente auto. Após procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro a Equipe de Apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa TOTAL OESTE LTDA - EPP vencedora dos itens 01, 02 e 03 não apresentou a declaração de inidoneidade, conforme o item 6.1.2 do Edital, ficando desclassificada dos itens acima transcritos, passando a ser vencedora dos itens 01 e 03 a empresa ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA como segunda melhor classificada destes itens e para o item 02 a empresa PISOCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, como segunda melhor classificada deste item, as demais empresa apresentaram a documentação, conforme exigências do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presentes ao final da sessão.

Participante: 6709 - PISOCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Condicionador de ar tipo split 24.000 BTU quente/frio com controle remoto sem fio com programação, novos, completos e instalados, com capacidade de 24.000 BTUcom fornecimento de material e infra-estrutura e mão de obra técnica especializada para instalação.	UN	25,00	BRIZE BZS 24	0,0000	2.715,00	67.875,00

Total do Participante -----> 67.875,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 22/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 41/2014
 Data do Processo: 04/06/2014

Folha: 2/2

Participante: 7080 - ADAGIL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Condicionador de ar tipo Split High Wall, quente e frio, com controle remoto sem fio com programação, novos, completos e instalados, com capacidade de 12.000 BTU'S, alimentação de 220V, 60hz, incluindo o fornecimento de material para instalação (contemplando os seguintes itens: até 2 metros de tubulação de cobre de 1/4" e até 2 metros de tubulação de cobre de 3/8" revestidas com isolamento térmico, suporte para a unidade condensadora e demais acessórios para instalação) e mão de obra técnica especializada.	UN	5,00	YORK	0,0000	1.250,00	6.250,00
3	Condicionador de ar tipo split Wall, quente e frio, com controle remoto sem fio com programação , novos, completos e instalados, com capacidade de 18.000 BTU'S, e o fornecimento de infra-estrutura e mão de obra técnica especializada.	UN	5,00	YORK	0,0000	1.700,00	8.500,00

Total do Participante -----> 14.750,00

Participante: 9674 - BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	Condicionador de ar tipo Split High Wall, quente e frio, com controle remoto sem fio com programação, novos, completos e instalados, com capacidade de 36.000 BTU'S, alimentação de 220V, 60hz , incluindo o fornecimento de material para instalação (contemplando os seguintes itens: até 2 metros de tubulação de cobre de 1/4" e até 2 metros de tubulação de cobre de 3/8" revestidas com isolamento térmico, suporte para a unidade condensadora e demais acessórios para instalação) e mão de obra técnica especializada.	UN	4,00	RHEEM RB1PT36HP2E	0,0000	4.445,00	17.780,00

Total do Participante -----> 17.780,00

Total Geral -----> 100.405,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 23 de Junho de 2014

COMISSÃO:

LAUDECIRO FRANCIO - - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

Termo de Homologação do PL 41, PP 22-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 41/2014 Data do Processo: 04/06/2014
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal Em Exercício, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 41/2014
b) Licitação Nr.: 22/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 24/06/2014
e) Objeto da Licitação Registro de preço, para possível aquisição de condicionadores de ar, destinados a Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos da administração pública.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ADAGIL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7080)

1 Condicionador de ar tipo Split High Wall, quente e frio, com controle remoto sem fio com programação, novos, completos e instalados, com capacidade de 12.000 BTU'S, alimentação de 220V, 60hz, incluindo o fornecimento de material para instalação (contemplando os seguintes itens: até 2 metros de tubulação de cobre de 1/4" e até 2 metros de tubulação de cobre de 3/8" revestidas com isolamento térmico, suporte para a unidade condensadora e demais acessórios para instalação) e mão de obra técnica especializada. - Marca: YORK	UN	5,00	0,0000	1.250,00	6.250,00
3 Condicionador de ar tipo split Wall, quente e frio, com controle remoto sem fio com programação , novos, completos e instalados, com capacidade de 18.000 BTU'S, e o fornecimento de infra-estrutura e mão de obra técnica especializada. - Marca: YORK	UN	5,00	0,0000	1.700,00	8.500,00

Total do Fornecedor: 14.750,00

Ipumirim, 24 de Junho de 2014.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 41/2014 Data do Processo: 04/06/2014
Folha: 2/2	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME (9674)

4 Condicionador de ar tipo Split High Wall, quente e frio, com controle remoto sem fio com programação, novos, completos e instalados, com capacidade de 36.000 BTU'S, alimentação de 220V, 60hz, incluindo o fornecimento de material para instalação (contemplando os seguintes itens: até 2 metros de tubulação de cobre de 1/4" e até 2 metros de tubulação de cobre de 3/8" revestidas com isolamento térmico, suporte para a unidade condensadora e demais acessórios para instalação) e mão de obra técnica especializada. - Marca: RHEEM RB1PT36HP2BVSS	UN	4,00	0,0000	4.445,00	17.780,00
---	----	------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 17.780,00

PISOCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (6709)

2 Condicionador de ar tipo split 24.000 BTU quente/frio com controle remoto sem fio com programação, novos, completos e instalados, com capacidade de 24.000 BTU com fornecimento de material e infra-estrutura e mão de obra técnica especializada para instalação. - Marca: BRIZE BZS 24	UN	25,00	0,0000	2.715,00	67.875,00
--	----	-------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 67.875,00

Total Geral: 100.405,00

Ipumirim, 24 de Junho de 2014.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Ata de Reunião de Julgamento do PL 9, PP 5 -2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 9/2014 Data do Processo: 04/06/2014
	Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

o registro de Preços de medicamentos em farmácia, com entrega imediata regulamentados conforme normas da ANVISA para a Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 4/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 23 de Junho de 2014, às 13:45 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 9/2014, Licitação nº 5/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às treze horas e quarenta e cinco minutos, reuni-se o Pregoeiro Laudecir Francio e sua Equipe de Apoio, constituída pela Servidora Municipal Jucilene Goldoni Caliri, designados pelo Decreto nº 1644/2009, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar desta licitação as empresas: IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA, VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER ALF EPP, a Srª SANDRA MARIA CAMILLO REISDORFER representante credenciada da empresa IPULIDER LTDA - ME e a Srª AMANDA GERHARDT sócia proprietária da empresa G & V COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. Indagados sobre a opção de credenciamento pelo Pregoeiro todos os presentes se enquadraram como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as licitantes apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto os envelopes nº 1 - Propostas Comerciais os quais foram rubricados pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e os representantes das empresas presentes. Na análise da proposta constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Por cosequente foi dado início a fase de lances verbais, os quais estão registrados em planilhas que serão rubricadas pelos presentes e anexados junto aos autos. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras. Na análise da documentação constatou-se que as licitantes apresentaram a documentação conforme exigência do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da Equipe de Apoio e os representantes presentes ao final da sessão.

LOTE: 1**Participante: 7269 - G & V COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	ANTIEMÉTICOS E ANTINAUSFANTES	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
7	ANTI DIABÉTICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
11	ANTIARRÍTMICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
15	ANTI-HIPERTENSIVOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
19	OTOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
23	QUIMIOTERÁPICOS URINÁRIOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
27	ANTIPARASITÁRIOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
31	ANTIPIRÉTICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
35	ANALGÉSICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
39	ANTIEPILÉTICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
43	DEMAIS ITENS NÃO CLASSIFICADOS NOS GRUPOS ACIMA	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60

Total do Participante -----> 138,60

LOTE: 2**Participante: 6991 - IPULIDER LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	ANTIESPASMÓDICOS E ANTICOLINÉRGICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
6	DIGESTIVOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
10	GLICOSÍDEOS CARDÍACOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
14	AGENTES BETABLOQUEADORES	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
18	OFTAMOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
22	OCITÓCITOS E DEPRESSORES UTERINOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 5/2014 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 9/2014
Data do Processo: 04/06/2014

Folha: 2/3

LOTE: 2

Participante: 6991 - IPULIDER LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
26	HORMÔNIOS ADENO-HIPOFISÁRIOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
30	ANTIMICÓTICOS, EXCETO DERMATOLÓGICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
34	ANTI-ALÉRGICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
38	ANTIPARKINSONIANOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
42	ANTIVIRAIS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60

Total do Participante -----> 138,60

LOTE: 3

Participante: 7181 - VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER ALF EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ANTIACIDOS E ANTIULCEROSOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
5	ANTIDIARRÉICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
9	ANTIANÊMICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
13	VASOCONSTRITORES E HIPERTENSORES	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
17	DERMATOLÓGICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
21	HORMÔNIOS SEXUAIS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
25	HORMÔNIOS CORTICOSTERÓIDES	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
29	ANTINEOPLÁSICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
33	ANTIBIÓTICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
37	ANTICONVULSANTES	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
41	ANTIDEPRESSIVOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60

Total do Participante -----> 138,60

LOTE: 4

Participante: 6410 - IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	LAXANTES	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
8	ANTILIPÊMICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
12	ANTIANGINOSOS E VASODILATADORES PERIFÉRICOS/CEREBRAIS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
16	DIURÉTICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
20	ANTI-INFECIOSOS GINECOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
24	HORMÔNIO TIROIDEANO E ANTITIROIDEANO	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
28	SEDATIVOS HIPNÓTICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
32	ANTIPSICÓTICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
36	ANTIVARICOSOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60
40	ANSIOLÍTICOS	UN	1,00		16,0000	12,60	12,60

Total do Participante -----> 126,00

Total Geral -----> 541,80

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 9/2014 Data do Processo: 04/06/2014

Folha: 3/3

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 23 de Junho de 2014

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO - - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO

Termo de Homologação do PL 9, PP 5-2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 9/2014 Data do Processo: 04/06/2014
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saúde, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 9/2014
b) Licitação Nr.: 5/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 24/06/2014
e) Objeto da Licitação: o registro de Preços de medicamentos em farmácia, com entrega imediata regulamentados conforme normas da ANVISA para a Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**G & V COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7269)**

3	ANTIEMÉTICOS E ANTINAUSFANTES	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
7	ANTI-DIABÉTICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
11	ANTIARRÍTMICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
15	ANTI-HIPERTENSIVOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
19	OTOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
23	QUIMIOTERÁPICOS URINÁRIOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
27	ANTIPARASITÁRIOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
31	ANTIPIRÉTICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
35	ANALGÉSICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
39	ANTIEPILÉTICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
43	DEMAIS ITENS NÃO CLASSIFICADOS NOS GRUPOS ACIMA	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
Total do Fornecedor:						138,60

LOTE: 2**IPULIDER LTDA (6991)**

2	ANTI-ESPASMÓDICOS E ANTICOLINÉRGICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
6	DIGESTIVOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60

Ipumirim, 24 de Junho de 2014.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 9/2014 Data do Processo: 04/06/2014
	Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 2

IPULIDER LTDA (6991)

10	GLICOSÍDEOS CARDÍACOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
14	AGENTES BETABLOQUEADORES	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
18	OFTAMOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
22	OCITÓCITOS E DEPRESSORES UTERINOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
26	HORMÔNIOS ADENO-HIPOFISÁRIOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
30	ANTIMICÓTICOS, EXCETO DERMATOLÓGICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
34	ANTI-ALÉRGICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
38	ANTIPARKINSONIANOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
42	ANTIVIRAIS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
Total do Fornecedor:						138,60

LOTE: 3

VIVIANE BEATRIZ SPELLMEIER ALF EPP (7181)

1	ANTIACIDOS E ANTIULCEROSOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
5	ANTIDIARRÉICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
9	ANTIANÊMICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
13	VASOCONSTRITORES E HIPERTENSORES	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
17	DERMATOLÓGICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
21	HORMÔNIOS SEXUAIS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
25	HORMÔNIOS CORTICOSTERÓIDES	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
29	ANTINEOPLÁSICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
33	ANTIBIÓTICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
37	ANTICONVULSANTES	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
41	ANTIDEPRESSIVOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
Total do Fornecedor:						138,60

LOTE: 4

IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA (6410)

4	LAXANTES	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
8	ANTILIPÊMICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
12	ANTIANGINOSOS E VASODILATADORES PERIFÉRICOS/CEREBRAIS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
16	DIURÉTICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
20	ANTI-INFECCIOSOS GINECOLÓGICOS TÓPICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
24	HORMÔNIO TIROIDEANO E ANTITIROIDEANO	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
28	SEDATIVOS HIPNÓTICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
32	ANTIPSICÓTICOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60
36	ANTIVARICOSOS	UN	1,00	16,0000	12,60	12,60

Ipumirim, 24 de Junho de 2014.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2014 - PR
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 9/2014 Data do Processo: 04/06/2014

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 4****IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA (6410)**

40 ANSIOLÍTICOS

UN

1,00

16,0000

12,60

12,60

Total do Fornecedor:**126,00****Total Geral:****541,80**

Ipumirim, 24 de Junho de 2014.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato de Contrato 52/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 52/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Antonio Michahouski

Objeto: A presente contratação tem por objeto locação de um imóvel de propriedade do Senhor Antonio Michahouski, sendo uma sala comercial com a área de 210 m2 (duzentos e dez metros quadrados); sito à Avenida 22 de Julho, n.º 1.454, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, e devidamente matriculado sob o n.º 11.469, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC. Para funcionamento da Secretaria Municipal da Educação.

Valor: R\$ 4.344,00 (quatro mil trezentos e quarenta e quatro reais).

Vigência: 01.07.2014 a 31.12.2014

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso X

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Portaria N º 308/2014

PORTARIA N º. 308/2014.

DISPENSA SERVIDORA À PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - Conceder dispensa em data de 30/06/2014, a servidora CRISLAINE DRANKA NOGARA, contratada para as atividades de Professora ACT, através da Portaria nº 011/2014, de 06/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 23 de Junho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 309/2014

PORTARIA N º. 309/2014.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, no período de 23/06/2014 a 20/10/2014, à servidora efetiva MARCIA MARIA KERSCHER, conforme Atestado Médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,

23 de Junho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 310/2014

PORTARIA N º. 310/2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

PRORROGAR até a data de 16/06/2015, os efeitos da Portaria nº. 224/2013 de 21/06/2013, que contrata em caráter Temporário a servidora JOSELAINY STELA PIRES GALEAZZI para exercer as atividades de Médica Pediatra (44h/sem), visando o atendimento temporário e excepcional na área de saúde, motivado pelo fato de não haver candidatos inscritos em concurso público para o referido cargo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 17/06/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,

24 de Junho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 311/2014

PORTARIA N º. 311/2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR até a data de 30/06/2015, os efeitos da Portaria nº. 249/2013 de 16/07/2013, que contrata em caráter Temporário o servidor RENATO FELIPE LENARTOWICZ para exercer as atividades de Professor de Educação Física ACT (40h/sem), ministrando aulas de Karatê, bem como, elaborando e coordenando apresentações e competições.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 01/07/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 24 de Junho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 312/2014

PORTARIA Nº. 312/2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Considerar concedidas, férias regulamentar do servidor público municipal CARLOS FERREIRA DE SOUZA, no período de 09/06/2014 à 08/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09/06/2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC),

24 de Junho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

HOSPITAL BOM JESUS

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº 02/2014.

EXTRATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2014 - HMBJ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2014

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2014

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal Bom Jesus através do presidente da Comissão Permanente de Licitações declara que a Exma. Sra. Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus, nos termos do artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93, conforme consta no Processo de Credenciamento nº 03/2014, declarou a Inexigibilidade de Licitação para a contratação de Vinicius Marques Kingerski, conforme consta nos autos do processo acima citado, com o objetivo da contratação de profissionais para prestarem atendimento a pacientes internados pelo SUS no Hospital Municipal Bom Jesus.

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão Permanente de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, e também, mediante sistema de credenciamento, de acordo com orientação do TCE/SC, conforme Prejulgados nº 680/99 e 1994/09.

Nos termos do artigo 109, da Lei nº 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis, 23 de junho de 2014.

EDINILSON BRAND

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Itá**PREFEITURA****Aviso de Processo Licitatório Nº 036/2014, Pregão Presencial Nº 023/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2014

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema de registro de preços, no dia 09 de julho de 2014, para a possível aquisição, de pneus, câmaras e protetores novos e, serviços de recapagem de pneus. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 09 de julho de 2014 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508, 3458-9528.

Itá-SC, 24 de Junho de 2014.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Adendo 01 PL 033/2014, PP 022/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014

ADENDO 01

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público o Adendo 01 ao Edital de Pregão Presencial 022/2014, para a aquisição de dois conjuntos de academia ao ar livre. Em consequência das alterações, as propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 10 de julho de 2014 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital e o adendo encontram-se disponíveis no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508, 3458-9528.

Itá - SC, 24 de Junho de 2014.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itaiópolis**PREFEITURA****Extrato de Edital - PR Nº 42/2014**

Processo Licitatório nº 53/2014 - Pregão Presencial nº 42/2014

- Objeto: aquisição de máquinas, caminhões e equipamento, novos. Recurso: FUNDAM. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 07 de julho de 2014, até às 09hs-20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 07 de julho de 2014, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 24 de junho de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato - TP Nº 2/2014

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2014 - TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2014

- OBJETO: contratação de empresa para prestar serviços de mão de obra com fornecimento de materiais para manutenção, ampliação, projetos elétricos e luminotécnicos do sistema de iluminação pública do Município de Itaiópolis. Contrato nº 63/2014. CONTRATADA: Quantum Engenharia Elétrica Ltda. Valor Total: R\$ 157.030,00. Prazo: 31-12-2014.

Itaiópolis, 16 de junho de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato - PR Nº 28/2014

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014 - ARP Nº 12/2014

- OBJETO: contratação de empresa para prestar serviços de mão de obra na colocação de lajotas, meio-fios, tubos de concreto e confecção de bocas de lobo, na Rua Alois Tyska, com extensão de 8.473,50m², sem fornecimento de materiais. Contrato nº 57/2014. CONTRATADA: R. K. Artefatos de Cimento Ltda. ME. Valor Unitário: 13,00 o m². Valor Total: R\$ 110.155,50. Prazo: 31/12/2014.

Itaiópolis, 02 de junho de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal.

Extratos de Contratos - PR Nº 25/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014 - ARP nº 11/2014

- OBJETO: aquisição de materiais para pavimentação de lajotas, na Rua Alois Tyszka, extensão de 8.473,50m². CONTRATO - CONTRATADA - VALOR TOTAL. Nº 59/2014. Comércio de Areia Accordi Ltda. ME. R\$ 37.950,00. 60/2014 Concreplan Artefatos de Concreto Ltda. EPP - R\$ 14.804,00. 61/2014 MR Lechinoski & Cia Ltda. ME - R\$ 60.400,00. Prazo: 31-12-2014.

Itaiópolis, 02 de junho de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato - PR Nº 31/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014 - ARP Nº 14/2014.

OBJETO: aquisição de lajotas de concreto para pavimentação em diversas ruas do perímetro urbano do Município. Contrato nº 62/2014 - Contratada: Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda. EPP. Valor Unitário: R\$ 29,00 o m². Valor Total: R\$ 258.100,00. Prazo: 31/12/2014.

Itaiópolis, 02 de junho de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

Licitação Nº 104/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 104/2014, cujo objeto é a contratação de seguros de veículos novos, de propriedade do Município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 07 de julho de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 24 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Licitação Nº 105/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 105/2014, cujo objeto é a contratação de empresa para pintura mecanizada das faixas da ITG - 070, compreendendo o trecho da cidade de Itapiranga até a Linha Presidente Becker. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 08 de julho de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 24 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Licitação Nº 23/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL

Nº 23/2014

O Município de Itapiranga - SC., através do Fundo Municipal da Saúde, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 23/2014, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de saúde, conforme legislação vigente e normas técnicas aplicáveis a destinação dos mesmos. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 08 de julho de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por e-mail: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC, 24 de junho de 2014.

Luis Carlos Steffenon

Adm. Fundo Municipal Saúde

Portaria Nº 154/2014

Portaria nº 154 de 18 de junho de 2014.

Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Neu-sa Lavisch matrícula nº 14311/01, no período de 18/6/2014 até 14/12/2014.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 18 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

Termo Aditivo Nº 32/2014

TERMO ADITIVO Nº 32/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2013 (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Secretário de Obras, a Sr. JEFERSON RUBENS GARCIA, portadora do CI.RG nº 2195991 SSP/SC e do CNPF/MF nº 791.929.639-00 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e a empresa OILSON ZAGONEL E CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.160.946/0001-80 e Inscrição Estadual: 252037782, com sede à Rua Ludovico, nº 519, Balneário Itapoá, CEP: 89.249-000, na cidade de Itapoá/SC, representada neste ato por sócio, o Sr. OILSON ZAGONEL, portador do CNPF/MF nº 854.044.549-20 e do CI.RG nº 2/R-3.132.462-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de 02 (duas) retroescavadeira, com aproximadamente 2000 horas, e 01 (uma) escavadeira hidráulica com aproximadamente 1500 horas, para abertura e limpeza de valas, limpeza de ruas e colocação de tubos, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO Nº 08/2013 - PROCESSO Nº 26/2013 - REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2013 de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

O presente aditivo totaliza o valor de R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais) o qual corresponde a 25% do valor do item da respectiva ata de registro de preço.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente termo acresce ao objeto da licitação, em caráter de complementação, conforme abaixo descrito:

Item	Descrição	Unid.	Quant	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviços de 02 (duas) retroescavadeira (4x4), concha trapezoidal, concha de limpeza de valas, com operador, e 02 (dois) ajudantes por máquina, e ano de fabricação superior a 2010), deverá contemplar combustível, manutenção, e seguros, para abertura e limpeza de valas, limpeza de ruas e colocação de tubos.	Horas	500	Cartepillar	R\$ 59,00	R\$ 29.500,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 32/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preço nº 32/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de junho de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PREFEITO MUNICIPAL	OILSON ZAGONEL E CIA LTDA ME ANTONIO DOS OILSON ZAGONEL
JEFERSON RUBENS GARCIA MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SECRETÁRIO DE OBRAS	
TESTEMUNHAS: NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

Termo Aditivo Nº33/2014

TERMO ADITIVO Nº 33/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2013 (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Secretário de Obras, a Sr. JEFERSON RUBENS GARCIA, portadora do CI.RG nº 2195991 SSP/SC e do CNPJ/MF nº 791.929.639-00 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPJ/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e a empresa LMC TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.817.052/0001-71 e Inscrição Estadual: 256554129, com sede à Rua: Amambai, nº 119, Praia das Palmeiras, CEP: 89249000, na cidade de Itapoá/SC, representada neste ato por sócio, o Sr. CRISTIANO GOLL, portador do CNPJ/MF nº 032.931.529-37 e do CI.RG nº 4.113.410-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a Contratação de empresa especializada para a prestação

de serviços de 02 (duas) retroescavadeira, com aproximadamente 2000 horas, e 01 (uma) escavadeira hidráulica com aproximadamente 1500 horas, para abertura e limpeza de valas, limpeza de ruas e colocação de tubos, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO Nº 08/2013 - PROCESSO Nº 26/2013 - REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2013 de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

O presente aditivo totaliza o valor de R\$ 35.625,00 (trinta e cinco mil seiscentos e vinte e cinco reais) o qual corresponde a 25% do valor do item da respectiva ata de registro de preço.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente termo acresce ao objeto da licitação, em caráter de complementação, conforme abaixo descrito:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	Serviços de 01 (uma) escavadeira hidráulica, peso operacional de 16 toneladas potencia mínima de 120 CV, ano de fabricação não inferior a 2010 com operador, combustível, manutenção, e seguros, para abertura de valas e ruas, e limpeza de canais extravasores e rios.	Horas	375	Cartepillar	R\$ 95,00	R\$ 35.625,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 33/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preço nº 33/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de junho de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PREFEITO MUNICIPAL	LMC TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA CRISTIANO GOLL
JEFERSON RUBENS GARCIA MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SECRETÁRIO DE OBRAS	
TESTEMUNHAS: NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

Resolução Nº 006/2014 - Conselho Municipal de Assistência Social de Itapoá

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
RESOLUÇÃO Nº 06

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social de Itapoá FMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 20.790,00, sendo que deste, 40% destina-se a investimento e 60% a custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes serviços/entidades: Abrigo Provisório Recanto Feliz no valor R\$ 20.790,00.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de maio de 2014.

Elaine Cristina Alves

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

Resolução Nº 007/2014 - Conselho Municipal de Assistência Social de Itapoá

RESOLUÇÃO 007/2014

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, após deliberação dos Membros Conselheiros, em assembleia extraordinária do dia 27 de maio, Resolve:

Aprovar o Plano de Ação para o Co-Financiamento do Governo Federal SUAS, para o ano de 2014, visando a qualificação na prestação de serviços na Secretária da Assistência Social de Itapoá.

Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Itapoá, 28 de maio de 2014.

Elaine Cristina Alves

Presidente do CMAS

Ata de Sessão Pública Tomada de Preço 08/2014

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA JULGAMENTO E ANÁLISE DE HABILITAÇÃO

Data	24/06/2014	Horário início: 08h00min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 08/2014 Nº 82/2014

OBJETO:

Contratação de empresa para prestação serviços de transporte de pacientes do Município de Itapoá aos Hospitais, clínicas e Postos de Saúde de Joinville, conforme determinação da Secretaria de Saúde, e especificações constantes no Anexo I do edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014 para análise e

julgamento da documentação de habilitação da empresa participante do presente certame, visto que na sessão anterior surgiram dúvidas quanto à validade do documento apresentado pela empresa TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA, em razão da exigência descrita no item 2.4.2 do edital. O referido item trata da apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados do último exercício financeiro a fim de comprovar a boa situação financeira da empresa. Ocorre que a empresa participante apresentou o respectivo documento do período de 01/01/2012 à 31/12/2012, causando dúvidas quanto à sua validade. A referida empresa alegou que lhe era garantido o prazo até o último dia útil do mês de junho para transmissão de nova escrituração contábil e, portanto, o documento apresentado permanece válido até esta mesma data. Buscando o melhor julgamento a CPL realizou pesquisas, consultou o contador do município e verificou que aquelas empresas sujeitas ao regime de tributário de Lucro Real, o caso da empresa citada, têm a validade do Balanço Patrimonial estendida até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte conforme prevê o Art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 787/07 (em anexo). Desta forma foi demonstrada a validade do Balanço Patrimonial apresentado pela empresa TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA e considerando que todos os demais documentos foram achados conforme, a empresa citada foi considerada HABILITADA. Para a sessão pública de abertura de envelope de proposta da empresa habilitada, fica estipulado o dia 25/06/2014 às 12h:00m, em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, sala de reuniões. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	JULIANA CRISTINA SOARES SPECK MEMBRO
---	---

Errata ao Pregão Nº 35/2014

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS -

DATA: 27 de junho de 2014 - Horário de entrega de envelopes até: 10h:30min e abertura de sessão pública às 11h:00min.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: Pregão nº 35/2014 - Processo nº 64/2014 - Objeto: Aquisição de 01 (uma) máquina de demarcação viária horizontal (pintura a frio), conforme especificações constantes no anexo V do edital.

AVISO DE PRORROGAÇÃO

O Município de Itapoá, torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, vem alterar o edital de licitação com a finalidade de PRORROGAR a DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS para o dia 11/07/2014 com recebimento de envelopes de habilitação e propostas até 11h:00min de possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, e às 11h:30min a Sessão Pública de abertura de envelopes e credenciamento.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 24 de junho de 2014.
Sérgio Ferreira de Aguiar
Município de Itapoá
Prefeito Municipal

Ata de Sessão Pública Para Abertura de Envelope de Habilitação E Proposta- Pregão Nº 42/2014

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 24/06/2014, a partir das 09h30min horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira oficial do município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL e JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, nomeados pelo DECRETO Nº 2192/2014, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 42/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA, GABINETE DO PREFEITO, PROCURADORIA JURÍDICA, CONFORME ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)

SERV INFORMATICA LTDA
TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME
PERFIL COMPUTACIONAL LTDA
JORDÃO PEREIRA EIRELI ME
DURALINE TECNOLOGIA LTDA EPP
LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER
REIS DOS REIS COM. ATAC. DE EQUIPAMENTOS DE INF.
PEREIRA E SOUZA INFORMATICA LTDA
SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME

Representantes (Credenciados)

VANI GOULART REINERT
ROBERTO TROMM
PAULO EDUARDO STEFFEN
FABIO DE OLIVEIRA DE SOUZA
CESAR AUGUSTO DE PAULA
LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER
GEISON ALEXANDRE LOPES
LUIS FERNANDO PEREIRA
MARCOS AURELIO STRAUBE

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas e segundo parecer do diretor do departamento de informática verificou-se o seguinte:

Empresa/Fornecedor:	Item	Motivo:
LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER	2	PRODUTO NÃO ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES (dimensões)
	3	PRODUTO NÃO ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES (dimensões)
SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME	1	NÃO ATENDEU AOS ITENS 4.4 E 4.5
	2	PRODUTO NÃO ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES (descrição não está em conformidade com a marca relacionada)
PEREIRA E SOUZA INFORMATICA LTDA	9	PRODUTO NÃO ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES (licitante solicitou a desclassificação)
SERV INFORMATICA LTDA	1	NÃO ATENDEU AOS ITENS 4.4, 4.5 E 4.9 (licitante solicitou a desclassificação)
DURALINE TECNOLOGIA LTDA EPP	1	PRODUTO NÃO ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES (chipset H71 é inferior ao H81)
JORDÃO PEREIRA EIRELI ME	9	MODELO ESPECIFICADO NA PROPOSTA NÃO ATENDE Á DESCRIÇÃO APRESENTADA

Restando classificadas as demais empresas. Dado o horário avançado a sessão foi suspensa e determinado o dia 02/07/2014 as 09h00min na sala de licitações do município para a fase de lances verbais e habilitação. Nada mais digno de nota nem a tratar encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

Itapoá, 24/06/2014.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira oficial do município

Equipe de Apoio	Presentes na Sessão:
JULIANA CRISTINA SOARES SPECK	RAFAEL VIDA ALMEIDA
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL	

licitantes presentes:

SERV INFORMATICA LTDA
TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME
PERFIL COMPUTACIONAL LTDA
JORDÃO PEREIRA EIRELI ME
DURALINE TECNOLOGIA LTDA EPP
LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER
REIS DOS REIS COM. ATAC. DE EQUIPAMENTOS DE INF.
PEREIRA E SOUZA INFORMATICA LTDA
SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME

Pregão Nº 50/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2014
PROCESSO Nº 90/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 10 de julho de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de 01 (uma) CABINE NOVA para Motoniveladora Caterpillar-140G série 5MD00909, conforme especificações constantes no anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 23 de junho de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

Termo de Prorrogação ao Edital Referente ao Pregão Nº 46/2014

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS -

DATA: 27 de junho de 2014 - Horário de entrega de envelopes até: 09h:00min e abertura de sessão pública às 09h:30min.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: Pregão nº 46/2014 - Processo nº 84/2014 - Objeto: Contratação de empresa com mão de obra especializada para prestação de serviços de arbitragem para o 8º campeonato da Liga Itapoense de Futebol 2014, realizado pela Secretaria de Esporte e Lazer em parceria com a Liga Itapoense de Futebol conforme especificações constantes no anexo V do Edital.

AVISO DE PRORROGAÇÃO

O Município de Itapoá, torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, vem alterar o edital de licitação com a finalidade de PRORROGAR a DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS para o dia 07/07/2014 com recebimento de envelopes de habilitação e propostas até 11h:00min de possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, e às 11h:30min a Sessão Pública de abertura de envelopes e credenciamento.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 24 de junho de 2014.
Sérgio Ferreira de Aguiar
Município de Itapoá
Prefeito Municipal

Joaçaba**PREFEITURA****Resolução Nº 004/2014 - Secretaria Saúde**

Resolução Nº 004/2014

Aprova Tabela Municipal para contratação de serviços de consultas especializadas, de apoio diagnóstico de média e alta complexidade, e procedimentos cirúrgicos hospitalares, no âmbito do Município de Joaçaba, SC.

O Secretário Municipal de saúde, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 29, II c/c art. 21 da Lei complementar nº 173/2009, e considerando que a Lei Federal 8080/90, estabelece a participação de serviços privados complementares ao Sistema Único de saúde;

Considerando que a Rede Municipal de Assistência a Saúde não dispõe dos serviços elencados no Anexo Único desta Resolução; Considerando o disposto no artigo 196 da Constituição Federal, que determina a responsabilidade do gestor Municipal no atendimento das necessidades de recuperação da saúde da população;

e,
Considerando a aprovação da Tabela que faz parte integrante desta Resolução, do Conselho Municipal de Saúde, em 29.04.2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovada para utilização no âmbito do Município de Joaçaba, SC, a tabela municipal complementar, constante do Anexo Único, que faz parte integrante desta Resolução, para contratação de serviços de consultas Especializadas, Serviços de apoio Diagnóstico de Média e alta Complexidade e procedimentos cirúrgicos hospitalares.

Parágrafo Único - O custeio e financiamento dos serviços mencionados no "caput" deste artigo, classificados no Anexo Único, serão financiados com recursos próprios nos termos da portaria MS 1606 de 11 de setembro de 2001.

Art. 2º - O acesso aos serviços relacionado no Anexo Único será autorizado nos termos do Sistema Único de Saúde, através da Diretoria de administração, planejamento e controle da Secretaria Municipal de Saúde, obedecidos os princípios do acesso universal por ordem de chegada, eletividade com tempo de espera e urgência e emergência.

Art. 3º - Os pagamentos dos serviços efetivamente prestados pelos prestadores credenciados deverão ser efetuados após auditoria e controle da Secretaria Municipal de Saúde, através da Diretoria de administração, planejamento, controle e avaliação.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 02 de maio de 2014.

Marcos Weiss

Secretário Municipal de Saúde

CONSULTAS ESPECIALIZADAS ELETIVAS		
ITEM	CONSULTA ESPECIALIZADA	VALOR UNITÁRIO
1	ORTOPEDIA	R\$ 100,00
2	CARDIOLOGIA + ELETRO	R\$ 105,00
3	GASTROENTEROLOGISTA	R\$ 100,00

4	OTORRINOLARINGOLOGISTA	R\$ 100,00
5	OFTALMOLOGIA	R\$ 100,00
6	DERMATOLOGIA	R\$ 100,00
7	UROLOGIA	R\$ 100,00
8	GINECOLOGIA	R\$ 100,00
9	NUTRICIONISTA	R\$ 60,00
10	CIRURGIÃO VASCULAR	R\$ 100,00
11	CIRURGIÃO PEDIATRICO	R\$100,00
12	PROCTOLOGISTA	R\$ 100,00
13	NEUROLOGIA	R\$ 100,00

CONSULTAS ESPECIALIZADAS DE URGÊNCIA

ITEM	CONSULTA ESPECIALIZADA	VALOR UNITÁRIO
1	ORTOPEDIA	R\$ 150,00
2	CARDIOLOGIA + ELETRO	R\$ 330,00
3	GASTROENTEROLOGISTA	R\$ 200,00
4	OTORRINOLARINGOLOGISTA	R\$ 150,00
5	OFTALMOLOGIA	R\$ 150,00
8	GINECOLOGIA	R\$ 150,00
10	CIRURGIÃO VASCULAR	R\$ 150,00

ITEM	CONSULTA ESPECIALIZADA	VALOR UNITÁRIO
1	CIRURGIAS	R\$ 200,00

ITEM	CONSULTA ESPECIALIZADA	VALOR UNITÁRIO
1	CIRURGIÃO TORACICO	R\$ 150,00
2	PEDIATRIA	R\$ 135,00
3	PNEUMOLOGISTA	R\$ 200,00
4	REUMATOLOGISTA	R\$ 150,00
5	PSQUIATRIA	R\$ 160,00
6	CIRURGIÃO PLASTICO	R\$ 200,00
7	CARDIOLOGISTA PEDIATRICO +ELETRO	R\$ 300,00

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO
1	ABDOMEM SUPERIOR	R\$ 70,00
2	ABDOMEM TOTAL	R\$ 100,00
3	APARELHO URINÁRIO	R\$ 70,00
4	APARELHO GINECO/PÉLVICA	R\$ 60,00
5	BOLSA ESCROTAL	R\$ 70,00
6	OBSTÉTRICA	R\$ 50,00
7	ORGÃOS ESTRUTURAS SUPERFICIAIS	R\$ 70,00
8	ARTICULAÇÕES	R\$ 70,00
9	MORFOLÓGICA	R\$ 250,00
10	MAMAS	R\$ 70,00
11	TIREOIDE	R\$ 70,00

12	VIAS BILIARES	R\$ 70,00
13	QUADRIL	R\$ 90,00

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO
1	ABDOMEM INFERIOR C/C	R\$ 300,00
2	ABDOMEM INFERIOR S/C	R\$ 150,00
3	ABDOMEM SUPERIOR C/C	R\$ 300,00
4	ABDOMEM SUPERIOR S/C	R\$ 150,00
5	ABDOMEM TOTAL	R\$ 140,00
6	BACIA	R\$ 250,00
7	BRAÇO	R\$ 250,00
8	COLUNA CERVICAL	R\$ 180,00
9	COLUNA LOMBAR	R\$ 200,00
10	COLUNA TORACICA	R\$ 180,00
11	COLUNAS C/C	R\$ 250,00
12	COTOVELO	R\$ 200,00
13	CRÂNIO C/C	R\$ 270,00
14	CRÂNIO S/C	R\$ 200,00
15	FACE(TRAUMA)	R\$ 180,00
16	MAXILA/ORBITA	R\$ 330,00
17	OMBRO	R\$ 200,00
18	PELVICA C/C	R\$ 330,00
19	PELVICA S/C	R\$ 250,00
20	PERNA	R\$ 200,00
21	SEIOS DA FACE	R\$ 180,00
22	SEIOS DA FACE C/C	R\$ 250,00
23	SELA TÚRCICA	R\$ 270,00
24	TORAX C/C	R\$ 300,00
25	TORAX S/C	R\$ 280,00
26	ANGIOTOMOGRAFIA C/C	R\$ 600,00
27	ANGIOTOMOGRAFIA S/C	R\$ 370,00

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO
1	ARTERIAL DE MEMBRO INFERIOR UNILATERAL	R\$ 200,00
2	ARTERIAL DE MEMBRO SUPERIOR UNILATERAL	R\$ 200,00
3	AORTA E ARTÉRIAS RENAIAS	R\$ 200,00
4	AORTA E ELÍACAS	R\$ 200,00
5	ARTÉRIAS PENIANAS	R\$ 200,00
6	ARTÉRIAS VICERAIS(MESENTÉRICAS SUPERIORES E TRONCO CELIACO)	R\$ 200,00
7	ORGÃO OU ESTRUTURA ISOLADA	R\$ 200,00
8	VASOS CERVICAIS ARTERIAIS BILATERAIS(CARÓTIDAS E VERTEBRAIS)	R\$ 200,00

9	VASOS CERVICAIS VENOSOS BILATERAIS(SUBCLAVIAS E JUGULARES)	R\$ 200,00
10	VEIA CAVA SUPERIOR OU INFERIOR	R\$ 200,00
11	PENIANO COM FÁRMACO INDUÇÃO	R\$ 200,00
12	TRANSCRANIANO OU TRANSFONTANELAR	R\$ 200,00
13	VENOSO MEMBRO INFERIOR(UNILATERAL)	R\$ 200,00
14	VENOSO DE MEMBRO SUPERIOR (UNILATERAL)	R\$ 200,00

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO
1	CRÂNIO	R\$ 270,00
2	CERVICAL	R\$ 270,00
3	TORÁCICA	R\$ 270,00
4	LOMBO SACRA	R\$ 270,00
5	MEMBRO INFERIOR OU SUPERIOR	R\$ 270,00
6	BACIA	R\$ 270,00
7	CONTRASTE	R\$ 60,00

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO
1	COLONOSCOPIA	R\$ 270,00
2	ENDOSCOPIA	R\$ 150,00
3	RETOSIGMOIDOSCOPIA	R\$ 190,00
4	DENSIOMETRIA OSSEA	R\$ 100,00
5	ECOCARDIOGRAMA	R\$ 230,00
6	ECOCARDIOGRAMA FETAL	R\$ 310,00
7	CINTILOGRAFIAS MIOCADIO	R\$ 900,00
8	FISIOTERAPIA UROGINECOLOGICA	R\$ 44,00
9	ESPIRONOMETRIA	R\$ 200,00
10	POLISSONOGRAMA	R\$ 450,00
11	FOTOCOAGULAÇÃO A LASER	R\$ 140,00
12	LIGADURA ELASTICA	R\$ 200,00
13	ELETRONEUROLOGRAMA	R\$ 130,00
14	CAUTERIZAÇÃO GINECOLOGICA	R\$ 110,00
15	DE MEMBROS SUPERIORES OU INFERIORES	R\$ 325,00
16	CAUTERIZAÇÃO DE HPV	R\$ 250,00
17	VASECTOMIA	R\$ 650,00
18	TESTE DE UREASE	R\$ 40,00

TIPOS DE CIRURGIA		
ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO
19	HISTERECTOMIA ABDOMINAL	R\$ 745,00
20	CURETAGEM UTERINA	R\$ 745,00
21	HISTERECTOMIA TOTAL	R\$ 745,00
22	PROLAPSO GENITAL	R\$ 400,00
23	CORREÇÃO DE CISTOCÉLE	R\$ 745,00
24	PROLAPSO DE BEXIGA	R\$ 400,00
25	AVALIAÇÕES PRÉ-CIRURGICAS	R\$ 200,00

Resolução Nº 05/2014 - Secretaria Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 05/2014

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORES PARA CONDUZIREM VEÍCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"

O Secretário de Assistência Social de Joaçaba(SC), no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os seguintes servidores para conduzirem os veículos da Secretaria de Assistência Social, conforme relação abaixo:

ABRIGO - Juliana Schinato, Ediles Drey de Giacometi ,Maria Eliza Monteiro e Francieli Carabolante (MHY 9721, PEUGEOT PARTNER ESCAP 2010/2011 BRANCA)

CONSELHO TUTELAR - Daiani Cristina Samora Hoff, Rute Ramão, Mabel Falavinha Baran, Tânia Maria Schneider e Mirian Medeiros. (MLU 2478, PALIO WK ATTRAC - FIAT BRANCA , 2014).

CRAS - Sandrine Pizoni, Juliana Chiamulera, Rúbia Karen Provensi, Larissa Novello e Gislaine Ferreira Coutinho Soares. (MKF 7167, RENAULT/LOGAN AUT 1016V 2012/2013 BRANCA e MLN 0086 UNO MILLE - FIAT - 2013).

CREAS - Rozane Martins Schumautz, Maristela Rosa Abatti Schuller, Rosilde Calderoli Bortolini, Marcelino Zuffo, Giolly Muriel Moreira, Rosilei Bordin Lago , Aline Aparecida Schmidt Dambros e Ana Catarina Antes (MKE 5977, RENAULT/LOGAN EXP 16 2012/2013 BRANCA, MLN - 7742 - UNO VIVANCE 2014 BRANCO)

IDOSO - Marizete da Rosa Bottega , Daiana Duarte e Roselem Cristina Rasmussen (MFY 1160, VW GOL SPECIAL 2002/2003 CINZA).

SEC. AÇÃO SOCIAL - Ediles Drey de Giacometi, Renan Zilio, Ivone Zanatta e Mário Wolfart. (MDR 4613, FIAT/SIENA FIRE FLEX 2007/2007 BRANCA).

ACESSUAS - Érica Tomazi Ribeiro , Veronica Arruda Wolff e Marcelo Junior de Lima Kochhan (MGD 8896 -UNO MILLER FLEX 2010 - BRANCO)

Parágrafo único: A Carteira Nacional de Habilitação, deverá estar dentro da data de validade.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução 04/2014.

Joaçaba, SC, 24 de junho de 2014

MÁRIO WOLFART

Secretário de Assistência Social

Homologação PL 16/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2014/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 16/2014/FMS - PP 11/2014 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: a aquisição de 01 (um) veículo tipo passeio, novo, zero quilômetro, ano/modelo 2014, que será utilizado no atendimento dos programas desenvolvidos pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), com atuação integrada à Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

- Empresas Vencedoras:

JOAÇABA AUTO LTDA

VALOR TOTAL R\$ 28.500,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 24 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Ata 03/2014 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 18/06/2014		Válido até: 18/06/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de lanches (salgados, bolos e pães), destinados aos eventos a serem promovidos pelos projetos e serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Salgado assado - com recheio - sortido	UN	PANIFICADORA PB LTDA - ME (6061)	PB	0	0,8500	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6041)		0	0,9700	2
2	Salgado frito - com recheio - sortido	UN	PANIFICADORA PB LTDA - ME (6061)	PB	0	0,6500	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6041)		0	0,6800	2
3	Bolo - com recheio e cobertura	KG	PANIFICADORA PB LTDA - ME (6061)	PB	0	24,0000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6041)		0	25,8000	2
4	Pão francês	KG	PANIFICADORA PB LTDA - ME (6061)	PB	0	8,0000	1
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6041)		0	8,1800	2
5	Pão para sanduíche - fatiado	KG	PANIFICADORA PB LTDA - ME (6061)	PB	0	8,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 18/06/2014		Válido até: 18/06/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de lanches (salgados, bolos e pães), destinados aos eventos a serem promovidos pelos projetos e serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO RANSAN LTDA (6041)		0	10.5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 18/06/2014		Válido até: 18/06/2015				
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de lanches (salgados, bolos e pães), destinados aos eventos a serem promovidos pelos projetos e serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2014
PROCESSO Nº 5/2014

(6041) - SUPERMERCADO RANSAN LTDA
(6061) - PANIFICADORA PB LTDA - ME

Joaçaba, 18 de Junho de 2014.

SIMAE**Pregão Presencial PP 0025/2014 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0033/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0025/2014
PROTOCOLO JHL1437/2014
Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0025/2014 - Licitação 0033/2014, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: Contratação de Empresa especializada para prestação de serviço com fornecimento de peças para Instalação de Cabine Fechada com Ar Condicionado na Retroescavadeira Case 580L de propriedade do SIMAE

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 08/07/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 08/07/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8h as 11h e das 14h as 17 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 24/06/2014 a 08/07/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 24 de Junho de 2014.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE

CÂMARA MUNICIPAL**Contrato 08.2014**

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
EXTRATO DO CONTRATO N. 08/2014
PROVENIENTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 011/2014
PREGÃO PRESENCIAL N. 09/2014
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
CONTRATADA: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA.

OBJETO: A aquisição de cadeiras de escritório destinadas à nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba, situada na Av. Tiradentes, n. 872, Centro, Joaçaba/SC.
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 88.377,50 (oitenta e oito mil, trezentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

2.001 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

(5) 4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 - Aplicações Diretas

Joaçaba (SC), 25 de junho de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

Contrato 09.2014

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
EXTRATO DO CONTRATO N. 09/2014
PROVENIENTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 011/2014
PREGÃO PRESENCIAL N. 09/2014
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
CONTRATADA: FUNCIONAL COMÉRCIO DE MÓVEIS PARA CASA E ESCRITÓRIO LTDA.

OBJETO: A aquisição de cadeiras de escritório destinadas à nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba, situada na Av. Tiradentes, n. 872, Centro, Joaçaba/SC.
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 56.610,00 (cinquenta e seis mil, seiscentos e dez reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

2.001 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

(5) 4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 - Aplicações Diretas

Joaçaba (SC), 25 de junho de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

Homologação PL 11/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2014 - PR
CNPJ: 78.491.230/0001-98 Av. XV de Novembro, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 11/2014 Processo de Licitação: 11/2014 Data do Processo: 06/06/2014
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente Da Camara, FRANCISCO MOREIRA LOPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 11/2014
b) Licitação Nr.: 9/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 24/06/2014
e) Objeto da Licitação A presente licitação tem objeto a aquisição de cadeiras de escritório destinadas à nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba, situada na Av. Tiradentes, n. 872, Centro, Joaçaba/SC.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

FUNCIONAL COMERCIO DE MOVEIS PARA CASA E ESCRITORIO (673)

3 Móvel 08 - CADEIRA ATENDIMENTO VEREADORES Cadeira fixa, com espaldar baixo e braços fixos. Encosto: Encosto integrado ao assento por meio do apoio de braço, não havendo vão livre entre assento e encosto, com altura de 48cm a 50cm (considerando a medida a partir da parte inferior do assento), e largura de 44cm a 49cm. Estofamento em espuma expandida moldada anatomicamente (de acordo com padrões de ergonomia) com densidade mínima de 26 kg/m³. Revestimento em couro ecológico preto com costuras. Assento: Assento com estofamento em espuma expandida moldada anatomicamente (de acordo com padrões de ergonomia) com densidade mínima de 33kg/m³, com altura de no mínimo 41cm e máximo 60cm (considerando a medida do piso até a superfície do assento) e largura de 46cm a 50cm. Revestimento em couro ecológico preto com costuras. Braços: Braços integrados a estrutura da cadeira, fixos, com acabamento cromado e superfície de apoio na cor preta. Base: Base fixa e contínua, em aço com acabamento cromado. - Marca: CAVALETTI	1	29,00	0,0000	1.110,00	32.190,00
4 Móvel 11 - CADEIRA ATENDIMENTO FUNCIONÁRIOS Cadeira fixa, com espaldar baixo e braços fixos. Encosto: Encosto integrado ao assento por meio do apoio de braço, não havendo vão livre entre assento e encosto, com altura de 50cm a 52cm (considerando a medida a partir da parte inferior do assento), e largura de 45cm a 50cm. Estofamento em espuma expandida moldada anatomicamente (de acordo com padrões de ergonomia) com densidade mínima de 45 kg/m³. Revestimento em couro ecológico preto com costuras. Assento: Assento com estofamento em espuma expandida moldada anatomicamente (de acordo com padrões de ergonomia) com densidade mínima de 45kg/m³, com altura de no mínimo 41cm e máximo 60cm (considerando a medida do piso até a superfície do assento) e largura de 46cm a 50cm. Revestimento em couro ecológico preto com costuras. Braços: Braços integrados a estrutura da cadeira, fixos, com acabamento cromado e superfície de apoio na cor preta. Base: Base fixa e contínua, em aço com acabamento cromado. - Marca: CAVALETTI	1	22,00	0,0000	1.110,00	24.420,00

Total do Fornecedor: 56.610,00

Joaçaba, 24 de Junho de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES
PRESIDENTE DA CAMARA

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2014 - PR
CNPJ: 78.491.230/0001-98 Av. XV de Novembro, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 11/2014 Processo de Licitação: 11/2014 Data do Processo: 06/06/2014
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (667)

<p>1 Móvel 07 - CADEIRA VEREADORES</p> <p>Cadeira giratória com espaldar alto e braços fixos, com largura total (incluindo braços) de no máximo 62cm.</p> <p>Encosto: Encosto integrado ao assento por meio do apoio de braço, não havendo vão livre entre assento e encosto e com regulagem de reclinção, medindo no mínimo 104cm e máximo 126cm de altura a partir do piso (considerando as medidas mínimas de regulagem de altura do assento). Estofamento em espuma expandida moldada anatomicamente (de acordo com padrões de ergonomia) com densidade mínima de 26 kg/m³. Revestimento em couro ecológico preto com costuras.</p> <p>Assento: Assento com regulagem de altura, sendo altura mínima de 40cm e máxima de 51cm (considerando a medida do piso até o topo do assento). Estofamento em espuma expandida moldada anatomicamente (de acordo com padrões de ergonomia) com densidade mínima de 33kg/m³. Revestimento em couro ecológico preto com costuras.</p> <p>Braços: Braços integrados a estrutura da cadeira, fixos, com acabamento cromado e superfície de apoio na cor preta.</p> <p>Base: Base giratória, com cinco hastes equidistantes, com acabamento cromado e diâmetro de 68cm a 70cm, apoiada sobre cinco rodízios de duplo giro, com 5cm de diâmetro e com capa. - Marca: CAVALETTI</p>	1	23,00	0,0000	1.374,50	31.613,50
<p>2 Móvel 10 - CADEIRA REUNIÕES / FUNCIONÁRIOS</p> <p>Cadeira fixa, com espaldar baixo e braços fixos.</p> <p>Encosto: Encosto integrado ao assento por meio do apoio de braço, não havendo vão livre entre assento e encosto, com altura de 48cm a 50cm (considerando a medida a partir da parte inferior do assento), e largura de 44cm a 49cm. Estofamento em espuma expandida moldada anatomicamente (de acordo com padrões de ergonomia) com densidade mínima de 26 kg/m³. Revestimento em couro ecológico preto com costuras.</p> <p>Assento: Assento com estofamento em espuma expandida moldada anatomicamente (de acordo com padrões de ergonomia) com densidade mínima de 33kg/m³, com altura de no mínimo 41cm e máximo 60cm (considerando a medida do piso até a superfície do assento) e largura de 46cm a 50cm. Revestimento em couro ecológico preto com costuras.</p> <p>Braços: Braços integrados a estrutura da cadeira, fixos, com acabamento cromado e superfície de apoio na cor preta.</p> <p>Base: Base fixa e contínua, em aço com acabamento cromado. - Marca: CAVALETTI</p>	1	46,00	0,0000	1.234,00	56.764,00

Total do Fornecedor: 88.377,50

Total Geral: 144.987,50

Joaçaba, 24 de Junho de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES
PRESIDENTE DA CAMARA

Lages

PREFEITURA

Extrato 2º Termo Aditivo Contrato 53/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 53/2013 - 2º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: ARRUDA IMOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 12.662.222/0001-59, com sede à Rua Otacílio Vieira da Costa nº 115 - centro, nesta cidade de Lages, SC - CEP: 88.501-050.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel sito à Rua Afonso Ribeiro, 138, nesta cidade de Lages/SC, onde está instalada A Secretaria de Assuntos Comunitários da Prefeitura de Lages.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E PAGAMENTO

O valor da locação será de R\$ 901,63 (novecentos e um reais e sessenta e três centavos) a partir de Fevereiro/2014, conforme índice de reajuste IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Lages, 28 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato Contrato 11/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 11/2014 - SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA inscrita no CNPJ sob nº 05.531.725/0001-20, estabelecida na Rua Ary Miguel Silveira, 391 - Jardim Eldorado, CEP 88133-531 - Palhoça/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos Injetáveis para Farmácia Básica e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

3.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

3.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almojarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

3.3 De Execução, da assinatura do contrato, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA e adjudicado é de R\$ 298.371,00 (duzentos e noventa e oito mil, trezentos e setenta e um reais)

Lages, 20 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages, SC.

Extrato Contrato 15/2014 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 15/2014 - SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: GENÉSIO A. MENDES & CIA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 82.873.068/0001-40, estabelecida na Rua São Luiz, 127 - Bairro Aeroporto, CEP 88.705-190 - Tubarão/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos Injetáveis para Farmácia Básica e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

3.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

3.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almojarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

3.3 De Execução, da data da assinatura do contrato, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA e adjudicado é de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)

Lages, 20 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages, SC.

Extrato Contrato 08/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 008/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 11.840.546/0001-77, estabelecida na Rua Nereu Ramos, 1675 D - Bairro Universitário, CEP: 89.812-111 - Chapecó/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos Injetáveis para Farmácia Básica e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

3.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

3.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almojarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

3.3 De Execução, da assinatura do contrato, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA e adjudicado é de R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais)

Lages, 20 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages.

Extrato Contrato 09/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 009/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 94.516.671/0002-34, estabelecida na Rua Luiz Fagundes, 1486 - Picadas do Sul, CEP 88196-000 - São José/SC, representante com endereço a Rua Carlos Maurício Werlang, 155 - na cidade de Santa Cruz do Sul/RS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos Injetáveis para Farmácia Básica e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

3.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

3.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

3.3 De Execução, da assinatura do contrato, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA e adjudicado é de R\$ 172.580,00 (cento e setenta e dois mil, quinhentos e oitenta reais)

Lages, 20 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages.

Extrato Contrato 60/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 060/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: ELMO PAPELARIA LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 03.999.762/0001-31, com sede a Prefeito José Kehrig, 5501 - sala 01 - Centro - Santo Amaro da Imperatriz/SC, CEP: 88.140-000

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Expediente, Consumo, Higiene e Limpeza, para a Casa de Apoio a Mulher

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2. De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 4.514,76 (quatro mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e seis centavos)

Lages 29 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 47/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 047/2014 FMAS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88. 505-900.

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ n.º 08.208.387/0001-88, com sede a Praça Vidal Ramos Senior, 86, CEP 88.502-005 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material Elétrico e Consumo e para os CRAS I, II, III, IV e V e Núcleo do CRAS V, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 3.163,91 (três mil cento e sessenta e três reais e noventa e um centavos.)

Lages, 07 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato 1º Termo Aditivo Contrato 363/2013

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 363/2013

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 13, centro, Lages/SC.

CONTRATADA: B & P CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 07.052.006/0001-51, com sede à Av. Armando Pereira de Souza n.º 101, sala 02 Bairro Poço Rico - Otacílio Costa/SC - CEP: 88.540-000 - fone: 49 - 32751613.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Reforma da Quadra Poliesportiva do CAIC Irmã Dulce e Reforma da Escola EMEB Aline Giovana Schmitt.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.2 De Execução: fica prorrogado em 90 (noventa) dias.

Lages, 05 de Março de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato Contrato 108/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0108/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: COMERCIAL DE ALIMENTOS MILÊNIO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 07.773.491/0001-52, com sede a Avenida Caldas Junior, 550 - sala 01 - Bairro Santa Helena, na cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis para a Casa de

Apoio a Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, integrante do Edital correlato.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.2.2 Os produtos perecíveis deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme cronograma de entrega a ser fornecido à(s) Empresa(s) vencedora(s);

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 7.634,00 (sete mil, seiscentos e trinta e quatro reais)

Lages, 28 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 107/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0107/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 05.919.156/0001-94, com sede a Rua Rodrigues Alves, 825 D, Bairro Bela Vista, CEP: 89804-084, Chapecó/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis para a Casa de Apoio a Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.2.2 Os produtos perecíveis deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme cronograma de entrega a ser fornecido à(s) Empresa(s) vencedora(s);

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 17.888,94 (dezesete mil, oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e quatro centavos)

Lages, 28 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 106/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0106/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: CONTRATADO: CELIA REGINA W SANI - ME, inscrita no CNPJ n.º 04.195.853/0001-87, com sede a Avenida Beira Rio, 730 - Centro CEP: 88450-000 - Alfredo Wagner/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis para a Casa de Apoio a Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.2.2 Os produtos perecíveis deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme cronograma de entrega a ser fornecido à(s) Empresa(s) vencedora(s);

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 4.220,00 (quatro mil, duzentos e vinte reais reais)

Lages, 28 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 105/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0105/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS, inscrita no CNPJ n.º 83.197.277/0001-83, com sede a Rua Araci Paim, 19 - Bairro Araucária, CEP 88512-680 - Lages/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis para a Casa de Apoio a Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.2.2 Os produtos perecíveis deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme cronograma de entrega a ser fornecido à(s) Empresa(s) vencedora(s);

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 11.835,00 (onze mil, oitocentos e trinta e cinco reais)

Lages, 28 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 104/2014 - FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 0104/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: JULIO CÉSAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrita no CNPJ n.º 82.894.718/0001-33, com sede a Rua Mario Ribeiro Ramos, 242 - Bairro São Cristóvão, CEP 88509-340 - na cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis para a Casa de Apoio a Mulher, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.2.2 Os produtos perecíveis deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme cronograma de entrega a ser fornecido à(s) Empresa(s) vencedora(s);

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 7.910,00 (sete mil, novecentos e dez reais)

Lages, 28 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Lauro Muller**PREFEITURA****Comunicado Audiência****COMUNICADO**

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, Prefeito Municipal de Lauro Müller/SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 301 da Lei Municipal nº 11.549/2008 - Plano Diretor Participativo, COMUNICA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 19h00min do dia 26 de Junho de 2014, no Auditório Municipal da Prefeitura, sito à Rua Walter Vetterli, nº 239, Centro, Lauro Müller, Santa Catarina, para Discussão sobre a criação de 01 (uma) área de interesse social no município de Lauro Müller.

Lauro Müller/SC, 11 de Junho de 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 081/2014

DECRETO Nº 081/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 54.037,20 (Cinquenta e Quatro Mil, Trinta e Sete Reais e Vinte Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

09.03 - SECRETARIA MUN. DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL

09.03 - Fundo Municipal de habitação FMH

2.047 - Manutenção do Departamento de Habitação

DOTAÇÃO 168

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 54.037,20

Total: R\$ 54.037,20

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do excesso de arrecadação da fonte 116.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto Nº 082/2014

DECRETO Nº 082/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 160.000,00 (Cento e Sessenta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.045 - Manutenção do PAB, PACs e PSF

DOTAÇÃO 21

4.4.90.00.00.1164 - Aplicação Direta R\$ 160.000,00

Total: R\$ 160.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.045 - Manutenção do PAB, PACs e PSF

DOTAÇÃO 25

3.3.90.00.00.1164 - Aplicação Direta R\$ 160.000,00

Total: R\$ 160.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto Nº 083/2014

DECRETO Nº 083/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03.01 - SECRETARIA DE ADM, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Departamento de Administração

DOTAÇÃO 07

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 200.000,00 Total: R\$ 200.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia no seguinte item orçamentário;

03.01 - SECRETARIA DE ADM, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Departamento de Administração

DOTAÇÃO 10

4.6.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 200.000,00
Total: R\$ 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Dispensa de Licitação N27/2014 FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N27/2014 FMS

PROCESSO 27

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER através do Fundo Municipal de Saude, com sede na rua Walter Vertteli, Centro, Lauro Müller/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº, 11.292.440/0001-86 por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando dispensa, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV
OBJETO: SERVIÇO DE REPAROS DE ALVENARIA, HIDRAULICA, MARCENARIA E SERVIÇOS GERAIS SEM EMPREGO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA SEDE DA SAMU.
CONTRATADO: ANOAR PROINELLI & CIA LTDA
VALOR: 7.280,00 (sete mil duzentos e oitenta reais).
VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Lebon Regis

PREFEITURA

Portaria Nº 432/2014

PORTARIA Nº 432 DE 23 DE JUNHO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária JULIANA ROYER HERDMANN, Odontólogo, lotada no Fundo Municipal de Saúde, FÉRIAS, referente ao período aquisitivo 15/05/2013 à 14/05//2014, a partir de 01/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de junho de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 23 de junho de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 057/2014

DECRETO Nº 057, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.070, de 23 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do orçamento fiscal vigente, com a seguinte classificação no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	20.000,00
Função	15	Urbanismo	20.000,00
Sub-Função	452	Serviços Urbanos	20.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	20.000,00
Projeto/Atividade	2.029	Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	60.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	60.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	60.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	60.000,00
Programa	0005	Cultura, esporte e Turismo	60.000,00
Projeto/Atividade	2.014	Comissão Municipal de Esportes	60.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	60.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	60.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	60.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	60.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			80.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta de anulações de dotações com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	80.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	80.000,00
Função	15	Urbanismo	80.000,00
Sub-Função	451	Infra-Estrutura Urbana	80.000,00
Programa	0010	Revitalização das Áreas Urbanas	80.000,00
Projeto/Atividade	1.026	Pavimentação de Ruas	80.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	80.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	80.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	80.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	80.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			80.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 24 de Junho de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto N.º 058/2014

DECRETO Nº 058, DE 24 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.071, de 23 de junho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal vigente, nas dotações com as seguintes estruturas valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Orgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	770,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	770,00
Função	04	Administração	770,00
Sub-função	122	Administração Geral	770,00
Programa	03	Gestão Geral e Administrativa	770,00
Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças	770,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	693,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Pessoais	693,00
Modalidade de Aplicação	71	Transferências a Consórcios Públicos	693,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários - Supravital	693,00

Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	77,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	77,00
Modalidade de Aplicação	71	Transferências a Consórcios Públicos	77,00
Fonte de Recursos	0.3.0000	Recursos Ordinários - Supravital	77,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL			770,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte	Valor
Recursos Ordinários	0.1.0000	770,00
TOTAL DO SUPERAVIT UTILIZADO		770,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 24 de junho de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 004/2014 - Concede Férias A Servidora

PORTARIA Nº 004, DE 30 DE MAIO DE 2014

Concede Férias à Servidora e dá outras providências

PAULO HENRIQUE KNAUL, Presidente da Câmara Municipal de Leoberto Leal, no uso das atribuições que lhe confere à Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no o art. 24, inciso III, letra "a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Concedidas Férias à servidora da Câmara Municipal de Vereadores de Leoberto Leal - SC, conforme quadro abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Período Aquisitivo	Data de Gozo
01	1183	LUCIMAR PIRHARDT DE MELO	21/12/2012 à 20/12/2013	01/06/2014 À 30/06/2014

Art.2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 30 de maio de 2014.
PAULO HENRIQUE KNAUL
PRESIDENTE DA CÂMARA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Lei Ordinária N.º 1.215/2014, de 23 de Junho de 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.215/2014, DE 23 DE JUNHO DE 2014
AUTORIZA O MUNICÍPIO A PROVIDENCIAR O PAGAMENTO DE ÁREAS DE TERRAS DECORRENTE DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Município autorizado a efetuar o pagamento da área de terra abaixo identificada, decorrente de desapropriação amigável, consoante termo de compromisso partes integrantes desta:

I - 229.650,98m²(duzentos e vinte e nove mil seiscentos e cinquenta metros, noventa e oito décimos quadrados), área de terra de propriedade de Vilson Muraro e Iraci Agustini Muraro, parte integrante do lote rural nº 320 (trezentos e vinte), do Bloco Sertãozinho, da Colônia de Concórdia, Propriedade Rio do Engano, com área de 229.650,98m²(duzentos e vinte e nove mil seiscentos e cinquenta metros, noventa e oito décimos quadrados), com as seguintes confrontações: ao Sudoeste do ponto 5 até o ponto 2, com a propriedade do Senhor Juliano Ragnini e em continuidade com terras do Senhor Vilson Muraro, ao Norte do ponto 02 ao ponto 03 com as propriedades do Senhor Josmar Bernardon e do Senhor Valdir Antunes Missel, ao Leste do ponto 03 até o ponto 04, com o Lajeado Mangueira e com a propriedade do Senhor Natalino Muraro, a Sudeste do ponto 04 ao ponto 11, com o Rio Engano e com a propriedade do Senhor Diomir Silvestre e demais confrontações, com terras de propriedade do Senhor Vilson Muraro, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia sob matrícula nº 15.668, do livro nº 2 "AAN".

Art. 2º O Município pagará pela área de terra discriminada no art. 1º, I, desta Lei o valor de R\$ 677.470,39 (seiscentos e setenta e sete mil, quatrocentos e setenta reais e trinta e nove centavos).

Parágrafo Único: O Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável estabelecerá as condições de pagamento do valor atribuído ao terreno.

Art. 3º As despesas correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado, Em, 23 de Junho de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Luzerna

PREFEITURA

Edital de Homologação Processo Seletivo 0052014

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2014 de 11 de junho de 2014.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL, torna público o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo destinado a prover vaga temporária de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Luzerna(SC):

Emprego Público: AUXILIAR DE ODONTOLOGIA						
Inscr.	Candidato	Formação	Tempo de Serviço	Horas de Curso	Pontuação Final	Colocação
001	Simone Cássia da Silva	6,00	8,92	---	14,92	1º
002	Karina Weise	6,00	2,75	---	8,75	2º
003	Rosane A. S. Pasini	6,00	0,84	---	6,84	3º

Fica homologado o Resultado Final do PROCESSO SELETIVO destinado a prover vaga temporária de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Luzerna(SC), Edital nº 005/2014.

Luzerna(SC), 23 de junho de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Pregão Presencial - PL 080.2014 - PP 047.2014 - Medicamentos - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 0080/2014 - FMS
Pregão Presencial nº 0047/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 04 de julho de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 04 de julho de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Decreto 1819

DECRETO Nº 1819 de 23 de junho de 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Lei nº 1171, de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulada parcialmente, no Projeto discriminado abaixo, a Modalidade de Aplicação da despesa:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Projeto - 0801.13.392.0046.1027 - Reforma do Centro de Eventos São João Batista -Unidade Cultura

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída ao Projeto abaixo relacionado:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Projeto - 0801.13.392.0046.1027 - Reforma do Centro de Eventos São João Batista -Unidade Cultura

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de junho de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1820

DECRETO Nº 1820 de 24 de junho de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2014".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.171, de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 21.238,28 (vinte e um mil, duzentos e trinta e oito reais e vinte e oito centavos) à conta do superávit financeiro do exercício de 2013, apurado na Fonte 300 - Recursos ordinários, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2014, atribuído às Atividades:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0602.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Administração

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas- Outras

Despesas Correntes

Fonte 0300 - Recursos Ordinários R\$ 21.238,28

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de junho de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decisão - Rec. Adm. - PL 0018.2014 - TP 0003.14 - Agência de Publicidade - PML

Processo Licitatório nº 0018.2014

Tomada de Preço nº 0003.2014

Parecer Jurídico do Controle Interno.

Interessado(a)(s): Vale Mais Comunicação LTDA - Recorrente;

Foco Propaganda LTDA - Recorrida.

Origem: Setor de Licitações.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Mariana de Azevedo Ramos.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Adotando-se como relatório, fundamentação e razão de decidir o Parecer Jurídico retro, *ipsis litteris*, que passa a fazer parte integrante desta Decisão, decide-se por conhecer do recurso interposto, para então negar-lhe provimento, pelas razões alhures expostas.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Nada mais.

Luzerna/SC, terça-feira, 24 de junho de 2014.

MOISES DIERSMANN

Município de Luzerna/SC

Prefeito Municipal

Parecer Jurídico - Rec. Adm. - PL 0018.2014 - TP 0003.14 - Agência de Publicidade - PML

PARECER JURÍDICO

CONTROLE INTERNO

Processo de Licitação nº 018/2013

Modalidade: Tomada de Preço

Trata-se de processo licitatório, modalidade Tomada de Preço do tipo Técnica e Preço, realizado de acordo com a Constituição Federal, art. 37, §1º, com fundamento na Lei Federal nº 12.232/2010; Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e Lei Complementar 123/2006, demais legislações aplicáveis e as disposições constantes no Edital. O presente processo licitatório tem por objeto a contratação de agência de propaganda para a prestação de serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade institucional de cunho informativo aos veículos e demais meios de comunicação com o objetivo de promover e difundir os atos da administração ao público em geral.

Conforme se pode constatar o processo licitatório seguiu os trâmites legais: edital elaborado pela assessoria jurídica e devidamente publicado estabelecendo as condições de participação conforme

art. 6º da Lei 12.232/2010 e artigo 40 da Lei 8.666/1993 fls.88-125; sessão para entrega e abertura da documentação exigida: Proposta Técnica (Envelopes 1,2,3), proposta de preço (envelope 4); sessão pública para sorteio da subcomissão de avaliação técnica e avaliação realizada individualmente de cada empresa por cada integrante da subcomissão; sessão pública para abertura dos envelopes com as avaliações e demais documentações, e cotejo das vias não identificadas com as identificadas.

Conforme ata da primeira sessão (fls.148) "até o horário fixado no edital foi recebido a documentação das empresas FOCO PROPAGANDA LTDA e VALE MAIS COMUNICAÇÃO LTDA, no ato representadas respectivamente pelo Sr. OSMAR WILHNER e THOMAZ MORGANTI RASO. As empresas apresentaram os envelopes contendo a "proposta técnica" (envelopes 1,2 e 3), sendo os dois primeiros(1 e 2) padronizados, fornecidos pela administração, os quais não continham nenhum tipo de identificação da licitante (dados da empresa, logomarca, papel timbrado, etc.) e, a proposta de preços(envelope nº4) na sequência, os envelopes foram rubricados em seu fecho pelos presentes à sessão pública e pela comissão de licitação. Aberto os envelopes (01 e 02) todo seu conteúdo restou rubricado pelos licitantes presentes à sessão pública e pela comissão de licitação."

Na segunda sessão, ausentes as empresas participantes da licitação, inobstante intimados, reuniram-se a comissão de licitação e convocados conforme edital de convocação, para participação do sorteio dos membros da subcomissão técnica licitatória, que ficou composta pelos seguintes: MICHEL FABRÍCIO MOTT, JULIANA REBETCHUK e CHEILA PEGORARO. Após o sorteio, pela Assessoria Jurídica do Município, através do Assessor Jurídico Sênior, foi realizado contato telefônico com os sócios proprietários das proponentes licitantes informando-os sobre o sorteio e consultando-os acerca da intenção recursal, os quais renunciaram expressamente o prazo para recurso, anuindo com o sorteio realizado. Consultado a subcomissão sobre a possibilidade de proceder a análise e avaliação das propostas apresentadas naquele momento, manifestaram-se positivamente, assim, foi fornecido para cada integrante cópia integral e idêntica em preto e branco das propostas técnicas apresentadas pelas licitantes, bem como, oportunizado o acesso ao original colorido. Foi lhes fornecido duas fichas de avaliação, uma para cada proposta. Importante destacar que, conforme ata juntada nas fls.226, as propostas foram analisadas individualmente por cada integrante, uma de cada vez. Realizada a avaliação a ficha avaliativa de cada proposta restou preenchida e assinada por cada integrante da subcomissão. Finalizada a análise e avaliação, foram as propostas, suas respectivas cópias analisadas e fichas de avaliação acondicionadas em envelope fornecido pela administração, o qual foi lacrado na presença dos membros da comissão de licitação e subcomissão de avaliação, e rubricado em cada uma de suas dobras. Na mesma reunião ficou determinada a data da próxima sessão pública.

Na terceira sessão pública para abertura dos envelopes dos resultados avaliativos das propostas técnicas, firmados pela subcomissão técnica de licitação, para o cotejo das vias não identificadas com as identificadas, elaboração de planilha geral de pontuações e proclamação do resultado geral da proposta técnica, estiveram presentes as duas empresas participantes do processo. Iniciada a sessão, os envelopes da subcomissão técnica foram vistos pela comissão de licitação e licitantes presentes, os envelopes foram colocados a disposição para verificação de inexistência de inviolabilidade. Posteriormente foram abertos para realização da comparação entre as vias não identificadas com as identificadas. Durante a abertura dos envelopes, observou-se que a empresa VALE MAIS COMUNICAÇÃO LTDA, não apresentou no envelope nº 3 toda a documentação, conforme determinação do item 5.2; 5.2.1.1.; 5.2.1.1.1 e 5.2.1.1.2 do edital, quais sejam: "comprovação de subordinação contratual profissional com a empresa para

a prestação dos serviços licitados" e "no mínimo dois profissionais que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing. Dessa forma, em razão de descumprimento das determinações do edital a comissão de licitação desclassificou a empresa conforme previsto no item 5.4 do edital. Em seguida foram juntadas as pontuações da subcomissão para a empresa FOCO PROPAGANDA LTDA - EPP, a qual apresentou toda a documentação exigida no edital e somou 96,81(noventa e seis vírgula oitenta e um pontos) distribuídos em 77,98(setenta e sete vírgula noventa e oito) para a campanha PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA e 18,83(dezoito vírgula oitenta e três) para o CONJUNTO DE INFORMAÇÕES.

Aberto o prazo para manifestação da empresa desclassificada, ela manifestou interesse em interpor recurso quanto a fase de apresentação da documentação do envelope nº 3. Foi concedido o prazo de 5(cinco) dias para interposição do recurso a partir da lavratura da ata.

Importante mencionar que a manifestação da intenção recursal se deu de forma tempestiva, assim como a apresentação do recurso.

As razões do recurso apresentado alegam que em tese, houve violação do sigilo de identificação das propostas e requerem a anulação do certame, matéria que caberia, se fosse o caso, ser alegada no prazo de interposição de recurso das fases anteriores, já preclusas.

Ocorre que apesar do recurso atender os requisitos extrínsecos, quais sejam: tempestividade, legitimidade, regularidade formal, no mérito não deve ser acolhido. Isso porque não houve violação do sigilo de identificação das proponentes. Conforme se pode constatar durante todo processo houve o atendimento das disposições legais e editalícias. Em nenhum momento antes da abertura dos envelopes identificados, qual seja, terceira sessão, houve a identificação das empresas licitantes. Além disso, imprescindível destacar que a desclassificação da empresa se deu por desatendimento as condições do edital, falta de apresentação de documentos imprescindíveis a continuidade de participação no processo. Ainda, de acordo com o disposto no artigo 8º da Lei 12.232/2010, "O conjunto de informações a que se refere o inciso III do art. 6º desta Lei será composto de quesitos destinados a avaliar a capacidade de atendimento do proponente e o nível dos trabalhos por ele realizados para seus clientes.". Ou seja, a avaliação da proposta técnica (Plano de comunicação publicitária + conjunto de informações) foi realizada pela subcomissão de licitação de forma individualizada para cada empresa, sem nenhuma identificação que pudesse macular o processo, conforme determina a Lei.

Não há como se avaliar proposta técnica - Plano de comunicação publicitária + conjunto de informações (envelopes 1 e 2) separadamente, pois, é necessário avaliar tanto a capacidade de atendimento quanto o nível dos trabalhos realizados pelas empresas. O conteúdo dos envelopes 1 e 2, fazem parte da proposta técnica conforme preconiza o artigo 6º, III, da Lei 12.232/2010, assim, em nada afeta a lisura do certame sua análise conjunta, pois, são englobados pela proposta técnica.

Portanto, tem-se que a recorrente está tentando induzir a administração ao erro, apresentando em suas alegações recursais fundamentos não aplicáveis ao caso concreto. Ressalta-se que em nenhum momento houve o descumprimento, por parte do órgão público de dispositivos da Lei, tampouco do edital, que pudesse identificar as empresas licitantes até a terceira sessão, ocasião em que a recorrente foi desclassificada por falta de apresentação de documentos imprescindíveis a continuidade de participação no certame. Desse modo, se deve negar provimento ao recurso.

É o parecer.

Luzerna/SC, terça-feira, 24 de junho de 2014.

MARIA RITA NOGUEIRA PASA

Coordenadora de Controle Interno

CPF nº 039.826.549-63

O descumprimento de qualquer item da Proposta Técnica implica na desclassificação automática da licitante após ser intimada para apresentar defesa e essa for julgada improcedente.

Extrato de Homologação - PL 068/2014 - PP 037/2014 - Aquisição de Caminhão - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0068/2014 - PML

Pregão nº 0037/2014 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0068/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de 01 (um) veículo novo, caminhão traçado (6x4) destinados à manutenção das atividades da Secretaria de Obras e Serviços do Município de Luzerna (SC), cujas características e especificações encontram-se no Anexo I que integra este Edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

- Valor total: R\$ 246.000,00

Luzerna (SC), 23 de junho de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Receitas Federais do Dia 23/06/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 23/06/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		8.324,87
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	8.324,87
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	8.324,87
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.994,92
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.329,95

Luzerna, 24/06/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Mafra

PREFEITURA

Nova Data de Abertura - Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 099/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2014
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Laminas 13 furos 8 X 3/4", destinadas as motoniveladoras, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 14/07/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 24 de junho de 2014.
Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

Suspensão de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 091/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
SUSPENSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que fica SUSPENSO o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de pneus destinados a frota mecanizada, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA, em razão da necessidade de ajustes no edital.

Mafra (SC), 24 de junho de 2014.
Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

Nova Data de Abertura - Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 091/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2014
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de pneus destinados a frota

mecanizada, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 18/07/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 24 de junho de 2014.
Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 299/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 299/2014.
FORNECEDOR: MARCOS GROSSL.
CPF: 901.452.599-00.

OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel com área de 573.70 m², situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1366, no bairro Centro II - Alto de Mafra, o qual a LOCATÁRIA destinará exclusivamente para sediar a Clínica de Reabilitação, Psicologia e Fonoaudiologia, através do Fundo Municipal de Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso X, com alterações posteriores.

VALOR MENSAL: R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais).

Mafra, (SC) 16 de junho de 2.014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Lei Nº. 4028

Lei nº. 4028
DE 24 DE JUNHO DE 2.014.
ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº. 2.980, DE 05 DE OUTUBRO DE 2005, QUE DISCIPLINA A IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURA, PROCESSO DE ESCOLHA E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR NO MUNICÍPIO DE MAFRA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Inclui-se o inciso IX ao art. 10 da Lei nº. 2.980, de 05 de outubro de 2005 com a seguinte redação:

"Art. 10

IX - Auxílio-alimentação, nos moldes fixados pela Lei Municipal nº. 3.894, de 13 de março de 2013."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 24 de Junho de 2.014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Maracajá**PREFEITURA****Convocação**

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Maracajá/SC, através da Comissão Permanente de Licitações, de acordo com o que dispõe o Art. 34, § 1º, da Lei 8666/93, e alterações posteriores, convoca os interessados no fornecimento de bens e/ou serviços a se cadastrarem ou renovarem os registros cadastrais.

Os interessados deverão procurar o Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura, à Av. Getúlio Vargas, 530 - Centro, Maracajá/SC, ou pelo fone (48) 3523-1111, para maiores informações.

Maracajá/SC, 24 de Junho de 2014.
Itaionara Tramontin Recco
Presidente da CPL

Massaranduba**PREFEITURA****Decreto Nº 2930 de 20 de Junho de 2014**

DECRETO Nº 2930 DE 20 DE JUNHO DE 2014
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.252,57 (Dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) no programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
0304.004.123.0033.2016 - Manutenção dos Serviços Contábeis
0304 - 33900000 - Aplicações Diretas

0304 - 32454 - Transferências Convênios União-Outros
..... R\$ 2.252,57

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superavit Financeiro apurado no exercício de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 20 de Junho de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº 2931 de 20 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2931 DE 20 DE JUNHO DE 2014
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 413,48 (Quatrocentos e treze reais e quarenta e oito centavos) no programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.306.0080.2033 - Manutenção do Programa de Merenda Escolar Ensino Fund.
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 36005 - Pnae - Atendim. Educ. Especializado
..... R\$ 413,48

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superavit Financeiro apurado no exercício de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 20 de Junho de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº 2932 de 20 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2932 DE 20 DE JUNHO DE 2014
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 760,00 (Setecentos e sessenta reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.306.0080.2033 - Manutenção do Programa de Merenda Escolar Ensino Fund.

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 16005 - Pnae - Atendim. Educ. Especializado R\$ 760,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 20 de Junho de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Co 39/2014 - Central de Gases Hospital - Gecar

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 39 / 2014
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo Licitatório nº. 11/2014
Concorrência O. S. Engª nº.01/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: GECAR COMERCIO FABRICAÇÃO E INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA ME
OBJETO: MUDANÇA DA CENTRAL DE GASES DA UNIDADE HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA.
VALOR: R\$ 24.770,00 (vinte quatro mil, setecentos e setenta reais)
VIGENCIA: 16.06.2014 a 15.08.2014.

Massaranduba, 23 de Junho de 2014.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

SUZANE E. F. REINKE
Gestora

Co 40/2014 - Escada Emergencia Hospital - Met. Ts

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 39 / 2014
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo Licitatório nº. 11/2014
Concorrência O. S. Engª nº.01/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: METALÚRGICA TS IND. DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA - ME
OBJETO: FORNECIMENTO E MONTAGEM DE PASSARELA METÁLICA COM ESCADA DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA.
VALOR: R\$ 45.843,00 (quarenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e três reais).
VIGENCIA: 16.06.2014 a 15.08.2014.

Massaranduba, 23 de Junho de 2014.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

SUZANE E. F. REINKE
Gestora

Meleiro**PREFEITURA****Portaria N.º 255/2014**

PORTARIA n.º 255/2014

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora ELINES LAMBERTES GONÇALVES, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 24/06/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 234/2014.

Meleiro, 24 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 256/2014

PORTARIA n.º 256/2014

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE PORTARIA QUE DÁ NOVA REDAÇÃO À PORTARIA Nº 173/2014.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

REVOGAR

Artigo 1.º A Portaria nº 236/2014, de 10 de Junho de 2014, que dá nova redação à Portaria nº 173/2014/2014, de 17 de Abril de 2014, de contratação da Auxiliar de Sala GILCILEIA BERTI, em virtude do retorno da servidora Elines Lambertes Gonçalves da Licença Saúde.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 24/06/2014.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 236/2014.

Meleiro, 24 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo**PREFEITURA****Extrato de Termo Aditivo Nº 01/2014 - Contrato 013/2014**

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório: n. 984/2013

Contrato Administrativo n. 013/2014

Termo aditivo: 001/2014

Contratada: S e M, Transportes LTDA ME

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Termo aditivo 001/2014, ao processo licitatório nº 984/2013, ficando aditado o preço do contrato 013/2014 de 21/01/2014, constante na cláusula segunda, com aditivo de valor. Sendo o valor do presente aditivo correspondente a 4,0 km, R\$13,80, acrescido ao valor original do contrato no valor de R\$ 225,63, totalizando o valor de R\$ 239,43 por trajeto percorrido. O novo percurso deverá ser realizado a partir do dia 02 de junho de 2014.

Modelo (SC), 20 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Extrato de Termo Aditivo Nº 01/2014 - Contrato 014/2014

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório: n. 984/2013

Contrato Administrativo n. 014/2014

Termo aditivo: 001/2014

Contratada: Anselmo Matias Jacoby ME

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Termo aditivo 001/2014, ao processo licitatório nº 984/2013, ficando aditado o objeto do contrato 014/2014 de 21/01/2014, constante na cláusula primeira, com ampliação de objeto. Fica aditado também o preço do contrato constante na cláusula segunda, Sendo o valor do presente aditivo no trajeto 02, correspondente a 19,0 km, R\$64,41 acrescido ao valor original do contrato no valor de R\$ 284,76, totalizando o valor de R\$ 349,17, por trajeto percorrido. No trajeto 03, corresponde a 9,0 km, R\$ 30,96, acrescido ao valor original do contrato no valor de R\$ 233,92, totalizando o valor de R\$ 264,88 por trajeto percorrido. O novo percurso deverá ser realizado a partir do dia 02 de junho de 2014.

Modelo (SC), 20 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 067/2014

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório :n. 598/2014

Contrato Administrativo n. 067/2014

Contratada: N C Transporte e Serviços LTDA

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão nº 020/2014, objetivando a aquisição de registro de preços para eventual contratação de serviços de horas máquinas pesadas e caminhões, para atender as atividades do DMER, e demais secretarias do Município de Modelo -SC.

Modelo (SC), 20 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 068/2014

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório :n. 598/2014

Contrato Administrativo n. 068/2014

Contratada: Jacoby e Jacoby LTDA

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão nº 020/2014, objetivando a aquisição de registro de preços para eventual contratação de serviços de horas máquinas pesadas e caminhões, para atender as atividades do DMER, e demais secretarias do Município de Modelo -SC.

Modelo (SC), 20 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 066/2014

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório :n. 735/2014

Tomada de preço: 008/2014

Contrato Administrativo n. 066/2014

Contratada: CERAÇA - Cooperativa de Infra Estrutura e Desenvolvimento Vale do Araçá

Valor: R\$ 202.599,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade tomada de preços nº 008/2014, visando a execução do projeto de iluminação externa em postes de concreto com refletores 250w vapor metálico e medição em media tensão, no parque da FEPAR do Município de Modelo conforme art nº 4868278-7, com recursos do convenio entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Maravilha e o Município de Modelo, proposta SIGEF nº12802

Modelo (SC), 20 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 038/2014

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato nº 038/2014

Contratado: Lucia Binsfeld Kessler

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 038/2014, tendo por objeto a aquisição, por parte do MUNICÍPIO, de cascalho a ser retirado do imóvel de propriedade da VENDEDORA localizado na Linha Santa Lúcia, interior, Município de Modelo - SC. O objeto do presente contrato será retirado do local pelas máquinas e equipamentos da municipalidade, sendo controlado pelo Diretor do Departamento Municipal de Estradas de Rodagem.

Modelo (SC), 18 de junho de 2014

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Lei Municipal Nº 2149/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO

DE MODELO

LEI MUNICIPAL Nº 2149/2014 DE 24 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a denominação do Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS, inscrito no CNPJ sob nº 16.895.533/0001-19, criado pela Lei Municipal 1265/1996, passando a denominar-se: Fundo Municipal da Assistência Municipal do Município de Modelo SC.

Art. 2º. Fica alterado o Artigo 16da Lei Municipal nº 1265/1996, passando a vigorar com seguinte redação:

"Art.16. Fica criado o Fundo Municipal da Assistência Social do Município de Modelo SC FMAS, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações da área de Assistência Social conforme dispõem as determinações legais."

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 24 de junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

CONTADORA

Aviso de Licitação Nº 797/2014

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 797/2014 - Modalidade Pregão Registro de Preços n. 025/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 025/2014, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE BORRACHARIA (CONCERTO/REMENDO, DESMONTAGEM, MONTAGEM, E TROCA DE PNEUS) E LAVAGEM VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE MODELO.

O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 08/07/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 24 de Junho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 198/2014 FMS

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 198/2014 - Modalidade Pregão Registro de Preços n. 08/2014

A Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MÁRCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 08/2014, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE BORRACHARIA (CONCERTO/REMENDO, DESMONTAGEM, MONTAGEM, E TROCA DE PNEUS) E LAVAGEM VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS VEÍCULOS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 10:00 do dia 08/07/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 24 de Junho de 2014.

MÁRCIA TERESINHA JACOBY

Gestora do FMS

Navegantes

PREFEITURA

Ata II - Pregão Presencial 140/2014 PMN



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

EDITAL Nº. 140/2014 PMN
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 140/2014 PMN
REGISTRO PREÇOS Nº. 140/2014 PMN

BENILDE PERÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
COMISSÃO DE PREGÃO

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO

A Secretaria Municipal De Assistência Social informa as APROVAÇÕES das amostras entregues pela empresa **BARKI DISTRIBUIDORA LTDA ME** inscrita no CNPJ sob nº 10. 213.886/0001-05, uma vez que mantiveram o padrão aceitável isto é, em conformidade com os ditames do Edital nº. 140/2014 FMAS. Pregão Presencial nº. 140/2014 PMN.
Registro de Preços nº. 140/2014 PMN.

Item	Especificação	Amostra	Parecer Laudos	Parecer da secretaria
------	---------------	---------	----------------	-----------------------

Itm	Especificação			
1	CESTA BÁSICA DEVIDAMENTE FECHADAS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS CONTENDO OS SEGUINTEIS ITENS: FARINHA DE MILHO PRÉ-COZIDA 01 KG. AÇÚCAR REFINADO 05 KG. ARROZ PARBOLIZADO 05 KG, ÓLEO DE SOJA 900ML. MACARRÃO PARAFUSO 500G. SAL REFINADO 01KG. CAFÉ TORRADO E MOÍDO 500G. FEIJÃO PRETO 01 KG. <u>FARINHA DE MILHO PRÉ-COZIDA</u> DESCRIÇÃO DO OBJETO: PRODUTO OBTIDO A PARTIR DA MOAGEM DO GRÃO DE MILHO (ZEA MAYS, L), DESGERMINADO OU NÃO, PRÉ-COZIDO SECO POR PROCESSOS TECNOLÓGICOS ADEQUADOS. DEVE SER EM FORMA DE FARINHA, PRÉ-COZIDA, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO (CADA 100 GRAMAS DEVE FORNECER, NO MÍNIMO, 4,2 MG DE FERRO E 150 MCG DE ÁCIDO FÓLICO), PODENDO OU NÃO CONTER SAL. O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM TODA LEGISLAÇÃO VIGENTE. CARACTERÍSTICAS GERAIS: SEGUNDO A RESOLUÇÃO RDC Nº 263, DE 22/09/2005, O PRODUTO DEVE SER OBTIDO, PROCESSADO, EMBALADO, ARMAZENADO, TRANSPORTADO E CONSERVADO EM CONDIÇÕES QUE NÃO PRODUZAM, DESENVOLVAM E OU AGREGUEM SUBSTÂNCIAS FÍSICAS, QUÍMICAS OU BIOLÓGICAS QUE COLOQUEM EM RISCO A SAÚDE DO CONSUMIDOR. O PRODUTO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS Sãs E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA E PARASITOS, NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDO, FERMENTADO OU RANÇOSO. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS (ORGANOLÉPTICAS): ASPECTO DE Pó FINO; COR AMARELA, ODOR E SABOR PRÓPRIOS. NÃO DEVE APRESENTAR PONTOS PRETOS. CARACTERÍSTICAS MACROSCÓPICAS E MICROSCÓPICAS: AUSÊNCIA DE MATÉRIAS PREJUDICIAIS À SAÚDE HUMANA (MACROSCÓPICAS E MICROSCÓPICAS), ABRANGENDO INSETOS, OUTROS ANIMAIS, PARASITOS, EXCREMENTOS DE INSETOS E/OU DE OUTROS ANIMAIS, OBJETOS RÍGIDOS, PONTIAGUDOS OU CORTANTES, CONFORME DETERMINA A RESOLUÇÃO RDC Nº 175, DE 08/07/2003. EMBALAGEM PRIMÁRIA: EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE BEM VEDADO, CONTENDO 01 KG. NÃO SERÃO ACEITOS PRODUTOS CUJAS EMBALAGENS ESTEJAM DANIFICADAS. A ROTULAGEM DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: SACOS DE PLÁSTICO OU DE PAPEL REFORÇADOS E LACRADOS CONTENDO ATÉ 12 KG. DATA DE FABRICAÇÃO: O PRODUTO DEVE TER SIDO	EM CONFORMIDADE COM O EDITAL	CONFERE	AMOSTRA APROVADA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

<p>FABRICADO NO DATA DE FABRICAÇÃO: O PRODUTO DEVE TER SIDO FABRICADO NO MÁXIMO DE 30 DIAS ANTES DA DATA DE ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. (APRESENTAR AMOSTRA, FICHA TÉCNICA) <u>ACÚCAR REFINADO ESPECIAL</u> DESCRIÇÃO DO OBJETO: SACAROSE OBTIDA A PARTIR DO CALDO DE CANA-DE-AÇÚCAR (SACCHARUM OFFICINARUM L.), PURIFICADO POR PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, PODENDO CONTER VITAMINAS E MINERAIS, DESDE QUE MENCIONADOS. DEVE SER CLASSIFICADO COMO AMORFO, DE PRIMEIRA. O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM TODA A LEGISLAÇÃO VIGENTE. CARACTERÍSTICAS GERAIS: SEGUNDO A RESOLUÇÃO RDC Nº 271, DE 22/09/2005, DEVE SER OBTIDO, PROCESSADO, EMBALADO, ARMAZENADO, TRANSPORTADO E CONSERVADO EM CONDIÇÕES QUE NÃO PRODUZAM, DESENVOLVAM E OU AGREGUEM SUBSTÂNCIAS FÍSICAS, QUÍMICAS OU BIOLÓGICAS QUE COLOQUEM EM RISCO A SAÚDE DO CONSUMIDOR. NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, BOLOR, COLORAÇÃO, MISTURAS, PESO E RENDIMENTO INSATISFATÓRIO. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS (ORGANOLÉPTICAS): APARÊNCIA DE PÓ BRANCO, FINO, NÃO DEVENDO APRESENTAR-SE MELADO OU EMPEDRADO. COR BRANCA; ODOR PRÓPRIO E SABOR DOCE. CARACTERÍSTICAS MACROSCÓPICAS E MICROSCÓPICAS: AUSÊNCIA DE MATÉRIAS PREJUDICIAIS À SAÚDE HUMANA (MACROSCÓPICAS E MICROSCÓPICAS), ABRANGENDO INSETOS, OUTROS ANIMAIS, PARASITOS, EXCREMENTOS DE INSETOS E/OU DE OUTROS ANIMAIS, OBJETOS RÍGIDOS, PONTIAGUDOS OU CORTANTES, CONFORME DETERMINA A RESOLUÇÃO RDC Nº 175, DE 08/07/2003. A PRESENÇA DE MATÉRIA PREJUDICIAL À SAÚDE HUMANA DETECTADA MACROSCOPICAMENTE TORNA O PRODUTO/LOTE AVALIADO IMPRÓPRIO PARA O CONSUMO HUMANO E DISPENSA A DETERMINAÇÃO MICROSCÓPICA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE ESTAR INTACTA, EM POLIETILENO ATÓXICO, CONTENDO 05 KG DE PESO LÍQUIDO. NÃO SERÃO ACEITOS PRODUTOS CUJAS EMBALAGENS ESTEJAM DANIFICADAS. A ROTULAGEM DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: SACOS DE PLÁSTICO OU DE PAPEL REFORÇADOS E LACRADOS, COM CAPACIDADE PARA ATÉ 30 KG. DATA DE FABRICAÇÃO: O PRODUTO DEVE TER SIDO FABRICADO NO MÁXIMO DE 30 DIAS ANTES DA DATA DE ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. (APRESENTAR AMOSTRA, FICHA TÉCNICA) <u>ARROZ PARBOILIZADO</u>: DESCRIÇÃO DO OBJETO: GRÃOS DE ARROZ "IN NATURA", PROVENIENTES DA ESPÉCIE ORYZA SATIVA, BENEFICIADO, PARBOILIZADO, LONGO FINO ("AGULHINHA"), TIPO 1. O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM TODA LEGISLAÇÃO VIGENTE. CARACTERÍSTICAS GERAIS: CLASSIFICADO COMO ARROZ DO GRUPO BENEFICIADO, SUBGRUPO PARBOILIZADO, CLASSE LONGO FINO ("AGULHINHA"), TIPO 1, CONFORME A PORTARIA Nº 269, DE 17/11/88 E ANEXOS; COMPLEMENTADA PELAS PORTARIAS: Nº 1, DE 09/01/1989; Nº 157, DE 04/11/1991; Nº 80, DE 10/04/1992 E Nº 10, DE 12/04/1996. O PRODUTO DEVERÁ SER DA SAFRA CORRENTE. O PRODUTO DEVE APRESENTAR BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, ISENTO DE PROCESSOS DE FERMENTAÇÃO, MOFO, ODOR ESTRANHO E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS À SAÚDE. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS (ORGANOLÉPTICAS): ASPECTO DE GRÃOS LIGEIRAMENTE AMARELADOS. ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS. DEVE PELO MENOS DOBRAR DE VOLUME APÓS O COZIMENTO. TODOS OS GRÃOS (100%) DEVEM ESTAR COZIDOS NO TEMPO QUE DETERMINA A EMBALAGEM OU, NO CASO DE NÃO HAVER DETERMINAÇÃO DA EMBALAGEM, EM NO MÁXIMO 20 MINUTOS. CARACTERÍSTICAS MACROSCÓPICAS E MICROSCÓPICAS: AUSÊNCIA DE MATÉRIAS PREJUDICIAIS À SAÚDE HUMANA (MACROSCÓPICAS E MICROSCÓPICAS), ABRANGENDO INSETOS, OUTROS ANIMAIS, PARASITOS, EXCREMENTOS DE INSETOS E/OU DE OUTROS ANIMAIS, OBJETOS RÍGIDOS, PONTIAGUDOS OU CORTANTES, CONFORME DETERMINA A RESOLUÇÃO RDC Nº 175, DE 08/07/2003. EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE ESTAR INTACTA, EM POLIETILENO ATÓXICO, INCOLOR E TRANSPARENTE CONTENDO 5 KG DE PESO LÍQUIDO. NÃO SERÃO ACEITOS PRODUTOS CUJAS EMBALAGENS ESTEJAM DANIFICADAS. A ROTULAGEM DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: SACOS DE PLÁSTICO REFORÇADOS E LACRADOS, COM CAPACIDADE PARA 30 KG. DATA DE FABRICAÇÃO: O PRODUTO DEVE TER SIDO FABRICADO NO MÁXIMO DE 30 DIAS ANTES DA DATA DE ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. (APRESENTAR AMOSTRA, FICHA TÉCNICA) <u>ÓLEO DE SOJA</u>: DESCRIÇÃO DO OBJETO: <u>ÓLEO DE SOJA</u>, TIPO 1, REFINADO, OBTIDO DOS GRÃOS DE SOJA (GLYCINE MAX. L. MERRILL), POR MEIO DE PROCESSOS TECNOLÓGICOS</p>			
--	--	--	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

<p>ADEQUADOS, CONSTITUÍDO PRINCIPALMENTE POR TRIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS, OBTIDOS UNICAMENTE DE MATÉRIA-PRIMA VEGETAL, REFINADO MEDIANTE O EMPREGO DE PROCESSOS TECNOLÓGICOS ADEQUADOS. PODERÃO CONTER PEQUENAS QUANTIDADES DE OUTROS LIPÍDIOS, TAIS COMO FOSFOLIPÍDEOS, CONSTITUINTES INSAPONIFICÁVEIS E ÁCIDOS GRAXOS LIVRES, NATURALMENTE PRESENTES NO ÓLEO VEGETAL. O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM TODA LEGISLAÇÃO VIGENTE. CARACTERÍSTICAS GERAIS: DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 49, DE 22/12/2006, O PRODUTO DEVE SER OBTIDO, PROCESSADO, EMBALADO, ARMAZENADO, TRANSPORTADO E CONSERVADO EM CONDIÇÕES QUE NÃO PRODUZAM, DESENVOLVAM OU AGREGUEM SUBSTÂNCIAS FÍSICAS, QUÍMICAS OU BIOLÓGICAS QUE COLOQUEM EM RISCO A SAÚDE DO CONSUMIDOR. DEVE SER OBEDECIDA A LEGISLAÇÃO VIGENTE DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO. NÃO DEVE APRESENTAR MISTURA DE OUTROS ÓLEOS, CHEIRO FORTE E VOLUME INSATISFATÓRIO. EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, SEM AMASSAMENTOS E VAZAMENTO. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS (ORGANOLÉPTICAS): ASPECTO LÍMPIDO E ISENTO DE IMPUREZAS A 25°C; COR CARACTERÍSTICA; ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS; ISENTO DE RANÇO, DE ODORES E SABORES ESTRANHOS. CARACTERÍSTICAS MACROSCÓPICAS E MICROSCÓPICAS: AUSÊNCIA DE MATÉRIAS PREJUDICIAIS À SAÚDE HUMANA (MACROSCÓPICAS E MICROSCÓPICAS), ABRANGENDO INSETOS, OUTROS ANIMAIS, PARASITOS, EXCREMENTOS DE INSETOS E/OU DE OUTROS ANIMAIS, OBJETOS RÍGIDOS, PONTIAGUDOS OU CORTANTES, CONFORME DETERMINA A RESOLUÇÃO RDC Nº 175, DE 08/07/2003. EMBALAGEM PRIMÁRIA: EM EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 900 ML. NÃO SERÃO ACEITOS PRODUTOS COM LACRE ROMPIDO OU CUJAS EMBALAGENS ESTEJAM DANIFICADAS. A ROTULAGEM DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: DE PAPELÃO REFORÇADA, COM AS ABAS SUPERIORES E INFERIORES TOTALMENTE LACRADAS, COM CAPACIDADE PARA 20 UNIDADES. DATA DE FABRICAÇÃO: O PRODUTO DEVE TER SIDO FABRICADO NO MÁXIMO DE 30 DIAS ANTES DA DATA DE ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. (APRESENTAR AMOSTRA, FICHA TÉCNICA) MACARRÃO PARAFUSO: DESCRIÇÃO DO OBJETO: MACARRÃO PARAFUSO, OBTIDO DA SÊMOLA DE TRIGO, EXCLUSIVAMENTE, COM ÁGUA, RESULTANTE DO PROCESSO DE EMPASTO E AMASSAMENTO MECÂNICO, SEM FERMENTAÇÃO, ADICIONADO DE OVOS. O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM TODA LEGISLAÇÃO VIGENTE. POR PORÇÃO DE 80 GRAMAS DEVERÁ APRESENTAR: CARBOIDRATOS MÍNIMO 58 GRAMAS, PROTEÍNAS MÍNIMO 8,5 GRAMAS, FIBRA ALIMENTAR MÍNIMO 1,5 GRAMAS. CARACTERÍSTICAS GERAIS: O MACARRÃO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÁS E LIMPAS, ISENTAS MATÉRIA TERROSA E DE PARASITOS. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUJIDADES, BOLOR MANCHAS OU FRAGILIDADE À PRESSÃO DOS DEDOS. O MACARRÃO DEVERÁ SER FABRICADO COM SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, E, AO SER COLOCADO NA ÁGUA, NÃO DEVERÁ TURVÁ-LA ANTES DA COCÇÃO E NÃO PODERÁ APRESENTAR-SE FERMENTADO OU RANÇOSO. O PRODUTO DEVERÁ CLASSIFICADO COMO MASSA SECA; TIPO PARAFUSO, PARA O PREPARO DE MACARRONADA. NÃO SERÁ ACEITO MACARRÃO MISTO. PODERÁ CONTER OS ADITIVOS PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO. NÃO DEVE CONTER CORANTES ARTIFICIAIS. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS (ORGANOLÉPTICAS): COR AMARELA UNIFORME; ASPECTO, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS. AO SER COLOCADA NA ÁGUA, NÃO DEVE TURVA-LA ANTES DA COCÇÃO. NÃO PODE ESTAR FERMENTADA OU RANÇOSA. NÃO DEVE APRESENTAR PONTOS BRANCOS QUEBRADIÇOS. COM RENDIMENTO MÍNIMO APÓS O COZIMENTO DE 02 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCÇÃO. CARACTERÍSTICAS MACROSCÓPICAS E MICROSCÓPICAS: AUSÊNCIA DE MATÉRIAS PREJUDICIAIS À SAÚDE HUMANA (MACROSCÓPICAS E MICROSCÓPICAS), ABRANGENDO INSETOS, OUTROS ANIMAIS, PARASITOS, EXCREMENTOS DE INSETOS E/OU DE OUTROS ANIMAIS, OBJETOS RÍGIDOS, PONTIAGUDOS OU CORTANTES, CONFORME DETERMINA A RESOLUÇÃO RDC Nº 175, DE 08/07/2003. EMBALAGEM PRIMÁRIA: EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE BEM VEDADO, CONTENDO 500GR. NÃO SERÃO ACEITOS PRODUTOS CUJAS EMBALAGENS ESTEJAM DANIFICADAS. A ROTULAGEM DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: SACOS DE PLÁSTICO REFORÇADOS E LACRADOS, COM CAPACIDADE PARA ATÉ 20 KG. DATA DE FABRICAÇÃO: O PRODUTO DEVE TER SIDO FABRICADO NO MÁXIMO DE 30 DIAS ANTES DA DATA DE ENTREGA. PRAZO DE</p>			
--	--	--	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

<p>VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. (APRESENTAR AMOSTRA, FICHA TÉCNICA) <u>SAL REFINADO</u>: DESCRIÇÃO DO OBJETO: SAL REFINADO É O CLORETO DE SÓDIO CRISTALIZADO EXTRAÍDO DE FONTES NATURAIS. DEVE SER ADICIONADO DE ANTIUMECTANTE E IODO, COM TEOR IGUAL OU SUPERIOR A 20 MILIGRAMAS ATÉ O LIMITE MÁXIMO DE 60 MILIGRAMAS DE IODO POR QUILOGRAMA DE PRODUTO. O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM TODA LEGISLAÇÃO VIGENTE. CARACTERÍSTICAS GERAIS: DEVE ESTAR ISENTO DE SUJIDADE, MICROORGANISMOS PATOGENICOS E OUTRAS IMPUREZAS CAPAZES DE PROVOCAR ALTERAÇÕES DO ALIMENTO OU QUE INDIQUEM EMPREGO DE UMA TECNOLOGIA INADEQUADA. O SAL REFINADO DE TODOS OS TIPOS OBEDECERÁ À RETENÇÃO MÁXIMA DE 5% (CINCO POR CENTO) NA PENEIRA Nº 20 (VINTE), COM 0,84 MM (OITENTA E QUATRO CENTÉSIMOS DE MILÍMETROS) DE ABERTURA, E A RETENÇÃO DE 90% (NOVENTA POR CENTO) NA PENEIRA Nº 140 (CENTO E QUARENTA), COM 0,105 MM (CENTO E CINCO MILÉSIMOS DE MILÍMETROS) DE ABERTURA. O SAL NÃO PODERÁ CONTER GERMENS PATOGENICOS NEM SUBSTÂNCIAS TÓXICAS ELABORADAS POR MICROORGANISMOS, EM QUANTIDADE QUE POSSA TORNAR-SE NOCIVA À SAÚDE HUMANA. O PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS: IODO: TEOR IGUAL OU SUPERIOR A 20 MILIGRAMAS ATÉ O LIMITE MÁXIMO DE 60 MILIGRAMAS DE IODO POR QUILOGRAMA DO PRODUTO. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS (ORGANOLÉPTICAS): ASPECTO DE CRISTAIS BRANCOS, COM GRANULAÇÃO UNIFORME, PRÓPRIA À RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO, DEVENDO SER INODORO E TER SABOR SALINO-SALGADO PRÓPRIO. NÃO DEVE APRESENTAR-SE EMPEDRADO. CARACTERÍSTICAS MACROSCÓPICAS E MICROSCÓPICAS: AUSÊNCIA DE MATÉRIAS PREJUDICIAIS À SAÚDE HUMANA (MACROSCÓPICAS E MICROSCÓPICAS), ABRANGENDO INSETOS, OUTROS ANIMAIS, PARASITOS, EXCREMENTOS DE INSETOS E/OU DE OUTROS ANIMAIS, OBJETOS RÍGIDOS, PONTIAGUDOS OU CORTANTES, CONFORME DETERMINA A RESOLUÇÃO RDC Nº 175, DE 08/07/2003. EMBALAGEM PRIMÁRIA: EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE, BEM VEDADO, COM 01 KG. NÃO SERÃO ACEITOS PRODUTOS CUJAS EMBALAGENS ESTEJAM DANIFICADAS. A ROTULAGEM DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: SACOS DE PLÁSTICO REFORÇADOS E LACRADOS, COM CAPACIDADE PARA 30 KG. DATA DE FABRICAÇÃO: O PRODUTO DEVE TER SIDO FABRICADO NO MÁXIMO DE 30 DIAS ANTES DA DATA DE ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 11 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. (APRESENTAR AMOSTRA) <u>CAFÉ TORRADO E MOÍDO</u>: DESCRIÇÃO DO OBJETO: GRÃO BENEFICIADO DO FRUTO MADURO DE ESPÉCIES DO GÊNERO COFFEA, SUBMETIDO A TRATAMENTO TÉRMICO ATÉ ATINGIR O PONTO DE TORRA TRADICIONAL, SENDO POSTERIORMENTE SUBMETIDO AO PROCESSO DE MOAGEM. O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM TODA LEGISLAÇÃO VIGENTE. CARACTERÍSTICAS GERAIS: COM SELO DE PUREZA ABIC. COM TOLERÂNCIA DE 1% DE IMPUREZAS COMO CASCAS, PAUS, ETC, COM AUSÊNCIA DE LARVAS, PARASITOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS. RENDIMENTO MÍNIMO ESPERADO DE 6,25 LITROS DE CAFÉ PRONTO PARA CADA PACOTE DE 500 G. SEM GLÚTEN. SEGUNDO A RDC Nº 277, DE 22/09/2005, O PRODUTO DEVE SER OBTIDO, PROCESSADO, EMBALADO, ARMAZENADO, TRANSPORTADO E CONSERVADO EM CONDIÇÕES QUE NÃO PRODUZAM, DESENVOLVAM E OU AGREGUEM SUBSTÂNCIAS FÍSICAS, QUÍMICAS OU BIOLÓGICAS QUE COLOQUEM EM RISCO A SAÚDE DO CONSUMIDOR. DEVE SER OBEDECIDA A LEGISLAÇÃO VIGENTE DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO. AS ESPÉCIES VEGETAIS UTILIZADAS PARA A OBTENÇÃO DO PRODUTO NÃO PODEM SER PREVIAMENTE ESGOTADAS NO TODO OU EM PARTE. A UTILIZAÇÃO DE ESPÉCIE VEGETAL E PARTES DE ESPÉCIE VEGETAL QUE NÃO SÃO USADAS TRADICIONALMENTE COMO ALIMENTO, PODE SER AUTORIZADA, DESDE QUE SEJA COMPROVADA A SEGURANÇA DE USO DO PRODUTO, EM ATENDIMENTO AO REGULAMENTO TÉCNICO ESPECÍFICO. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS (ORGANOLÉPTICAS): ASPECTO DE PÓ HOMOGÊNEO FINO, COR CASTANHO; SABOR E ODO PRÓPRIOS. CARACTERÍSTICAS MACROSCÓPICAS E MICROSCÓPICAS: AUSÊNCIA DE MATÉRIAS PREJUDICIAIS À SAÚDE HUMANA (MACROSCÓPICAS E MICROSCÓPICAS), ABRANGENDO INSETOS, OUTROS ANIMAIS, PARASITOS, EXCREMENTOS DE INSETOS E/OU DE OUTROS ANIMAIS, OBJETOS RÍGIDOS, PONTIAGUDOS OU CORTANTES, CONFORME DETERMINA A RESOLUÇÃO RDC Nº 175, DE 08/07/2003. A PRESENÇA DE MATÉRIA PREJUDICIAL À SAÚDE HUMANA DETECTADA MACROSCOPICAMENTE TORNA O</p>			
--	--	--	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

<p>PRODUTO/LOTE AVALIADO IMPRÓPRIO PARA O CONSUMO HUMANO E DISPENSA A DETERMINAÇÃO MICROSCÓPICA. NA DETECÇÃO OU IDENTIFICAÇÃO DE INGREDIENTES PREVISTOS EM REGULAMENTO TÉCNICO ESPECÍFICO E INGREDIENTES DECLARADOS NO RÓTULO DEVEM SER OBSERVADOS OS DISPOSITIVOS DO REGULAMENTO TÉCNICO ESPECÍFICO DO ALIMENTO EMBALADO E AS INFORMAÇÕES DECLARADAS NO RÓTULO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: EMBALAGEM CONTENDO 500G, COM DUPLA PROTEÇÃO, SENDO A EMBALAGEM INTERNA EM ALTO VÁCUO E A EXTERNA DE CAIXA DE PAPELÃO. A ROTULAGEM DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: DE PAPELÃO REFORÇADA, COM AS ABAS SUPERIORES E INFERIORES TOTALMENTE LACRADAS, COM CAPACIDADE PARA ATÉ 10 KG. DATA DE FABRICAÇÃO: O PRODUTO DEVE TER SIDO FABRICADO NO MÁXIMO DE 30 DIAS ANTES DA DATA DE ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. (APRESENTAR AMOSTRA, FICHA TÉCNICA E LAUDO DE LABORATÓRIO) <u>FEIJÃO PRETO</u>: DESCRIÇÃO DO OBJETO: GRÃOS PROVENIENTES DA ESPÉCIE PHASEOLUS VULGARIS L., GRUPO ANÃO, CLASSE PRETO, TIPO 1. O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM TODA LEGISLAÇÃO VIGENTE. POR PORÇÃO DE 60 GRAMAS DEVERÁ APRESENTAR: CARBOIDRATOS: MÍNIMO 32 GRAMAS, PROTEÍNAS: MÍNIMO 14 GRAMAS. FIBRA ALIMENTAR: MÍNIMO 16 GRAMAS. CARACTERÍSTICAS GERAIS: CLASSIFICADO COMO FEIJÃO GRUPO I (ANÃO), CLASSE PRETO, TIPO 1, CONFORME A CONFORME A PORTARIA Nº 161, DE 24/07/87. O PRODUTO DEVERÁ SER DA SAFRA CORRENTE. O PRODUTO DEVE APRESENTAR BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, ISENTO DE PROCESSOS DE FERMENTAÇÃO, MOFO, ODOR ESTRANHO E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS À SAÚDE. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS (ORGANOLÉPTICAS): ASPECTO DE GRÃOS INTEIROS, COR PRETA, ODOR E SABOR PRÓPRIOS. NÃO DEVE CONTER ODOR DE MOFO. TODOS OS GRÃOS (100%) DEVEM ESTAR COZIDOS NO TEMPO QUE DETERMINA A EMBALAGEM OU, NO CASO DE NÃO HAVER DETERMINAÇÃO DA EMBALAGEM, EM 25 A 40 MINUTOS EM PANELA DE PRESSÃO OU 80 A 90 MINUTOS EM PANELA SIMPLES. CARACTERÍSTICAS MACROSCÓPICAS E MICROSCÓPICAS: AUSÊNCIA DE MATÉRIAS PREJUDICIAIS À SAÚDE HUMANA (MACROSCÓPICAS E MICROSCÓPICAS), ABRANGENDO INSETOS, OUTROS ANIMAIS, PARASITOS, EXCREMENTOS DE INSETOS E/OU DE OUTROS ANIMAIS, OBJETOS RÍGIDOS, PONTIAGUDOS OU CORTANTES, CONFORME DETERMINA A RESOLUÇÃO RDC Nº 175, DE 08/07/2003. EMBALAGEM PRIMÁRIA: EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE BEM VEDADO, CONTENDO 01 KG. NÃO SERÃO ACEITOS PRODUTOS CUJAS EMBALAGENS ESTEJAM DANIFICADAS. A ROTULAGEM DEVE ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: SACOS DE PLÁSTICO REFORÇADOS E LACRADOS, COM CAPACIDADE PARA 30 KG. DATA DE FABRICAÇÃO: O PRODUTO DEVE TER SIDO FABRICADO NO MÁXIMO DE 20 DIAS ANTES DA DATA DE ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 04 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. OBS.: NO MOMENTO DA ENTREGA DO PRODUTO DEVERÁ SER ENVIADO O CERTIFICADO DE CLASSIFICAÇÃO DE GRÃOS REFERENTE A LOTE QUE ESTÁ SENDO ENTREGUE, EMITIDO PELO ÓRGÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO, DEVIDAMENTE CREDENCIADO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, EM MODELO OFICIAL E DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR. NA NOTA FISCAL REFERENTE À ENTREGA DEVERÁ CONSTAR O NÚMERO DO LOTE QUE ESTÁ SENDO ENTREGUE. (APRESENTAR AMOSTRA, FICHA TÉCNICA)</p>			
---	--	--	--

Secretaria Municipal De Assistência Social
Secretária: Maria José Flor

AMOSTRAS DEVIDAMENTES AVALIADAS POR PROFISSIONAL COMPETENTE NA ÁREA

3.9 DAS AMOSTRAS



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

3.9.1 A PROPONENTE DECLARADA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRA DA CESTA BÁSICA EM ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) HORAS APÓS O ENCERRAMENTO DA ETAPA DO CERTAME.

3.9.2 AS AMOSTRAS DEVEM SER APRESENTADAS OBRIGATORIAMENTE NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES, LOCALIZADO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

3.9.3 AS AMOSTRAS SERÃO DEVIDAMENTE AVALIADAS POR PROFISSIONAL COMPETENTE NA ÁREA NUTRICIONAL.

3.10 AS AMOSTRAS DO PROPONENTE DEVERÃO ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS CONSTANTES DO EDITAL E ATENDER A 100% (CEM POR CENTO) DO ITEM COTADO, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

3.11 A SOLICITAÇÃO DAS AMOSTRAS VISA ASSEGURAR A QUALIDADE DOS PRODUTOS COTADOS E A PRONTA VERIFICAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DO ITEM COTADO COM AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NO EDITAL, PERMANECENDO EM PODER DO MUNICÍPIO PARA CONFERÊNCIA COM OS PEDIDOS REALIZADOS.

3.12 AS EMPRESAS LICITANTES DEVERÃO APRESENTAR JUNTO COM A PROPOSTA DE PREÇOS: AS FICHAS TÉCNICAS DOS PRODUTOS, CONFORME EXIGÊNCIA DO EDITAL E LAUDO DE LABORATÓRIO PARA O SUBITEM CAFÉ TORRADO E MOÍDO.

3.13 FICAM DESDE JÁ INFORMADOS OS LICITANTES QUE AS AMOSTRAS APRESENTADAS PELOS MESMOS ESTARÃO DISPONÍVEIS PARA RETIRADA NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EM ATÉ 24 HORAS DA PUBLICAÇÃO NO DOM DO RESULTADO DA REPROVAÇÃO.

"Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais". (Art. 7º, lei 10520/02).

OBS: AS AMOSTRAS NÃO APROVADAS PODEM SER RETIRADAS NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PELOS RESPONSÁVEIS/REPRESENTANTES DAS EMPRESAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.

Pregoeiro(s) DOUGLAS LEMOS/ MARIA BENEDITA CORRÊA

**Equipe de apoio – Josezite Dos Santos
Fernanda Hassmann Constâncio
Carla Claudino**

Navegantes, 20 de junho 2014.

Portaria de Admissão 2321-2345/2014

PORTARIA Nº. 2321 DE 05 DE JUNHO DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. VANESSA DE OLIVEIRA TEIXEIRA DA CRUZ, para exercer a função de Professora de Séries Finais MAG. II na disciplina de História, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.E.M. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral - CAIC, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 09 de junho de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2322 DE 05 DE JUNHO DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr. EVANDRO ROBSON SCHAEFER, para exercer a função de Professor de Séries Finais MAG. II na disciplina de História, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Rosa Maria Xavier de Araujo, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 09 de junho de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2330 DE 09 DE JUNHO DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. LUANA LACERDA, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 10 de junho de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 10 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2331 DE 09 DE JUNHO DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. LUCIANA MABA DA SILVA, para exercer a função de Professora de Séries Finais MAG. NH na disciplina de Língua Portuguesa, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.E.M. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral - CAIC, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 10 de junho de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 10 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2341 DE 11 DE JUNHO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. FABIA SIMONE DE AGUIAR, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG. NH, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Vilna Correa Pretti, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 11 de junho de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 11 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2343 DE 11 DE JUNHO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ANDREA RAMOS, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 12 de junho de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 12 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2345 DE 11 DE JUNHO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. FRANCIELE CANDIDO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG. II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Portal do Saber, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 13 de junho de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 13 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de junho de 2014.

Portaria de Licença Maternidade- 2261-2401/2014

PORTARIA Nº. 2261 DE 23 DE MAIO DE 2014.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. ALINI FERNANDES DA SILVA MASSACOTI, matrícula nº. 4831/02, que exerce a função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 26/05/2014 a 20/11/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 26/05/2014 a 20/11/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 26 de maio de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MAIO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de maio de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 23 de maio 2014.

PORTARIA Nº. 2307 DE 03 DE JUNHO DE 2014.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. LUVANES DE SOUZA, matrícula nº. 3866/08, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 30/05/2014 a 25/11/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 30/05/2014 a 25/11/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativo a partir de 30 de maio de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 03 de junho 2014.

PORTARIA Nº. 2348 DE 11 DE JUNHO DE 2014.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. CRISTIANE DA ROSA LAGUNA, matrícula nº. 4475/02, que exerce a função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 09/06/2014 a 05/12/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09/06/2014 a 05/12/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo

seus efeitos retroativos a partir de 09 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 11 de junho 2014.

PORTARIA Nº. 2349 DE 11 DE JUNHO DE 2014.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. CRISTIANE DA ROSA LAGUNA, matrícula nº. 4475/04, que exerce a função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 09/06/2014 a 05/12/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09/06/2014 a 05/12/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 09 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 11 de junho 2014.

PORTARIA Nº. 2365 DE 16 DE JUNHO DE 2014.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. JULIANA CRISTINA ANACLETO OLIVEIRA, matrícula nº. 62863/02, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinte) horas semanais, pelo período de 23/06/2014 a 19/12/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de

23/06/2014 a 19/12/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 23 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de junho 2014.

PORTARIA Nº. 2401 DE 20 DE JUNHO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. MARILZA ALVES DOS REIS, matrícula nº. 4992/05, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinte) horas semanais, pelo período de 18/06/2014 a 14/12/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 18/06/2014 a 20/12/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 18 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de junho 2014.

Portaria de Licença Para Tratar de Assuntos Particulares- 2364/2014

PORTARIA Nº. 2364 DE 16 DE JUNHO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 11/07/1994.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora, RENATA ADRIANA FERREIRA, matrícula nº. 2490/02, que exerce a função de Agente de Serviços Gerais, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida licença sem vencimentos de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 05 de junho de 2014 á 05 de junho de 2016.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 16 de junho de 2014.

Portaria de Licença Premio- 2285-2362/2014

PORTARIA Nº. 2285 DE 02 DE JUNHO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. CRISTIANE RAQUEL DE QUEVEDO FERNANDES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 25/06/2014 a 22/09/2014, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 25 de junho de 2014 a 22 de setembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 02 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2286 DE 02 DE JUNHO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. RONISE DE AZEVEDO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 02/06/2014 a 30/08/2014, referente ao serviço público prestado entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de junho de 2014 a 30 de agosto de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 02 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2316 DE 05 DE JUNHO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ELAINE ATANAZIO GUAREZI, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 30 (trinta) dias desta licença, pelo período de 05/06/2014 a 04/07/2014, referente ao serviço público prestado entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05 de junho de 2014 a 04 de julho de 2014. Fazendo gozo dos 30

(trinta) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 05 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2332 DE 09 DE JUNHO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. CARMEN HAERTEL, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 09/06/2014 a 06/09/2014, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2333 DE 09 DE JUNHO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. CRISTINE DA SILVA MARIS-TANY, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 09/06/2014 a 06/09/2014, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2334 DE 09 DE JUNHO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. MIRNA LANA FELICIO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 09/06/2014 a 06/09/2014, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data
Navegantes, 09 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2335 DE 09 DE JUNHO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. SANDRA MIORANZA ANTUNES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 09/06/2014 a 06/09/2014, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2336 DE 09 DE JUNHO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr^a. SHIRLEI FRANCISCO LISBOA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 09/06/2014 a 06/09/2014, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 09 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2337 DE 09 DE JUNHO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MARIA JULIANA DA SILVA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 09/06/2014 a 06/09/2014, referente ao serviço público prestado entre 2006/2011.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 09 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2338 DE 09 DE JUNHO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. CILENE MARIA DA SILVA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de

09/06/2014 a 06/09/2014, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 09 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2339 DE 09 DE JUNHO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ELZA NASCIMENTO NEVES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 09/06/2014 a 06/09/2014, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 09 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2346 DE 11 DE JUNHO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MARIA JULIANA DA SILVA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 09/06/2014 a 06/09/2014, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de junho de 2014 a 06 de setembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 11 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2362 DE 16 DE JUNHO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MIRIAN REGINA SANTIAGO GALVEZ, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 30 (trinta) dias desta licença, pelo período de 18/06/2014 a 17/07/2014, referente ao serviço público prestado entre 2004/2009.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 18 de junho de 2014 a 17 de julho de 2014. Fazendo gozo dos 30 (trinta) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 16 de junho de 2014.

Portaria de Licença Saúde- 2306-2361/2014

PORTARIA Nº. 2306 DE 03 DE JUNHO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a LUVANES DE SOUZA, sob matrícula nº 3866/08, no cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 17/03/2014 à 29/05/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17 de março de 2014 à 29 de maio de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 17 de março de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2309 DE 03 DE JUNHO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a GRACIANE MARA SALLES VENANCIO, sob matrícula nº 1459/04, no cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 07/03/2014 à 01/06/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 07 de março de 2014 à 01 de junho de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 07 de março de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2310 DE 03 DE JUNHO DE 2014.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a GRACIANE MARA SALLES VENANCIO, sob matrícula nº 1459/05, no cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 07/03/2014 à 01/06/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 07 de março de 2014 à 01 de junho de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 07 de março de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2313 DE 03 DE JUNHO DE 2014.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a GLORIA REGINA PEREIRA, sob matrícula nº 1014/01, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 06/08/2012 à 04/06/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de agosto de 2012 à 04 de junho de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 06 de agosto de 2012, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2342 DE 11 DE JUNHO DE 2014.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a CARLOS AUGUSTO MACIEL, sob matrícula nº 1459/05, no cargo de Professor de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12/05/2014 à 06/06/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 12 de maio de 2014 à 06 de junho de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 12 de maio de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2356 DE 16 DE JUNHO DE 2014.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a MARIA JOSE COUTO, sob matrícula nº 1530/14, no cargo de Orientadora Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 15/04/2014 à 15/06/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 15 de abril de 2014 à 15 de junho de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 15 de junho de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2357 DE 16 DE JUNHO DE 2014.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a MARIA LORETI BATISTA, sob matrícula nº 4219/03, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 09/05/2013 à 12/06/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de maio de 2013 à 12 de junho de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 09 de maio de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2358 DE 16 DE JUNHO DE 2014.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a DULCINEIA CORDEIRO FELICIO, sob matrícula nº 3282/01, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 20/03/2014 à 11/06/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 20 de março de 2014 à 11 de junho de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 20 de março de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2359 DE 16 DE JUNHO DE 2014.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a MARLENE NUNES, sob matrícula nº 62978/01, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 14/05/2014 à 13/06/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 14 de maio de 2014 à 13 de junho de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 14 de maio de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2360 DE 16 DE JUNHO DE 2014.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ROSANGELA MARIA ANACLETO, sob matrícula nº 3446/04, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 13/03/2014 à 13/06/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 13 de março de 2014 à 13 de junho de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 13 de março de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de junho de 2014.

PORTARIA Nº. 2361 DE 16 DE JUNHO DE 2014.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a MIRIAN GONÇALVES PIRES ROSSBACH, sob matrícula nº 3710/11, no cargo de Orientadora Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 13/08/2013 à 16/06/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 13 de agosto de 2013 à 16 de junho de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 13 de agosto de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de junho de 2014.

Lei Complementar 207 Altera Lc 011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 207 DE 24 DE JUNHO DE 2014

ALTERA OS ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 11 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2003 - QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARRERA, CARGOS E SALÁRIOS DO QUADRO GERAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais.

FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Ficam criadas as seguintes vagas para cargos de provimento efetivo, os quais passam a integrar o Quadro Geral de Servidores da Prefeitura de Navegantes, descritos nos Anexos da presente lei:

I - Operador de Equipamentos de grande porte

II - Operador de Equipamentos de médio porte

III - Operador de Equipamentos de pequeno porte - Atividade de nível médio.

§ 1º A carga horária de trabalho dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo descritos no caput deste artigo é de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º O vencimento inicial é o descrito no anexo desta lei, sem prejuízo do adicional previsto em lei específica.

Art. 2º Fica criada 1 (uma) vaga para cada cargo elencado no § 1º do artigo 1º desta lei, as quais serão preenchidas através de Concurso Público de provas ou prova e títulos.

Parágrafo Único: As normas e condições do concurso serão fixadas no respectivo Edital.

Art. 3º Ficam extintas 9 (nove) vagas de Operador de Máquinas.

Art. 4º Ficam extintas 8 (oito) vagas de Tratorista.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente na época dos respectivos dispêndios.

Art. 6º Os anexos I, II, III, IV e V passa a ser parte integrante dos anexos da Lei Complementar n.º 11 de 4 de dezembro de 2003 conforme segue.

Art. 7º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, a lei complementar n.º 105 de 2 de agosto de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO I

QUADRO CONTENDO DEMONSTRATIVO DE VAGAS (QUADRO DE PESSOAL/LOTACIONAL)

CARGOS	VAGAS EXISTENTES NO QUADRO
Operador de Equipamentos de grande porte	01
Operador de Equipamentos de médio porte	01
Operador de Equipamentos de pequeno porte	01

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO II CARGOS E RESPECTIVA HABILITAÇÃO EXIGIDA

CARGO	CODIGO	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Operador de Equipamentos de grande porte	QP-TOSG	Ensino fundamental completo e curso básico de qualificação com no mínimo 200 horas, acrescido de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Categorias "C", "D" ou "E".
Operador de Equipamentos de médio porte	QP-TOSG	Ensino fundamental completo e curso básico de qualificação com 200 horas, acrescido de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Categorias "C", "D" ou "E".
Operador de Equipamentos de pequeno porte	QP-TOSG	Ensino fundamental completo e curso básico de qualificação com 200 horas, acrescido de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Categorias "C", "D" ou "E".

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO III QUADRO CONTENDO CARGOS E RESPECTIVAS UNIDADES DE VENCIMENTOS

CATEGORIA FUNCIONAL - CARGOS	VENCIMENTOS 40 HORAS SEMANAIS
Operador de Equipamentos de grande porte	R\$ 3.500,00
Operador de Equipamentos de médio porte	R\$ 2.500,00
Operador de Equipamentos de pequeno porte	R\$ 2.000,00

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO IV TABELA DE VENCIMENTOS (REGIDOS PELO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS)

Categoria Funcional: Transporte Oficial e Serviços Gerais					
Cargo: Operador de Equipamentos de grande porte					
Salário Inicial: R\$	Código: QP-TOSG		Carga Horária: 40 horas		
Referencia A	Referencia B	Referencia C	Referencia D	Referencia E	Referencia F
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Referencia G	Referencia H	Referencia I	Referencia J	Referencia K	Referencia L
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Referencia M	Referencia N	Referencia O	Referencia P	Referencia Q	
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	

Categoria Funcional: Transporte Oficial e Serviços Gerais					
Cargo: Operador de Equipamentos de médio porte					
Salário Inicial: R\$	Código: QP-TOSG		Carga Horária: 40 horas		
Referencia A	Referencia B	Referencia C	Referencia D	Referencia E	Referencia F
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Referencia G	Referencia H	Referencia I	Referencia J	Referencia K	Referencia L
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Referencia M	Referencia N	Referencia O	Referencia P	Referencia Q	
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	

Categoria Funcional: Transporte Oficial e Serviços Gerais					
Cargo: Operador de Equipamentos de pequeno porte					
Salário Inicial: R\$	Código: QP-TOSG		Carga Horária: 40 horas		
Referencia A	Referencia B	Referencia C	Referencia D	Referencia E	Referencia F
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Referencia G	Referencia H	Referencia I	Referencia J	Referencia K	Referencia L
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Referencia M	Referencia N	Referencia O	Referencia P	Referencia Q	
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO V ATRIBUIÇÕES

Operador de Equipamentos de Grande Porte - Pá Escavadeira - Escavadeira tipo Poclain, Moto niveladora e Similares. CBO 7151-30.
Atribuições: operar máquinas escavadeira, realizando o nivelamento. Movimentação de terras, escavação de valas, drenagem, guias, galerias, redes de esgotos, retirada de materiais e outros serviços possíveis de serem realizados com o equipamento; acionando os comandos de marcha e direção, conduzindo-o em trajeto indicado, para movimentação, aterro e bota fora, a curta e longa distância, efetuar a manutenção da máquina, abastecendo-a, lubrificando-a, mantendo-a sempre limpa; e desempenhar outras atribuições que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência, a exemplo de: Conferir níveis de óleos; Combustíveis e de água; Completar nível de água da máquina; Verificar as condições do material rodante; Drenar água dos reservatórios (ar e combustível); Verificar o funcionamento do sistema hidráulico; Verificar o funcionamento elétrico; Verificar a condição dos acessórios; Limpar máquina; Relatar problemas detectados; Substituir acessórios; Identificar pontos de lubrificação; Completar o volume de graxa nas articulações; Analisar serviço; Estabelecer sequência de atividades; Definir etapas de serviço; Estimar tempo de duração do serviço; Selecionar máquinas; Definir acessórios; Selecionar ferramentas manuais; Selecionar instrumentos de medição; Selecionar equipamentos de proteção individual (epi); Selecionar sinalização de segurança; Acionar máquina; Interpretar informações do painel da máquina; Controlar a aceleração da máquina (rpm); Estacionar máquina em local plano; Apoiar equipamentos hidráulicos e mecânicos no solo; Resfriar máquina; Desligar máquina; Anotar informações sobre a utilização da máquina (horímetro e odômetro); Relatar ocorrências de serviço; Verificar marcação da topografia; Analisar inclinação do terreno; Verificar tipo de solo; Abrir valas para drenagem; Abrir valas para montagem de colchão drenante; Espalhar o material (solo); Homogeneizar o solo com máquinas e equipamentos; Remover material em aterro; Homogeneizar solos para execução de camadas de pavimentação; Raspar superfície da base; Demonstrar senso de organização; Trabalhar em equipe; Demonstrar responsabilidade; Zelar pelos equipamentos e máquinas; Demonstrar iniciativa; Trabalhar sobre pressão; Tratar situações de emergência e acidentes.

Operador de Equipamentos de Grande Porte - Retroescavadeira 2 x 4 e ou 4 x 4, Micro escavadeira e similares. - CBO 7151-15
Atribuições: Operar máquinas escavadeiras, controlando seus comandos de corte e elevação; efetuar a manutenção das máquinas abastecendo-as, lubrificando-as, mantendo-as sempre limpas; realizar as operações de escavação, pavimentação de ruas, abertura e cobertura de valas, corte, regularização, limpeza, aterro, desmatamento utilizando retroescavadeira e outros serviços possíveis de serem realizados com o equipamento, ou seja, desempenhar outras atribuições que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência, a exemplo de: Conferir níveis de óleos, combustíveis e de água; Completar nível de água da máquina; Verificar as condições do material rodante; Drenar água dos reservatórios (ar e combustível); Verificar o funcionamento do sistema hidráulico; Verificar o funcionamento elétrico; Verificar a condição dos acessórios; Limpar máquina; Relatar problemas detectados; Substituir acessórios; Identificar pontos de lubrificação; Completar o volume de graxa nas articulações;

Analisar serviço; Estabelecer sequência de atividades; Definir etapas de serviço; Estimar tempo de duração do serviço; Selecionar máquinas; Definir acessórios; Selecionar ferramentas manuais; Selecionar instrumentos de medição;

Selecionar equipamentos de proteção individual (epi); Selecionar sinalização de segurança; Acionar máquina; Interpretar informações do painel da máquina; Controlar a aceleração da máquina (rpm); Estacionar máquina em local plano; Apoiar equipamentos hidráulicos e mecânicos no solo; Resfriar máquina; Desligar máquina; Anotar informações

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

sobre a utilização da máquina (horímetro e odômetro); Relatar ocorrências de serviço; Verificar marcação da topografia;

Analisar inclinação do terreno; Verificar tipo de solo; Carregar caminhão caçamba; Abrir valas para drenagem; Identificar necessidade de escoramento de paredes e valas; Instalar manilhas e canaletas para drenagem; Abrir valas para montagem de colchão drenante; Abrir bueiros para passagem de água; Selecionar material para o aterro; Transportar material (solo) para o aterro; Remover material em aterro; Demonstrar senso de organização; Trabalhar em equipe; Demonstrar responsabilidade; Zelar pelos equipamentos e máquinas; Demonstrar iniciativa; Trabalhar sobre pressão; Tratar situações de emergência e acidentes.

Operador de Equipamentos de pequeno porte - Tratores Tipo agrícola, micro tratores e similares." CBO 715120 ou CBO 6410-15
Atribuições: Operar máquinas tratores pequenos com ou sem implementos, controlando seus comandos de corte e elevação; Efetuar a manutenção das máquinas abastecendo-as, lubrificando-as, mantendo-as sempre limpas; realizar as operações de escavação, pavimentação de ruas, abertura e cobertura de valas, corte, regularização, limpeza, aterro, desmatamento utilizando retroescavadeira e outros serviços possíveis de serem realizados com o equipamento, ou seja, desempenhar outras atribuições que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência, a exemplo de: Ligar e desligar máquinas; Controlar painel de comandos e instrumentos; Ligar e desligar implementos; Acionar alavancas; Conferir ruídos de máquinas e implementos; Controlar barras de pulverização; Misturar agrotóxicos e fertilizantes; Carregar e descarregar adubos e colheitas; Fixar balizas em solo; Regular altura de máquinas e implementos; Ajustar profundidade e largura de implementos; Regular velocidade de máquinas; Regular quantidade de sementes e adubos; Inverter polias; Ajustar baliza de plantadeira; Verificar nível de água e óleo; Verificar condições de filtro de ar; Conferir tensionamento de correias; Trocar pneus; Acoplar implementos em trator; Abastecer máquinas e implementos; Programar rotações de motor e turbinas; Programar horários de atividades de máquinas; Engraxar rolamentos, engrenagens e buchas; Trocar peças de implementos e máquinas; Lavar máquinas e implementos; Limpar filtro de ar; Trocar óleos e filtros; Colocar água em pneus e baterias; Calibrar pneus; Guardar máquinas, implementos e equipamentos; Assessorar em treinamento de colegas; Vestir uniformes de proteção individual; Colocar óculos, abafadores, máscaras e luvas; Calçar botas; Armazenar produtos químicos; Sinalizar áreas de riscos de acidentes; Confirmar desligamento de máquinas e implementos; Encapar correias, correntes e giratórias de motor; Engrenar máquinas agrícolas estacionadas; Trabalhar em equipe; Dar prova de resistência física; Manifestar atenção difusa; Manifestar coordenação motora múltipla; Atentar para intempéries; Manifestar iniciativa; Executar pequenos serviços e

reparos de emergência no trator; Realizar serviços de limpeza, conservação, guarda das ferramentas e equipamentos dos tratores; Executar outras tarefas correlatas.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Extrato Contrato Nº 154/2014

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 154/2014

Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado.: SG Portal Imoveis

Objeto.: Sexto termo Aditivo referente reajuste no valor da locação do contrato 118/2011 , conforme índice de IGPM de 7,8434% do IGPM-FGV do mês 05/2014.

Navegantes, 24 de junho de 2014.
Roberto Carlos de Souza
Prefeito

Lei Complementar 208 Altera Anexo I Lc 088

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N º 208 DE 24 DE JUNHO DE 2014

ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR N º 88 DE 21 DE SETEMBRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1 º Ficam criadas as seguintes vagas cargos de provimento efetivo, os quais passam a integrar o Anexo I da Lei Complementar nº 88 de 21 de setembro de 2010.

I - Cuidador Social
II - Orientador Social

§ 1 º A carga horária de trabalho dos servidores ocupantes dos cargos descritos no caput deste artigo é de 40 (quarenta) horas semanais, salvo necessidade de escala de revezamento a ser implantada por lei específica.

Art. 2 º Fica criada 01 (uma) vaga para cada um dos cargos descritos nos itens I e II do artigo 1º, devendo ser preenchida através de Concurso Público de provas ou prova e títulos:

Parágrafo Único: As normas e condições do concurso serão fixadas no respectivo Edital.

Art. 3 º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente na época dos respectivos dispêndios.

Art. 4 º O anexo I passa a ser parte integrante dos anexos da Lei Complementar nº 88 de 21 de setembro de 2010 conforme

segue.

Art. 5 º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO I - LEI COMPLEMENTAR N º 208 DE 24 DE JUNHO DE 2014

a) Cargo/função: Cuidador Social

Vaga: 01 vaga

Carga horária: 40 horas

Salário: R\$ 1.050,00

Requisitos mínimos: ser portador de diploma de conclusão de nível médio, noções sobre direitos humanos e sociais, experiência em atendimento `a crianças e adolescentes e ser aprovado no concurso público.

Atribuições:

a) desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária e instrumentais de autonomia e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas;

b) desenvolver atividades para o acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima dos usuários;

c) atuar na recepção dos usuários possibilitando uma ambiência acolhedora;

d) identificar as necessidades e demandas dos usuários;

e) apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária;

f) apoiar e monitorar os cuidados com a moradia, como organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos;

g) apoiar e monitorar os usuários nas atividades de higiene, organização, alimentação e lazer;

h) apoiar e acompanhar os usuários em atividades externas;

i) desenvolver atividades recreativas e lúdicas;

j) potencializar a convivência familiar e comunitária;

k) estabelecer e, ou, potencializar vínculos entre os usuários, profissionais e familiares;

l) apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais;

m) contribuir para a melhoria da atenção prestada aos membros das famílias em situação de dependência;

n) apoiar no fortalecimento da proteção mútua entre os membros das famílias;

o) contribuir para o reconhecimento de direitos e o desenvolvimento integral do grupo familiar;

p) apoiar famílias que possuem, dentre os seus membros,

indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivência familiar;
 q) participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado.
 r) Acompanhar os usuários nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano.

b) Cargo/função: Orientador Social

Vaga: 01 vaga

Carga horária: 40 horas

Salário: R\$ 1.554,00

Requisitos mínimos: ser portador de diploma de conclusão de nível médio, com conhecimento em informática e experiência de atuação em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais; conhecimentos das PNAS; noções sobre direitos humanos e sociais, e ser aprovado no concurso público.

Atribuições:

a) desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família;

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DE NAVEGANTES
 Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
 CEP 88370-446 - Navegantes - SC
 CNPJ 83.102.855/0001-50
 www.navegantes.sc.gov.br

b) desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re)construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais;
 c) assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social;

d) apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa;

e) atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora;

f) apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações;

g) apoiar e participar no planejamento das ações;

h) organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade;

i) acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades;

j) apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade;

k) apoiar no processo de mobilização e campanhas intersectoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais;

l) apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações;

m) apoiar os demais membros da equipe de referência em todas as etapas do processo de trabalho;

n) apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar;

o) apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais;

p) apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados;

q) apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais

e políticas públicas;

r) participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado;

s) desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;

t) apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades;

u) informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra;

v) acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos;

x) apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei Complementar 209 Altera Dispositivos Lei 1461

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DE NAVEGANTES
 Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
 CEP 88370-446 - Navegantes - SC
 CNPJ 83.102.855/0001-50
 www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 209 DE 24 DE JUNHO DE 2014

ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI 1.461 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2001, QUE INSTITUIU A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, PARA DAR NOVA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E CRIA CARGOS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1.º Os dispositivos a seguir enumerados, da lei nº 1.461, de 20 de novembro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10

I - Conselho Deliberativo;

II - Diretoria;

a) Superintendência

b) Assessoria de Educação Ambiental

c) Assessoria de Unidades de Conservação.

d) Gerencia Administrativa

e) Unidade de Projetos, de Licenciamento e Fiscalização.

Art. 15 - A Diretoria será constituída pelo Diretor Superintendente, o qual presidirá a Fundação, pelo Assessor Técnico de Educação Ambiental, Assessor Técnico de Unidades de Conservação, pelo Gerente Administrativo e pelo Executivo de Projetos Estratégicos de Licenciamento e Fiscalização.

Art. 16

II - aprovar convênios, contratos, acordos, termos de cooperação, termos de compromissos do qual seja parte a Fundação Municipal do Meio Ambiente;

IX - solicitar a transferência de verbas ou dotações e a abertura de crédito adicional.

Art. 17

II - movimentar as contas bancárias da Fundação em conjunto com o gerente administrativo;

III - firmar acordos, contratos, convênios, termos de cooperação, termos de compromisso com pessoas jurídicas ou físicas, obedecidas às formalidades previstas em leis específicas;

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

IX - encaminhar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita do Município de Navegantes os débitos para a inscrição em Dívida Ativa e os processos relativos à sua constituição.

SUBSEÇÃO I DA PROCURADORIA FUNDACIONAL

Art. 18 - À Procuradoria Fundacional, diretamente vinculada ao Diretor Superintendente, compete:

SUBSEÇÃO II DA ASSESSORIA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 19 - Compete à Assessoria de Educação Ambiental:

I - promover a educação ambiental no município de Navegantes em todos os seus níveis de ensino formal, bem como através da educação popular não formal;

II - promover palestras, cursos, treinamentos, campanhas, campanhas ecológicas, produzir folhetos e publicações diversas, cartazes, cartilhas, vídeos e outros meios educativos necessários para desenvolver o processo de educação ambiental;

III - coordenar e executar programas e ações educativas orientadas para promover a participação da sociedade na preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais renováveis;

IV - apoiar as ações de educação ambiental de iniciativa dos órgãos integrantes do SISNAMA;

V - articular, colaborar e dar suporte de educação ambiental aos projetos técnicos desenvolvidos nas Redes de Ensino, através das escolas municipais, estaduais e particulares, bem como os demais órgãos públicos e organização não-governamentais;

VI - elaborar planos de atuação e divulgação de assuntos relativos ao meio ambiente e aos conceitos de preservação, buscando promover a conscientização pública;

VII - compilar e reproduzir recursos didáticos, científicos e técnicos, e aperfeiçoar continuamente os métodos de educação ambiental empregados;

Art. 20 - Compete à Assessoria de Unidades de Conservação:

I - manter atualizados os dados e informações sobre as condições ambientais locais, nacionais e mundiais, elaborando e divulgando conteúdos e informações;

II - organizar um acervo de recursos materiais, possibilitando consultas e pesquisas;

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

III - elaborar e coordenar a implantação de políticas de minimização de resíduos, norteadas por diretrizes de redução (na fonte), reutilização e reciclagem de materiais, incluindo ações de caráter educativo no âmbito do Município de Navegantes.

IV - pesquisar e desenvolver métodos para a coleta seletiva e reciclagem de resíduos, materiais radioativos, pilhas, baterias de celular, que incluam a participação ativa da comunidade, desde a geração dos mesmos até a sua deposição final ou reincorporação ao sistema produtivo;

V - promover uma ação convergente centro/comunidade/sistema de ensino, como oportunidade de trabalho de auto desenvolvimento, na busca de soluções de problemas da comunidade;

VI - promover estudos e debates sobre a problemática ambiental, sob a perspectiva multi, inter e transdisciplinar, visando o desenvolvimento eficiente e eficaz de programas e projetos de educação ambiental;

VII - buscar a incorporação dos meios de comunicação de massa na implementação de ações educativas, que facilitem a divulgação das informações dirigidas à comunidade;

VIII - apoiar iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de ambiental institucional, de modo a servir de subsídios ao processo educativo ambiental;

IX - capacitar recursos humanos (professores, especialistas, técnicos, funcionários, formadores de opinião e outros), de órgãos governamentais ou não, através de cursos, seminários, fóruns, oficinas ecológicas e treinamentos, e outros;

X - estimular e apoiar a criação de Núcleos de Educação Ambiental, em sua área de abrangência, multiplicando suas ações em âmbito local, de forma organizada e integrada;

XI - coordenar o monitoramento das Unidades de Conservação já criadas, propondo medidas visando o aparelhamento material para a efetiva destinação adequada;

XII - estudar, ouvir a comunidade, propor a implantação de modelo de infraestrutura de uso sustentável;

XIII - acompanhar e fiscalizar os trabalhos dos planos de manejo, controlar o cumprimento dos termos contratuais quando executados por serviços contratados;

XIV - sugerir, propor a aquisição de novas áreas para a criação de novas Unidades de Conservação ou anexá-las às já existentes;

XV - promover, juntamente com o Superintendente e o Procurador Fundacional, a formalização dos atos de doação da propriedade das novas áreas a serem incorporadas ao patrimônio da Fundação Municipal provenientes de recursos de compensação ambiental;

XVI - desenvolver outras atividades pertinentes ao processo pedagógico de educação ambiental e de tutela das Unidades de Conservação.

SUBSEÇÃO III DA GERENCIA ADMINISTRATIVA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 21 - Compete à Gerencia Administrativa a programação, a organização, a execução e o controle das atividades relacionadas à gestão interna da FUMAN, em especial:

I - programar, organizar, orientar, controlar e executar as atividades relativas à administração financeira, contábil, orçamentária, patrimonial e de pessoal da Fundação Municipal do Meio Ambiente;

II - auxiliar a Diretoria na elaboração da proposta orçamentária e nos Planos Anuais de Trabalho;

III - estudar e implantar, em conjunto com os demais servidores, sistemas e métodos para o aperfeiçoamento e a racionalidade das atividades administrativas da Fundação visando à eficiência do

serviço público;

IV - controlar, suprir os estoques de materiais de expediente utilizados internamente;

V - controlar o cumprimento dos termos contratuais, elaborar relatórios, sugerir medidas para corrigir eventuais irregularidades.

VI - demais atribuições necessárias ao suporte administrativo.

SUBSEÇÃO IV

DA UNIDADE DE PROJETOS, DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Art. 22 - São atribuições da Unidade de Projetos, de Licenciamento e Fiscalização:

I - planejar, dirigir e executar as atividades de licenciamento e fiscalização;

II - promover estudos, programas e medidas de controle de exploração e uso racional dos recursos naturais e da degradação ambiental no município;

III - elaborar Plano Anual de Atividades Ambientais em conjunto com os demais departamentos da Fundação e órgãos do Município de Navegantes;

IV - zelar pela observância dos cronogramas estabelecidos para estudos, pesquisas, projetos, obras e serviços sob sua responsabilidade;

V - elaborar relatórios sobre o andamento dos trabalhos, bem como sugerir medidas para corrigir falhas procedimentais;

VI - manter atualizado o cadastro das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental no Município;

VII - prestar orientação técnica às atividades públicas ou privadas e às pessoas físicas ou jurídicas no que se refere aos processos de licenciamento ambiental;

VIII - elaborar pareceres e relatórios técnicos sobre empreendimentos, públicos ou privados, em implantação, instalados ou em expansão, no que se refere ao controle do meio ambiente e análise de projetos de poluição sonora, atmosférica, hídrica e do solo, para fins de licenciamento ambiental;

IX - analisar e emitir pareceres técnicos no processo de licenciamento ambiental sujeito a Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, assim como outros exigidos nas normas e procedimentos de licenciamento;

X - desenvolver programas preventivos, atender e orientar as instituições e comunidades nos acidentes envolvendo o meio ambiente;

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 - Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

XI - receber, triar, atender ou encaminhar a órgão competente denúncias de agressão ao meio ambiente;

XII - acompanhar a fiscalização das empresas, licenciadas ou não, no Município;

XIII - fornecer informações e manter atualizado banco de dados sobre os serviços de fiscalização;

XIV - emitir notificação preliminar a obra ou atividade em desacordo com a legislação ambiental;

XV - analisar a justificativa apresentada pelo interessado objeto de notificação preliminar, dando-lhe ciência;

XVI - prestar esclarecimentos ao Superintendente e ao Conselho Municipal do Meio Ambiente sobre objeto de defesa administrativa e/ou recurso de autuações.

XVII - acompanhar a implementação das obrigações assumidas pelo compromissário, causador de irregularidade ambiental decorrente dos termos de compromisso firmados com a FUMAN;

XVIII - desenvolver outras atividades relacionadas com o licenciamento e fiscalização ambientais.

Art. 23 - A Unidade de Projetos, de Licenciamento e Fiscalização, será dirigida por profissional com formação em nível superior em área afim, contará com quadro especializado de analistas ambientais, devidamente concursados, com formação em nível superior nas áreas: ambiental, sanitária, agronomia, química, biologia, geologia, veterinária e agrimensura e dois Fiscais Ambientais, devidamente concursados, com formação em nível médio, os quais terão as atribuições estabelecidas no Anexo III.

Art. 34 - O quadro de pessoal da Fundação Municipal do Meio Ambiente fica assim constituído:

a) Superintendente;

b) Assessor Técnico II de Educação Ambiental;

c) Assessor Técnico II de Unidades de Conservação.

d) Gerente Administrativo;

e) Executivo de Projetos Estratégicos I de Licenciamento e Fiscalização;

f) Procurador Fundacional;

g) Analista Ambiental - Engenharia Ambiental;

h) Analista Ambiental - Engenharia Sanitária;

i) Analista Ambiental - Engenharia de Agrimensura;

j) Analista Ambiental - Engenharia Agrônoma;

l) Analista Ambiental - Engenharia Química;

m) Analista Ambiental - Biologia;

n) Analista Ambiental - Geologia;

o) Analista Ambiental - Medicina Veterinária;

p) Dois Fiscais Ambientais;

q) Três Técnicos em Serviços Complementares.

§ 1º - Os cargos de Superintendente, Assessores Técnicos II, Gerente e Executivo de Projetos Estratégicos I serão providos por servidores em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo, com remuneração estabelecida ao cargo respectivo conforme Anexo I, parte integrante desta Lei Complementar.

§ 2º - O servidor efetivo que vier a ocupar cargo de Superintendente ou Coordenador, poderá optar por receber seus vencimentos originais.

Art. 34-A - Ficam criados na estrutura da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes os cargos abaixo relacionados, cujo valor de vencimento e quantitativo de cargos estão contidos no Anexo II desta Lei.

I - Procurador Fundacional;

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 - Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

II - Analista Ambiental - Engenharia Ambiental;

III - Analista Ambiental - Engenharia Sanitária;

IV - Analista Ambiental - Engenharia de Agrimensura;

V - Analista Ambiental - Engenharia Agrônoma;

VI - Analista Ambiental - Engenharia Química;

VII - Analista Ambiental - Biologia;

VIII - Analista Ambiental - Geologia;

IX - Analista Ambiental - Medicina Veterinária;

X - Fiscal Ambiental;

XI - Técnico em Serviços Complementares.

§ 1º - O Cargo de Procurador Fundacional deverá ser preenchido por profissional com formação em curso superior de Direito e inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil cujas atribuições serão relativas às competências legais da profissão, em especial às dispostas no Anexo III desta Lei.

§ 2º - Os cargos de Analistas Ambientais deverão ser preenchidos por profissional com formação superior nas áreas de Engenharia

Ambiental, Engenharia Sanitária, Agronomia, Química, Biologia, Geologia, Medicina Veterinária e Engenharia Agrimensura conforme necessidade da administração devidamente justificada, cujas atribuições estão contidas o Anexo III desta Lei.

§ 3º - Os cargos de Fiscais Ambientais deverão ser preenchidos por servidores com formação mínima no ensino médio, cujas atribuições estão contidas no Anexo III desta Lei.

§ 4º - Os cargos de Técnicos em Serviços Complementares deverão ser preenchidos por servidores com formação mínima no ensino fundamental, cujas atribuições estão contidas no Anexo III desta Lei.

§ 5º - Para fazer frente à demanda reduzida em determinada área especializada de análise ambiental poderá a administração utilizar serviços de profissional da administração direta.

§ 6º - A carga horária de trabalho será de 40 horas semanais e o critério de progressão na carreira dos servidores efetivos serão os mesmos aplicáveis aos demais servidores da administração direta municipal.

34-B - Ficam extintos os cargos de Diretor Técnico, Diretor Administrativo, Assessor Jurídico, Assessor de Comunicação Social e Chefe de Divisão, criados pela Lei nº 1.461 de 20 de novembro de 2001."

Art. 2º Esta lei complementar entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se os artigos 24, 25, 26, 27, 28 e 29 da lei 1.461 de 20 de novembro de 2001.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO I QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	VENCIMENTO
Superintendente	40h semanais	01 (uma)	7.659,00
Assessor Técnico II de Unidades de Conservação	40h semanais	01 (uma)	2.941,50
Assessor Técnico II de Educação Ambiental	40h semanais	01 (uma)	2.941,50
Gerente Administrativo	40h semanais	01 (uma)	1.831,50
Executivo de Projetos Estratégicos I de Licenciamento e Fiscalização	40h semanais	01 (uma)	3.406,50

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO II QUADRO DE PESSOAL EFETIVO

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	VENCIMENTO
Procurador Fundacional	40h semanais	01 (uma)	4.790,85
Analista Ambiental - Engenharia Ambiental	40h semanais	01 (uma)	4.790,85
Analista Ambiental - Engenharia Sanitária	40h semanais	01 (uma)	4.790,85
Analista Ambiental - Engenharia de Agrimensura	40h semanais	01 (uma)	4.790,85
Analista Ambiental - Engenharia Agrônoma	40h semanais	01 (uma)	4.790,85
Analista Ambiental - Engenharia Química	40h semanais	01 (uma)	4.790,85
Analista Ambiental - Biologia	40h semanais	01 (uma)	4.790,85
Analista Ambiental - Geologia	40h semanais	01 (uma)	4.790,85
Analista Ambiental - Medicina Veterinária	40h semanais	01 (uma)	4.790,85
Fiscal Ambiental	40h semanais	02 (duas)	1.332,00
Técnico em Serviços Complementares	40h semanais	03 (três)	987,05

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO III CARGOS E FUNÇÕES

Procurador Fundacional - representar a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes em juízo ou fora dele nas ações em que este for autor, réu, assistente, oponente ou interveniente, detendo plenos poderes para praticar todos os atos processuais, podendo, ainda, com anuência e na forma da lei, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso; acompanhar o andamento de processos, prestando assistência jurídica, apresentando recursos, comparecendo a audiências e a outros atos para defender direitos ou interesses; acompanhar o processo em todas as suas fases, peticionando, requerendo e praticando os atos necessários para garantir seu trâmite legal até decisão final; manter contatos com órgãos judiciais do Ministério Público e Serventuários da Justiça de todas as instâncias; preparar a defesa ou a acusação, estudando a matéria jurídica, consultando códigos, leis, jurisprudência, doutrina e outros

documentos; emitir pareceres, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza ambiental, administrativa, civil, constitucional e outras matérias correlatas; redigir e elaborar atos administrativos, convênios, termos administrativos e projetos de lei; acompanhar inquéritos, sindicâncias e processos administrativos; promover pesquisas e desenvolver novas técnicas, providenciando medidas preventivas para contornar e solucionar problemas; requisitar, das autoridades municipais competentes, certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas atribuições institucionais; desenvolver outras atividades previstas no Regimento Interno ou determinadas pelo Superintendente, desde que compatíveis com suas atribuições legais e necessárias para a defesa do interesse público.

Analista Ambiental - Eng. Ambiental: Desenvolver atividades técnicas e logísticas, de nível superior, relativas ao exercício das competências legais da profissão, em especial as que se relacionem ao cargo: regulação, controle, fiscalização, licenciamento, perícia e auditoria ambiental; monitoramento ambiental; gestão, proteção e controle da qualidade ambiental; ordenamento dos recursos naturais; conservação dos ecossistemas, da flora e da fauna, incluindo a administração das unidades de conservação; manejo florestal e silvicultura; estímulo e difusão de tecnologia, informação e educação ambientais; acompanhar a execução do plano diretor; inspecionar estabelecimentos industriais, comerciais, laboratórios, hospitais, obras e proceder à fiscalização; elaborar orçamentos; desempenhar tarefas afins; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Analista Ambiental - Eng. Sanitário: Desenvolver atividades técnicas e logísticas, de nível superior, relativas ao exercício das competências legais da profissão, em especial as que se relacionem ao cargo: regulação, controle, fiscalização, licenciamento, perícia e auditoria ambiental, colaboração com outros profissionais de saúde, quando necessário; emitir pareceres sanitários; realizar inquéritos sanitários e outros estudos no domínio do ambiente; realizar inspeções e vistorias sanitárias; cooperar na elaboração de regulamentos sanitários e posturas municipais; elaborar, dirigir e/ou executar projetos de engenharia civil relativos às obras e instalações destinadas ao saneamento básico, estudando características e especificações e preparando orçamentos de custo, recursos necessários, técnicas de execução e outros dados; acompanhar a execução do plano diretor; inspecionar estabelecimentos industriais, comerciais, laboratórios, hospitais, obras e proceder à fiscalização; elaborar orçamentos; desempenhar tarefas afins; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Analista Ambiental - Eng. Agrônomo: Desenvolver atividades técnicas e logísticas, de nível superior, relativas ao exercício das competências legais da profissão, em especial as que se relacionem ao cargo: regulação, controle, fiscalização, licenciamento, perícia e auditoria ambiental; inventários e levantamentos florestais, identificação da

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

flora, construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia; agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação; beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zootecnia; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; prestando informações

técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios em matérias de sua área de formação, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar, ainda, em projetos e convênios; acompanhar a execução do plano diretor; inspecionar estabelecimentos industriais, comerciais, laboratórios, hospitais, obras e proceder à fiscalização; elaborar orçamentos; desempenhar tarefas afins; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Analista Ambiental - Eng. Químico: Desenvolver atividades técnicas e logísticas, de nível superior, relativas ao exercício das competências legais da profissão, em especial as que se relacionem ao cargo: regulação, controle, fiscalização, licenciamento, perícia e auditoria ambiental; monitoramento ambiental; desempenhar atividades de coordenação, análise e elaboração de pareceres técnicos, projetos e execução de trabalhos especializados referentes a processos químicos e bioquímicos. Efetuar supervisão, planejamentos, pesquisas e estudos referentes à elaboração de normas na área ambiental. Exercer a fiscalização e o licenciamento ambiental, efetuando análises, estudos e vistorias "in loco", relativas ao desenvolvimento de atividades utilizadoras de recursos naturais em estabelecimentos que fabricam e comercializam produtos de interesse à saúde; acompanhar a execução do plano diretor; inspecionar estabelecimentos industriais, comerciais, laboratórios, hospitais, obras e proceder à fiscalização; elaborar orçamentos; desempenhar tarefas afins; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Analista Ambiental - Geólogo: Desenvolver atividades técnicas e logísticas, de nível superior, relativas ao exercício das competências legais da profissão, em especial as que se relacionem ao cargo: regulação, controle, fiscalização, licenciamento, perícia e auditoria ambiental; monitoramento ambiental; gestão, proteção e controle da qualidade ambiental, que envolvam conhecimentos gerais e específicos da área de geologia com ações operativas de planejar, organizar, coordenar, executar, controlar, projetar, analisar, avaliar, vistoriar, periciar, dar parecer, ministrar cursos e palestras, acompanhar projetos, sugerir, propor e emitir laudos; acompanhar a execução do plano diretor; inspecionar estabelecimentos industriais, comerciais, laboratórios, hospitais, obras e proceder à fiscalização; elaborar orçamentos; desempenhar tarefas afins; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Analista Ambiental - Biólogo: Desenvolver atividades técnicas e logísticas, de nível superior, relativas ao exercício das competências legais da profissão, em especial as que se relacionem ao cargo: regulação, controle, fiscalização, licenciamento, perícia e auditoria ambiental; monitoramento ambiental; elaboração de estudos, projetos ou pesquisas científicas, básica e aplicada, nos vários setores da Biologia, ou a ela ligados, bem como os que se relacionam à preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente; orientar, dirigir e assessorar as atividades que racionalizam o uso de recursos renováveis do meio ambiente; desenvolver atividades de educação ambiental; realizar perícias e elaborar laudos técnicos e pareceres; executar atividades voltadas à vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e controle de vetores; planejar, coordenar, controlar, avaliar e executar atividades específicas de Biologia; supervisionar e orientar o preparo de materiais, preparo de reagentes, coleta, manipulação e armazenagem de soros, separação de células mononucleares linfocitárias, controle e qualidade dos reagentes e exames; executar as técnicas hematológicas; orientar e/ou executar na resolução de discrepância nas provas de compatibilidade, tipagem de doadores e receptores; participar de programas de treinamentos; executar outras atividades afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

profissão.; acompanhar a execução do plano diretor; inspecionar estabelecimentos industriais, comerciais, laboratórios, hospitais, obras e proceder à fiscalização; elaborar orçamentos; desempenhar tarefas afins; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Analista Ambiental - Médico Veterinário: É a autoridade sanitária veterinária no nível da respectiva área geográfica de atuação no exercício das atribuições que lhe estão legalmente cometidas. O exercício do poder de autoridade sanitária veterinária traduz-se na competência de, sem dependência hierárquica, tomar qualquer decisão, por necessidade técnica ou científica, que entenda indispensável ou relevante para a prevenção e correção de fatores ou situações suscetíveis de causarem prejuízos graves à saúde pública, bem como nas competências relativas à garantia de salubridade dos produtos de origem animal. Os médicos veterinários têm o dever de, nos termos da legislação vigente, exercer o controle da saúde e bem-estar animal, da saúde pública veterinária, da segurança da cadeia alimentar de origem animal, da inspeção higiênico-sanitária, do controle de higiene da produção, da transformação e da alimentação animal e dos controles veterinários de animais. Compete aos médicos veterinários municipais, no exercício da colaboração referida: Colaborar na execução das tarefas de inspeção e controle higiênico-sanitários das instalações para alojamento de animais, dos produtos de origem animal e dos estabelecimentos comerciais ou industriais onde se abatam, preparem, produzam, transformem, fabriquem, conservem, armazenem ou comercializem animais ou produtos de origem animal e seus derivados; Emitir parecer, nos termos da legislação vigente, sobre as instalações e estabelecimentos fiscalizados; Elaborar e remeter, nos prazos fixados, a informação relativa ao movimento nosonecrológico dos animais; Notificar de imediato as doenças de declaração obrigatória e adaptar prontamente as medidas de profilaxia determinadas pela autoridade sanitária veterinária nacional sempre que sejam detectados casos de doenças de caráter epizootico; Emitir guias sanitárias de trânsito; Participar nas campanhas de saneamento ou de profilaxia determinadas pela autoridade sanitária e ambiental veterinária nacional do respectivo município; Colaborar na realização do recenseamento de animais, de inquéritos de interesse pecuário e ou econômico e prestar informação técnica sobre abertura de novos estabelecimentos de comercialização, de preparação e de transformação de produtos de origem animal.

8) Analista Ambiental - Engenheiro Agrimensor: Desenvolver atividades técnicas e logísticas, de nível superior, relativas ao exercício das competências legais da profissão, em especial as que se relacionem ao cargo: regulação, controle, fiscalização, licenciamento, perícia e auditoria ambiental, supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica; coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação; estudo de viabilidade técnica e ambiental; direção de obras e de serviço técnico; relacionados a topografia, geodésia, batimetria e cartografia, planejar setores urbanos e regionais, organizar espaços para atender a funções específicas, controlar o andamento de projetos complementares à agrimensura; projeto urbano de cidades ou setores das cidades, planejamento físico, planejamento urbano e regional; exercer atividades de supervisão, orientação técnica, coordenação, planejamento, projetos, especificações, direção ou execução de obras, ensino, assessoria, consultoria, vistoria, perícia e avaliação no que se refere a competência da profissão; realizar tarefas afins; acompanhar a execução do plano diretor; inspecionar estabelecimentos industriais, comerciais, laboratórios, hospitais, obras e proceder à fiscalização;

elaborar orçamentos; desempenhar tarefas afins; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Fiscal Ambiental: exercer ação fiscalizadora externa, observando as normas de proteção ambiental contidas em leis ou em regulamentos específicos; organizar coletâneas de pareceres, decisões e documentos concernentes à interpretação da legislação com relação ao meio ambiente; coligir, examinar, selecionar e preparar elementos necessários à execução da fiscalização externa; inspecionar guias de trânsito de madeira, caibro, lenha, carvão, areia e qualquer outro produto extrativo, examinando-as à luz das leis e regulamentos que defendem o patrimônio ambiental, para verificar a origem dos mesmos e apreendê-los, quando encontrados em situação irregular; acompanhar a conservação dos rios, flora e fauna de parques e reservas florestais do (no) município, controlando as ações desenvolvidas e/ou verificando o andamento de práticas, para comprovar o cumprimento das instruções técnicas e de proteção ambiental; participar de sindicâncias especiais para instauração de processos ou apuração de denúncias e reclamações; realizar plantões fiscais e emitir relatórios sobre os resultados das fiscalizações efetuadas; contatar, quando necessário, órgãos públicos, comunicando a emergência e solicitando socorro; articular-se com fiscais de outras áreas, bem como com as forças de policiamento, sempre que necessário; redigir memorandos, ofícios, relatórios e demais documentos relativos aos serviços de fiscalização executados; formular críticas e propor sugestões que visem aprimorar e agilizar os trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes; emitir notificação preliminar sobre potencial dano ao meio ambiente; emitir auto de infração e embargo; apreender materiais utilizados na ação ilegal quando não houver alternativa eficaz; executar outras atribuições afins.

Técnico em Serviços Complementares - Realizar trabalhos administrativos da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes; atender ao público interno e externo; fazer e atender chamadas telefônicas obtendo e fornecendo informações; preparar relatórios e planilhas de cálculos diversos; elaborar documentos administrativos, tais como ofício, comunicação interna, memorando, ata, etc.; secretariar reuniões da Superintendência ou Coordenadoria Técnica; orientar, instruir e proceder à tramitação de processos, orçamentos, contratos e demais assuntos administrativos; elaborar levantamentos de dados e informações; participar de projetos na área administrativa; participar de conselho, comissões e grupos de trabalhos, quando designado; efetuar registro, preenchimento de fichas, cadastro, formulários, requisições de materiais, quadros e outros similares; elaborar, sob orientação, planos iniciais de organização, gráficos, fichas, roteiros, manuais de serviços, boletins e formulários; elaborar estudos objetivando o aprimoramento de normas e métodos de trabalho; arquivar sistematicamente documentos físicos e eletrônicos; manter organizado e ou atualizar arquivos, fichários e outros, promovendo medidas de preservação do patrimônio documental; auxiliar na organização de promoções de eventos externos; receber, conferir, armazenar, controlar e entregar produtos, materiais e equipamentos no almoxarifado ou em outro local; zelar pela conservação, limpeza e manutenção dos equipamentos e ambiente de trabalho; executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei Complementar 210 Altera Dispositivos Lc 153

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 210 DE 24 DE JUNHO DE 2014
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 153 DE 25 DE MAIO DE 2012

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1.º O artigo 5º e o parágrafo único da Lei Complementar nº 153 de 25 de maio de 2012 passará a vigor com a seguinte redação:

“Art. 5.º - Em se tratando de solicitação da Junta Médica para convocação de inclusão de Médico (s) Especialista (s) no julgamento de casos específicos, o Chefe da Junta Médica adotará medida administrativa visando à integração do profissional à equipe, para casos específicos.

Parágrafo Único: O Médico especialista que atuar na Junta Médica em casos específicos receberá, a título de gratificação, o valor de até 06 UFM (Unidade Fiscal Municipal), dependendo do nível de especialização.”

Art. 2.º As despesas decorrentes da convocação de Médico especialista para compor Junta Médica Oficial correrão à conta de dotações próprias dos orçamentos do NAVEGANTESPREV - Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, suplementadas se necessário.

Art. 3.º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 24 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Portaria 2419 Sindicância

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2419 DE 24 DE JUNHO DE 2014

DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultor Administrativo - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar possível inobservância do dever funcional por servidor que especifica.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de junho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Aviso de Licitação Pregão Presencial 155/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº155/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS E APARELHOS ELETRÔNICOS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 07/07/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 07/07/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 24 de junho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Portaria de Nomeação - 1493/2013

PORTARIA Nº. 1493 DE 11 DE MARÇO DE 2013.
“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2012 a SR. FRAYA ADRIANA BONETTI, para exercer a função de monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. Regina Marly da Costa, no período matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 01/03/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 01 de março de 2013.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2013.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.

Ata III - Concorrência Nº 113/2014 PMN

Prefeitura Municipal de Navegantes

Ata III - Habilitação/Inabilitação - Concorrência nº 113/2014 PMN

O Presidente e a Comissão de Licitação se reuniram para julgar os apontamentos feitos pelas empresas participantes da licitação nº 113/2014 PMN na última ata datada em 20/06/2014 e HABILITAR ou INABILITAR conforme segue:

Apontamentos contrários / DECISÃO : CONASA - referente à capacidade financeira os valores apresentados não são iguais / FOI VERIFICADO NOVAMENTE COM O CONTADOR SR. SIDNEI MILANI O QUAL CONFIRMOU QUE O ÍNDICE DE LIQUIDEZ ASSIM COMO O BALANÇO FORAM APROVADOS E ATENDE O EDITAL; No objeto do contrato social não consta eletromecânica / O EDITAL NÃO CONSTA TAL EXIGÊNCIA E CASO HOUVESSE EXIGIRIA A COMPATIBILIDADE COM O OBJETO LICITADO E NÃO A SEMELHANÇA; Não consta no acervo os serviços corte e religação, ligação de água, deslocamento de cavalete e ramal predial, instalação de hidrante aferição e eletromecânica./ O ITEM 4.4.4 DO EDITAL REQUER A COMPATIBILIDADE COM O OBJETO LICITADO, A COMISSÃO ENTENDE COMO COMPATÍVEL O ACERVO APRESENTADO EM NOME DE EDUARDO V. FERNANDES O QUAL DENTRE OUTROS CONSTA OPERAÇÃO , MANUTENÇÃO DE REDE DE AGUA, RAMAL DE LIGAÇÃO, ADUTORA, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA, DESTA FORMA, VERIFICADO QUE A EMPRESA ATINGIU A FINALIDADE VISADA PELO EDITAL É DE SER GARANTIDA SUA PARTICIPAÇÃO NA PRÓXIMA ETAPA DO CERTAME - EMPRESA HABILITADA.

Apontamentos contrários / DECISÃO : SANECOM - o objeto social no contrato social não consta eletromecânica / O EDITAL NÃO CONSTA TAL EXIGÊNCIA E CASO HOUVESSE EXIGIRIA A COMPATIBILIDADE COM O OBJETO LICITADO E NÃO A SEMELHANÇA ; assim como certidão pessoa jurídica / A CERTIDÃO DE PESSOA JURIDICA NÃO ATENDE O EDITAL, SÓ CONSTA RAMO DE EDIFICAÇÕES; Sintegra está como baixa deferida / SERÁ ABERTO DILIGENCIA; não foi apresentado balanço patrimonial mas sim um balancete, o índice de liquidez há erro de valores / FOI VERIFICADO NOVAMENTE COM O CONTADOR SR. SIDNEI MILANI O QUAL CONFIRMOU QUE O ÍNDICE DE LIQUIDEZ ASSIM COMO O BALANÇO FORAM APROVADOS E ATENDE O EDITAL; acervo não

consta serviços corte e religação, ligação de água, deslocamento de cavalete e ramal predial, instalação de hidrante aferição e eletromecânica, interligação de água e serviço de geofonamento / REALMENTE O ACERVO NÃO ATENDEU A COMPATIBILIDADE EXIGIDA NO EDITAL; na certidão de pessoa jurídica o capital social está divergente do apresentado no contrato social e na própria certidão diz que se tiver alguma alteração deverá ser informada ou perderá validade / realmente não houve a retificação na certidão de pessoa jurídica e a certidão não é válida - EMPRESA INABILITADA.

Apontamentos contrários / DECISÃO : SIM - Não tem no contrato social eletromecânica / O EDITAL NÃO CONSTA TAL EXIGÊNCIA E CASO HOUVESSE EXIGIRIA A COMPATIBILIDADE COM O OBJETO LICITADO E NÃO A SEMELHANÇA ; O atestado pessoa jurídica não possui eletromecânica / O ITEM 4.4.1 DO EDITAL REQUER A COMPATIBILIDADE COM O OBJETO LICITADO, A COMISSÃO ENTENDE COMO COMPATÍVEL OS OBJETOS APRESENTADOS NA CERTIDÃO DENTRE ELES MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE REDE DE AGUA TRATADA; não aparece o engenheiro vinculado (o que esta na pessoa jurídica não é o mesmo que está no cat) / O EDITAL NÃO EXIGE TAL VINCULO itens 4.4.1 e 4.4.4; Não tem acervo de aferição, interligação e eletromecânica / A COMISSÃO ENTENDE COMO COMPATÍVEL O ACERVO APRESENTADO EM NOME DE JULIANO MONTIBELLER O QUAL DENTRE OUTROS CONSTA MANUTENÇÃO , OPERAÇÃO DE ADUTORA, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA, RED DE AGUA, ESTAÇÃO ELEVATÓRIA, PROJETO/EXECUÇÃO ESTAÇÃO TRATAMENTO AGUA, REDE DE AGUA, CORTE RAMAL LIGAÇÃO, INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS; apresentou alvará de localização ao invés de comprovante de inscrição estadual, municipal / DOCUMENTO ACEITO PELA COMISSÃO; O contrato de prestação de serviços com engenheiro é valido até 5/12/14 e a obra é estimada por 12 meses a partir da assinatura/ IRRELEVANTE UMA VEZ QUE OS CONTRATOS DE TRABALHO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PODEM SER PRORROGADOS, VERIFICADO QUE A EMPRESA ATINGIU A FINALIDADE VISADA PELO EDITAL É DE SER GARANTIDA SUA PARTICIPAÇÃO NA PRÓXIMA ETAPA DO CERTAME - EMPRESA HABILITADA.

Apontamentos contrários / DECISÃO : RBI - o objeto do contrato social é incompatível com o da licitação, não possui no objeto eletromecânica, nem operação, manutenção / O EDITAL NÃO CONSTA TAL EXIGÊNCIA E CASO HOUVESSE EXIGIRIA A COMPATIBILIDADE COM O OBJETO LICITADO E NÃO A SEMELHANÇA ; assim como na certidão de pessoa jurídica/ A CERTIDÃO DE PESSOA JURIDICA NÃO ATENDE O EDITAL; , o acervo apresentado é em nome de consorcio, não diz qual atividade que a mesma executa no consorcio, a cat está em cnpj distinto, o engenheiro da pessoa jurídica não apresentou atestado de capacidade técnica/ EM RESUMO A RBI TAMBÉM NÃO ATENDEU QUANTO A APRESENTAÇÃO DA CAT O EXIGIDO NOS ITENS 4.4.4 E 4.4.4.1 OU SEJA O PROFISSIONAL DA CAT NÃO POSSUI VINCULO COM A EMPRESA, EMPRESA INABILITADA.

Apontamentos contrários / DECISÃO : SANECOM - no atestado de capacidade não consta serviço de manutenção e operação de rede de distribuição de água e recuperação de vias / A COMISSÃO ENTENDEU COMPATÍVEL O ATESTADO APRESENTADO QUE CONSTA DENTRE OUTROS OS SERVIÇOS, AMPLIAÇÃO DE REDE DE AGUA, CORTE DE AGUA, AFERIÇÃO, INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETROS E BOMBAS, MONTAGEM MOTO BOMBAS, AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS, GEOFONAMENTO, EXECUÇÃO DE REDE DE AGUA, MANUTENÇÃO ELETROMECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE RECALQUE DE AGUA TRATADA; Apresentado a certidão simplificada dizendo que é ME (maio) mas o balanço não corresponde ao de uma micro empresa/ A EMPRESA SANECOM NA FASE DE CREDENCIAMENTO JÁ NÃO APRESENTOU A DECLARAÇÃO CONTIDA NO CREDENCIAMENTO ITEM 3.2 DE QUE SERIA ME/EPP ASSIM COMO A EMPRESA SIM COM. DECLARAÇÃO ESTA INDISPENSÁVEL PARA OBTENÇÃO DE POSSÍVEIS BENEFÍCIOS (ME/EPP), ENTRETANTO TAL PENDENCIA NÃO É

REQUISITO PARA INABILITAÇÃO DAS MESMAS, VERIFICADO QUE A EMPRESA ATINGIU A FINALIDADE VISADA PELO EDITAL É DE SER GARANTIDA SUA PARTICIPAÇÃO NA PRÓXIMA ETAPA DO CERTAME - EMPRESA HABILITADA.

Obs. Outra empresa que havia apresentado certidão simplificada mencionando que era ME/EPP foi a RBI esta sim apresentou simplificada junto com declaração assinada por responsável dizendo que é ME/EPP.

Ficam desde já intimados os interessados do presente, ata publicada no site da prefeitura www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor e no DOM.

Douglas Lemos - Presidente

Comissão Permanente:

Maria Benedita

Carla Claudino

Fernanda Hassmann

Adriana Correa

Benilde Perão

Secretaria de Administração.

Navegantes, 24 de junho de 2014

Ata IV - 113/2014 PMN Habilitação/Inabilitação E Abertura de Proposta

Prefeitura Municipal de Navegantes

Ata IV - Habilitação/Inabilitação - Concorrência nº 113/2014 PMN

O Presidente e a Comissão de Licitação informa que foram HABILITADAS para o processo licitatório após análise e apontamentos feitos na ata anterior as seguintes empresas: CONASA CNPJ 08837556/0001-49, SIM COM. CNPJ 08160936/0001-91, SAN&COM CNPJ 10850150/0001-48, SERRANA CNPJ 83073536/0001-64 (esta ultima sem apontamentos).

Foram inabilitadas: SANECON CNPJ 83499293/0001-20, RBI const. CNPJ 10974098/0001-31

Data abertura dos envelopes de propostas das licitantes habilitadas : dia 04/07/2014 às 14 horas

Ficam desde já intimados os interessados do presente, ata publicada no site da prefeitura www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor e no DOM.

Douglas Lemos - Presidente

Comissão Permanente:

Maria Benedita

Carla Claudino

Fernanda Hassmann

Adriana Correa

Benilde Perão

Secretaria de Administração.

Navegantes, 24 de junho de 2014.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 156/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº156/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DESTINADOS PARA COMPOR O MOBILIÁRIO DAS UNIDADES DE ENSINO

FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E PARA O PAÇO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 07/07/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 07/07/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 24 de junho de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Extrato Contratual Nº 157/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 157/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada...: BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA.

Vigência : Início: 06/06/2014 Término: 05/06/2014.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 153/2012

Recursos : Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.

Objeto : SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 188/2012, CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº153/20 12, REFERENTE À OBRA DE URBANIZAÇÃO COM PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS DE UM TRECHO DAS RUAS ONÓRIO BORTOLATO E FRANCISCO SCHIMIDT, LOCALIZADAS NO BAIRRO PEDREIRAS, ATRAVÉS DO CONTRATO Nº 0372104-04/2011 DO PROGRAMA TURISMO SOCIAL DO BRASIL, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Nova Trento

PREFEITURA

Contrato Nº 090/2014

CONTRATO Nº 090/2014

Origem: Processo Licitatório nº 064/2014. Modalidade: Pregão Presencial nº 036/2014. Homologação: 18/06/2014. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: HUMANITY-CENTRO DE NEGOCIOS PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL LTDA EPP, inscrita no CNPJ Nº 10.640.600/0001-78, cito à Rua João Sacavem, nº 85, Bairro Centro, CEP 88375-000, cidade de Navegantes/SC. Objeto Contrato: Prestação de serviços especializado para consultoria na área educacional e administrativa, com intuito de auxiliar na elaboração da Reforma Estatutária do Magistério e Estatuto dos Servidores, além de elaboração/atualização do Regimento Escolar, conforme Termo de Referência constante do Anexo I do Edital.. O valor total é de: R\$ 135.000,00(cento e trinta e cinco mil reais). Vigência: 31/12/2014.

Nova Trento, 18 de junho de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 349/2014

PORTARIA Nº 349/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com a Lei Municipal nº 1.753, de 03 de maio de 2001, e alterações posteriores,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocada conforme Decreto nº 062/2014, ISAULINA APARECIDA DALPRÁ CIPRIANI, matrícula nº 6238, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Ciranda Cirandinha Claraíba, na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de maio de 2014 a 27 de outubro de 2014, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 05 de maio de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esporte

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado

MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 147/2006, de 20 de outubro de 2006, e a Senhora ISAULINA APARECIDA DALPRÁ CIPRIANI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Brusque, s/n, Bairro Espraiado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 020.771.019-89, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Ciranda Cirandinha Claraíba, na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 01 de maio de 2014 a 27 de outubro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei

Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de maio de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Isaulina A. Dalprá Cipriani

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 280/2014 "A"

PORTARIA Nº 280/ 2014 "A"

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013 de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o artigo 142 da Lei nº 1.668 de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, RAFAEL JUNIOR REIS DE ASSIS, matrícula nº 6394, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, 15 (quinze) horas semanais (Ensino Fundamental Área II - Geografia), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 05 de maio de 2014 a 27 de maio de 2014, em substituição ao Titular Norberto Cipriani, afastado conforme Portaria nº 498/2014 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de maio de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaitto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF

nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, e Lei Complementar nº 147, de 27/10/2006, e o Senhor RAFAEL JUNIOR REIS DE ASSIS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Tiburcio Taurino Bosano, nº 297, Bairro Centro, Município de São João Batista, portador do CPF nº 054.154.419-56, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, 15 (quinze) horas semanais (Ensino Fundamental Área II - Geografia), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição ao Titular Norberto Cipriani, afastado conforme Portaria nº 498/2014 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 549,78 (quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 05 de maio de 2014 a 27 de maio de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 03 (três) horas diárias, totalizando 15 (quinze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 05 de maio de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Rafael Junior Reis de Assis

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 05 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Setor de Recursos Humanos

Portaria Nº 279/2014 "A"

PORTARIA Nº 279/ 2014 "A"

Altera Carga Horária

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013 de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142, da Lei nº 1668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a Carga Horária da Servidora Pública Municipal TALITA POSTAI, matrícula nº 6054, atuante no cargo de Professor Nível III, Referência A, (Ensino Fundamental - Área I e II - Inglês), passando de 30 (trinta) horas semanais para 35 (trinta e cinco) horas semanais, sendo 30 (trinta) horas semanais na Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho e 05 (cinco) horas semanais na E. E. F. Padre José da Poian - Salto, Município de Nova Trento, a contar de 01 de maio de 2014 a 03 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de maio de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TERMO ADITIVO DE CONTRATO SP//2014

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2103, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 512, de 30 de março de 2011, a

Senhora TALITA POSTAI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Tirol, s/nº, Distrito Claraíba, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 047.480.589, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor Nível III, Referência A, (Ensino Fundamental - Área I e II - Inglês), com 35 (trinta e cinco) horas semanais, sendo 30 (trinta) horas semanais na Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho e 05 (cinco) horas semanais na E. E. F. Padre José da Poian - Salto, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.784,05 (hum mil setecentos e oitenta e quatro reais e cinco centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 01 de maio de 2014 a 03 de agosto de 2014, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

Nova Trento, em 01 de maio de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Talita Postai

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 420/2014

PORTARIA Nº 420/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocada conforme Decreto nº 065/2014, LUCINEIA KNISS, matrícula nº 6310, para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta

de 2014, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 05 de maio de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, e a Senhora SANDRA REGINA CONSTANTE BERTOLDI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Bertoldi, nº 105, Bairro Indaiá, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 034.920.709-73, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO
Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO
O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Agente Comunitária de Saúde - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Claraíba, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL
O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL
Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 01 de maio de 2014 a 27 de outubro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO
este contrato poderá ser rescindido:
I - por acordo entre as partes;
II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de maio de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Sandra Regina Constante Bertoldi
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 481/2014

PORTARIA Nº 481/ 2014
Concede Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 102 e 103, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de LICENÇA PRÊMIO em dinheiro de 01 (um) mês a Servidora Pública Municipal SIDINEIA RAUPP CHELL, matrícula nº 210, concursada, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Casa da Cidadania, Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de

03/03/2003 a 02/03/2008, a contar de 02 de maio de 2014 a 31 de maio de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de maio de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 07 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 485/2014 "A"

PORTARIA Nº 485/ 2014 "A"
Concede Licença Maternidade

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e o art. 94 do Estatuto do Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade, à Servidora Pública Municipal ROSANE LICHESKI SCHULZ, matrícula nº 6307, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 12 de maio de 2014 a 08 de setembro de 2014, conforme atestado médico datado de 12/05/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de maio de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 12 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 486/2014

PORTARIA Nº 486/ 2014
Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal LÉCIO REUTER, matrícula nº 6374, atuante no cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, Gratificação de 50% sobre o vencimento, a contar de 10 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista na Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, art. 1º, § único.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de maio de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 12 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 490/2014

PORTARIA Nº 490/ 2014
Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 72 da Lei nº 1207 de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Maio/2014, a Servidora Pública Municipal MARIA CRISTINA ADAMI DA SILVA, matrícula nº 262, concursada, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Servidores desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 27/04/2013 a 26/04/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de maio de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 12 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 491/2014

PORTARIA Nº 491/ 2014
Concede Licença Maternidade

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e o art. 94 do Estatuto do Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade, à Servidora Pública Municipal EDNA BONECHER, matrícula nº 4474, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 05 de maio de 2014 a 01 de setembro de 2014, conforme atestado médico datado de 09/05/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de maio de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 12 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 495/2014

PORTARIA Nº 495/ 2014

Concede Readaptação

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013 de 07 de janeiro de 2013 e de acordo com o art. 81 da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

CONCEDER Readaptação ao Servidor Público Municipal VANDERLI TOMIO, matrícula nº 964, concursado no cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 11 de maio de 2014 a 08 de agosto de 2014, conforme resultado pericial datado de 12/05/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de maio de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria, em 12 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 496/2014

PORTARIA Nº 496/2014

Prorroga Licença Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013 de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o Art. 81 da Lei nº 1207 de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 021/2014, que Prorrogou a concessão de Licença Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal HELENA ALBERTINA PIVA, matrícula nº 104, concursada no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, por 60 (sessenta) dias, a contar de 07 de maio de 2014 a 05 de julho de 2014, conforme resultado pericial datado de 12/05/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de maio de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e Publicada a presente Portaria em 12 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 497/2014

PORTARIA Nº 497/2014

Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013 de 07 de janeiro de 2013, e de

acordo com o art. 63, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, ACT, AMANDA REGIS, matrícula nº 6075, ocupante do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, 35 (trinta e cinco) horas semanais, (Ensino Fundamental - Área I e II - Arte), sendo 25 (vinte e cinco) horas semanais na E.E.F. João Bayer Sobrinho - Claraíba, Distrito de Claraíba e 10 (dez) horas na E.E.F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Secretaria Municipal de Educação e Esportes, Município de Nova Trento, a partir de 12 de maio de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de maio de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 12 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 498/2014

PORTARIA Nº 498/ 2014

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013 de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 72 da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, NORBERTO CIPRIANI, matrícula nº 10, concursado, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência I, (Ensino Fundamental - Geografia), com 15 (quinze) horas semanais, lotado na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 28 de abril de 2014 a 27 de maio de 2014, conforme resultado pericial datado de 13/05/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de maio de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 13 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 501/2014

PORTARIA Nº 501/ 2014

Concede Licença Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com a Lei Municipal nº 1.753, de 03 de maio de 2001, e alterações posteriores,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal MARCOS ROBERTO DA SILVA, matrícula nº 6177, atuante no cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta)

horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 07 de maio de 2014 a 23 de junho de 2014, conforme atestado médico datado de 14/05/2014 (aguardando resultado pericial).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de maio de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 15 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014
CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, e Lei Complementar nº 147, de 27/10/2006, e o Senhor MARCOS ROBERTO DA SILVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Brusque, nº 899, Bairro Espraiado, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 817.703.249-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO
Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO
O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL
O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 833,13 (oitocentos e trinta e três reais e treze centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL
Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 01 de maio de 2014 a 27 de outubro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO
Este contrato poderá ser rescindido:
I - por acordo entre as partes;
II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO
O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO
O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO
Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de maio de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esporte

Marcos Roberto da Silva
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 506/2014

PORTARIA Nº 506/ 2014
Prorroga Portaria

O Secretario Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013 de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 72 da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:
PRORROGAR a Portaria nº 248/2014, que Prorrogou a Concessão de Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, concursada, MARIA APARECIDA BITTENCOURT, matrícula nº 288, ocupante do cargo de Professor Nível IV, Referência L, 40 (quarenta) horas semanais, lotada na E.E.F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 14 de maio de 2014 a 12 de junho de

2014, conforme resultado pericial datado de 19/05/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de maio de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 19 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 507/2014

PORTARIA Nº 507/ 2014
Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 93 do Estatuto do Servidor Público Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, à Servidora Pública Municipal, MARCIA REGINA GROTT FELLER, matrícula nº 58, concursada no cargo de Assistente Administrativo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 42 (quarenta e dois) dias, a contar de 08 de abril de 2014 a 19 de maio de 2014, conforme atestado médico datado de 19/05/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de maio de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 19 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 509/2014

PORTARIA Nº 509/ 2014
Concede Licença Maternidade

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e o art. 94 do Estatuto do Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade, à Servidora Pública Municipal ADRIANA TAMANINI CASAGRANDE, matrícula nº 3005, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem - SAMU, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 19 de maio de 2014 a 15 de setembro de 2014, conforme atestado médico datado de 16/05/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de maio de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 19 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 510/2014

PORTARIA Nº 510/ 2014
Concede Licença Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013 de 07 de janeiro de 2013 e de acordo com o art. 81 do Estatuto do Servidor Público Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, VERONICA BERNARDETE WISINTAINER BOTTAMELI, matrícula nº 946, concursada no cargo de Auxiliar Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 40 (quarenta) dias, a contar de 08 de maio de 2014 a 16 de junho de 2014, conforme resultado pericial datado de 19/05/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de maio de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e Publicada a presente Portaria em 19 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 511/2014

PORTARIA Nº 511/2014
Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013 de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 63, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, ACT, IVANA TEREZINHA VALLE REZZINI, matrícula nº 6164, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Escolar - CM2, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Fundamental Pitanga, Secretaria Municipal de Educação e Esportes, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 21 de maio de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de maio de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 21 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 511/2014 "A"

PORTARIA Nº 511/ 2014 "A"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 93 do Estatuto do Servidor Público Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 507/2014, que Concedeu Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, à Servidora Pública Municipal, MARCIA REGINA GROTT FELLER, matrícula nº 58, concursada no cargo de Assistente Administrativo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 20 de maio de 2014 a 18 de julho de 2014, conforme atestado médico datado de 30/05/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de maio de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 21 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 513/2014

PORTARIA Nº 513/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 93 da Lei nº 1207 de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 272/2014, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal AFONSO INÁCIO DALRI, matrícula nº 219, concursado no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 40 (quarenta) dias, a contar de 14 de maio de 2014 a 22 de junho de 2014, conforme resultado pericial datado de 21/05/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de maio de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 21 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 517/2014

PORTARIA Nº 517/ 2014

Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, Item XII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal CÁTIA MARIA BÚRIGO, matrícula nº 6183, ocupante do cargo de Assistente Técnico Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Gratificação de 50% (cinquenta por cento), a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista no art. 1º, § único, Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 518/2014

PORTARIA Nº 518/ 2014

Concede Gratificação

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, ocupantes do cargo de Motorista de Transporte Escolar, em exercício na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Gratificação de 32% (trinta e dois por cento), a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista no art. 1º, § único, Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, conforme especificações do quadro abaixo.

Matrícula Nº	Nome	Portaria de Admissão
6176	JAIR SILVA DOS SANTOS	285/2014
6177	MARCOS ROBERTO DA SILVA	286/2014
6178	ROMOACIR ROMALINO DE SOUZA	287/2014
6179	LUIZ SNAIDER	288/2014
6180	VILI FRANCISCO GIACOMINI	289/2014

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esporte

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 519/2014

PORTARIA Nº 519/ 2014

Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal MAURI ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 6378, para exercer o cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, Gratificação de 32% (trinta e dois por cento), sobre seu vencimento, a partir de 16 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista na Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, art. 1º, § único.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 520/2014

PORTARIA Nº 520/ 2014

Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, ocupantes do cargo de Operador de Máquina, em exercício na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Gratificação de 45% (quarenta e cinco por cento), a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista no art. 1º, § único, Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, conforme especificações do quadro abaixo.

Matrícula Nº	Nome	Portaria de Admissão
6193	JOSÉ BOTAMELLI NETO	303/2014
6194	ATAIDE SIEWES	304/2014
6196	VANDERLEI LUIZ ORSI	305/2014

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 521/2014

PORTARIA Nº 521/ 2014

Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal LUCIANO KOTARSKY, matrícula nº 6220, para exercer o cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, Gratificação de 40% (quarenta por cento), sobre seu vencimento, a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista na Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, art. 1º, § único.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 522/2014

PORTARIA Nº 522/ 2014

Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal LUIZ VENERI, matrícula nº 6191, para exercer o cargo de Operador de Máquina, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, Gratificação de 80% (oitenta por cento), sobre seu vencimento, a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista na Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, art. 1º, § único.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 523/2014

PORTARIA Nº 523/ 2014

Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal OSNI VALTER MICHALSKI, matrícula nº 6224, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, Gratificação de 30% (trinta por cento), sobre seu vencimento, a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista na Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, art. 1º, § único.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 524/2014

PORTARIA Nº 524/ 2014

Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal MARIO ABELINO, matrícula nº 6223, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, Gratificação de 30% (trinta por cento), sobre seu vencimento, a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista na Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, art. 1º, § único.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 525/2014

PORTARIA Nº 525/ 2014

Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal ELISABETE COTTA, matrícula nº 6300, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, Gratificação de 50% (cinquenta por cento), sobre seu vencimento, a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista na Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, art. 1º, § único.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 526/2014

PORTARIA Nº 526/ 2014

Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, ocupantes do cargo de Assistente Administrativo, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Gratificação de 23% (vinte e três por cento), a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista no art. 1º, § único, Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, conforme especificações do quadro abaixo.

Matrícula nº	Nome	Portaria de Admissão
6205	Marcos Paulo Marcolla	314/2014
6384	Fabio Tamanini	516/2014

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 527/2014

PORTARIA Nº 527/ 2014

Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, ocupantes dos cargos de Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição,

Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Gratificação de 30% (trinta por cento), a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista no art. 1º, § único, Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, conforme especificações do quadro abaixo.

Matrícula Nº	Nome	Cargo	Portaria de Admissão
6343	Rita Cadorin Tomasoni	Auxiliar de Enfermagem	452/2014
6344	Ana Maria Cuco	Técnico de Enfermagem	453/2014
6345	Karina Tomasi	Técnico de Enfermagem	454/2014
6346	Juraci J. Vicentini Demonti	Técnico de Enfermagem	455/2014
6347	Onelia Almeida	Técnico de Enfermagem	456/2014
6348	Teresinha Maria Dalri	Técnico de Enfermagem	457/2014
6349	Janete da Rosa	Técnico de Enfermagem	458/2014
6350	Lucimere Eduarda de Souza	Técnico de Enfermagem	459/2014

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 528/2014

PORTARIA Nº 528/ 2014
Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, SALOMÃO ALMEIDA SANTOS, matrícula nº 6367, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Gratificação de 30% (trinta por cento), a partir de 05 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista no art. 1º, § único, Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, conforme especificações do quadro abaixo.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 529/2014

PORTARIA Nº 529/ 2014
Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, ocupante do cargo de Motorista I, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Gratificação de 50% (cinquenta por cento), a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista no art. 1º, § único, Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, conforme especificações do quadro abaixo.

Matrícula Nº	Nome	Portaria de Admissão
6212	Valmir Sehn	321/2014
6213	Evandro Aluizio Cucco	322/2014
6218	Edna Cristina Veneri	323/2014
6215	Beatriz Aparecida Caetano	324/2014
6216	Paulo Sergio Rodrigues	325/2014

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 530/2014

PORTARIA Nº 530/ 2014
Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, ocupantes do cargo de Enfermeiro, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Gratificação de 60% (sessenta por cento), a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista no art. 1º, § único, Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, conforme especificações do quadro abaixo.

Matrícula Nº	Nome	Portaria de Admissão
6351	Vivian Cristina Roncaglio Brandl	460/2014
6352	Sonia Solange de Souza e Silva	461/2014
6353	Wagner Sabadini Ferreira	462/2014

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 531/2014

PORTARIA Nº 531/ 2014

Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, ALCIRENE MICHALSKI MULLER, matrícula nº 6319, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - ESF, em exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Gratificação de 55% (cinquenta e cinco por cento), a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista no art. 1º, § único, Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, conforme especificações do quadro abaixo.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 532/2014

PORTARIA Nº 532/ 2014

Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Gratificação de 20% (vinte por cento), a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista no art. 1º, § único, Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, conforme especificações do quadro abaixo.

Matrícula Nº	Nome	Portaria de Admissão
6284	Leonora Klima	395/2014
6287	Maria José Silverio Roza	398/2014
6288	Dalva Aparecida Mendes Eccher	399/2014
6291	Elicelma Lazzarotto	402/2014
6295	Aparecida Montibeller Vinotti	405/2014

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 533/2014

PORTARIA Nº 533/ 2014

Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, FERNANDA VOLTOLINI, matrícula nº 6182, ocupante do cargo de Assistente Técnico Administrativo, em exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Gratificação de 55% (cinquenta e cinco por cento), a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista no art. 1º, § único, Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, conforme especificações do quadro abaixo.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 534/2014

PORTARIA Nº 534/ 2014

Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, FERNANDA WISINTAINER, matrícula nº 6330, ocupante do cargo de Enfermeiro - ESF, em exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Gratificação de 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista no art. 1º, § único, Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, conforme especificações do quadro abaixo.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 535/2014

PORTARIA Nº 535/ 2014

Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, VAUDINEI JOSÉ MINATTI, matrícula nº 6221, ocupante do cargo de Motorista II, em exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista no art. 1º, § único, Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, conforme especificações do quadro abaixo.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 536/2014

PORTARIA Nº 536/ 2014
Concede Gratificação

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, ELOIZA TRIDAPALLI DALRI ORSI, matrícula nº 6206, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista no art. 1º, § único, Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, conforme especificações do quadro abaixo.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esporte

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 537/2014

PORTARIA Nº 537/ 2014
Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, LORENA WISINTAINER, matrícula nº 6172, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Gratificação de 35% (trinta e cinco por cento), a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista no art. 1º, § único, Lei

Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, conforme especificações do quadro abaixo.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 538/2014

PORTARIA Nº 538/ 2014
Concede Gratificação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal SENATOR ECCHER, matrícula nº 6234, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, Gratificação de 20% (vinte por cento), sobre seu vencimento, a partir de 01 de maio de 2014, pelo desempenho de Atividade Especial, prevista na Lei Complementar nº 506/2011, de 24/03/2011, art. 1º, § único.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 539/2014

PORTARIA Nº 539/ 2014
Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 72 da Lei nº 1207 de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Maio/2014, ao Servidor Público Municipal EUSSANDRI ERCIO WILCKE, matrícula nº 5566, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Serviços Descentralizados CC-13, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 08/01/2013 a 07/01/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal
Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 540/2014

PORTARIA Nº 440/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da C.F. de 88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocado conforme Decreto nº 065/2014, FERNANDA WISINTAINER, matrícula nº 6330, para exercer o cargo de Enfermeiro - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de maio de 2014 a 27 de outubro de 2014, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 05 de maio de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor ATAIDE SIEWES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua José Daicampi, nº 409, Bairro Espreado, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 069.910.169-77, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Operador de Máquina, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova

Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 971,98 (novecentos e setenta e um reais e noventa e oito reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 01 de maio de 2014 a 27 de outubro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de maio de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Ataide Siewes
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de maio de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Novo Horizonte

PREFEITURA

Aviso de Resultado do Pregão Presencial Nº 018/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
AVISO DE RESULTADO DO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2014

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 018/2014, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE EMBREAGEM E FREIOS DA MOTONIVELADORA HWB 205-S Nº 46, DE USO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE -SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 24/06/2014 às 09:00 hs, que teve como única empresa participante: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI ME, com valor Global de R\$ 22.985,00 (Vinte e dois mil, novecentos e oitenta e cinco reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: A proposta da empresa vencedora satisfaz a exigência do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial Nº 018/2014.

Novo Horizonte/SC, em 24 de Junho de 2014.
ARNO GOLDSCHMIDT
Pregoeiro

Extrato de Homologação E Adjudicação PL Nº 042/2014-Pregão Presencial Nº 018/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2014
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 24/06/2014
CONTRATADO: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE EMBREAGEM E FREIOS DA MOTONIVELADORA HWB 205-S Nº 46, DE USO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE -SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.985,00 (vinte e dois mil novecentos e oitenta e cinco reais)

DATA: 24/06/14
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

Extrato Contratual Nº 056/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 056/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI - ME

Valor : 22.985,00 (vinte e dois mil novecentos e oitenta e cinco reais)

Vigência : Início: 24/06/2014 Término: 24/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2014

Recursos : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (95),
2.023.3.3.90.00.00.00.00 (152)

Objeto : O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE EMBREAGEM E FREIOS DA MOTONIVELADORA HWB 205-S Nº 46, DE USO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE -SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Novo Horizonte, 24 de Junho de 2014

Aviso de Resultado do Pregão Presencial Nº 019/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
AVISO DE RESULTADO DO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 019/2014, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CONserto DA BOMBA INJETORA, TORQUE E EIXO DIANTEIRO DA RETROESCAVADEIRA, MARCA JCB 214-E Nº 45, DE USO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE -SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 24/06/2014 às 14:00 hs, que teve como única empresa participante: MARAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-EPP, com valor Global de R\$ 11.347,03 (Onze mil, trezentos e quarenta sete reais e três centavos). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: A proposta da empresa vencedora satisfaz a exigência do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial Nº 019/2014.

Novo Horizonte/SC, em 24 de Junho de 2014.
ARNO GOLDSCHMIDT
Pregoeiro

Extrato de Homologação E Adjudicação PL Nº 043/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/14
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 24/06/14
CONTRATADO: MARAVIMÁQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CONserto DA BOMBA INJETORA, TORQUE E EIXO DIANTEIRO DA RETROESCAVADEIRA, MARCA JCB 214-E Nº 45, DE USO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE -SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.347,03 (onze mil trezentos e quarenta e sete reais e três centavos)

DATA: 24/06/2014
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

Extrato Contratual Nº 057/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 057/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: MARAVIMÁQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-EPP

Valor : 11.347,03 (onze mil trezentos e quarenta e sete reais e três centavos)

Vigência : Início: 24/06/2014 Término: 24/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2014

Recursos : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (155) Saldo: 32.133,20

Objeto : O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CONserto DA BOMBA INJETORA, TORQUE E EIXO DIANTEIRO DA RETROESCAVADEIRA, MARCA JCB 214-E Nº 45, DE USO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE -SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Novo Horizonte, 24 de Junho de 2014

Orleans**PREFEITURA****2.555 - Institui O Dia dos Demolays**

LEI Nº 2.555 DE 18 DE JUNHO DE 2014.

"INSTITUI O DIA DOS DEMOLAYS NO MUNICÍPIO DE ORLEANS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do Município de Orleans o "Dia dos Demolays" a ser comemorado no dia 19 de setembro, passando a fazer parte do calendário de eventos do Município.

Art. 2º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 18 de junho de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de administração, aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 005 DE 05 DE JUNHO DE 2014.

Senhor Presidente,

Senhores(as) Vereadores(as),

Cumprimentando cordialmente Vossas Excelências, encaminho para apreciação dessa Casa Legislativa, o presente projeto de Lei que, INSTITUI O DIA DOS DEMOLAYS NO MUNICÍPIO DE ORLEANS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Atendendo indicação de n. 53/2014, aprovado por unanimidade pelos Senhores Vereadores, encaminhamos em anexo o presente Projeto de Lei.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei receberá acolhida favorável dos Senhores Vereadores, solicito que o mesmo seja votado e aprovado, em Regime de Urgência, requerendo que o mesmo seja votado e aprovado em votação de Turno Único, na primeira sessão, conforme autorizam os artigos 161, I e 189, I, c, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

Orleans/SC, em 05 de junho de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política.

Atenciosamente,

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Ouro Verde**PREFEITURA****Extrato Processo Seletivo**

MUNICÍPIO DE OURO VERDE
PROCESSO SELETIVO Nº 0001/2014
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

O MUNICÍPIO DE OURO VERDE TORNA PÚBLICO que encontra-se disponível no Mural de Publicações do Município e site www.concursosss1.com.br, EDITAL QUE DIVULGA RESULTADO DAS PROVAS OBJETIVA E PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO FINAL PRELIMINAR.

Ouro Verde, 24 de junho de 2014.
NILSON SANTIN
Prefeito Municipal Em Exercício.

Paial**PREFEITURA****Extrato Contratual Mês 06 PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 45/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: PASSO CERTO GRUPO DE DANÇAS

Valor : 3.000,00 (três mil reais)

Vigência : Início: 10/06/2014 Término: 31/12/2014

Objeto : Prestação de serviços de aulas de dança de salão, nos ritmos: vaneira, xote, bugio, valsa, rancheira, chamamé, marcha gaúcha, polonesa e milonga com de passos básicos e avançados, através de orientação, acompanhamento e treinamento.

Paial, 24 de Junho de 2014

Contrato Nº.: 48/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: JUCILENE DE FATIMA ALVES -ME

Valor : 51.800,00 (cinquenta e um mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 23/06/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2014

Objeto : Aquisição de Diesel S10 para máquinas da Prefeitura Municipal

Paial, 24 de Junho de 2014

Contrato Nº.: 47/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: CONXAP CONSTRUTORA LTDA - EPP

Valor : 489.759,14 (quatrocentos e oitenta e nove mil setecentos e cinquenta e nove reais e quatorze centavos)

Vigência : Início: 23/06/2014 Término: 19/01/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2014

Objeto : A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de construção de quadra escolar poliesportiva coberta com vestiários conforme Projeto Básico "

Paial, 24 de Junho de 2014

Edital 13

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 736 13/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BIA3306	54756249B	5010/0	16/09/2008	162 * I
BIA3306	54756250B	5169/1	16/09/2008	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

Edital 14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 736 14/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZU1093	54756172B	6599/2	05/10/2008	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

Edital 15

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 736 15/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHZ4910	54756177B	6912/0	24/11/2008	232
MHZ4910	54756178B	7030/1	24/11/2008	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

Edital 16

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 736 16/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZK2520	54756188B	5169/1	26/02/2009	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

Edital 17

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 736 17/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDV8285	54756190B	5010/0	15/03/2009	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

Edital 18

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 736 18/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBG1729	54756182B	5010/0	07/02/2009	162 * I
MBG1729	54756184B	6599/2	07/02/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

Editais 19

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 736 19/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCF4588	54756243B	6599/0	22/06/2008	R\$ 191,54	230 * V
MCF4588	54756244B	5835/0	22/06/2008	R\$ 127,69	195
MCF4588	54756245B	7064/0	22/06/2008	R\$ 191,54	244 * IV
MCF4588	54756247B	7030/0	22/06/2008	R\$ 191,54	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

Edital 20

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 736 20/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAC0434	54756241B	6599/0	21/05/2008	R\$ 191,54	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

Edital 21

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 736 21/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABR5946	54756194B	5010/0	09/05/2009	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

Edital 22

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 736 22/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWT0393	54756197B	6599/2	18/06/2009	230 * V
LWT0393	54756198B	5010/0	18/06/2009	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

Editais 23

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 736 23/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDF1165	54756192B	5835/0	24/03/2009	R\$ 127,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

Edital 24

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 736 24/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABR5946	54756254B	5169/1	27/09/2009	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

Edital 25

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 736 25/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEM2437	54756255B	5010/0	16/10/2009	162 * I
MEM2437	54756256B	6599/2	16/10/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

Edital 26

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 736 26/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZX2043	54756271B	5835/0	24/01/2010	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

Palhoça

PREFEITURA

Lei Nº 4.052, de 18 de Junho de 2014.

LEI Nº 4.052, de 18 de JUNHO de 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Áurea Maria Machado.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Áurea Maria Machado, com extensão de 60,00 m (sessenta metros) e 5 m (cinco) de largura, no bairro Aririú da Formiga.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de junho de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
Em ____/____/2014
Edição nº ____/2014
Secretaria de Governo

Lei Nº 4.053, de 18 de Junho de 2014.

LEI Nº 4.053, de 18 de JUNHO de 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Travessa Serafim Oliveira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Travessa Serafim Oliveira, com extensão de 180,00 m (cento e oitenta metros) e 3,00 (três) metros de largura, via pública localizada no bairro Guarda do Cubatão.

Parágrafo único. A localização da via pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de junho de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
Em ____/____/2014
Edição nº ____/2014
Secretaria de Governo

Lei Nº 4.054, de 18 de Junho de 2014.

LEI Nº 4.054, de 18 de JUNHO de 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Firmina Rita de Freitas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Firmina Rita de Freitas, com extensão de 55 metros de comprimento e com 4 metros de largura, com início na Rua Prefeito Reinoldo Alves, via pública localizada no bairro Passa Vinte, neste Município.

Parágrafo único. A localização da via pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de junho de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
Em ____/____/2014
Edição nº ____/2014
Secretaria de Governo

Republicação Pregão 114-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 09 de julho de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 114/2014, que tem por objeto contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva nos computadores da Secretaria de Educação. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 24 de junho de 2014.
A PREGOEIRA.

Paulo Lopes

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 024/2014

Extrato do contrato nº 024/2014 conforme Processo Licitatório nº 046/2014 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: DIOGO DEMARCHI SILVA 01024200922. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de capacitação de servidores e configuração do sistema E-SUS da Atenção Básica com atuação tanto no CDS (Cadastro de Dados Simplificados) quanto no PEC (Prontuário Eletrônico do Cidadão). Valor do Contrato: R\$ 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais). Vigência: 31/12/2014.

Decreto Nº 21/2014

DECRETO Nº 21/2014.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal de 2014, abrir crédito adicional especial, no limite de R\$ 129.237,40 (cento e vinte e nove mil, duzentos e trinta e sete reais e quarenta centavos), de acordo com as especificações seguintes:

1101 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 129.237,40

13.391.0012.1.067 - Construção de Pórtico R\$ 129.237,40

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24.001124 - Aplicações Diretas R\$ 99.980,98

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 29.246,42

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 99.980,98 (noventa e nove mil novecentos e oitenta reais e noventa e oito centavos) da fonte 0.1.24.001124 - Convênio SDR/Portal e pela anulação de dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 29.246,42 (vinte e nove mil duzentos e quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos) da fonte 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários, conforme segue:

1101 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 29.246,42

13.391.0012.2.048 - Manutenção da Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente R\$ 29.246,42

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 19.246,42

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 25 de junho de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

Lei Nº 1618/2014

LEI Nº 1618/2014

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, no orçamento fiscal de 2014, abrir crédito adicional especial, no limite de R\$ 129.237,40 (cento e vinte e nove mil, duzentos e trinta e sete reais e quarenta centavos), de acordo com as especificações seguintes:

1101 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 129.237,40

13.391.0012.1.067 - Construção de Pórtico R\$ 129.237,40

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24.001124 - Aplicações Diretas R\$ 99.980,98

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 29.246,42

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 99.980,98 (noventa e nove mil novecentos e oitenta reais e noventa e oito centavos) da fonte 0.1.24.001124 - Convênio SDR/Portal e pela anulação de dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 29.246,42 (vinte e nove mil duzentos e quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos) da fonte 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários, conforme segue:

1101 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 29.246,42

13.391.0012.2.048 - Manutenção da Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente R\$ 29.246,42

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 19.246,42

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 25 de junho de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

Aviso de Licitação Pe Nº 020/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/2014

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de Material Permanente, conforme a necessidade das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes. As propostas deverão ser entregue por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 10h00min do dia 08/07/2014. A sessão pública será realizada a partir das 10h10min do dia 08/07/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.paulolopes.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Paulo Lopes, 25 de junho de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Penha**PREFEITURA****Pp272014 - Pmp**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº57/2014 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2014 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO PARA SEREM INSTALADAS NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 07/07/2014 às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 08/07/2014 às 09:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 24 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato 80/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO 48/2014 - PMP

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 07/2014 - PMP

Contrato: 80/2014 - PMP

Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, inscrita no CNPJ sob o nº 34.028.316/0028-23, com sede na cidade de São José/SC, na Rua Romeu José Vieira, nº 90, Bloco B, 7º Andar, Nossa Senhora do Rosário.

Objeto: Prestação de serviço Postais e Telemáticos

Valor: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Vigência: 12 meses

Penha, 24 de Junho de 2014.

Fund. Legal: Art. 24, Inciso VI da Lei nº 8.666/93 e suas Alterações.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato 117/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO 58/2014 - PMP

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 08/2014 - PMP

Contrato: 117/2014 - PMP

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na

Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC,
Objeto: Contratação dos serviços de tecnologia da informação,
no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA.
Valor: R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais)

Vigência: 7 meses

Penha, 24 de Junho de 2014.

Fund. Legal: Art. 24, Inciso VI da Lei nº 8.666/93 e suas Alterações.

Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Pp28/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº59/2014 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014 - PMP

Objeto: AQUISIÇÃO DE ARROZ PARBOILIZADO PARA SER UTILIZADO NA ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE PENHA (CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS).

Recebimento dos Envelopes até: 07/07/2014 às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 08/07/2014 às 11:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 24 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Contrato Administrativo N.º 212/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 212/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato AQUISIÇÃO DE TROFÉUS PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 131/2014.

EMPRESA CONTRATADA: COMERCIAL DIRLEI LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, no valor de R\$ 1.133,00 (um mil cento e trinta e três reais).

DATA DO CONTRATO: 12 de Junho de 2014.

PREFEITO

Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 213/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 213/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de REFORMA de Calçamento nas estradas do interior- Santo Isidoro Secretaria de transporte e obras,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 132/2014.

EMPRESA CONTRATADA: POLICENO COMERCIO DE PEDRAS LTDA ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços, no valor de R\$ 2.587,09 (dois mil quinhentos e oitenta e sete reais e nove centavos).

DATA DO CONTRATO: 12 DE JUNHO DE 2014.

PREFEITO

Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 214/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 214/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de conserto nos veículos e equipamentos da Secretaria de Transporte e Obras,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 133/2014.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 969,00 (novecentos e sessenta e nove reais.)

DATA DO CONTRATO: 16 de junho de 2014.

PREFEITO

Euzebio Vieceli

Editais de Licitação Nº 011/2014

AVISO DE LICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 011/2014 - MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 11 de julho de 2014, licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS 011/2014 visando à contratação de empresa para construção de rede pluvial para prevenção de deslizamento de encostas, no município. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 11/07/2014, até as 15:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 15:30hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 24 DE JUNHO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N.º 211/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 211/2014
OBJETO: O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA,
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL nº 022/2014
EMPRESA CONTRATADA: BMC HYUNDAI S/A
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais)

DATA DO CONTRATO: 18 de junho de 2014.
PREFEITO
Euzebio Vieceli

Aviso de Prorrogação Edital de Licitação Nº 026/2014

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE DATA ABERTURA DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 026/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL S-10, ÓLEO DIESEL E ÓLEO ARLA

O prefeito de Pinheiro Preto faz saber a todos os interessados que fica prorrogado o prazo para o dia 01/07/2014, às 14:00hs, o recebimento dos documentos e propostas de preços referente licitação nº 026/2014, modalidade pregão presencial, com abertura dos envelopes contendo a proposta de preço às 14:15hs, cujo objeto visa aquisição de combustível para as secretarias municipais do Município de Pinheiro Preto. Os demais termos e cláusulas do edital permanecem inalteradas.

Pinheiro Preto, 24 de junho de 2014
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

Teste Seletivo Edital N.º 002/2014

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL N.º 002/2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos, que se encontra em aberto as inscrições para prova seletiva referente à contratação de servidor em caráter temporário, para as funções de técnico em enfermagem, operário braçal, agente de saúde, professor, atendente de serviços administrativos.

Data período da inscrição: 25/06/2014 A 03/07/2014

Horário: Das 07:30horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas

Local: Setor de Recursos Humanos, na sede do Centro Administrativo, sito na Avenida Marechal Costa e Silva,111, em Pinheiro Preto.

Data da prova: 05/07/2014 às 08:30horas

Centro Administrativo, em 23 de junho de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 227, de 23 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 227, DE 23 DE JUNHO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA IRIS APARECIDA SOPELSA TONETTA, OCUPANTE DO CARGO DE SERVENTE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que dispõe a lei Complementar nº 016/92 e,

CONSIDERANDO, o pedido gozo de Licença Premio, efetivado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a servidora IRIS APARECIDA SOPELSA TONETTA, ocupante do cargo de Servente, gozo de 60(sessenta)dias de Licença Premio, referente período aquisitivo de 23/06/2008 a 23/06/2013, para o gozo de 23 de junho a 21 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 23 de junho de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

Portaria Nº 18.101

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 18.101
DESIGNA GESTORES DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE POMERODE

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 74, Inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal, art. 1º Inciso II e art. 2º da Lei nº 1972, de 09/05/2007.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Sr. MARCOS KUSTER, Secretário de Turismo, Cultura e Esporte, para assinar em conjunto com a Sra. MÔNICA SUSAN ZIMMER, Secretária de Administração e Fazenda, toda movimentação bancária do Fundo de Desenvolvimento do Turismo de Pomerode.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 16 de junho de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 18.100

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 18.100
NOMEIA MARCOS KUSTER PARA EXERCER O CARGO DE AGENTE POLÍTICO DE SECRETÁRIO DE TURISMO CULTURA E ESPORTE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 12, parágrafo 2º, da Lei Complementar nº 74, de 05 de dezembro de 2001 e com o artigo 79 da Lei Complementar nº 167, de 30 de janeiro de 2009, NOMEAR MARCOS KUSTER para exercer o cargo de cargo de Agente Político de SECRETÁRIO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE, a partir de 16 de junho de 2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 16 de junho de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 18.117

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 18.117
DESIGNA GESTORES DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 74, Inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal, parágrafo Único da Seção VI e o art. 22 inciso VI do Decreto nº 2544 de 04/11/2010 instituído pela Lei nº 1962, de 09/03/2007

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Sra. ROSELI WEH, Secretária de Cidadania e Desenvolvimento Social de Pomerode, para assinar em conjunto com a Sra. MÔNICA SUSAN ZIMMER, Secretária de Administração e Fazenda, toda movimentação bancária do Fundo Municipal da Assistência Social de Pomerode.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de junho de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 18.115

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 18.115
NOMEIA ROSELI WEH PARA EXERCER O CARGO DE AGENTE POLÍTICO DE SECRETÁRIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 12, parágrafo 2º, da Lei Complementar nº 74, de 05 de dezembro de 2001, e com o artigo 79 da Lei Complementar nº 167, de 30 de janeiro de 2009, NOMEAR ROSELI WEH para exercer cargo de Agente Político de SECRETÁRIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, a partir de 23 de junho de 2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de junho de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 18.118

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254

Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04

89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 18.118

DESIGNA GESTORES DO FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE DE POMERODE

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 74, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal, parágrafo único da seção VI e o art. 22 inciso VI do Decreto nº 2544, de 04/11/2010 instituído pela Lei nº 1962, de 09/03/2007

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Sra. ROSELI WEH, Secretária de Cidadania e Desenvolvimento Social de Pomerode, para assinar em conjunto com a Sra. MÔNICA SUSAN ZIMMER, Secretária de Administração e Fazenda, toda movimentação bancária do Fundo Municipal para a Criança e Adolescente de Pomerode.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de junho de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Edital de Licitação Pregão Presencial N.º 024/2014 - Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 048/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, NOTEBOOKS E TABLETS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 08/07/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 08/07/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 24 de Junho de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada**PREFEITURA****Concorrência 006/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0057/2014

CONCORRENCIA PUBLICA N.º 006/2014

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade CONCORRENCIA PÚBLICA para a concessão real de uso, a título gratuito, de uma área de terra localizada no distrito industrial, para instalação de empresa no ramo de chapeação, mecânica de veículos leves ou pesados e funilaria. compreendendo o lote n. 23-A, registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada, SC, sob a matrícula nº 5.755.

Recebimento de Envelopes: até as 13:50MIN do dia 28/07/2014.
Abertura: às 14h00min horas do dia 28/07/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 24 de junho de 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Complementar Municipal Nº 053, de 18 de Junho de 2014.

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 053, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, Consolida e Amplia o Quadro Pessoal, estabelecendo Cargos, funções e vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Legislativo de Porto Belo e dá outras providências.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica criado e instituído, nos termos da presente Lei Complementar, o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Pessoal do Poder Legislativo do Município de Porto Belo, destinado a estruturar cargos e funções, fixar vencimentos e gratificações e estabelecer diretrizes sobre a movimentação funcional, com o objetivo de assegurar a eficiência da ação administrativa e a qualidade do serviço público, fundamentado nos princípios de:

- I - organização técnica e administrativa do trabalho;
- II - desenvolvimento da Política de Recursos Humanos;
- III - qualificação profissional;
- IV - valorização profissional;

Art. 2º O quadro funcional, seus cargos e funções ante o Poder Legislativo do Município de Porto Belo, reger-se-á pelo estabelecido nesta lei, observado o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Belo.

Art. 3º Integram o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Pessoal do Poder Legislativo:

- I - Quadro de Pessoal;
- II - Tabela de Vencimentos;
- III - Progressão Funcional.

Art. 4º Para efeito da aplicação do presente plano é adotada a seguinte terminologia:

- I - Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos é o instrumento que define cargos e funções, vencimentos e gratificações, bem como estabelece diretrizes sobre o provimento e a forma de movimentação funcional;
- II - Quadro de Pessoal é o conjunto de cargos de provimento efetivo, em comissão e de funções gratificadas;
- III - Grupo Ocupacional é o conjunto de cargos ou de funções gratificadas agrupados segundo a natureza de trabalho, a escolaridade, a forma de provimento, as atribuições e o grau de complexidade e responsabilidade;
- IV - Cargo de Provimento Efetivo é uma unidade de ocupação funcional, com denominação própria, atribuições e vencimentos estabelecidos nos termos da lei, para ser ocupado na forma estabelecida nesta Lei Complementar;
- V - Cargo de provimento em Comissão é uma unidade de ocupação funcional, com denominação própria, atribuições e vencimentos estabelecidos nos termos da lei, de livre nomeação, exoneração e controle de jornada, para ser ocupado na forma estabelecida nesta Lei Complementar;
- VI - Função Gratificada é o conjunto de atribuições e responsabilidades, com denominação própria e estipêndio estabelecidos em lei, de livre designação, para ser desempenhada por servidor

efetivo do Poder Legislativo, na forma estabelecida nesta Lei Complementar;

VII - Nível é a graduação ascendente, existente em cada grupo ocupacional, determinante da progressão vertical;

VIII - Referência é a graduação ascendente, existente em cada nível, determinante da progressão horizontal;

IX - Tabela de Vencimento é o conjunto de coeficientes que, aplicados sobre o piso salarial definido nesta Lei Complementar, determina o vencimento do servidor;

X - Progressão Funcional é o de deslocamento funcional de servidor ocupante de cargo efetivo, por promoção, no mesmo cargo;

XI - Transposição é o deslocamento do servidor de um cargo para outro de atribuições correlatas;

XII - Vencimentos: Retribuição pecuniária pelo exercício do cargo, com valor fixado em Lei.

XIII - Remuneração: Vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em Lei".

CAPÍTULO II DOS CARGOS E SEU PROVIMENTO

Art. 5º Os cargos de provimento efetivo estão classificados e inseridos nos respectivos Grupos Ocupacionais, abaixo relacionados:

- I - Atividades de Nível Superior: cargos de provimento efetivo, para cujo desempenho é exigido diploma de curso superior;
- II - Atividades de Nível Médio: cargos de provimento efetivo, para cujo desempenho é exigido certificado de conclusão de ensino médio;
- III - Atividades de Nível Fundamental: cargos de provimento efetivo, para cujo desempenho é exigido prova de conclusão de ensino fundamental.

Art. 6º Os cargos de provimento em comissão, destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento, são os classificados abaixo:

- I - Direção e Assessoramento Superior: Cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, para cujo desempenho é exigido inscrição no Conselho de Classe de atuação profissional;
- Art. 7º. O quadro de pessoal e grupos ocupacionais constituem-se e subdividem-se em:

- I - Grupo ocupacional de Serviços Gerais - constituem-se em cargos de provimento efetivo inerentes às atividades de serviços gerais;

a) Agente Legislativo de Nível Fundamental:

- 1) Servente;
- 2) Motorista;

II - Grupo ocupacional de Serviços Administrativos constituem-se em cargos de provimento efetivo inerentes às atividades de apoio administrativo à nível de assessoramento e secretariado;

a) Agente Legislativo de Nível Médio:

- 1) Diretor de Contabilidade;
- 2) Diretor de Secretaria;
- 3) Secretária;
- 4) Assessor Técnico Legislativo;
- 5) Auxiliar Administrativo;

b) Agente Legislativo de Nível Superior:

- 1) Jornalista;

III - Grupo ocupacional de Assessoramento Técnico Comissionado - constituem-se em cargos inerentes às atividades técnicas que demandem conhecimento técnico, cuja nomeação se dá em cargo de comissão;

a) Agente Legislativo Nível Superior:

- 1) Diretor Jurídico.

Art. 8º. Os cargos dos incisos I e II do Art. 7º são todos de caráter efetivo e sua nomeação dependerá de ingresso na carreira pública mediante concurso.

Art. 9º. O Grupo Ocupacional de Assessoramento Técnico Comissionado é constituído de funções de confiança atribuídas para as atividades de apoio da Mesa Diretora e Plenário da Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os cargos de que tratam o inciso III do artigo 7º

são de livre nomeação pela Mesa Diretora, nos termos do Regimento Interno.

Art. 10 - Os vencimentos dos cargos descritos nos incisos I, II e III do artigo 7º, estão fixados conforme Anexo I desta Lei.

CAPÍTULO III

DA CARREIRA FUNCIONAL

Art. 11 Carreira Funcional é a progressão do servidor do Poder Legislativo, na forma prevista nesta Lei Complementar, observada a habilitação profissional correspondente ao cargo.

Art. 12 O ingresso na carreira funcional dar-se-á no nível e referência iniciais do cargo o qual o servidor prestou concurso público.

Art. 13 A progressão funcional dar-se-á através de:

I - promoção por desempenho;

II - promoção por antiguidade;

III - promoção por aperfeiçoamento;

Art. 14 A gratificação por desempenho do servidor na carreira, se dará a cada 02 (dois) anos por tempo de serviço ou por cursos de aperfeiçoamento profissional, freqüentado na área de atribuições e atuação do cargo ocupado.

§ 1º - Não serão considerados como de efetivo exercício no cargo, os afastamentos decorrentes de:

I - licença sem vencimentos;

II - faltas não abonadas;

III - suspensão disciplinar;

IV - prisão administrativa ou decorrente de decisão judicial

§ 2º - Não poderá ser promovido o servidor em estágio probatório.

Art. 15 - Os cursos de aperfeiçoamento profissional serão aplicados da seguinte forma:

I - Pelos Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento Profissional, na respectiva área de atuação, que serão computados a cada 02 (dois) anos.

II - Para a contagem das horas de atualização e aperfeiçoamento só terão validade os cursos de no mínimo de 04 (quatro) horas/aula devidamente registrado em instituições credenciadas;

III - Somente, a somatória dos últimos 02 (dois) anos e no mínimo 50 (cinquenta) horas de cursos de atualização e aperfeiçoamento profissional será computada para o progresso funcional.

Art. 16 - A progressão/promoção disposta no inciso III, art. 13º será acrescida em 5% (cinco por cento) a mais em seu vencimento.

Art. 17 - A progressão funcional vertical consiste na movimentação do servidor, ocupante de cargo efetivo, para nível superior do exigido para seu cargo.

Parágrafo Único - A conquista de níveis será efetuada da seguinte forma:

I - O progresso funcional vertical dar-se-á com a mudança de nível somente quando comprovada nova habilitação e aprovado pelos Departamentos de Recursos Humanos e Jurídico, bem como posterior homologação pelo Presidente da Câmara;

II - A solicitação do progresso funcional vertical poderá ser requerido a qualquer época do ano civil pelo servidor;

III - O servidor deverá solicitar a progressão funcional vertical, através de requerimento acompanhado de cópia autenticada do diploma, encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos.

Art. 18 - No progresso vertical os servidores estáveis que comprovarem habitação acadêmica terão um acréscimo em seus vencimentos na seguinte proporção:

§ 1º Para as Categorias de Nível Superior:

I - Formação inicial em nível superior, devidamente reconhecido pelo Ministério de Educação e registrado no seu respectivo órgão de classe, com remuneração e carga horária definidos na legislação de criação do respectivo cargo.

II - Formação em pós-graduação lato sensu em nível de especialização, devidamente reconhecido pelo Ministério de Educação, receberá de acordo com a jornada de trabalho um acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o seu vencimento;

III - Formação em pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado devidamente reconhecido pelo Ministério de Educação, receberá de acordo com a jornada de trabalho um acréscimo de 15%

(quinze por cento) sobre o seu vencimento;

IV - Formação em pós-graduação stricto sensu em nível de doutorado devidamente reconhecido pelo Ministério de Educação, receberá de acordo com a jornada de trabalho um acréscimo de 15% (quinze por cento) sobre o seu vencimento;

§ 2º Categoria funcional de Nível Médio:

I - Formação inicial em curso de nível médio, devidamente reconhecidas pelo MEC (Ministério de Educação), os vencimentos básicos serão reajustados anualmente e fixados por lei específica de acordo com os índices oficiais do governo.

II - Formação em nível superior, devidamente reconhecido pelo Ministério de Educação, receberá de acordo com a jornada de trabalho um acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o seu vencimento;

III - Formação em pós-graduação lato sensu em nível de especialização, devidamente reconhecido pelo Ministério de Educação, receberá de acordo com a jornada de trabalho um acréscimo de 15% (quinze por cento) sobre o seu vencimento;

IV - Formação em pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado, devidamente reconhecido pelo Ministério de Educação, receberá de acordo com a jornada de trabalho um acréscimo de 15% (quinze por cento) sobre o seu vencimento;

§ 3º Categoria de Nível Fundamental

I - Formação inicial em curso de ensino fundamental, devidamente reconhecido pelo MEC (Ministério da Educação), os vencimentos básicos serão reajustados anualmente e fixados por lei específica de acordo com os índices oficiais do governo.

II - Formação em nível médio devidamente reconhecido pelo MEC (Ministério da Educação) receberá de acordo com a jornada de trabalho um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o seu vencimento.

III - Formação em nível superior, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, receberá de acordo com a jornada de trabalho um acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o seu vencimento;

IV - Formação em pós-graduação lato sensu em nível de especialização, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, receberá de acordo com a jornada de trabalho um acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o seu vencimento;

§ 4º - CATEGORIA:

I - As progressões e/ou promoções de que trata este artigo serão acumulativas.

Art. 19 - A jornada de trabalho é a duração do tempo previsto em lei, a ser cumprida, obrigatoriamente no local designado, pelos servidores e não poderá ser superior a quarenta horas semanais.

Art. 20 - Os servidores ocupantes do Grupo Ocupacional de Assessoramento Técnico Comissionado estarão livres do controle de jornada de trabalho, porém deverão sempre atender todas as atribuições inerentes a sua função.

Art. 21 - Aos servidores da Câmara Municipal de Porto Belo fica assegurado o piso salarial estabelecido para as diversas categorias funcionais, como também a reposição e as perdas salariais na data base da categoria conforme os índices estabelecidos pelos órgãos oficiais.

Art. 22- As vantagens são os acréscimos sobre o vencimento dos servidores.

Parágrafo Único - Além do vencimento os servidores da Câmara Municipal de Porto Belo farão jus às seguintes vantagens:

I - Progressão Horizontal;

II - Progressão Vertical;

III - Gratificações por Função e Assessoria Técnica;

IV - Adicional por Tempo de serviço;

V - licença prêmio nos termos da Lei Municipal Vigente.

Art. 23 - Em consonância com a Lei Municipal nº 718/1993 é devido ao servidor efetivo investido em função de direção, chefia ou assessoramento gratificação pelo seu exercício, em percentual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) incidente sobre o vencimento básico do cargo, não podendo no entanto, ser superior a 50% (cinquenta por cento) do vencimento.

§ 1º. A gratificação de que trata o "caput" deste artigo é cumulativa com quaisquer outras vantagens de caráter pessoal ou funcional, entretanto, não incorpora aos rendimentos do servidor para fins de aposentadoria.

§ 2º. A concessão de gratificação estabelecida no "caput" deste artigo, dependerá de ato do Chefe do Poder Legislativo.

Art. 24. O servidor designado para Assessoria Técnica de Comissão Parlamentar de Inquérito fará jus a gratificação especial de 20% (vinte por cento) sobre seus vencimentos base.

Art. 25 - Por ano efetivo e ininterrupto de exercício funcional no Poder Legislativo Municipal, o servidor fará jus a 2% (dois por cento) de Adicional por tempo de serviço, incidente sobre o vencimento base, limitado ao percentual máximo de 70% (setenta por cento).

Art. 26-Não será considerado como tempo de serviço efetivo na Câmara Municipal o período relativo a:

I - faltas injustificadas;

II - licença para tratamento de assuntos particulares;

III - suspensão disciplinar;

IV - prisão decorrente de decisão judicial;

V - licença para desempenho de mandato eletivo.

Art. 27-As atribuições dos cargos e funções previstas no artigo 7º desta lei seguem devidamente discriminadas no Anexo I desta lei.

Art. 28 -Os servidores do Poder Legislativo Municipal, seja efetivo ou comissionado, deverão obedecer à hierarquia funcional, ficando sujeito ao processo disciplinar e pena, conforme estabelecido na Lei Municipal nº718/1993. (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais)

Art. 29-Aplica-se de forma suplementar a esta lei as normas estabelecidas na Lei Municipal nº 718/1993 e suas alterações.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 30 - Os cargos de Diretor de Secretaria e Diretor e Contabilidade, continuarão preenchidos pelos servidores efetivos neles já empossados até a data de hoje, entretanto, em caso de vacância, os respectivos cargos serão alterados, sendo exigido nível superior.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 - A concessão de reposição e/ou reajuste dos vencimentos dos servidores públicos do Poder Legislativo do Município de Porto Belo se sujeita aos limites prudenciais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos do Relatório de Gestão Fiscal de cada quadrimestre, e não constituirão direitos em favor do servidor.

Art. 32 -Ficam asseguradas as gratificações e abonos previstos em Resoluções do Poder Legislativo Municipal e demais leis municipais vigentes.

Art. 33 -As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 34 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 007/2004.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de junho de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

ANEXO I

QUADRO FUNCIONAL DE PROVIMENTO EFETIVO DO PODER LEGISLATIVO

Descrição DO CARGO DE MOTORISTA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Grupo Ocupacional de Serviços Gerais: Atividades de Ocupação de Nível Fundamental

Categoria Funcional:Motorista do Poder Legislativo de Município

de Porto Belo.

Carga horária Semanal:40 (quarenta) horas semanais.

Nível:Agente Legislativo de Nível Fundamental

Quantidade: 01

Vencimento: R\$ 1.235,00 (hum mil e duzentos e trinta e cinco reais).

ATRIBUIÇÕES:

1) Conduzir o veículo oficial do Poder Legislativo;

2) Vistoriar o veículo, observando a carroceria e testando freios, comandos, para certificar-se de suas condições de funcionamento;

3) Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água, óleo do cárter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento;

4) Movimentar o veículo, manipulando seus comandos e observando o fluxo do trânsito e a sinalização para conduzi-los aos locais previamente estabelecidas pelas autoridades superiores;

5) Zelar pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos para assegurar seu perfeito estado;

6) Recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o a garagem, para permitir a manutenção e abastecimento do mesmo;

7) Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos, mantendo sempre uma conduta discreta, reservada e atenciosa, zelando sempre pelo bem estar dos passageiros por ele conduzidos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Carteira Nacional de Habilitação Classe B, com pelo menos 05 (cinco) anos da data da primeira habilitação e ensino fundamental completo.

descrição DO CARGO DE servente

Grupo Ocupacional de Serviços Gerais: Atividades de Ocupação de Nível Fundamental

Categoria Funcional:Servente

Carga horária Semanal:40 (quarenta) horas semanais.

Nível:Agente Legislativo de Nível Fundamental

Quantidade: 02

Vencimento: R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais).

ATRIBUIÇÕES:

1) Realizar e manter a limpeza da Câmara Municipal e suas dependências;

2) Realizar e atender o serviço de copa, inclusive nas Sessões Plenárias e nas reuniões das Comissões Parlamentares;

3) Manter a higiene das instalações sanitárias e da cozinha;

4) Manter a arrumação da cozinha e seus utilitários;

5) Controlar o uso e estoque de materiais de limpeza, copa e cozinha;

6) Fazer e servir o café em todos os setores da casa na forma organizada pela administração;

7) Comunicar ao departamento administrativo todas as ocorrências do setor;

7) Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ensino Fundamental Completo.

descrição DO CARGO DE DIRETOR DE CONTABILIDADE

Grupo Ocupacional de Serviços Administrativos: Atividades de Ocupação de Nível Médio

Categoria Funcional: Diretor de Contabilidade

Carga horária Semanal:40 (quarenta) horas semanais.

Nível:Agente Legislativo de Nível Médio

Quantidade: 01

Vencimento: R\$ 2.946,00 (dois mil e novecentos e quarenta e seis reais)

ATRIBUIÇÕES:

1) Desenvolver atividades relativas aos atos e fatos da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balancetes, balanços, registro e demais demonstrações contábeis.

2) Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade;

3) Elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos;

4) Elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos;

5) Elaborar registros de operações contábeis;

6) Organizar dados para a proposta orçamentária;

7) Elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis;

8) Fazer acompanhamento da legislação sobre execução orçamentária;

9) Controlar empenhos e anulação de empenhos;

10) Orientar na organização de processo de tomadas de prestação de contas;

11) Assinar balanços e balancetes;

12) Fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade de administração financeira;

13) Opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídico-contábil, financeira e orçamentária, propondo as soluções cabíveis, em tese;

14) Realizar trabalhos de auditoria contábil interna, inspecionando regularmente a escrituração dos livros fiscais, verificando se os registros efetuados correspondem aos documentos que lhes originaram;

15) Supervisionar os cálculos de reavaliação do ativo e de depreciação de veículos, máquinas, móveis, utensílios e instalações, ou participar destes trabalhos, adotando os índices indicados para cada ano;

16) Realizar perícias e verificações;

17) Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades;

18) Emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários;

19) Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

20) Responder pelo Departamento de Recursos Humanos, em especial elaborar folhas de pagamento, contra-cheques, certidões de tempo de serviço, portarias de nomeação, movimentação e exoneração de pessoal, bem como outras atividades atinentes a este departamento”.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ensino Médio Completo e Curso Técnico em Contabilidade com o Registro junto ao CRC.

descrição DO CARGO DE DIRETOR DE SECRETARIA

Grupo Ocupacional de Serviços Administrativos: Atividades de Ocupação de Nível Médio

Categoria Funcional: Diretor de Secretaria

Carga horária Semanal: 40 (quarenta) horas semanais.

Nível: Agente Legislativo de Nível Médio

Quantidade: 01

Vencimento: R\$ 2.946,00 (dois mil e novecentos e quarenta e seis reais)

ATRIBUIÇÕES:

1) Executar atividades de controle e entrada e saídas de materiais;

2) Organizar os processos legislativos, anexando documentos, e os encaminhando para análise das Comissões Parlamentares e Mesa Diretora.

3) Executar atividades de apoio administrativo;

4) Auxiliar na recepção de autoridades e visitantes;

5) Registrar os dados relativos ao assentamento funcional dos servidores;

6) Efetuar o registro, conferência e distribuição de documentos;

7) Realizar empréstimos de livros e publicações e controlar sua devolução.

8) Efetuar a correção de atas;

9) Proceder a revisão final dos textos para publicações;

10) Auxiliar a Mesa Diretora e demais vereadores durante as sessões ordinárias, extraordinárias, itinerantes e solenes;

11) Organizar as pautas das sessões, em especial os materiais de

pequeno expediente e prolongamento de expediente e ordem do dia.

12) Manter em ordem os arquivos das materiais apreciadas pelo Poder Legislativo.

13) Fazer atas e outras proposições;

14) Controlar a numeração das proposições;

15) Fazer publicar as proposições e atos legislativos na forma da lei;

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ensino Médio.

descrição DO CARGO DE SECRETARIA

Grupo Ocupacional de Serviços Administrativos: Atividades de Ocupação de Nível Médio

Categoria Funcional: Secretária

Carga horária Semanal: 40 (quarenta) horas semanais.

Nível: Agente Legislativo de Nível Médio

Quantidade: 01

Vencimento: R\$ 2.049,00 (dois mil e quarenta e nove reais)

ATRIBUIÇÕES:

1) Receber e Retirar as correspondências da Câmara e fazer a sua distribuição interna;

2) Elaborar, executar e despachar todas as correspondências da Câmara;

3) Encaminhar todas as matérias produzidas pela Câmara para os órgãos competentes;

4) Coletar assinaturas nas proposições produzidas pelos departamentos da Câmara;

5) Apoiar os trabalhos dos gabinetes parlamentares dentro de sua competência;

6) - fazer a redação dos atos praticados durante as sessões da Câmara;

7) Organizar a agenda e contatos de interesse da Câmara;

8) Acompanhar as sessões da Câmara para registro dos atos praticados e auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos;

9) Atender e recepcionar os visitantes, prestadores de serviços, representantes de órgãos públicos ou privados e dar o encaminhamento às suas solicitações;

10) Executar os trabalhos administrativos do Departamento; e - Auxiliar os Assessores, Procuradores ou superior imediato.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ensino Médio

descrição DO CARGO DE assessor técnico legislativo

Grupo Ocupacional de Serviços Administrativos: Atividades de Ocupação de Nível Médio

Categoria Funcional: Assessor Técnico Legislativo

Carga horária Semanal: 40 (quarenta) horas semanais.

Nível: Agente Legislativo de Nível Médio

Quantidade: 01

Vencimento: R\$ 2.049,00 (dois mil e quarenta e nove reais)

ATRIBUIÇÕES:

1) Assessorar os Vereadores nos trabalhos legislativos;

2) Instruir e despachar os processos administrativos e acompanhar a tramitação das proposições legislativas;

3) Pesquisar dados estatísticos e outras informações necessárias para elaboração de projetos de lei;

4) Comparecer às sessões;

5) Incumbir-se de outras tarefas ou atividades que lhe forem delegadas;

6) Controlar as proposições;

7) Elaborar exposições de motivos, ofícios, certidões e outros expedientes;

8) Auxiliar na elaboração de anteprojetos de lei adequando as proposições à técnica legislativas e à legislação em vigor;

9) Executar trabalhos de digitação de textos e planilhas;

10) Responder pela operacionalização e normalização dos serviços bibliotecários, pelo tratamento das informações e pelo estabelecimento das prioridades na aquisição de bens do acervo da biblioteca.

11) Zelar pela conservação do material documental sob sua guarda;

12) Redigir as redações finais dos Projetos de Lei a serem

encaminhados ao Poder Executivo.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ensino Médio

descrição DO CARGO DE auxiliar administrativo

Grupo Ocupacional de Serviços Administrativos: Atividades de Ocupação de Nível Médio

Categoria Funcional: Auxiliar Administrativo

Carga horária Semanal: 40 (quarenta) horas semanais.

Nível: Agente Legislativo de Nível Médio

Quantidade: 02

Vencimento: R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais)

ATRIBUIÇÕES:

1) Organizar e executar serviços auxiliares nas áreas administrativas, técnica e operacional.

2) Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários;

3) Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos;

4) Auxiliar na aquisição e, suprimento de material permanente e de consumo divulgação de editais e outras tarefas correlatas;

5) Coordenar, controlar e executar o cadastramento dos bens de caráter permanente;

6) Auxiliar o pessoal técnico na definição de objetivos e no planejamento administrativo;

7) Participar, mediante supervisão e orientação, de trabalhos relacionados as licitações públicas, redigindo atos, termos de ajuste e contratos correspondentes;

8) Executar serviços de digitação;

9) Executar trabalhos referentes a registros, análise e controle de serviços contábeis;

10) Executar serviços de cadastro geral, manutenção e organização de arquivos cadastrais, microfilmagem, e equipamento específico;

11) Executar serviços relativos à atualização de registros funcionais,

12) Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando e redigindo expedientes relacionados as suas atividades;

13) Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ensino Médio

descrição DO CARGO DE JORNALISTA

Grupo Ocupacional de Serviços Administrativos: Atividades de Ocupação de Nível Superior

Categoria Funcional: Jornalista

Carga horária Semanal: 40 (quarenta) horas semanais.

Nível: Agente Legislativo de Nível Superior

Quantidade: 01

Vencimento: R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)

ATRIBUIÇÕES:

1) Redigir, revisar, arquivar, comentar, fazer a coleta e divulgar informações de interesse jornalístico, bem como planejar, organizar e executar serviços de jornalismo e divulgação institucional.

2) Redigir, condensar, titular, interpretar, corrigir ou coordenar as matérias a serem divulgadas;

3) Fazer entrevistas e reportagens, escrita ou falada;

4) Planejar, organizar, dirigir e executar serviços técnicos de jornalismo;

5) Coletar notícias ou informações e preparar a sua divulgação;

6) Revisar originais de matérias jornalísticas, com vistas à correção redacional e à adequação da linguagem;

7) Organizar e conservar arquivos jornalísticos e pesquisa dos respectivos dados para elaboração de notícias;

8) Executar a distribuição gráfica de texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico para fins de divulgação;

9) Acompanhar os Vereadores quando solicitado em atividades legislativas;

10) Acompanhar as sessões, ordinárias, extraordinárias e solenes da Câmara de Vereadores;

11) Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

12) Realizar o registro do uso da palavra os vereadores durante as sessões legislativas.

13) Proceder com a publicação dos atos legais em jornal e no site da câmara.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ensino superior em jornalismo ou comunicação social ou relações públicas, com inscrição no respectivo órgão de regulamentação profissional.

QUADRO FUNCIONAL DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO

descrição DO CARGO DE DIRETOR JURÍDICO

Grupo ocupacional de Assessoramento Técnico Comissionado: Atividades de Ocupação de Nível Superior

Categoria Funcional: Diretor Jurídico

Carga horária Semanal: livre

Nível: Agente Legislativo de Nível Superior

Quantidade: 01

Vencimento: R\$ 3.330,00 (três mil trezentos e trinta reais)

ATRIBUIÇÕES:

1) Superintender os serviços jurídicos e administrativos da Procuradoria Jurídica;

2) Receber as intimações e notificações dirigidas à Câmara de Vereadores e ao Presidente da Câmara, nos procedimentos judiciais e extrajudiciais;

3) Representar a Câmara de Vereadores em juízo em qualquer grau de jurisdição, nas ações em que ela for parte ou, de qualquer forma, interessada, peticionando o que de Direito;

4) Propor e contestar ações em geral em todos os graus de jurisdição;

5) Reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, confessar, receber e dar quitação, firmar compromisso em ações do interesse da Câmara de Vereadores, salvo nas de natureza fiscal ou relativas ao patrimônio imobiliário, desde que expresso no instrumento procuratório;

6) Propor ao Presidente da Câmara o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo municipal e estadual, frente a Constituição do Estado;

7) Avocar o conhecimento de qualquer tema de competência da Procuradoria Jurídica;

8) Desempenhar outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente da Câmara;

9) Propor ao Presidente da Câmara de Vereadores a declaração de nulidade ou revogação de atos administrativos quando eivados de vícios;

10) Requisitar dos órgãos da administração documentos, diligências, esclarecimentos necessários à defesa dos interesses da Câmara de Vereadores;

11) Elaborar anteprojeto de leis, decretos legislativos, regulamentos, portarias, resoluções e normas internas;

12) Assistir diretamente o Presidente da Câmara e aos demais Vereadores quando solicitado;

13) Emitir pareceres às Comissões quando for requisitado;

14) Emitir pareceres em processo licitatório;

15) Exercer demais atribuições relacionadas ao cargo;

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ensino Superior em Direito, com inscrição junto a Ordem dos Advogados do Brasil, com experiência mínima profissional de pelo 05 (cinco) anos.

Lei Municipal Nº 2.170, de 18 de Junho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.170, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

"Dispõe sobre a gratuidade de transporte coletivo intramunicipal para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos e dá outras providências".

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica assegurada para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, gratuidade no transporte coletivo intramunicipal no Município de Porto Belo.

Art.2º Para ter acesso à gratuidade, o passageiro deverá apresentar documento oficial com foto que faça prova de sua idade.

Art. 3º Ficará responsável pela fiscalização do cumprimento da referida Lei a Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos.

Art. 4º Pelo descumprimento da presente Lei serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 500 UFM-PB;

Art.5º As denúncias em razão do não cumprimento da referida lei, deverão ser feitas por escrito com a devida identificação do denunciante e dirigida diretamente a Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos que notificará a empresa concessionária, concedendo prazo de 5(cinco) dias para apresentação de defesa.

Parágrafo Primeiro. Recebida a defesa o Secretário de Obras, Transporte e Serviços Públicos deverá decidir pela aplicação de pena de advertência e no caso de reincidência multa.

Art.6º A presente lei será regulamentada por Decreto Municipal no prazo máximo de 60(sessenta) dias contados de sua publicação.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art.8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de junho de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.168, de 18 de Junho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.168, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

"CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE - COMJUV NO MUNICIPIO DE PORTO BELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". (Autor: Vereador Estevão Bertemes Guerreiro - Maninho)

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Juventude do Município de Porto Belo - COMJUV com a finalidade de estudar, analisar, discutir, propor, formular, avaliar e articular políticas públicas de juventude que contribuam para a inclusão e afirmação social do jovem Portobelense.

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Juventude de Porto Belo:

I - sugerir à administração municipal políticas públicas visando assegurar e ampliar os direitos da juventude;

II - auxiliar o Poder Executivo na promoção e execução de projetos e programas para a juventude;

III - monitorar e avaliar programas de governo voltados para a juventude;

IV - fiscalizar o cumprimento da legislação voltada para a juventude e buscar recursos para implementação de políticas para a juventude;

V - promover trabalhos que incentivem o despertar para a consciência cidadã na juventude Portobelense;

VI - executar e coordenar o Fórum Municipal de Juventude de Porto Belo, a realizar-se sempre em datas construídas em parceria com o Poder Executivo.

Art. 3º - O COMJUV será composto de onze membros efetivos e seus respectivos suplentes, indicados por instituições representativas e nomeados pelo Poder Executivo, assim discriminados:

I - 05 (cinco) representantes do Poder Executivo, sendo eles:

a) Da Fundação Municipal de Esportes;

b) Da Secretaria Municipal de Educação;

c) Da Secretaria Municipal de Saúde;

d) Da Municipal de Assistência Social;

e) Da Fundação Municipal de Cultura;

II - um representante do Ministério Público Estadual;

III - um representante de Entidade/Associação ligada à Juventude;

IV - um representante de Grêmio Estudantil de Escola Estadual no Município;

V - um representante de Centro de Atendimento Especializado a Alunos Especiais no Município;

VI - um representante do segmento jovem escolhido das Pré-Conferências da Juventude realizada no Município no corrente ano;

VII - um membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;

Art. 4º - O CONJUV contará com a seguinte estrutura organizacional:

I - Plenário, composto por todos os conselheiros;

II - Diretoria, com a seguinte composição: a) presidente; b) vice-presidente e c) secretário.

§ 1º O mandato dos membros da Diretoria, assim como o dos conselheiros, será de dois anos.

§ 2º O presidente, o vice-presidente e o secretário do Conselho serão eleitos através do voto direto, no Plenário, por maioria

simples.

§ 3º O mandato do presidente será exercido de forma intercalada entre entidades governamentais e não governamentais, sendo que, quando o mandato do presidente for ocupado por representante de entidade governamental, o do vice será de entidade não governamental e vice-versa.

Art. 5º - A atividade dos membros da Conselho será considerada de relevante interesse público, não sendo remunerada.

Art. 6º - As despesas para o funcionamento do Conselho será providas por recursos próprios alocados no orçamento vigente da Secretaria de Assistência Social.

Art. 7º - O Prefeito regulamentará esta lei dentro de 120 dias, a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de junho de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.166, de 18 de Junho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.166, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

DÁ DENOMINAÇÃO À SERVIDÃO (Autor: Vereador João Paulo Serpa)

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica denominada " ANTÔNIO INACIO FURTUOSO", a servidão que tem seu início na Rua do CTG, e tem seu termino em terras de propriedade da Senhora Edite Maria Furtuoso, no Bairro Vila Nova, neste Município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de junho de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.167, de 18 de Junho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.167, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº1684 DE 02 DE JUNHO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Modifica a ementa da Lei Municipal 1684 de 02 de junho de 2009, a qual passará a ter a seguinte redação:

"INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA, PECUARIA, AGRICULTURA E AQUICULTURA - COMPPEAA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". (Autor: Vereador João Mendes)

Art. 2º - Altera o artigo 1º e 3º da Lei Municipal 1684 de 02 de junho de 2009, aos quais passarão a dispor da seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituído no Município de Porto Belo, o Conselho Municipal de Pesca, Pecuária, Agricultura e Aquicultura - COMPPEAA, órgão deliberativo e de assessoramento com a finalidade de fiscalizar, avaliar e executar os planos municipais de desenvolvimento da Pesca, Pecuária, Agricultura e Aquicultura.

"Art. 3º É de competência do COMPPEAA:"

Art. 3º - Altera o artigo 2º e os incisos I, II, III e IV da Lei Municipal 1684 de 02 de junho de 2009, aos quais passarão a dispor da seguinte redação:

"Art. 2º É de competência dos membros que integram o COMPPEAA, as seguintes atribuições:

I - Estudar e propor as diretrizes da política municipal de desenvolvimento da pesca, pecuária agricultura e aquicultura;

II - Coordenar a elaboração e fiscalizar a execução de projetos de interesse municipal, a cargo de diversos órgãos que se relacionem com a pesca, pecuária, agricultura e aquicultura;

III - Promover o estudo da legislação relativa à exploração dos recursos da pesca, pecuária, agricultura e aquicultura;

IV - Elaborar, em colaboração com as Secretarias Municipais de Pesca e Aquicultura e Secretaria de Agricultura e Pecuária, os programas de formação e capacitação de técnicos e profissionais de conformidade com as leis e orientações vigentes nestas áreas.

Art. 4º - Altera o artigo 4º e os incisos I e VIII, bem como os parágrafos 2º, 5º, 6º, 7º e 8º da Lei Municipal 1684 de 02 de junho de 2009, aos quais passarão a dispor da seguinte redação:

"Art. 4º - O COMPPEAA, será composto pelos seguintes membros:

I - 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, sendo 01 (um) representante da Secretária Municipal de Pesca e Aquicultura e 01 (um) representante da Secretária de Agricultura e Pecuária, e seus respectivos suplentes.

VIII - 01 (um) representante do sindicato dos trabalhadores rurais com abrangência no Município de Porto Belo (SC), e seu respectivo suplente.

§ 2º Os membros do COMPPEAA e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução por período igual.

§ 5º Havendo interesse, fica o COMPPEAA, autorizado a incorporar em seu corpo funcional de membros, representantes de novas associações, sindicatos, entidades e órgãos ligados a Pesca, Pecuária, Agricultura e Aquicultura, que por ventura, vierem a surgir na vigência desta lei.

§ 6º A incorporação a que se refere o parágrafo 5º da presente Lei, dar-se-á sempre que uma nova entidade ligada a este segmento solicitar a inclusão de seu representante ao COMPPEAA, ou quando a incorporação de representante de uma nova entidade for indicada e solicitada por parte de qualquer membro do referido COMPPEAA.

§ 7º As solicitações de novos representantes no rol de membros serão endereçadas ao Presidente do COMPPEAA, e decididas em única votação, por maioria relativa dos membros já existentes no COMPPEAA.

§ 8º Cada nova entidade terá direito de solicitar a incorporação de 1 (um) representante no rol de membros do COMPPEAA, que

no caso de aprovação em plenário, será nomeado pelo Prefeito e empossado pelo COMPEAA.

Art. 5º - Adiciona incisos ao artigos 4 da Lei Municipal 1684 de 02 de junho de 2009, ao qual passará a dispor da seguinte redação:

"IX -01 (um) representante da CIDASC, e seu respectivo suplente.

Art. 6º - Altera os parágrafos 1º e 3º do artigo 5º da Lei Municipal 1684 de 02 de junho de 2009, aos quais passarão a dispor da seguinte redação:

§ 1º O Presidente é a autoridade administrativa superior do COMPEAA, cabendo-lhe dirigir e orientar os trabalhos internos, presidir as reuniões do plenário e exercer sua representação externa, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e as resoluções expedidas pelo órgão.

§ 3º O COMPEAA manterá uma Secretaria Geral, destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, vinculado a Secretaria de Pesca e Aquicultura e/ou Secretaria de Agricultura e Pecuária, utilizando-se, dentro das disponibilidades, as instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

Art. 7º - Altera os artigos 6º e 7º da Lei Municipal 1684 de 02 de junho de 2009, aos quais passarão a dispor da seguinte redação:

Art. 6º -O COMPEAA, no prazo de até 06 (seis) meses, contados de sua constituição, elaborará o seu Regimento Interno, elegendo a primeira Mesa Diretora.

Art. 7º - O Plano de Desenvolvimento da Pesca, Pecuária Agricultura e Aquicultura será elaborado e aprovado em sessão plenária, depois de amplamente discutido em sessões, especialmente convocadas para tal propósito, devendo levar em conta os princípios estabelecidos na Lei Orgânica do Município.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, e em especial a ementa e o artigo 1º, artigo 2º e os incisos I, II, III e IV, artigo 3º, artigo 4º e seus incisos I e VIII, e parágrafos 1º, 5º, 6º, 7º e 8º, os parágrafos 1º e 3º do artigo 5º e os artigos 6º e 7º todos da Lei Municipal nº 1684/2009.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de junho de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.165, de 18 de Junho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.165, DE 18 DE JUNHO DE 2014.
DÁ DENOMINAÇÃO À SERVIDÃO (Autor: Vereador João Paulo Serpa)

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica denominada "DOS AÇORES", a servidão com Código de Logradouro 1695, que tem seu início na Rua Carlos Antônio da Silva Filho (morro de zimbros), e tem seu termino no reservatório da Casan (morro de baixo), no centro deste Município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de junho de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.164, de 18 de Junho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.164, DE 18 DE JUNHO DE 2014.
DÁ DENOMINAÇÃO À RUA. (Autor: Vereador Antônio Brito Junior)

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada "RITA DE CASSIA FELICIANO ANGIOLETTI", a rua, com Código de Logradouro 2787, que tem seu início na Av. Senador Atílio Fontana, e tem seu termino em terras de propriedade do Senhor Julius B. Eyald A. Heidrich, no Bairro Pereque, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 18 dias do mês de junho de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

Decreto Nº 1.229, de 17 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 1.229, DE 17 DE JUNHO DE 2014.
Nomeia Membros do Conselho Escolar do Núcleo de Desenvolvimento Infantil Clube do Cebolinha e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, de acordo com a Lei Municipal nº 1.756, de 12 de dezembro de 2009, os seguintes membros do Conselho Escolar do Núcleo de Desenvolvimento Infantil Clube do Cebolinha:

I - Representante da Direção:

Titular: Nerilda Rebêlo Roslindo

II - Representantes dos Professores:

Titular: Isabete Cardoso de Melo

Suplente: Fatiana Lopes Pinheiro

Titular: Maria de Fátima Campos de Abreu

Suplente: Leliane Santiago

III - Representantes do Comércio Local:

Titular: Bruna Neves Guerreiro

Suplente: Paulo Cezar Serpa Filho

IV - Representantes de Pais ou Responsáveis de Alunos:

Titular: Éverton Romero

Suplente: Maria de Fátima Roslindo

Titular: Cíntia Stein

Suplente: Geovana da Conceição

V - Representantes dos Servidores da Escola:

Titular: Danielli Cristini dos Santos Hileshein

Suplente: Arlen de Souza Coelho Castro

Titular: Margarete Altair Mafra

Suplente: Priscila Fernandes de Araújo Coelho

Art. 2º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de junho de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

Decreto Nº 1.230, de 17 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 1.230, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Pesca, Agricultura e Aquicultura - COMPEAA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, em conformidade com o disposto no artigo 3º da Lei Municipal nº 1.684, de 2 de junho de 2009, os seguintes membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Pesca, Agricultura e Aquicultura - COMPEAA:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Fernando Amadeu Raulino

Suplente: Marcos Marques

Titular: Gilberto Pedro

Suplente: Deoclecio Amâncio

II - Representante do Poder Legislativo:

Titular: João Mendes

Suplente: Jonas Amadeu Raulino

III - Representantes da EPAGRI:

Titular: Romilton Poluceno

Suplente: Márcio Nunes Palhano

IV - Representantes do Banco do Brasil:

Titular: Milton Tumelero

Suplente: Rogerio Luiz Vogel

V - Representantes da Colônia de Pescadores Z-8:

Titular: Asta Jandt dos Santos

Suplente: Altino Torquato dos Santos Junior

VI - Representantes da Associação de Maricultores de Porto Belo:

Titular: Sidnei Torres Pedroso

Suplente: Nilson Gonçalves

VII - Representantes da Associação de Pecadores de Porto Belo:

Titular: Rogerio Pedro da Silva

Suplente: Cleber dos Santos

VIII- Representantes das Comunidades Pesqueiras e Agrícolas do Município:

a) Bairro Sertão de Santa Luzia:

Titular: Duilton dos Santos

Suplente: Rosa Helena G. Kretzer

b) Bairro Araçá:

Titular: Sebastião João Martins

Suplente: Marisel Sebastião Martins

c) Bairro Alto Perequê:

Titular: João Amaro Francisco

Suplente: Amaro João Francisco

d) Bairro Santa Luzia:

Titular: Miquéias Manoel da Silva

Suplente: Marquione Joel da Silva

e) Bairro Vila Nova:

Titular: Pedro Vargas

Suplente: Alcides Antonio Cota

f) Bairro Valongo:

Titular: Edemir Célio Martinhago

Suplente: Ezequiel Elias da Costa

g) Bairro Perequê:

Titular: João Mendes

Suplente: Nilson Damazio

Art. 2º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de junho de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

Decreto Nº 1.231 de 17 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 1.231 DE 17 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia Membros do Conselho Municipal do Idoso.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, de acordo com a Lei nº 1.748/2009, os seguintes membros do Conselho Municipal do Idoso:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Patrícia da Costa Oliveira

Suplente: Arlete Maria Osvald

II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Marcio Fernando

Suplente: Terezinha Pereira

III - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Rogério Pereira Leite

Suplente: Adriana Fogaça Pilz

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Turismo:

Titular: Anderson Guilherme Braga Jaques

Suplente: André Balestra

V - Representantes da Fundação Municipal de Esportes:

Titular: Ricardo Laus Simas

Suplente: Samuel Shnor Machado

VI - Representantes da Fundação Municipal de Cultura:

Titular: Suzete Cerutti Kummer

Suplente: Fabiana Kretzer

VII - Representantes do Poder Legislativo:

Titular: Emerson Luciano Stein

Suplente: Altino Torquato dos Santos Junior

VIII - Representantes de Entidades ou Grupo de Idosos:**a) Clube de Mães:**

Titular: Beatriz Lazzarine Amâncio

Suplente: Maria Odete F. Rebelo

b) Grupo Melhor Idade Amigos para Sempre:

Titular: Valmor Alexandre

Suplente: Antônia Valéria Azarias

c) Grupo Anos Dourados:

Titular: Osni Pereira

Suplente: Solerte Xavier Rizzi

IX - Representantes de Serviços e Organizações de Assistência Social:**a) Escola Especial "Ensina a Viver" - APAE**

Titular: Leila T. K. Regis

Suplente: Irma Tomazzia Casamassa

b) Associação de Desenvolvimento Comunitário de Porto Belo:

Titular: Silvana Nunes Stadler

Suplente: Fernanda Rodrigues Santos Diniz

X - Representantes de Grupos de Atividades Culturais de Porto Belo:**a) Vida Nova:**

Titular: Lautá Peixoto Camargo

Suplente: Lídia Muller de Macedo

b) Grupo Alegria:

Titular: Lourdete T. K. Regis

Suplente: Santa Regina Costa

Art. 2º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de junho de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 488/2014

DECRETO Nº 488, de 23 de junho de 2014.

Autoriza a prorrogação do IPTU e TFR dos imóveis atingidos pela Situação de Emergência, decorrente das fortes chuvas que assolaram o Município de Porto União - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso XVII, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e pelo Inciso VI, do artigo 8º, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a prorrogação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e Taxa de Funcionamento Regular - TRF, referente ao exercício de 2014, devidos pelos imóveis residenciais e estabelecimentos comerciais e industriais, situados nas áreas atingidas pela enchente e desmoronamentos, que resultaram no Decreto de Situação de Emergência nº 483, de 09 de junho de 2014.

Art. 2º Do IPTU:

I- Fica prorrogada a parcela de referência 04, com vencimento em 16 de junho de 2014, para 16 de dezembro de 2014.

Parágrafo único. O disposto no inciso I deste artigo não se aplica aos imóveis territoriais não edificadas.

Art. 3º Da TFR:

I- Fica prorrogada a parcela em cota única e/ou primeira parcela, com vencimento para 25 de junho de 2014, para 25 de setembro de 2014;

II- a segunda parcela, com vencimento em 25 de julho de 2014, para 27 de outubro de 2014;

III- a terceira parcela, com vencimento em 25 de agosto de 2014, para 25 de novembro de 2014.

Art. 4º A concessão dos benefícios de que tratam este Decreto estão condicionados aos imóveis e às empresas que tenham sido efetivamente atingidos pela enchente e desmoronamentos, devendo ser comprovados pelos seguintes documentos:

I- Laudo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para imóveis residenciais;

II- Laudo da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Municipal de Defesa Civil, no caso de desmoronamentos;

III- Atestado de Vistoria, realizado pelo Setor de Fiscalização Tributária do Município.

Art. 5º A solicitação de prorrogação do IPTU e TRF de 2014 será dirigida diretamente ao Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade, ao qual caberá decidir sobre o mérito do pleito, mediante decisão devidamente fundamentada.

Parágrafo único. Os requerimentos de que trata este artigo estão isentos da taxa de expediente.

Art. 6º Fica o Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade autorizado a tomar as medidas necessárias à operacionalização do presente Decreto, inclusive com a expedição de atos normativos

destinados a complementar as regras procedimentais a respeito do trâmite dos requerimentos de remissão.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 23 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 0648/RH

PORTARIA N. 0648/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 170, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a penalidade de Advertência, com fundamento ao disposto no Art. 171, incisos I, XI e XII, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, ao servidor municipal JAILSON ALVES DO ROSARIO, matrícula 87092/3, ocupante do cargo de provimento efetivo Vigia, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar N. 024/2013, que concluiu que o servidor transgrediu os incisos II e III, do Art. 157 e incisos XIX e XX, do Art. 158, ambos da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria Nº 0722/RH

PORTARIA Nº 0722/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0957/RH de 03/09/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Centro de Educação Infantil Cobras e, designar como membros: LUCEIA SCHAFFER, matrícula 98175/7, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo e designada para exercer as funções do cargo de Diretora, MARIANA MINATTI GIACOMINI, matrícula 167797/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, EVELISE SUCATELLI MATE, matrícula 97209/4, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e, designar como seus respectivos suplentes: MARLI KANITZ MUNZFELD, matrícula 82325/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e, SILVIA VIGNOLA, matrícula 98256/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria Nº 0723/RH

PORTARIA N. 0723/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora CARLA FABIANA RIBEIRO, matrícula n. 78565/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, a quarta Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de dezembro de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Pregão Presencial 088/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2014

OBJETO: Contratação de serviços de telefonia móvel, com aparelhos em comodato, para a administração municipal de Rio do Sul
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 07/07/2014, às 08:30h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 07/07/2014. , no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 20 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Pregão Presencial 091/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2014

OBJETO: Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios para atender a Secretaria de Assistência Social.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 08/07/2014, às 08:30h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:30h do dia 09/07/2014. , no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 24 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Lei 5.483

LEI Nº 5.483, de 23 de junho de 2014.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), por conta do repasse do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional - Rio do Sul, para aquisição de maquinário, implementos e equipamentos rodoviários, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:		
----------	--	--	--

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANJEMANTO URBANO E MEIO AMBIENTE		
05.03	Departamento de Urbanismo		
1.419	Aquisição de Maquinário, Implementos e Equipamentos Rodoviários		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01240055	Convênio Estado	R\$	2.000.000,00
	TOTAL	R\$	2.000.000,00

Art. 2º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

23 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Decreto Nº 4145, de 23 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4145, de 23 de junho de 2014.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.483, de 23/06/2014,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), por conta do repasse do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional - Rio do Sul, para aquisição de maquinário, implementos e equipamentos rodoviários, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:		
----------	--	--	--

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANJEMANTO URBANO E MEIO AMBIENTE		
05.03	Departamento de Urbanismo		
1.419	Aquisição de Maquinário, Implementos e Equipamentos Rodoviários		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01240055	Convênio Estado	R\$	2.000.000,00
	TOTAL	R\$	2.000.000,00

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

23 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Salto Veloso

PREFEITURA

Termo de Retificação de Publicação Processo Nº03/2014 - DI Nº02/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC
IPRESVEL-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO
PROCESSO Nº03/2014 - DL Nº02/2013

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
RETIFICA A PUBLICAÇÃO DO DIA 23/06/2014
ONDE SE LÊ: Processo: 02/2013
LEIA-SE: Processo 03/2013 /Dispensa Nº02/2013

Termo de Retificação de Publicação Processo Nº02/2014 - DI Nº01/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC
IPRESVEL-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO
PROCESSO Nº02/2014 - DL Nº01/2013

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
Retifica a publicação do dia 23/06/2014
ONDE SE LÊ: Processo: 01/2013
LEIA-SE: Processo 02/2013 /Dispensa Nº01/2013

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Resultado Habilitação E Abertura Proposta-Licitação 54/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul
Comissão Permanente de Licitação

COMUNICADO

A Comissão Permanente de Licitações, após análise da habilitação e Decisão do Prefeito Municipal, comunica que restou HABILITADAS ao Processo de Licitação nº 54/2014 - Concorrência Pública nº 54/2014, que objetiva a execução das etapas de drenagem, terraplenagem, pavimentação asfáltica e sinalização, na continuação da estrada municipal que liga a cidade de Santa Rosa do Sul ao IFC Instituto Federal Catarinense - Campus Santa Rosa do Sul, entre as Estacas 00 e 110, com extensão de 2,2km, tudo em conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico-financeiro, as licitantes: Coenco Engenharia e Construções Ltda e Setep Construções S/A.

Comunica aos representantes das empresas habilitadas que a abertura dos Envelopes contendo as propostas de preços fica marcado para o dia 25 de junho de 2014, às 14h00min, na sala do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Santa Rosa do Sul, 24 de junho de 2014.
Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

Joelson Farias Pereira
Presidente da CPL

Edital 65/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO 65/2014- PR 65/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para fornecimento de Produtos Alimentícios para Merenda Escolar, materiais de limpeza e higiene as escolas municipais, durante o segundo semestre de 2014. Conforme especificações constantes do anexo I que integra este Edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 11:30horas do dia 07 de julho de 2014, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08:30 horas do dia 08 de julho de 2014. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113.
E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 24 de junho de 2014.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Edital 66/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 66/2014- PR 66/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para fornecimento de Produtos Alimentícios e Materiais de Limpeza e Higiene para os Centros de Educação Infantil Municipal (creches), durante o segundo semestre de 2014. Conforme especificações constantes do anexo I que integra este edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 11:30 horas do dia 07 de julho de 2014, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08:30 horas do dia 09 de julho de 2014. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 24 de junho de 2014.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Santa Terezinha do Progresso**PREFEITURA****Licitacao N. 422/2014**

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 422/2014 na MODALIDADE: Pregão Presencial, para AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO, CONSERTO DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 09:00 horas do dia 07/07/14, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 23/06/14.

Jacob Gilmar Junges

Prefeito Municipal.

Contrato Nº 22

CONTRATO Nº. 22/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Ernesto Francisco Cardoso, CNPJ n. 11.360.515/0001-19, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa FGA. PATRICIA SIMON PETRY estabelecida na cidade de Maravilha - SC, CNPJ n.020.559.369-05, neste ato representado pelo Sr. PATRICIA SIMON PETRY, residente e domiciliado em Maravilha, CPF/RG n. 020.559.369-05 O doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL NA ÁREA DE FONOAUDIOLOGIA PARA ATENDER PACIENTES DO MUNICÍPIO, CONFORME ENCAMINHAMENTOS DA UNIDADE DE SAÚDE, em decorrência do Processo Licitatório n. 138/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL NA ÁREA DE FONOAUDIOLOGIA PARA ATENDER PACIENTES DO MUNICÍPIO, CONFORME ENCAMINHAMENTOS DA UNIDADE DE SAÚDE, sendo:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VLR UNITARIO	VLR TOTAL DO ITEM
1	6,00	UND	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM FONOAUDIOLOGIA PARA ATENDER PACIENTES DO MUNICÍPIO, CONFORME ENCAMINHAMENTOS DA SECRETARIA DE SAÚDE	800,00	4.800,00



CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

Os serviços deverão ser executados de segunda-feira a sexta-feira na Secretaria Municipal de Saúde do município localizado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, n. 56, centro, município de Santa Terezinha do Progresso/SC, conforme horário de atendimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, REAJUSTE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo prestação dos serviços ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) correspondente ao serviço prestado e de acordo com os preços devidamente registrados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante crédito direto na conta bancária da CONTRATADA, cujo Banco, número da Agência e da Conta Corrente, será fornecido na data da assinatura do presente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A nota fiscal deverá ser emitida em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, localizado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, n. 56, município de Santa Terezinha do Progresso - SC - CNPJ Nº 11.360.515/0001-19, e informar o Banco, a Agência e a Conta Corrente para depósito.

CLÁUSULA QUARTA - DIREITOS DA PARTE

Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na lei nº 8.666/93, Lei nº. 8.078-Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pela prestação dos serviços objeto do presente Termo de Contrato, de acordo com o estabelecimento na Cláusula Terceira.

A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços objeto do presente contrato de acordo com a proposta apresentada no processo de Pregão nº 10/2014

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA dará ao CONTRATANTE total garantia pelos serviços prestados, e ficará obrigada a arcar com o ônus, quando for constatado irregularidades, de acordo com os termos da lei Federal nº 8.666/93 e com a Legislação de defesa do Consumidor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do objeto do presente Termo de Contrato, será efetuado através do item orçamentário

0901	10	301	25	2	25	Rede básica de saúde	339036300000	Serviços Médicos E Odontológicos	100
------	----	-----	----	---	----	----------------------	--------------	----------------------------------	-----

*Órgão Unidade / Função / Sub Função / Programa / Destino / Projeto Atividade / Nome Proj.Atividade / Categoria Econômica / Nome Cat. Econômica / Fonte de Recursos

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A recusa na assinatura do contrato ou a inexecução parcial ou total do mesmo, acarretará nas seguintes penalidades:

a) No caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou no caso de rescisão contratual por culpa da

CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato ou do saldo a executar, conforme o caso.

b) No caso de não cumprimento do prazo de entrega proposto, ficará a CONTRATADA, sujeita à multa de 0,33 (trinta e três décimos por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento).

c) No caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas nas alíneas "a" e "b", multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderá ser aplicada penalidade de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade, de acordo com a gravidade da infração.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) c) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da prestação dentro dos prazos estipulados;

d) o não cumprimento do horário pré-estabelecido sem justificativa;

e) a paralisação da prestação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

i) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

l) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

m) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

n) a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta lei;

o) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

p) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço executado, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

q) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

r) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência à Administração;

s) judicialmente, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica reconhecido, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO

O contrato terá vigência da data da assinatura até o adimplemento das obrigações, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário, ou seja, 31/12/14.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação apresentadas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato vincula-se à Pregão nº 10/2014 e à proposta do Contratado, nos Termos da Lei de Licitações e Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Campo Ere - SC como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 24/06/14.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

PATRICIA SIMON PETRY
Contratada

Testemunhas:

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA:

O presente Contrato do Processo Licitatório nº 138/ 2014, cumpre com os requisitos exigidos pelo que, de acordo com o disposto no artigo 38, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, o dou como aprovado.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 18/06/14.

IVO HANKE JUNIOR
Assessor Jurídico
OAB/SC 14.778

Decreto 173/2014

DECRETO N. 173, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Homologa Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório n. 138 /2014
Modalidade: Pregão n. 10/2014.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas que lhe confere a Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações:

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria n. 0272014, de, sobre o Processo de Licitação Nº 138/2014, Pregão Nº10/2014, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL NA AREA DE FONOAUDIOLOGIA PARA ATENDER PACIENTES DO MUNICIPIO, CONFORME ENCAMINHAMENTOS DA UNIDADE DE SAUDE.

Art. 2º Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada (s):

Empresa	Itens	Descrição do Item	Qtde	Valor homologado
FGA. PATRICIA SIMON PETRY	1	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM FONOAUDIOLOGIA PARA ATENDER PACIENTES DO MUNICIPIO, CONFORME ENCAMINHAMENTOS DA SECRETARIA DE SAUDE	6,00	4.800,00

°Valores expressos em reais

Nome do Fornecedor	Valor Total	
FGA. PATRICIA SIMON PETRY	4.800,00	quatro mil e oitocentos reais

°Valores expressos em reais

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 18/06/14.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico
Matricula nº 1157/6

São Bento do Sul

PREFEITURA

Dispensa de Licitação Nº 175/2014

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 175/2014

OBJETO: Dispensa Emergencial Para Permissão De Serviço Público Municipal Funerário. Serviço Funerário Bom Jesus Ltda - Me Cnpj 75.508.820/0004-30 (Lei 817/2003). De Trinta De Maio De 2014 A 27 De Agosto De 2014.

CONTRATADO: Serviço Funerário Bom Jesus Ltda

Valor: R\$ 0,00

SÃO BENTO DO SUL, 28 de maio de 2014.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Justificativa Dispensa de Licitação Nº 175/2014

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Dispensa Emergencial para permissão de serviço público municipal funerário. Serviço Funerário Bom Jesus Ltda - ME CNPJ 75.508.820/0004-30 (Lei 817/2003). De 30 de maio de 2014 a 27 de agosto de 2014.

II - Contratado: Serviço Funerário Bom Jesus Ltda - ME

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação:

Caracterização da Situação Emergencial que Justifica a Dispensa: A Dispensa de Licitação se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93.

A Dispensa de Licitação se exige devido a esta Administração Municipal ter instaurado o edital de Concorrência Pública nº 82/2014, para permissão de serviços funerários pelo prazo de 10 (dez) anos. O referido certame foi instaurado em razão do término da vigência dos Contratos de Permissão nºs 178/2003, 179/2003 e 183/2003, firmado com a empresa FUNERÁRIA BOM JESUS LTDA, sucedido pelo contrato emergencial nº 394/2013.

Contudo, o referido processo licitatório encontra-se com tramitação provisoriamente suspensa por decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 03003349-19.2014.8.24.0058, em trâmite na 1ª Vara Cível do Fórum desta Comarca de São Bento do Sul/SC.

Assim sendo faz-se necessária a contratação emergencial dos serviços até que estes sejam regularmente outorgados por meio de processo licitatório, por tratar-se de situação que envolve saúde pública e acesso da população à serviços públicos essenciais. Não é preciso maiores divagações para demonstrar a impossibilidade de paralisação dos referidos serviços, até a conclusão do processo licitatório que se encontra em franco andamento, sem que ocorram prejuízos à saúde pública, tratando-se de inumação de cadáveres.

A solicitação de contratação das empresas que atualmente prestam o serviço em nosso município dá-se em razão: 1) da urgência acima explicitada; 2) da disponibilização imediata de capelas mortuárias de propriedade das mesmas (o que não seria possível em relação a novas empresas com sede fora do município); 3) da impessoalidade e isonomia dispensada às empresas que atualmente atuam no cemitério público municipal. Em outras palavras: diante da situação emergencial e provisória instalada, a ser resolvida em breve pela concorrência pública já instaurada, tudo permanece como está, sem preferência ou exclusividade a somente uma das empresas que atuam no setor. É a única solução eficaz no momento.

Finalmente, em relação à justificativa do valor prevista no Art. 26 da Lei de Licitações, devemos dizer que o presente caso guarda características específicas dos contratos de permissão regidos pela Lei Federal nº 8.987/1995, razão pela qual a administração municipal não arca com o pagamento de preço pelos serviços prestados pelos permissionários, que são pagos diretamente pelos contratantes dos serviços. Contudo, para que não haja prejuízo aos usuários/contratantes, a tabela de preços praticadas atualmente permanecerá em vigor até a outorga de novas permissões.

São Bento do Sul/SC, 28 de maio de 2013.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

Cassio Luiz Zschoerper
Secretário de Planejamento e Urbanismo

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III - justificativa do preço.
- IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Dispensa de Licitação Nº 176/2014

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 176/2014

OBJETO: Dispensa Emergencial Para Permissão De Serviço Público Municipal Funerário. Planalto Serrano Prestadora De Serviços Ltda - Me Cnpj 82.931.767/0001-07 (Lei 817/2003). De 30 De Maio De 2014 A 27 De Agosto De 2014.

CONTRATADO: Planalto Serrano Prestadora De Serviços Ltda

Valor: R\$ 0,00

SÃO BENTO DO SUL, 28 de maio de 2014.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO
CASSIO LUIZ ZSCHOERPER
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Justificativa Dispensa de Licitação Nº 176/2014
JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Dispensa Emergencial para permissionária de serviço público municipal funerário. PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME CNPJ 82.931.767/0001-07 (Lei 817/2003). De 30 de maio de 2014 a 27 de agosto de 2014.

II - Contratado: PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME.

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A Dispensa de Licitação se funda no Art. 24, IV da Lei 8.666/13. A Dispensa de Licitação se exige devido a esta Administração Municipal ter instaurado o edital de Concorrência Pública nº 82/2014, para permissão de serviços funerários pelo prazo de 10 (dez) anos. O referido certame foi instaurado em razão do término da vigência do Contrato de Permissão nº 179/2003, firmado com a empresa PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, sucedido pelo contrato emergencial nº 396/2013.

Contudo, o referido processo licitatório encontra-se com tramitação provisoriamente suspensa por decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 03003349-19.2014.8.24.0058, em trâmite na 1ª Vara Cível do Fórum desta Comarca de São Bento do Sul/SC.

Assim sendo faz-se necessária a contratação emergencial dos serviços até que estes sejam regularmente outorgados por meio de processo licitatório, por tratar-se de situação que envolve saúde pública e acesso da população à serviços públicos essenciais. Não é preciso maiores divagações para demonstrar a impossibilidade de paralisação dos referidos serviços, até a conclusão do processo licitatório que se encontra em franco andamento, sem que ocorram prejuízos à saúde pública, tratando-se de inumação de cadáveres.

A solicitação de contratação das empresas que atualmente prestam o serviço em nosso município dá-se em razão: 1) da urgência acima explicitada; 2) da disponibilização imediata de capelas mortuárias de propriedade das mesmas (o que não seria possível em relação a novas empresas com sede fora do município); 3) da impessoalidade e isonomia dispensada às empresas que atualmente atuam no cemitério público municipal. Em outras palavras: diante da situação emergencial e provisória instalada, a ser resolvida em breve pela concorrência pública já instaurada, tudo permanece como está, sem preferência ou exclusividade a somente uma das empresas que atuam no setor. É a única solução eficaz no momento.

Finalmente, em relação à justificativa do valor prevista no Art. 26 da Lei de Licitações, devemos dizer que o presente caso guarda características específicas dos contratos de permissão regidos pela Lei Federal nº 8.987/1995, razão pela qual a administração municipal não arca com o pagamento de preço pelos serviços prestados pelos permissionários, que são pagos diretamente pelos contratantes dos serviços. Contudo, para que não haja prejuízo aos usuários/contratantes, a tabela de preços praticadas atualmente permanecerá em vigor até a outorga de novas permissões.

São Bento do Sul/SC, 28 de maio de 2014.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

Cassio Luiz Zschoerper
Secretário de Planejamento e Urbanismo

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III - justificativa do preço.
- IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Dispensa de Licitação Nº 177/2014

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSE DE LICITAÇÃO Nº 177/2014

OBJETO: Dispensa Emergencial Para Permissonária De Serviço Publicomunicipal Funerário. Empresa Funerária São Bento Cnpj 80.105.679/0001-12 (Lei 817/2003). De 30 De Maio De 2014 A 27 De Agosto De 2014.

CONTRATADO: Empresa Funerária São Bento Ltda
Valor: R\$ 0,00

SÃO BENTO DO SUL, 28 de maio de 2014.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Justificativa Dispensa de Licitação Nº 177/2014
JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Dispensa Emergencial para permissionária de serviço público municipal funerário. Funerária São Bento Ltda - Me CNPJ 80.105.679/0001-12 (Lei 817/2003). De 30 de maio de 2014 a 27 de agosto de 2014.

II - Contratado: Funerária São Bento Ltda - Me

III - Caracterização da Situação Emergencial que Justifica a Dispensa: A Dispensa de Licitação se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93.

A Dispensa de Licitação se exige devido a esta Administração Municipal ter instaurado o edital de Concorrência Pública nº 82/2014, para permissão de serviços funerários pelo prazo de 10 (dez) anos. O referido certame foi instaurado em razão do término da vigência do Contrato de Permissão nº 183/2003, firmado com a empresa FUNERÁRIA SÃO BENTO LTDA - ME, sucedido pelo contrato emergencial nº 395/2013.

Contudo, o referido processo licitatório encontra-se com tramitação provisoriamente suspensa por decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 03003349-19.2014.8.24.0058, em

trâmite na 1ª Vara Cível do Fórum desta Comarca de São Bento do Sul/SC.

Assim sendo faz-se necessária a contratação emergencial dos serviços até que estes sejam regularmente outorgados por meio de processo licitatório, por tratar-se de situação que envolve saúde pública e acesso da população à serviços públicos essenciais. Não é preciso maiores divagações para demonstrar a impossibilidade de paralisação dos referidos serviços, até a conclusão do processo licitatório que se encontra em franco andamento, sem que ocorram prejuízos à saúde pública, tratando-se de inumação de cadáveres.

A solicitação de contratação das empresas que atualmente prestam o serviço em nosso município dá-se em razão: 1) da urgência acima explicitada; 2) da disponibilização imediata de capelas mortuárias de propriedade das mesmas (o que não seria possível em relação a novas empresas com sede fora do município); 3) da impessoalidade e isonomia dispensada às empresas que atualmente atuam no cemitério público municipal. Em outras palavras: diante da situação emergencial e provisória instalada, a ser resolvida em breve pela concorrência pública já instaurada, tudo permanece como está, sem preferência ou exclusividade a somente uma das empresas que atuam no setor. É a única solução eficaz no momento.

Finalmente, em relação à justificativa do valor prevista no Art. 26 da Lei de Licitações, devemos dizer que o presente caso guarda características específicas dos contratos de permissão regidos pela Lei Federal nº 8.987/1995, razão pela qual a administração municipal não arca com o pagamento de preço pelos serviços prestados pelos permissionários, que são pagos diretamente pelos contratantes dos serviços. Contudo, para que não haja prejuízo aos usuários/contratantes, a tabela de preços praticadas atualmente permanecerá em vigor até a outorga de novas permissões.

São Bento do Sul/SC, 28 de maio de 2014.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

Cassio Luiz Zschoerper
Secretário de Planejamento e Urbanismo

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III - justificativa do preço.
- IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Portaria Nº 5906/2014

PORTARIA Nº 5906, DE 23 DE JUNHO DE 2014.
PRORROGA AFASTAMENTO DE SERVIDOR

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 158,

Parágrafo Único da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por mais 30 (trinta dias) o afastamento do Servidor Público Municipal RODRIGO SCHOEFFEL CORDEIRO, de suas funções na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professor Anos Finais, matrícula funcional nº 41349, determinado pela Portaria nº 5588, de 21/05/2014, em decorrência de tramitação de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

1ª Retificação Edital de Pregão Nº 186/2014

I RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 186/2014
No edital em seu objeto, onde se lê: abertura 26/06/2014 leia-se 27/06/2014.

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que este produza os seus efeitos conforme lei, se mantém a data de 27/06/2014 às 11:00 horas para abertura.

SÃO BENTO DO SUL, 14 de junho de 2014.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

1ª Retificação do Pregão Nº 153/2014

I RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2014
NO EDITAL HOUVE ALTERAÇÃO RELACIONADA A DATA DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E DOCUMENTOS NO SERVIÇO DE PROTOCOLO E ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO.

NO INICIO DO EDITAL ONDE SE LÊ:

AS PROPOSTAS E DOCUMENTOS SERÃO RECEBIDOS PELO SERVIÇO DE PROTOCOLO DESTA MUNICÍPIO, ATÉ AS 13:30 HORAS DO DIA 02/07/2014.

LEIA-SE:

AS PROPOSTAS E DOCUMENTOS SERÃO RECEBIDOS PELO SERVIÇO DE PROTOCOLO DESTA MUNICÍPIO, ATÉ AS 08:30 HORAS DO DIA 08/07/2014.

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO E, PARA QUE ESTE PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, ALTERANDO A ABERTURA DAS PROPOSTAS PARA O DIA 08 DE JULHO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.

SÃO BENTO DO SUL, 24 DE JULHO DE 2014.
A COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
DIRETOR DE COMPRAS

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 902/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 902/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAE2239	8492062931	7455/0	26/05/2014	218 * I
ADV0767	8492063069	7455/0	25/05/2014	218 * I
AEE9100	8492062183	7455/0	23/04/2014	218 * I
AEJ7611	8492063042	7455/0	26/05/2014	218 * I
AEW0965	8492062987	7455/0	23/05/2014	218 * I
AJG4142	8492062485	5673/2	10/05/2014	183
AJG4142	8492062486	6050/3	10/05/2014	208
AJY2850	8492062968	5673/2	24/05/2014	183
ALG7176	8492062178	7463/0	26/04/2014	218 * II
ARB3166	8492063056	7455/0	26/05/2014	218 * I
ARI5153	8492062940	7455/0	26/05/2014	218 * I
ARI9814	8492062905	5673/2	25/05/2014	183
ARR0977	8492062939	7455/0	21/05/2014	218 * I
ATK9445	8492063004	7455/0	27/05/2014	218 * I
AUI6421	8492062109	6050/3	27/04/2014	208
AWD5029	8492062637	7455/0	10/05/2014	218 * I
BTJ6648	8492063023	7455/0	23/05/2014	218 * I
CEI7556	8492062173	7455/0	24/04/2014	218 * I
CHN5387	8492063019	7455/0	24/05/2014	218 * I
JGY9939	8492062206	7455/0	26/04/2014	218 * I
LXM9375	8492062952	7455/0	25/05/2014	218 * I
LXM9375	8492063039	7463/0	25/05/2014	218 * II
LYT4752	8492062901	6050/3	24/05/2014	208
MAH7688	8492062958	5673/2	25/05/2014	183
MAL2265	8492062133	7455/0	23/04/2014	218 * I
MAN7143	8492062213	7463/0	25/04/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAR9645	8492063046	7455/0	25/05/2014	218 * I
MAV1692	8492062956	6050/3	24/05/2014	208
MBI3446	8492063032	7455/0	27/05/2014	218 * I
MCL8136	8492062197	7455/0	23/04/2014	218 * I
MCP2369	8492062950	7463/0	24/05/2014	218 * II
MCP2369	8492063031	7463/0	24/05/2014	218 * II
MCT1334	8492063027	7455/0	25/05/2014	218 * I
MDD7080	8492062097	5673/2	25/04/2014	183
MDL1650	8492062935	7455/0	25/05/2014	218 * I
MDL1650	8492062941	7463/0	21/05/2014	218 * II
MDL1650	8492062995	7455/0	25/05/2014	218 * I
MDL1650	8492063070	7463/0	25/05/2014	218 * II
MDL1650	8492063071	7463/0	22/05/2014	218 * II
MDO7594	8492063053	7455/0	25/05/2014	218 * I
MDP2003	8492062925	7455/0	23/05/2014	218 * I
MDQ8366	8492062237	7455/0	28/04/2014	218 * I
MDT1392	8492062129	7455/0	26/04/2014	218 * I
MET9916	8492062949	7455/0	24/05/2014	218 * I
MFI1269	8492062130	7455/0	23/04/2014	218 * I
MFM5531	8492062929	7455/0	25/05/2014	218 * I
MGT6589	8492062132	7455/0	27/04/2014	218 * I
MGV5277	8492062984	6050/3	25/05/2014	208
MHI4834	8492062169	7455/0	23/04/2014	218 * I
MHN3999	8492063067	7455/0	24/05/2014	218 * I
MHY6983	8492062921	5673/2	26/05/2014	183
MIF1001	8492062912	6050/3	26/05/2014	208
MIR6647	8492063034	7455/0	21/05/2014	218 * I
MIY0749	8492062238	7455/0	25/04/2014	218 * I
MJA5540	8492062980	7463/0	23/05/2014	218 * II
MJL0052	8492062157	5673/2	28/04/2014	183
MKC5477	8492062322	5673/2	02/05/2014	183
MKE6630	8492062128	7455/0	26/04/2014	218 * I
MKO9004	8492062094	7455/0	24/04/2014	218 * I
MKP0461	8492062138	7455/0	24/04/2014	218 * I
MKS6971	8492062897	7455/0	24/05/2014	218 * I
MKT5215	8492062228	7455/0	27/04/2014	218 * I
MLC9446	8492062232	7455/0	27/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLL0700	8492062216	7455/0	26/04/2014	218 * I
MMH7381	8492062208	7455/0	24/04/2014	218 * I
MMM7881	8492062406	7455/0	01/05/2014	218 * I
MVQ2582	8492062318	7455/0	04/05/2014	218 * I
MWK0280	8492061681	6050/3	13/04/2014	208
MWK0280	8492061766	7471/0	13/04/2014	218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 903/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 903/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJN4599	8492061194	7455/0	20/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKH8274	8492060764	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKH8274	8492060790	7463/0	09/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
AKI3500	8492061208	7463/0	23/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
ASC3446	8492061190	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
ATH9783	8492061705	7455/0	12/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AUE0102	8492061244	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AWI8736	8492060985	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DYB5554	8492060033	7463/0	08/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
ISO7440	8492061186	7455/0	24/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
JST2769	8492060249	7455/0	12/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
KAO8274	8492060953	6050/3	14/03/2014	R\$ 191,53	208
LWX9512	8492061031	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBP2461	8492060043	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBT8009	8492061750	7463/0	09/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDT1492	8492060023	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDT1492	8492060024	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFP8714	8492059887	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGD0328	8492060174	5673/2	18/02/2014	R\$ 85,12	183
MGD0328	8492060175	6050/3	18/02/2014	R\$ 191,53	208
MGJ6070	8492059679	7455/0	28/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIN9150	8492059907	6050/3	10/02/2014	R\$ 191,53	208
MJD3662	8492060177	7455/0	15/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJD3662	8492060194	7455/0	14/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKC6589	8492060519	7463/0	01/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKD6586	8492060208	7455/0	15/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKW1810	8492061729	5673/2	13/04/2014	R\$ 85,12	183
MLM5450	8492060805	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MTP3324	8492061505	7455/0	03/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
OVH2028	8492061181	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1884/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1884/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMK5297	55513997D	5819/1	10/04/2014	R\$ 574,61	193
ANV2024	54597124E	5185/1	18/02/2014	R\$ 127,69	167
APV6410	55514212D	5568/0	10/02/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
ATY4461	55514314D	5541/2	15/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AWA6971	55514162D	7366/2	01/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
BEK1963	54596142E	5452/3	20/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
CCP2585	55514305D	5541/2	11/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DCM0228	55438468C	5452/3	07/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
HDD9974	55514511D	5185/1	17/03/2014	R\$ 127,69	167
LXK4063	54596403E	5452/2	24/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MCH5376	54596132E	5878/0	12/04/2014	R\$ 85,12	199
MEP1089	55514622D	5207/0	26/03/2014	R\$ 53,20	169
MGJ6395	55514337D	5541/2	17/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJX7629	55514415D	5541/2	12/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLM3997	55724328D	6076/0	22/03/2014	R\$ 191,53	210
OVH2028	54593714E	5622/2	18/03/2014	R\$ 53,20	182 * VI
OVH2028	54593715E	5576/0	18/03/2014	R\$ 85,12	182 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1883/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1883/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ATL4322	54597400E	6599/2	09/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
AUR0007	55727040D	6629/0	03/12/2013	R\$ 127,69	230 * VIII
HPH3240	54597392E	6912/0	25/03/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1882/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1882/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKU9330	55515271D	7366/2	29/05/2014	252 * VI
AWD1306	55515063D	5541/2	23/04/2014	181 * XVII
AXY1111	55514440D	7366/2	30/05/2014	252 * VI
BAI0102	55515351D	5746/1	02/06/2014	187 * I
BVY4580	55515286D	7366/2	04/06/2014	252 * VI
CAS1363	55515037D	7366/2	13/05/2014	252 * VI
DDU6516	55515200D	5185/1	08/05/2014	167
DHQ8989	55515353D	5541/2	19/05/2014	181 * XVII
DTT6584	55515212D	5185/1	09/05/2014	167
DTT6584	55515213D	6122/0	09/05/2014	214 * I
LXM1158	55515273D	7366/2	30/05/2014	252 * VI
LZL7478	55514774D	5541/2	27/05/2014	181 * XVII
MCB8733	55515191D	5185/1	06/05/2014	167
MDL5135	55515077D	5185/1	27/05/2014	167
MGI8973	54596444E	6122/0	02/06/2014	214 * I
MGL9593	55515098D	5541/2	19/05/2014	181 * XVII
MGW6730	54595601E	5452/3	28/05/2014	181 * VIII
MHI3030	55515216D	7366/2	09/05/2014	252 * VI
MHM4618	55515293D	5541/1	05/06/2014	181 * XVII
MHO7887	55515352D	5541/2	15/05/2014	181 * XVII
MHU7637	55514444D	7366/2	06/06/2014	252 * VI
MHV1829	55515409D	5541/2	26/05/2014	181 * XVII
MHW7390	55515198D	5185/1	08/05/2014	167
MIA4274	54593471E	5452/1	24/04/2014	181 * VIII
MIJ6069	55514997D	5541/2	20/05/2014	181 * XVII
MIJ6069	55515408D	5541/2	26/05/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MRZ1025	55515267D	7366/2	27/05/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1881/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1881/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGK1342	54595853E	5010/0	10/05/2014	162 * I
AKD1780	55437957C	6637/2	27/05/2014	230 * IX
AMD2463	54596442E	5169/1	31/05/2014	165
ANM3800	54854142C	6912/0	30/05/2014	232
ANM3800	54854143C	5010/0	30/05/2014	162 * I
ANM3800	54854144C	5118/0	30/05/2014	164 c/c 162 * I
ANM3800	54854145C	6408/0	30/05/2014	221
AOR4385	54595529E	6920/0	02/06/2014	233
CDC4035	54595982E	6920/0	19/05/2014	233
CKN0592	54592796E	5010/0	29/05/2014	162 * I
LYZ6863	54595867E	6548/0	01/06/2014	229
LYZ6863	54595868E	6637/1	01/06/2014	230 * IX
LYZ6863	54595869E	5045/0	01/06/2014	162 * V
LYZ6863	54595870E	5029/2	01/06/2014	162 * II
LYZ6863	54595871E	5126/2	01/06/2014	164 c/c 162 * II
LYZ6863	54595872E	6912/0	01/06/2014	232
LZV3269	54596443E	6599/2	02/06/2014	230 * V
LZV3269	54596447E	6629/0	02/06/2014	230 * VIII
MAJ2053	54595534E	6920/0	02/06/2014	233
MAJ2568	54597092E	5320/0	23/05/2014	176 * V
MAJ2568	55437956C	5169/1	23/05/2014	165
MBH0395	54596384E	6920/0	25/04/2014	233
MDX9901	54592090E	5045/0	29/05/2014	162 * V
MGA4653	54593519E	5045/0	01/05/2014	162 * V
MGA4653	54593520E	6912/0	01/05/2014	232
MGT5003	54592792E	5010/0	29/05/2014	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGT5003	54592793E	5118/0	29/05/2014	164 c/c 162 * I
MKV0043	54593480E	5169/1	31/05/2014	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 24 DE JUNHO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

SAMAE-SÃO BENTO DO SUL**Aviso de Licitação Nº 47/2014**

Pregão Presencial nº 47/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 47/2014

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 15 de julho de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de materiais (areia) para uso em obras de implantação de redes de abastecimento de água e coleta de esgoto, para assentamento de tubulações e re-aterro de valas abertas (areia grossa limpa) e para atender a demanda de construção e manutenção de pequenos serviços civis (areia média limpa e areia fina limpa) do SAMAE, com entrega futura parcelada.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 24 de junho de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS Nº 111, de 23 de Junho de 2014.

Portaria/SAMAE/SBS Nº 111, de 23 de junho de 2014.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor LUIZ CARLOS GELINSKI PEREIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, lotado nesta Autarquia, 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 09/06/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS Nº 112, de 23 de Junho de 2014.

Portaria/SAMAE/SBS Nº 112, de 23 de junho de 2014.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art.1º- CONCEDER ao servidor EDELSON ILG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento II, lotado nesta Autarquia, 30 (trinta) dias de férias referente o período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º - As férias a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 16/06/2014.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS Nº 113, de 23 de Junho de 2014.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 113, de 23 de junho de 2014.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor GILNEI DO AMARAL ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 16/06/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS Nº 114, de 23 de Junho de 2014.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 114, de 23 de junho de 2014.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor JOAO CARNEIRO ocupante do cargo de provimento efetivo de ANALISTA DE SANEAMENTO I, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 09/06/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria /SAMAE/SBS Nº 115, de 23 de Junho de 2014.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 115, de 23 de junho de 2014.

“ CONCEDE FÉRIAS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor JULIANO VIEIRA LEMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 09/06/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE /SBS/Nº 116, de 23 de Junho de 2014.

PORTARIA/SAMAE /SBS/Nº 116, de 23 de junho de 2014.

“ NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO
SERVIDOR QUE MENCIONA ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR, a partir de 18 de junho de 2014, na forma do art. 9º, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001 e da Lei Nº 2.966, de 29 de Fevereiro de 2012, ANGELA CRISTIANE TELES KRUGER, aprovada no concurso público 009/2011, para o cargo de provimento efetivo de ANALISTA DE SANEAMENTO I, Grupo Ocupacional 03, classe A, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, com os vencimentos de Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 117, de 23 de Junho de 2014.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 117, de 23 de junho de 2014.

“REVOGA PORTARIA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art.1º - REVOGAR, conforme prevê o artigo 19 § 1º da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001, a Portaria 116, de 23 de junho de 2014, que nomeou ANGELA CRISTIANE TELES KRUGER, para o cargo de Analista de Saneamento I, no quadro de pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, por desistência espontânea.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 18 de junho de 2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria /SAMAE/SBS Nº 118, de 24 de Junho de 2014.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 118, de 24 de junho de 2014.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor GENESIO ALCINDO KOBUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador Restaurador de Pavimentos, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 23/06/2014.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Dec 1647 24 06 14 Admite Ana Cristina Latreille Odontologa

DECRETO Nº 1647, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Admite empregada pública aprovada em Processo Seletivo Público.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90, atualizada; pelas Leis Complementares Municipais nº 0017, de 21/12/07, atualizada; e nº 0018, de 28/01/08, atualizada, e pela Lei Complementar Municipal n. 0045, de 06 de novembro de 2012, e;

Considerando o Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

Considerando o Edital de Processo Seletivo Público nº 006/2013, de 29 de novembro de 2013, que homologa o resultado final do Processo Seletivo Público;

Considerando a necessidade de cumprir com as normas do Programa Estratégia de Saúde da Família (ESF), que demanda de profissionais odontólogos, para a sua execução neste município de São Domingos (SC), o que motiva a contratação de servidores; Considerando a necessidade da realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da saúde pública do município;

Considerando o princípio da legalidade e do interesse público dos atos da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida para o Serviço Público Municipal a Senhora Ana Cristina Latreille, para exercer o emprego público de Odontólogo, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

§ 1º Este emprego será regido pelo Regime Jurídico Celetista, enquadrado no Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/43 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), previsto no artigo 201 da Constituição Federal e incluído no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), previsto no artigo 7º, inciso III, da Constituição Federal.

§ 2º O empregado integrará o Quadro Anexo VI - Empregos Públicos - Grupo 3 - Atividades de Nível Superior (ANS), Código 91.23, com 40 (quarenta) horas semanais, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 23 de junho de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Ata TP 006/2014

No dia 24 de junho de 2014, às 15:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para analisar e discutir o termo de renúncia apresentado pela interessada Terramax Construções e Obras Ltda, CNPJ n. 04.406.660/0001-28 referente ao Processo Licitatório PREFE 061/2014, Modalidade Tomada de Preços PREFE n. 006/2014 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRAS POLIÉDRICAS, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DA AVENIDA IRINEU BORNHAUSEN - TRECHO ENTRE A RUA DUQUE DE CAXIAS E A RUA BENJAMIN CONSTANT E TRECHO ENTRE A RUA ADEMAR DE BARROS E A RUA PAULO MARQUES, DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, objeto do Contrato de Repasse n. 1.013.938-08/2013/MTUR/CAIXA. Em análise ao documento apresentado pela licitante vencedora do certame, recebida pela Comissão de Licitações na data de hoje, verifica-se que a aludida empresa não possui interesse na interposição de recurso previsto no art. 109 da Lei n. 8.666/93. Assim, e considerando: 1 - que a proponente acima citada fora a única empresa habilitada para apresentação de sua proposta de preços (conforme ata n. 29, de 11 de junho de 2014); 2 - que entre a fase habilitatória e a de apresentação da proposta de preços da licitante Terramax Construções e Obras Ltda não houve interposição de recursos; 3 - o termo de renúncia apresentado pela vencedora, datado de 23 de junho de 2014; 4 - a necessidade em iniciar a referida obra; 5 - considerando que se aproxima o período eleitoral e; 5 - o contido na Lei 9504 de 30 de setembro de 1997, FICA SUSPENSO O PRAZO RECURSAL fixado na ata anterior. Desta feita, o presente processo será remetido, na íntegra, ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e, posteriormente, à Autoridade Competente para deliberação. Nada mais.

por 1627 de 23 06 14 Lota E Revoga Insalubridade da Servidora Nilva Valgoi

PORTARIA Nº 1627, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a lotação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º Fica lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes a servidora pública municipal Nilva Valgoi, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do desta data.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 836, de 05 de março de 2010, no que se refere a servidora.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 748, de 07 de junho de 2011, no que se refere a servidora.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 23 de junho de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

São José

PREFEITURA

Decreto Nº 2.801/2014

DECRETO Nº 2.801/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores, admitidos por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Eliete Vieira Dias	Professor - M	16/06/2014
Marizete de Fatima Borba	Professor - M	11/06/2014
Rosileia da Silva Ramos da Cruz	Professor - M	16/06/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 2.802/2014

DECRETO Nº 2.802/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Cristiane Durieux Coelho	Professor - M	09/06/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Abertura da Carta Convite Nº 007/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CARTA CONVITE Nº 007/2014 - Processo nº 158/2014 Objeto: Contratação de serviços técnicos profissionais de arquitetura e engenharia para elaboração de projetos de intervenções arquitetônicas nas unidades de CEM e CEI da Secretaria Municipal de Educação de São José/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 03 de julho de 2014. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 03 de julho de 2014, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

Decreto Nº 2800/2014

DECRETO Nº 2800/2014

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 002/2013;

DECRETA:

Art.1º- Fica admitida, a seguinte servidora contratada por processo seletivo, exercente de funções temporárias:

Servidor	Função	Lotação	Carga Horária Contratação
Fernanda Vieira	Assistente Social	Secretaria da Assistência Social	40 H/S

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2812/2014

DECRETO Nº 2812/2014

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam admitidos, os seguintes servidores contratados por processo seletivo, exercente de funções temporárias:

	Servidor	Função	Lotação	Carga Horária Contratação
I	Claodete Aparecida de Lima	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	40 H/S
II	Marcos Aurélio Santos	Motorista	Secretaria de Saúde	40 H/S

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2808/2014

DECRETO Nº 2808/2014

RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que determina o Artigo 2º da Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012 e o processo TCE APE 11/00341711.

DECRETA:

Art. 1º - RETIFICAR o artigo 2º do Decreto nº 31.493/2010, que aposentou a servidora Claudete Rodrigues Machado Ogibovski, matrícula 2718, quanto a forma da aposentadoria,

ONDE SE LÊ: "Os proventos decorrentes deste benefício, calculados em conformidade com a Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e Leis Complementares Municipais nºs 005/2002 e 019/2005, terão por valor inicial a quantia de R\$ 744,82 (setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e dois centavos)..."

LEIA-SE: "O benefício decorrente desta aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais a 50,63% (cinquenta vírgula sessenta e três por cento), calculados em conformidade a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012, terão como base a última remuneração do cargo efetivo, composto de: horas normais e quinquênio, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo como valor inicial a quantia de R\$ 870,49 (oitocentos e setenta reais e quarenta e nove centavos)..."

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 29 de março de 2012.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

Decreto Nº 2809/2014

PUBLICADO

NO D.O.M.

/SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2809/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada ROBERTA GONÇALVES DA SILVA para exercer o cargo de Supervisora de Educação Especial e Filantrópica - CCM 6, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2811/2014

PUBLICADO

NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2811/2014

TORNA PARCIALEMENTE SEM EFEITO DECRETO Nº 2694/2014 QUE ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a desistência expressa em tomar posse da candidata Susana Maria Boza Gasperin aprovada no processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2013;

DECRETA:

Art.1º - Torna sem efeito o inciso XIX do Decreto 2694/2014 de 16 de maio de 2014, que Admite Servidor em Caráter Temporário, referente à nomeação da candidata SUSANA MARIA BOZA GASPERIN.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2810/2014

PUBLICADO

NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2810/2014

TORNA PARCIALEMTE SEM EFEITO DECRETO Nº 2660/2014 QUE ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a desistência expressa em tomar posse da candidata Suéllen Mary Machado aprovada no processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2013;

DECRETA:

Art.1º - Torna sem efeito o inciso I do Decreto 2660/2014 de 08 de maio de 2014, que Admite Servidor em Caráter Temporário, referente à nomeação da candidata SUÉLLEN MARY MACHADO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2815/2014

PUBLICADO

NO D.O.M.

/SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2815/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, "a pedido", a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, LUCIANE CARVALHO DE ANDRADE, matrícula nº 32.066, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de junho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2814/2014

PUBLICADO

NO D.O.M.

/SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2814/2014

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, "a pedido", o servidor JOSUE PRIGOLI, matrícula 22.537, ocupante do cargo de Motorista, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de junho de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 24 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2813/2014

PUBLICADO

NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2740/2014

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, "a pedido", o servidor JACKSON ROBERTO KRETZER, matrícula 22.558, ocupante do cargo de Motorista, com lotação na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de maio de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 24 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Portaria Nº 056/2014/SF

PORTARIA Nº 056/2014/SF

cria NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO JUNTO AO QDD - QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o

Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Criar junto ao QDD - Quadro de Detalhamento de Despesas, em conformidade com o artigo 4º da Lei Municipal nº 5.375/2013, redação dada pela Lei Municipal nº 5.398/2014, nova classificação orçamentária (elemento de despesa e sua fonte recurso), a qual passará a integrar o Orçamento do exercício de 2014 como a seguir especificado:

1 - No Órgão e Unidade Orçamentária:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.1 - Na Funcional Programática - Atividade:

28.01.08.126.0111.2.187 - Gestão de Informação - FMAS

1.1.1 - O elemento de despesa e sua fonte de recurso:

3.3.90.93.00.00.0023 - Indenizações e Restituições,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social

1.1.2 - O elemento de despesa e sua fonte de recurso:

3.3.90.93.00.00.0022 - Indenizações e Restituições,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social

Art. 2º Em atendimento ao disposto no artigo 1º desta Portaria, fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 421.000,00 (quatrocentos e vinte e um mil reais), referente a suplementação das dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.126.0111.2.187 - Gestão de Informação - FMAS

3.3.90.93.00.00.0023 - Indenizações e Restituições,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$
41.000,00

3.3.90.93.00.00.0022 - Indenizações e Restituições,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$
380.000,00

Total desta Atividade R\$
421.000,00

Total do Órgão R\$
421.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$
421.000,00

Art. 3º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 2º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 421.000,00 (quatrocentos e vinte e um mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.289 - PSEAC - Serviço de Acolhimento Institucional em Residência Inclusiva

357 - 4.4.90.52.00.00.0023 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$
11.000,00

354 - 3.3.90.39.00.00.0023 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$
30.000,00
358 - 4.4.90.52.00.00.0022 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$
20.000,00
Total desta Atividade R\$
61.000,00

28.01.08.244.0210.2.171 - PSB - Serviço de Proteção / Atendimento Integral à Família (PAIF)

140 - 4.4.90.52.00.00.0022 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$
95.000,00

137 - 4.4.90.51.00.00.0022 - Obras e Instalações,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$
50.000,00

Total desta Atividade R\$
145.000,00

28.01.08.244.0111.2.086 - PSEAC - Serviço de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência / Abrigo Institucional,

51 - 4.4.90.51.00.00.0022 - Obras e Instalações,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$
50.000,00

Total desta Atividade R\$
50.000,00

28.01.08.243.0111.2.178 - PSEAC - Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

182 - 3.3.90.39.00.00.0022 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$
10.000,00

Total desta Atividade R\$
10.000,00

28.01.08.243.0111.2.182 - PSEAC - Serviço de Acolhimento em Republicas

215 - 3.3.90.30.00.00.0022 - Material de Consumo,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$
10.000,00

218 - 3.3.90.39.00.00.0022 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$
10.000,00

221 - 4.4.90.51.00.00.0022 - Obras e Instalações,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$
20.000,00

224 - 4.4.90.52.00.00.0022 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$
10.000,00

Total desta Atividade R\$
50.000,00

28.01.08.244.0111.2.288 - PSEAC - Serviço de Atendimento Institucional Para Adultos e Famílias / Abrigo Institucional / Casa de Passagem

343 - 4.4.90.51.00.00.0022 - Obras e Instalações,

Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 20.000,00
Total desta Atividade R\$ 20.000,00

28.01.08.244.0111.2.290 - PSEAC - Serviço de Acolhimento para Idosos - Casa Lar / Abrigo Institucional

367 - 4.4.90.51.00.00.0022 - Obras e Instalações,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 40.000,00
Total desta Atividade R\$ 40.000,00

28.01.08.241.0111.2.286 - PSEMC - Serviço de Proteção Social Especial para Idosos / Centro dia do Idoso

309 - 3.3.90.30.00.00.0022 - Material de Consumo,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 5.000,00

313 - 3.3.90.39.00.00.0022 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 10.000,00

316 - 4.4.90.51.00.00.0022 - Obras e Instalações,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 20.000,00

319 - 4.4.90.52.00.00.0022 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 10.000,00

Total desta Atividade R\$ 45.000,00
Total do Órgão R\$ 421.000,00

Total da Anulação R\$ 421.000,00

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de junho de 2014.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Portaria Nº 055/2014/SF

PUBLICADO

NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Finanças

Estado de Santa Catarina Portaria 055/2014/SF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Finanças

PORTARIA Nº 055/2014/SF

cria NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO JUNTO AO QDD - QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Criar junto ao QDD - Quadro de Detalhamento de Despesas, em conformidade com o artigo 4º da Lei Municipal nº 5.375/2013, redação dada pela Lei Municipal nº 5.398/2014, nova classificação orçamentária (elemento de despesa e sua fonte recurso), a qual passará a integrar o Orçamento do exercício de 2014 como a seguir especificado:

1 - No Órgão e Unidade Orçamentária:

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

1.1 - Na Funcional Programática - Atividade:

18.01.27.813.0206.2.405 - Promoção, Apoio, Patrocínio, Eventos Esportivos e Lazer - FUNESJ

1.1.1 - O elemento de despesa e sua fonte de recurso:

3.3.90.30.00.00.0033 - Material de Consumo,
Recursos de Convênio com Governo do Estado

1.1.2 - O elemento de despesa e sua fonte de recurso:

3.3.90.39.00.00.0033 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Recursos de Convênio com Governo do Estado

Art. 2º Em atendimento ao disposto no artigo 1º desta Portaria, fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), referente a suplementação das dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

18.01.27.813.0206.2.405 - Promoção, Apoio, Patrocínio, Eventos Esportivos e Lazer - FUNESJ

3.3.90.30.00.00.0033 - Material de Consumo,
Recursos do Convênio com Governo do Estado R\$ 15.000,00

3.3.90.39.00.00.0033 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos do Convênio com Governo do Estado R\$ 15.000,00

Total desta Atividade R\$ 30.000,00

Total do Órgão R\$ 30.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 30.000,00

Art. 3º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 2º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.02 - SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.27.812.0104.3.103 - Projeto Centro Social Esportivo - Bela Vista

340 - 4.4.90.51.00.00.0033 - Obras e Instalações,
Recursos de Convênio com Governo do Estado R\$ 30.000,00

Total deste Projeto R\$ 30.000,00

Total do Órgão R\$ 30.000,00

Total da Anulação R\$

30.000,00

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de junho de 2014.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Portaria Nº 054/2014/Sf

PUBLICADO

NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Finanças

Estado de Santa Catarina Portaria 054/2014/SF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Finanças

PORTARIA Nº 054/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 33 e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, a seguir especificada:

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.054 - Funcionamento e Manutenção da Fundação

Municipal de Esportes e Lazer - FUNESJ

9 - 3.3.90.39.00.00.080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Jurídica,

Recursos Próprios R\$

70.000,00

Total desta Atividade R\$

70.000,00

Total do Órgão R\$

70.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$

70.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), da dotação consignada no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, a seguir especificada:

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.404 - Funcionamento e Manutenção do Programa

Desportos Comunit. Rendimentos - FUNESJ

Recursos Próprios R\$

70.000,00

Total desta Atividade R\$

70.000,00

Total do Órgão R\$

70.000,00

Total da Anulação R\$

70.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de junho de 2014.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Portaria Nº 053/2014/Sf

PUBLICADO

NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Finanças

Estado de Santa Catarina Portaria 053/2014/SF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Finanças

PORTARIA Nº 053/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 5º e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0110.2.131 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de

Segurança e Defesa Social

421 - 3.3.90.39.00.00.080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 21.000,00

Total desta Atividade R\$ 21.000,00

Total do Órgão R\$ 21.000,00

04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.04.122.0105.2.013 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração

123 - 3.3.90.14.00.00.0080 - Diárias - Civil,

Recursos Próprios R\$ 1.500,00

Total desta Atividade R\$ 1.500,00

Total do Órgão R\$ 1.500,00

06.00 - SECRETARIA DA RECEITA

06.01 - SECRETARIA DA RECEITA

06.01.04.129.0105.2.064 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Receita

163 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 40.000,00

Total desta Atividade R\$ 40.000,00

Total do Órgão R\$ 40.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 62.500,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais), das dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.181.0110.2.261 - Funcionamento e Manutenção da Guarda Municipal

456 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 21.000,00

Total desta Atividade R\$ 21.000,00

Total do Órgão R\$ 21.000,00

04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.04.122.0105.2.013 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração

124 - 3.3.90.18.00.00.0080 - Auxílio Financeiro a Estudantes, Recursos Próprios R\$ 1.500,00

Total desta Atividade R\$ 1.500,00

Total do Órgão R\$ 1.500,00

06.00 - SECRETARIA DA RECEITA

06.01 - SECRETARIA DA RECEITA

06.01.04.129.0105.2.064 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Receita

162 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,

Recursos Próprios R\$ 40.000,00

Total desta Atividade R\$ 40.000,00

Total do Órgão R\$ 40.000,00

Total da Anulação R\$ 62.500,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de junho de 2014.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

São José do Cedro

PREFEITURA

Edital de Convite Nº74/2014

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE CONVITE Nº74/2014

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 74/2014, Edital de Convite Nº 74/2014, Objeto: Contratação, sob o regime de empreitada por preço global, de empresa especializada em construção civil para execução de uma quadra poliesportiva na zona urbana de São José do Cedro, com fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à execução do objeto, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento anexo. Recurso proveniente do Estado de Santa Catarina (Convênio n.2014TR001766). Recebimento das propostas até às 08:00 horas do dia 02/07/2014. Abertura dos envelopes às 08:00 horas do dia 02/07/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail - compras@prefcedro.sc.gov.br, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30.

São José do Cedro.

Antonio Plinio de Castro Silva

Prefeito Municipal.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Errata do Extrato do Contrato 34.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R-202

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

ERRATA DO CONTRATO Nº 34.2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 49/2014

CONSIDERANDO o equívoco publicado no Contrato nº 34.2014. Cujo objeto é: A contratação de uma empresa especializada para a Pavimentação em lajotas de concreto, drenagem e sinalização da Rua João Pedro Hammes, localidade de Lagoa Vermelha neste Município.

Art 1º: DA CONTRATADA: Onde se lia: SATÉLITE - TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA ME

Leia-se: SATÉLITE - CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA EPP

Art 2º - Os demais itens permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante com esta errata. Art. 3.º-

Publique-se,
registra-se,
cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 2.987/2014 de 20 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2.987/2014 de 20 de junho de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0043 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 250,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0043 R\$ 250,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 20 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Etapa de Lances Pregão Presencial 08/2014-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/SC

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

ETAPA DE LANCES

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 08/2014-FMS

PROCESSO Nº. 39/2014-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Para conhecimento dos interessados a ETAPA DE LANCES fica marcada para dia 01 de julho de 2014 às 08h30min, da licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº. 08/2014-FMS, Processo nº. 39/2014-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos da farmácia básica e especial, estabelecida pela

Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Schroeder, 24 de junho de 2014.
Daniela Samulescki
Pregoeira

Aviso de Licitação Deserta E Repetição Pregão Presencial 05/2014-FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2014-FAS
PROCESSO Nº. 11/2014-FAS
TIPO: MENOR POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 24 de junho de 2014, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min, visando a aquisição de brinquedos e jogos para atender as necessidades da Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial nº. 05/2014-FAS, realizar-se-á em 08 de julho de 2014, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 24 de junho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Contrato Nº. 71/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Contrato nº. 71/2014 - FMS
Processo de licitação nº. 48/2014-FMS
Dispensa de Licitação nº. 36/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NELCI IVANISE ENGELMANN-ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.288.050/0001-28, estabelecida Rua Marechal Castelo Branco, nº 1879, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: O objeto do presente contrato a objeto a aquisição de medicamento a ser fornecido para paciente através da Ação Civil Pública nº 026.14.000367-9 do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	LYRICA 75MG	84	COMP	3,080	258,72
02	ARTROLIVE	270	COMP	1,67	450,90
03	BUPOFRAN 150MG	180	COMP	1,42	255,60
04	AMATO 25MG	180	COMP	0,49	88,20
05	DIOVAN HCT 160/25MG	84	COMP	3,35	281,40
VALOR R\$ TOTAL					1.334,82

Valor do contrato: R\$ 1.334,82 (um mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

Data da Assinatura: 24/06/2014 - Vigência: 31/12/2014
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Convocação Processo Seletivo Nº. 001/2014-Secel/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ASTA SCHROEDER KRETZER, inscrita no CPF sob nº. 381.584.429-00, aprovada em 8º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA B - ENSINO FUNDAMENTAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 17:00h do dia 04 de julho de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 24 de junho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Lei Nº 2.023/2014

LEI Nº2.023/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A REPASSAR RECURSOS À ENTIDADE AMIGA SOLIDÁRIA, A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Schroeder autorizado a repassar recursos no valor de R\$3.257,10 (três mil e duzentos e cinquenta e sete reais e dez centavos) a Entidade Amiga Solidária, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº. 04.777.463/0001-15, objetivando a cooperação mútua entre os partícipes para a melhoria das condições de atividade da entidade, em prol dos municípios melhorando a qualidade de vida das famílias quando ao aspecto social, cultural e sanitário, concomitantemente realizar trabalhos para geração de renda para famílias carentes.

§ 1º Os recursos serão repassados em 06 parcelas no valor de R\$542,85 (quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos) totalizando R\$3.257,10 (três mil e duzentos e cinquenta e sete reais e dez centavos).

§ 2º A entidade referida no caput desta Lei, deverá prestar contas dos recursos repassados no prazo máximo de 30 (trinta) dias após seu efetivo recebimento.

I - Enquanto não ocorrer à prestação de contas dos recursos repassados, fica vedado o repasse da parcela seguinte.

§ 3º O Município obriga-se à:

I - Efetuar o repasse financeiro na conta bancária específica, vinculada a esta Lei cumprindo os pagamentos devidos;

II - Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do repasse;

III - Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados.

§ 4º A Entidade Amiga Solidária, obriga-se à:

I - Responsabilizar-se pela correta execução do repasse e aplicação dos recursos recebidos;

II - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, decorrentes de ações judiciais e de rescisões trabalhistas, eximindo-se o MUNICÍPIO de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele, sendo permitida à instituição proponente a utilização de recursos do presente repasse para o pagamento dos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária decorrente da execução normal das ações estabelecidas com este objeto;

III - Manter, em instituição financeira local, conta bancária específica, vinculada a este repasse cumprindo os pagamentos devidos e manutenção de conta ativa;

IV - Aplicar os saldos financeiros do repasse não utilizados;

V - Devolver ao MUNICÍPIO os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data da conclusão, rescisão ou extinção do repasse;

VII - Apresentar o Plano de Trabalho de acordo com a vigência do repasse.

a) O Plano de Trabalho poderá ser modificado por mútuo acordo entre as partes, e aprovado pelo Poder Público Municipal, desde que a natureza do objeto do Repasse não seja alterada.

Art. 2º Para dar cobertura à despesa gerada pela presente lei, fica autorizada a abertura de crédito adicional especial ao orçamento do município de Schroeder, para exercício 2014, no valor de R\$3.300,00 (três mil e trezentos reais), como segue:

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
01 - CHEFIA DE GABINETE			
04.122.3001.2.302-MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO.			
3.3.50.41.00.00	00.01.0000	Contribuições	3.300,00

Art. 3º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado como fonte de recursos a anulação parcial da dotação do orçamento vigente, como segue:

04 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.3016.2.359-PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (CRAS)			
3.3.50.43.00.00	00.01.0000	Subvenções Sociais	3.300,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 24 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei Nº 2.024/2014

LEI Nº2.024/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$6.000,00 (SEIS MIL REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de crédito adicional especial ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2014, no valor de até R\$6.000,00 (seis mil reais), como segue:

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
02 - UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS			
15.451.3003.1.306 - Pavimentação Urbana			
4.4.90.35.00.00	00.01.0000	Serviços de Consultoria	6.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado como fonte de recurso o cancelamento parcial e ou total da dotação do orçamento vigente, como segue:

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
02 - UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS			
15.451.3003.2.369 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE PLANEJAMENTO URBANO			
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.000,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº. 1989/2013 - LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 24 de junho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei Nº 2.025/2014

LEI Nº2.025/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - BOMBEIROS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Schroeder autorizado a celebrar Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, objetivando a cooperação mútua entre os partícipes na prevenção de incêndios, através de análise de projetos de prevenção de incêndio, vistorias para liberação de habite-se, vistorias para liberação de alvarás de funcionamento e fiscalização preventiva, no âmbito das construções para fins comerciais, industriais, de prestação de serviços e residências multifamiliares e no atendimento a acidentes de trânsito e socorro a pessoas no Município de Schroeder, com a utilização de ambulâncias e viaturas.

§ 1º Para a execução do Convênio de que trata o "caput" deste artigo, o Município de Schroeder repassará a entidade, o valor de R\$22.916,65 (vinte e dois mil novecentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos), em 05 parcelas iguais sucessivas no importe de R\$4.583,33 (quatro mil quinhentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos) de acordo com o Plano de Aplicação determinado no corpo do instrumento de Convênio.

§2º O repasse da 1ª (primeira) parcela ocorre no mês de agosto.

§ 3º O repasse da parcela de cada mês está condicionada à apresentação da Prestação de Contas do mês anterior.

§ 4º A vigência do Convênio dar-se-á até o dia 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado, nas mesmas condições e valores da presente Lei, por igual período, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei

correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual - Exercício 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 24 de junho de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Edital de Notificação 001/2014 (Procon)

DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER - PROCON
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 001/2014

PROCON-SCHROEDER, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, Schroeder; SC, através da sua Diretora, Nadiete Albino Marcilio Feuser, com fundamento no artigo 42, §2º do Decreto Federal 2.181/97, faz saber que perante esse órgão, tramita a reclamação nº 007/2013, tendo como Cirineu Petri, inscrito CPF sob o nº 936.218.259-91 e FUJIBRAS COMERCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA-ME, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 08.078.696/0001-80. Nos termos do artigo 47 do Decreto Municipal 2139/10, por este Edital fica INTIMADA a reclamada FUJIBRAS COMERCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA-ME para receber o Despacho do Processo Administrativo nº 07/2013 e o Ofício nº 006/2014 do qual encaminhado para os endereços Av. Presidente Kennedy, 1447 - Rebouças - 80220-201 - Curitiba - PR e outro Conselheiro Laurindo, 809 - Sala 807 - Centro - 80060-100 - Curitiba - PR, sendo do interesse da reclamada apresentar defesa na forma do artigo 37 e artigo 47 §1º do Decreto Municipal 2139/10. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que será afixado no mural do PROCON-SCHROEDER, disponibilizado no link do PROCON-Schroeder inserido dentro do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder e publicado uma vez no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Eu, Oclânia de Souza Todão, que fiz digitar e NADIETE ALBINO MARCILIO FEUSER, Diretora do PROCON, assina o presente.

Schroeder, 23 de junho de 2014.
Nadiete Albino Marcilio
PROCON - Schroeder/SC

Ata Pregão Presencial 08/2014-PMS (Sequência 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 08/05/2014
	Folha: 1/6

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 19/2014 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e especial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se após recebimento do parecer técnico da Farmacêutica Denise Erig Rocha de Souza e da Técnica de Enfermagem Roseane Finta, da Secretaria de Saúde e Assistência Social. De acordo com Parecer técnico foi constatado que a empresa A. G. KIENEN & CIA. LTDA. - EPP, não apresentou para os itens 39, 56, 62, 70, 93, 100, 144, 148, 172 Certificado de Registro do Produto, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para o item 13 apresentou o Certificado de Registro do Produto sem princípio ativo, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para o item 35 apresentou o Certificado de Registro do Produto do item tem apresentação "INATIVA", documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere." para os itens 19, 25 e 172 apresentou Registro de Boas Práticas não corresponde com a forma farmacêutica da proposta, documento exigido no item do 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", não apresentou para os itens 79, 94, 95 e 144 Certificado de Boas Práticas de Fabricação documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa A. G. KIENEN & CIA. LTDA. - EPP pede através do Ofício nº. 349/2014 desistência nos itens 159 e 164 alegando ter lançado o valor dos itens erroneamente na proposta, sendo o pedido aceito. A empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., apresentou para o item 125, 152 e 164 Certificado de Boas Práticas vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP, apresentou para os itens 03, 76, 91, 141 Certificado de Registro do Produto vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para o item 151 apresentou Certificado de Registro do Produto do item tem apresentação "INATIVA", documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para o item 152 não apresentou Certificado de Registro do Produto,

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 08/05/2014</p>
	<p>Folha: 2/6</p>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 19/2014 (Sequência: 2)

documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere." para os itens 29 e 56 não apresentou Certificado de Boas Práticas de Fabricação, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME, não consta número de item no Certificado de Boas Práticas para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 07, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 26, 32, 37, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 56, 57, 58, 60, 63, 65, 69, 74, 75, 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 96, 97, 98, 100, 102, 104, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 130, 131, 133, 134, 141, 142, 148, 150, 156, 157, 158 e 159, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 48, 50 e 74, apresentou Certificado de Registro do Produto vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere." para os itens 86, 88, 112, 113, 114 e 156, apresentou Certificado de Registro do Produto que não confere com a proposta, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., não apresentou para os itens 12, 13, 18, 22, 30, 31, 36, 45, 54, 65, 88, 103, 110, 118, 129, 135, 136, 138, 148 e 158 Certificado de Boas Práticas vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 23, 27, 61, 67, 69, 73, 88, 92, 106, 122, 123, 128, 137, 143, 151, 158 e 161 apresentou Certificado de Registro do Produto que não confere com a proposta, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para o item 24 apresentou Certificado de Registro do Produto "INATIVA", documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere." para os itens 27, 40, 63, 66, 71, 72, 79, 80, 85, 122, 123, 131, 145, 150, 153, 155, 159, 162 e 163 Certificado de Boas Práticas não corresponde com a forma farmacêutica da proposta, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", e para os itens 50, 60, 71, 72, 97, 108, 129, 139, 141 e 173 não apresentou Certificado de Registro do Produto, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 08/05/2014</p>
	<p>Folha: 3/6</p>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 19/2014 (Sequência: 2)

União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere." sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. apresentou para os itens 03, 19, 26, 40, 43, 52, 61, 80, 85, 86, 140 e 173 Certificado de Boas Práticas vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF)", conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 25 e 163 Certificado de Boas Práticas não corresponde com a forma farmacêutica da proposta, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF)", conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 26 e 148 apresentou Certificado de Registro do Produto sem princípio ativo para o item, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere." e para os itens 50, 71, 72, 110, 130, 131, 141, 163 e 169 apresentou Certificado de Registro do Produto vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. apresentou para os itens 03, 40, 86, 128, 139 e 173 Certificado de Boas Práticas vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF)", conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 22, 26, 53, 71, 72, 79, 88, 115, 141 e 166 não apresentou Certificado de Registro do Produto documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para o item 22 não apresentou Certificado de Boas Práticas, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF)", conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 27, 48, 112, 113, 114, 123, 128, 142, 145, 148 e 173 apresentou Certificado de Registro de Produto que não confere com a proposta documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para os itens 110 e 139 apresentou Certificado de Registro de Produto vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para o item 151 apresentou Certificado de Registro de Produto com apresentação "INATIVA", documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para o item 145 apresentou Certificado de Boas Práticas que não confere

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 08/05/2014</p>
	<p>Folha: 4/6</p>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 19/2014 (Sequência: 2)

com o laboratório da proposta, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", e para os itens 158 e 159 apresentou Certificado de Boas Práticas que não corresponde com a forma farmacêutica da proposta, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. apresentou para os itens 03, 19 e 43 Certificado de Boas Práticas vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 10, 82, 83 e 84 apresentou Certificado de Boas Práticas não confere com o laboratório da proposta, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 60, 128, 142, 154 e 166 apresentou Certificado de Registro de Produto que não confere com a proposta documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para os itens 71, 72, 131 e 141 apresentou Certificado de Registro de Produto vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", e para o item 113 não apresentou Certificado de Registro de Produto, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. apresentou para os itens 11, 76, 82, 83, 84 e 148 Certificado de Registro de Produto que não confere com a proposta documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para os itens 13, 19, 36, 52, 65, 80 e 109 apresentou Certificado de Boas Práticas vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 71, 72, 88, 92, 110, 112, 130, 131, 151 e 164 apresentou Certificado de Registro de Produto vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 08/05/2014</p>
	<p>Folha: 5/6</p>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 19/2014 (Sequência: 2)

(legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para o item 108 apresentou Certificado de Boas Práticas sem numeração, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 110, 122, 123 e 139 apresentou Certificado de Registro de Produto sem numeração, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para os itens 128 e 113 não apresentou Certificado de Registro de Produto, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. apresentou para os itens 03, 19, 32, 36, 40, 43, 61, 65, 86 e 148 Certificado de Boas Práticas vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 11, 15, 33, 49 e 76 apresentou Certificado de Registro de Produto que não confere com a proposta documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para os itens 26, 88, 130, 141 e 151 apresentou Certificado de Registro de Produto vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere." e para os itens 71, 72, 79 e 110 não apresentou Certificado de Registro de Produto, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa DIMACI/SC - MATERIAL CIRURGICO LTDA. não consta número de item no Certificado de Boas Práticas para os itens 01, 03, 05, 06, 07, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 26, 27, 28, 32, 33, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 51, 53, 56, 57, 58, 60, 61, 65, 69, 71, 73, 75, 79, 80, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 100, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 127, 130, 131, 134, 139, 141, 142, 147, 149, 150, 154, 157, 166, 167 e 168 documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 11, 39, 48, 49, 73, 88, 123 e 142 apresentou Certificado de Registro de Produto que não confere com a proposta documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para os itens 41, 110, 139 e 141 apresentou Certificado de Registro de Produto vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para os itens 92, 107, 118, 147, 149, 150 e 154 não apresentou Certificado de Registro de Produto, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2014 - PR	
	Processo Administrativo:	
	Processo de Licitação:	39/2014
	Data do Processo:	08/05/2014
	Folha: 6/6	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 19/2014 (Sequência: 2)**

(legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa ANB FARMA LTDA., apresentou para os itens 82, 83 e 84 Certificado de Registro de Produto sem a descrição do princípio ativo, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. (CONTINUA NA SEQUÊNCIA 03)

Schroeder, 24 de Junho de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

Ata Pregão Presencial 08/2014-FMS (Sequência 03)

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 08/05/2014</p>
	<p>Folha: 1/4</p>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 20/2014 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e especial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Continuação da Ata do Pregão Presencial nº. 08/2014-FMS(Sequência 02). Constatou-se que a empresa EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP apresentou para os itens 03, 43, 85, 128 e 173 Certificado de Boas Práticas vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e /ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 14, 15, 141 e 152 apresentou Certificado de Boas Práticas sem data de resolução, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e /ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 28, 30, 31, 150 e 159 apresentou Certificado de Boas Práticas não corresponde com a forma farmacêutica da proposta, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 41, 72, 76, 128, 139, 152, e 165 não apresentou Certificado de Registro de Produto, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para os itens 48, 49, 60, 148 e 150 apresentou Certificado de Registro de Produto que não confere com a proposta, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para os itens 110, 117 e 141 apresentou Certificado de Registro de Produto vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para os itens 76 e 165 não apresentou Certificado de Boas Práticas, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", não consta número de item no Certificado de Boas Práticas para os itens 130, 131 e 139 documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 08/05/2014</p>
	<p>Folha: 2/4</p>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 20/2014 (Sequência: 3)

documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. para os itens 10, 11, 15, 23, 26, 27, 33, 52, 79, 80, 114, 122, 123, 128 e 148 apresentou Certificado de Registro de Produto que não confere com a proposta, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para os itens 11, 12, 38, 85 e 101 apresentou Certificado de Boas Práticas não corresponde com a forma farmacêutica da proposta, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 76, 91, 139, 166, 167, 168, 172 e 173 não apresentou Certificado de Registro de Produto, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para os itens 101, 102, 134 e 158 apresentou Certificado de Registro de Produto vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para os itens 128 e 173 apresentou Certificado de Boas Práticas vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para o item 142 não apresentou Certificado de Boas Práticas, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e /ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. para os itens 03, 11, 26, 40, 76, 79, 112, 113, 114, 137, 145, 154, 166 e 172 apresentou Certificado de Registro de Produto que não confere com a proposta, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para os itens 03, 12, 20, 25, 65, 89 e 109 apresentou Certificado de Boas Práticas não corresponde com a forma farmacêutica da proposta, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 36, 117, 128 e 148 apresentou Certificado de Boas Práticas vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 08/05/2014</p>
	<p>Folha: 3/4</p>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 20/2014 (Sequência: 3)

juízo, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para o item 38 apresentou Certificado de Registro de Produto com apresentação "INATIVA", documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para os itens 40, 79 e 107 apresentou Certificado de Boas Práticas laboratório não confere com o laboratório da proposta, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 44, 90, 139 e 173 não apresentou Certificado de Registro de Produto, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para os itens 50, 88, 130, 131 e 141 apresentou Certificado de Registro de Produto vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para os itens 50, 88, 130, 131 e 141 apresentou Certificado de Registro de Produto vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para o item 25 apresentou Certificado de Registro de Produto que não confere com a proposta, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", para o item 25 apresentou Certificado de Boas Práticas não corresponde com a forma farmacêutica da proposta, documento exigido no item do edital 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", para os itens 94 e 95 apresentou Certificado de Registro de Produto vencido, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. Diante do exposto fica marcada a data de 01 de julho de 2014, às 08h30min para continuação do processo na etapa de lances, caso contrário será enviada nova ata determinado a nova data da etapa de lances. Encerra-se a sessão e pede-se para serem enviadas as empresas participantes a cópia da ata, bem como quadro comparativo de preços com a classificação das empresas.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 8/2014 - PR**

Processo Administrativo:

Processo de Licitação: 39/2014

Data do Processo: 08/05/2014

Folha: 4/4

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 20/2014 (Sequência: 3)**

Schroeder, 24 de Junho de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

Ata Pregão Presencial 05/2014-FAS (Sequência 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 11/2014 Data do Processo: 03/06/2014

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 9/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

aquisição de brinquedos e jogos para atender as necessidades da Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento.

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 24 de Junho de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

Dispensa Nº 36/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 36/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 48/2014 Data: 24/06/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: NELCI IVANISE ENGELMANN - ME Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BCO, 1953 Cidade: Schroeder - SC CNPJ: 08.288.050/0001-28	Código: 10279 Inscrição Estadual: 255.252.218
Objeto da Compra: Aquisição de medicamento a ser fornecido para paciente através da Ação Civil Pública nº 026.14.000367-9 do Município de Schroeder/SC	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	84,00	Lyrica 75mg	COMP	3,08	258,72
2	270,00	Artrolive	COMP	1,67	450,90
3	180,00	BUPOFRAN 150MG	COMP	1,42	255,60
4	180,00	Amato 25mg	COMP	0,49	88,20
5	84,00	Diovan HCT 160/25mg	COMP	3,35	281,40

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

A paciente é portadora de Hipertensão Essencial (primária) e Transtorno Depressivo Recorrente. O Poder Judiciário condenou o município de Schroeder a fornecer o medicamento no prazo de 10 dias.

Schroeder, 24 de Junho de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 36/2014 - DL**

Processo Nr.: 48/2014
Data: 24/06/2014

Folha: 2/2

23/6/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 23 de Junho de 2014

Valor da Despesa: 1.334,82 (um mil trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Siderópolis

PREFEITURA

02 2014 Chamamento Público Agência de Publicidade PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2014

O Município de Siderópolis, torna público que está realizando o CHAMAMENTO PÚBLICO, Inscrição de profissionais formados em comunicação, publicidade/marketing, e afins ou que atuem em uma dessas áreas, para compor a Subcomissão Técnica a ser constituída para análise e julgamento das propostas técnicas a serem apresentadas em licitação na modalidade Tomada de Preço, que será instaurada pela Prefeitura Municipal de Siderópolis, objetivando a contratação de Agência para a prestação de serviços de publicidade. Os interessados deverão apresentar a ficha de inscrição e a documentação até as 16:00 horas do dia 03/07/2014. Informamos que o

Editais de Chamamento encontra-se disponível na Sede da Municipalidade a partir da data desta publicação no horário de atendimento da Prefeitura Municipal. Maiores informações poderão ser sanadas através do e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br ou telefone (48) 3435 3188.

Siderópolis, 24 de junho de 2014.
Roberto Júlio Ribeiro
Presidente da Comissão de Licitação

FMAS 03/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
17/06/2014	Fundo Municipal de Assistência Social	JUGASA COM. DE VEÍCULOS S/A	Aquisição de um veículo para transporte de passageiros zero km com capacidade de no mínimo 07 lugares para Secretaria de Assistência Social do município, conforme proposta de transferência 0000013062 entre o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Siderópolis.	R\$ 65.650,00	Até o adimplemento da obrigação

Contrato FMAS nº03/2014

Sombrio

PREFEITURA

Lei Complementar 33/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº. 033, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 025, DE 11 DE JULHO DE 2013, " QUE INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIOS-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei Complementar:

Art. 1º. O Art. 10 da Lei Complementar Nº. 025 de 11 de julho de 2013, que institui o Programa Municipal de Recuperação Fiscal - REFIS passa a vigor com as seguintes alterações:

"Art. 10 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos até a data de 31 de dezembro de 2014."

Art. 2º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 17 de junho de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Lei Nº. 2150/2014

LEI Nº 2150, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

REGULAMENTA O COMÉRCIO AMBULANTE E ATIVIDADES AFINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIOS-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1.º Fica regulamentado nos termos da presente Lei, o COMÉRCIO AMBULANTE no município de Sombrio/SC.

Art.2.º Considera-se Comércio Ambulante a atividade temporária de venda a varejo de mercadorias, realizada em logradouros públicos, por profissional autônomo, sem vinculação com terceiros, pessoa jurídica ou física, em locais e horários previamente determinados, no município de Sombrio.

§ 1º.O limite máximo de autorizações concedidas para realização de Comércio Ambulante será de 01 (uma) para cada 2.300 (dois mil e trezentos) habitantes ou fração, de acordo com certidão oficial fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2º. O Comércio Ambulante somente será exercido dentro do período que se inicia, diariamente, as 18 (dezoito) horas e se encerra as 6 (seis) horas do dia seguinte.

§ 3º. Os locais de funcionamento dos trailers, carrinhos e similares,

em concordância com o § 1º deste artigo, são os constantes do Anexo Único I que é parte integrante e inseparável desta Lei.

§ 4º. O Município de Sombrio poderá alterar os locais de funcionamento em face do processo de urbanização da cidade, pelo fluxo demográfico e, ainda, por razões de relevante interesse público.

§ 5º. Nos casos em que os vendedores ambulantes tiverem suas licenças alteradas ou canceladas por motivos alheios a sua conduta e culpabilidade serão notificadas com antecedência de 30(trinta) dias.

§ 6º. É vedado o exercício do Comércio Ambulante fora dos horários e locais determinados, salvo quando as condições excepcionais for, igualmente, autorizada a atividade em forma de feiras ou em festas comemorativas, de caráter eventual.

Art. 3º. O exercício da atividade de Comércio Ambulante dependerá de autorização, expedida pela Prefeitura Municipal, a ser concedida por prazo máximo de 01(um) ano.

§ 1º. A autorização para o Comércio Ambulante é de caráter pessoal e intransferível, servindo exclusivamente para o fim nela indicado, e somente será expedida em favor de pessoas que demonstram a necessidade de seu exercício.

§ 2º. A autorização a que se refere o presente artigo poderá ser transferida no caso de falecimento do titular, à viúva ou herdeiro legal, se comprovado o desemprego e a dependência econômica familiar daquela atividade.

§ 3º. Para fins de expedição de autorização do exercício de atividade de vendedor ambulante, os interessados deverão providenciar o cadastramento na Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de documento de identidade, carteira de saúde atualizada, comprovante de residência e declaração, firmado pelo interessado, sobre a natureza e origem da mercadoria que pretende comercializar.

§ 4º. Terão prioridade para licenciamento os vendedores ambulantes que já atuam no Município por ocasião da promulgação desta lei, assegurando-os a permanência nos mesmos locais anteriormente autorizados, desde que não contrarie as condições estipuladas nesta lei.

§ 5º. No primeiro cadastramento, cujo prazo de chamamento será fixado pelo Executivo Municipal, terão preferência sobre os demais, os candidatos que, comprovadamente, obtiveram Alvará de Funcionamento até o ano de 2013, contando para a classificação o candidato que por maior número de anos sucessivos obteve o respectivo alvará e que mais se aproximar de 2013.

§ 6º. A Prefeitura Municipal analisará cada pedido, encaminhando-se à Secretaria Municipal de Finanças para que seja expedido alvará de funcionamento no caso de liberação do mesmo.

§ 7º. Da autorização constarão os seguintes elementos essenciais:

- I - nome do vendedor ambulante e respectivo endereço;
- II- número de inscrição;
- III- indicação de mercadorias, objeto da autorização e, no caso de artesanato, material utilizado para sua confecção;
- IV- horário e local de funcionamento de acordo com a regulamentação desta Lei.

Art.4º. Não será permitido o comércio ambulante em frente a estabelecimento comercial licenciado para a mesma atividade.

Parágrafo único. Incluem-se nesta restrição os que se instalarem

próximos a estabelecimentos escolares, postos de saúde, creches, hospitais, clubes e eventos especiais

Art.5.ºAs pessoas portadoras de deficiência física, residentes no município de Sombrio, terão prioridade na ocupação dos locais fixados para o Comércio Ambulante e no deferimento do Alvará de Funcionamento e Autorização.

Art.6.º O não comparecimento, sem justa causa, do comerciante ambulante habilitado aos locais autorizados, por prazo superior a 30 (trinta) dias, implicará na cassação da autorização e a consequente substituição por outro comerciante habilitado.

Art.7.ºFica o Comércio Ambulante sujeito à legislação fiscal do Município e à legislação sanitária do Município e do estado de Santa Catarina.

§ 1º. O comerciante ambulante, quando do uso de trailers, carrinhos e similares fica encarregado de manter o local de exercício da atividade devidamente limpo e conservado, caso contrário o mesmo estará sujeito a receber notificação de infração.

§ 2º. Incluir-se-á também a importância de 01(uma) UFM, na hipótese de notificação por infração, além das multas previstas em Lei, a título de preço público, para custeio das despesas de diligência do fiscal.

Art. 8º. São obrigações do vendedor ambulante:

- I- Comercializar somente mercadorias especificadas no alvará, exercer as atividades nos limites do local demarcado e dentro do horário estipulado;
- II- Portar-se com urbanidade, tanto em relação ao público em geral, quanto aos colegas de profissão, de forma a não perturbar a tranquilidade pública;
- III- Após o horário estipulado nesta Lei o vendedor deverá providenciar a retirada do trailer, carrinho ou similar dos logradouros públicos;
- IV- Transportar os bens de forma a não impedir ou dificultar o trânsito; é proibido conduzir, pelos passeios, volumes que atrapalhem a circulação de pedestres;
- V- O Alvará de Funcionamento deverá ficar exposto junto ao local de trabalho;
- VI- Dotar o local de trabalho com uma lixeira que deverá ser recolhida no fim da jornada de trabalho;
- VII- Colocar à venda mercadorias em perfeitas condições de uso ou consumo, atendido, quanto aos produtos alimentícios ou qualquer outro interesse da saúde pública, o disposto na legislação sanitária do Município e do estado de Santa Catarina.

Art.9.º É proibido estacionar trailers, carrinhos ou similares, assim como quaisquer outros componentes para o exercício da atividade de forma a dificultar ou impedir a circulação de pedestres e veículos, nos passeios e vias públicas, mesmo no local de autorização de exploração da atividade;

Art.10.º Compete a Prefeitura Municipal, o controle e a fiscalização do Comércio Ambulante, assim como a aplicação das sanções previstas em Lei.

Parágrafo único. Para cumprimento das disposições contidas nessa Lei, a Prefeitura Municipal fica autorizada a requisitar ForçaPública do Estado de Santa Catarina, quando se fizer necessário.

Art.11.º Para a inobservância das disposições desta Lei, aplicam-se as seguintes sanções:

- I- multa;
- II- apreensão de mercadorias e equipamentos;

III- suspensão de até 10(dez) dias;
IV- cassação da autorização.

§ 1º. O valor de multa a que se refere o Inciso I deste artigo é definido pela Prefeitura Municipal, conforme legislação.

§ 2º. Das sanções impostas cabe o recurso, no prazo de 10(dez) dias a Prefeitura Municipal, feito o depósito em caso de multa.

§ 3º. No caso de apreensão, lavrar-se-á auto próprio, em que se discriminará as mercadorias apreendidas, cuja devolução será feita, imediatamente, à vista de documento de identidade e da cópia do auto de apreensão, paga a multa e a taxa de apreensão.

§4º. No caso de apreensão de mercadoria perecível ou outra qualquer de interesse de saúde pública, será adotado o seguinte procedimento:

I- Submeter-se-á a mercadoria à inspeção por técnicos sanitários da Secretaria de Saúde do Município e/ou do Estado; se constatada deterioração ou outra qualquer irregularidade dar-se-á destino adequado à mercadoria;

II- Cumprindo o disposto no inciso anterior, em caso de não ser apurada irregularidade quanto ao estado da mercadoria, dar-se-á prazo de 01(um) dia para sua retirada, desde que esteja em condições adequadas de conservação, espirado o qual será a mercadoria entregue à instituição de caridade mediante comprovante;

III- As mercadorias não perecíveis, após análise e liberação para o consumo, deverão ser requeridas no prazo máximo de 30(trinta) dias após o que serão entregues à instituição de caridade mediante comprovante.

Art. 12º. Os veículos, trailers e similares autorizados a explorar o serviço de comércio ambulante, deverão ter na parte traseira uma faixa quadriculada, com os dizeres "comércio ambulante | veículo autorizado", bem como o selo da prefeitura identificando o ponto. Os veículos deverão possuir cor branca. Tal especificação segue no anexo II desta Lei.

Paragrafo Único- O não cumprimento deste artigo, acarretar o cancelamento da autorização de exploração do serviço.

Art. 13º. Compete ao Executivo Municipal a regulamentação da presente Lei.

Art. 14º. Os casos duvidosos e omissos serão resolvidos pela Prefeitura Municipal.

Art. 15º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio - SC, 17 de junho de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

ANEXO I

Descrição dos locais de funcionamento de Comércio Ambulante com uso de trailers, carrinhos e similares, em conformidade com o artigo 2º, parágrafos 1º e 3º da presente Lei.

Local de funcionamento 1: avenida Getúlio Vargas, na margem da quadra 1-D.

Local de funcionamento 2: avenida Getúlio Vargas, na margem da quadra 05.

Local de funcionamento 3: rua Caetano Lummertz, na margem da quadra 05.

Local de funcionamento 4: rua João José Guimarães, na margem da quadra 05.

Local de funcionamento 5: rua João José Guimarães, na margem da quadra 04.

Local de funcionamento 6: avenida Getúlio Vargas, na margem da quadra 12.

Local de funcionamento 7: avenida Getúlio Vargas, na margem da quadra 40.

Local de funcionamento 8: rua Vereador Oscar Manoel Monteiro, na margem da quadra 4-A.

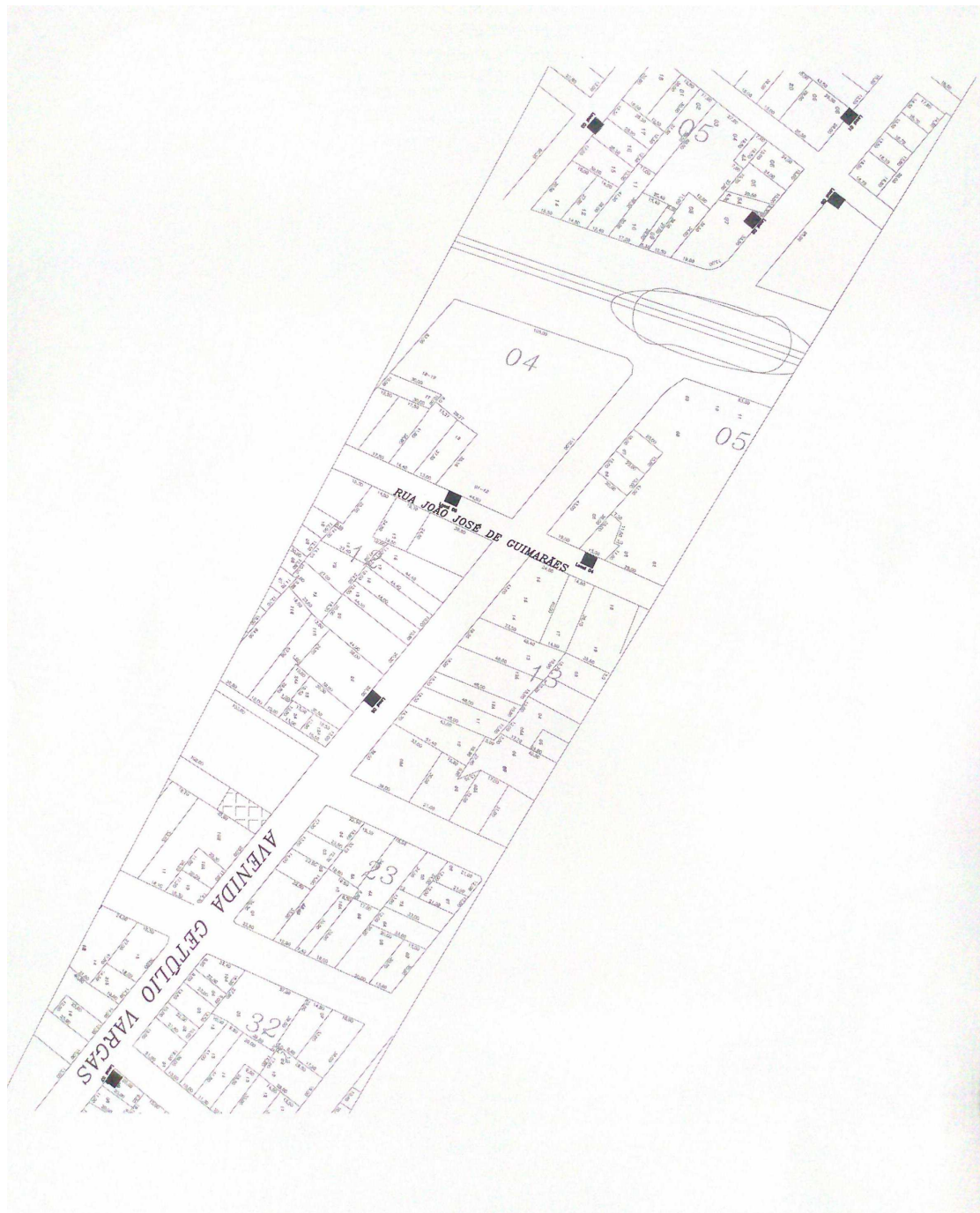
Local de funcionamento 9: avenida Papa João XIII, na margem da quadra 26-B.

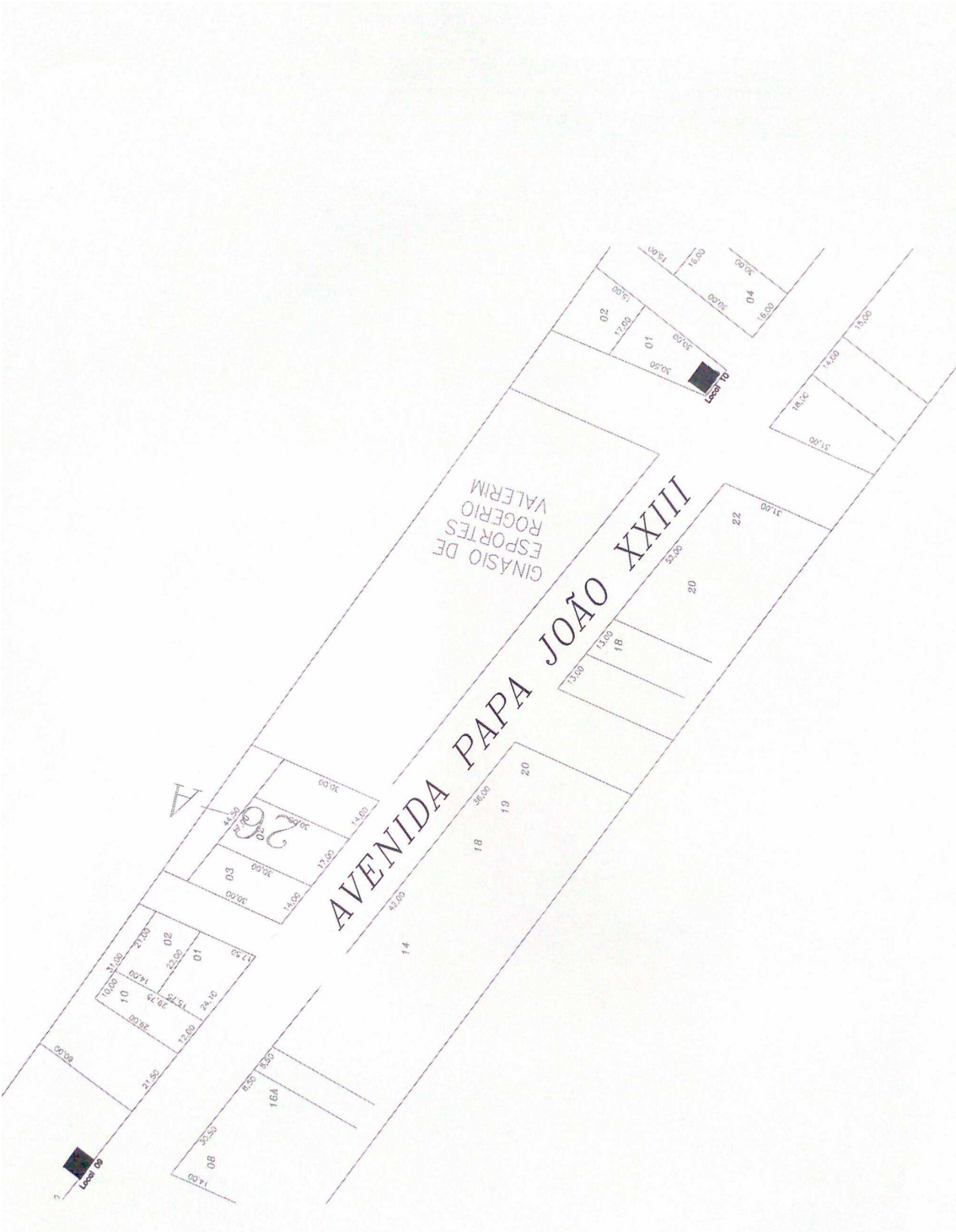
Local de funcionamento 10: avenida Nereu Ramos, na margem da quadra 40.

Local de funcionamento 11: avenida Adolfo Tiscoski, na margem da quadra 56.

Local de funcionamento 12: avenida Papa João XXIII na margem da quadra 71.

MAPA CROQUI DA LOCALIZAÇÃO DISPOSTA ANEXO ÚNICO.





ANEXO II



Disposição parte traseira.



Placa de sinalização



Identificação ponto

Lei Nº. 2151/2014

LEI Nº. 2151, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº 1901, DE 03 DE SETEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO PARA ATUAR NO SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º O Anexo I da Lei nº 1901, de 03 de setembro de 2010, passa a vigorar conforme anexo a esta Lei.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 17 de junho de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

ANEXO I

(Lei nº 1901, de 03/09/2010)

Alterado pela Lei nº 2151, de 17 de junho de 2014.

QUADRO DE CARGOS E VENCIMENTOS

Quantidade de vagas	Cargos	Carga horária 44 horas semanais	Vencimentos R\$
04*	Técnico em enfermagem	12 horas ininterruptas por 36 de descanso	840,76
04	Condutor Socorrista	12 horas ininterruptas por 36 de descanso	890,79

Lei Nº. 2152/2014

LEI Nº 2152, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

Altera a Lei nº 959/1994, de 27 de junho de 1994, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Sombrio e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei nº 959/1994, de 27 de junho de 1994, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 14

V - Diretoria de Compras”

“Seção V

.....

Subseção V

Da Diretoria de Compras

Art. 18-A - Compete a Diretoria de Compras basicamente:

I - Licitar compras ou aquisições, vendas ou alienações, na forma prevista na Legislação pertinente;

II - Elaborar e atualizar o cadastro dos fornecedores do Município;

III - Providenciar a documentação legal das doações ativas e passivas;

IV - Implantação normativa com os respectivos procedimentos no processamento das licitações para aquisição de materiais, realização de serviços de interesse do Município;

V - Promover medidas visando à programação de compras;

VI - Manter atualizado o controle de materiais;

VII - realizar outras atividades relativas à administração de compras e material que lhe forem atribuídas na forma da Lei.

Parágrafo único. Subordina-se diretamente à Diretoria de Compras, o Setor de Licitações e Contratos.”

Art. 2º Revogam-se o inciso IV do art. 9º, a Subseção IV da Seção IV e o art. 12-A, da Lei nº 959/1994, de 27 de junho de 1994.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 17 de junho de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Lei Nº. 2153/2014

LEI Nº. 2153, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o chefe do poder executivo autorizado a abrir Crédito Especial no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Sombrio. no valor de R\$ 46.745,76 (quarenta e seis mil, setecentos e quarenta e cinco reais e setenta e seis centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

0.003 - Precatórios Judiciais

4.6.90.00.00.00.00.00.3072 - Aplicações Diretas R\$ 245,76

4.6.90.00.00.00.00.00.0072 - Aplicações Diretas R\$ 46.500,00

Art. 2º. A abertura de crédito Especial de que trata o art. 1º, correrá por conta dos seguintes recursos:

I - excesso de arrecadação da fonte 80 (recursos próprios), no

valor de R\$ 4.501,00 (quatro mil, quinhentos e um reais) ; e,

II - Anulação total das seguintes dotações orçamentárias:

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

0.003 - Precatórios Judiciais

3.3.90.00.00.00.00.3072 - Aplicações Diretas..... R\$ 245,76

4.4.60.00.00.00.00.0072 - Transf. a Instit. Priv. sem Fins Lucrativos R\$ 41.999,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 17 de junho de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Lei Nº. 2154/2014

DE LEI Nº. 2154, DE 17 DE JUNHO 2014.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR POR VENDA, O IMÓVEL URBANO LOCALIZADO NESTE MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO -SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado à alienar por venda, a área de terras medindo 270,00 m², localizado no lado par da Avenida Adolfo Tiscoski, na quadra trinta e quatro (34) do loteamento Parque Residencial Koski,, situado no Bairro Januária, nesta Cidade e Comarca de Sombrio-SC, com as seguintes características , descrição e matrícula, como segue:

Um terreno urbano, situado no lado par da Avenida Adolfo Tiscoski na Quadra trinta e quatro (34), do loteamento Parque Residencial Koski, Bairro Januária, Município de Sombrio - SC, com área de duzentos e setenta metros quadrados (270,00m²), com as seguintes características e confrontações: Frente ao Sul, na extensão de doze metros (12,00m), com a Avenida Adolfo Tiscoski, fundos ao Norte, na extensão de doze metros (12,00m), com propriedade de Vito Basso (matrícula 57.111); lado direito ao Oeste, na extensão de vinte e dois metros e cinquenta centímetros (22,50m), com o lote quinze (15) da quadra trinta e quatro (34), de propriedade de Vito Basso (Matrícula 18.674); lado esquerdo ao Leste, na extensão de vinte e dois metros e cinquenta centímetros (22,50m), com o lote doze (12) da quadra vinte e cinco (25), de propriedade de Vito Basso (Matrícula 19.090); distando cento e trinta e dois metros (132,00m) da Avenida Prefeito Francisco Lummertz Junior, ao Oeste. Cadastro imobiliário nº 53636 e inscrição imobiliária número 01.03.006.0206.000, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta cidade sob número 69.481, em nome do Município de Sombrio - SC, CNPJ nº 82.963.216/0001-17.

Art. 2º. O processo de alienação de que trata esta Lei, obedecerá os dispositivos da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 3º . O Valor obtido com a alienação do imóvel mencionado nesta Lei, será destinado para despesas de capital, conforme

determina a Lei Complementar nº 101/00.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio(SC), 17 de junho de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbó

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 448, de 25 de Junho de 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 448, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Altera a Lei Complementar nº 137, de 02 de julho de 1998.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado no quadro geral de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal, estatuído pela Lei Complementar nº 137 de 02 de julho de 1998, o cargo público de provimento efetivo denominado "Avaliador Físico", integrante da carreira profissional, com formação mínima de ensino superior em educação física, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas/semanais, 100 (cem) horas/mês, Referência Salarial inicial nº 27, no total de 02 vagas.

§1º Os requisitos para acesso ao cargo criado por esta Lei Complementar, bem como o descrevo detalhado de suas atribuições/funções, será objeto de regulamentação do poder executivo nos termos do que estabelece o artigo 29 da Lei Complementar nº 137 de 02 de julho de 1998.

§2º O anexo I da Lei Complementar nº 137, de 02/07/1998, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"...

QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO PODER EXECUTIVO

DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA INICIAL	QUANT. DE CARGOS	GRUPO OCUPACIONAL	JORNADA SEMANAL
...
AVALIADOR FÍSICO	27	02	GP	20
...				

TOTAL DE CARGOS DO QUADRO GERAL - 861 (oitocentos e sessenta e um)

..."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de junho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC.

Lei Nº 2721, de 25 de Junho de 2014

LEI Nº 2721, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção das atividades de entidades deste município.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó fica

autorizado a conceder auxílio financeiro no montante total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), na proporção de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para o exercício 2014, a cada uma das seguintes entidades:

I - Associação Recreativa, Desportiva e Cultural Duque de Caxias, CNPJ nº 82.775.115/0001-12, com sede na Rua Geral de Mulde Central s/nº, Bairro Mulde Central, Timbó-SC;

II - Sociedade Recreativa, Desportiva, Cultural e de Caça e Tiro São Roque, CNPJ nº 09.614.570/0001-46, com sede na Rua Pomeranos s/nº, Bairro Pomeranos, Timbó - SC;

III - Sociedade Recreativa, Desportiva e Cultural Cedro, CNPJ nº 83.793.497/0001-70, com sede na Rodovia Municipal TBO-010 - Cedro Margem Esquerda, nº 7155, Bairro das Nações, Timbó - SC;

IV - Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó, CNPJ nº 83.792.960/0001-69, com sede na Rodovia Municipal TBO-010 - Cedro Margem Esquerda, nº 4406, Bairro das Nações, Timbó - SC;

V - Clube Ginástico Guairacás, CNPJ nº 82.775.099/0001-68, com sede na Rua Germano Brandes Senior, nº 950, Bairro Centro, Timbó-SC;

VI - Sociedade de Bocha e Bolão Recreativa, Desportiva e Cultural 9 de Maio, CNPJ nº 83.146.019/0001-78, com sede na Rua Edmundo Bell, nº 177, Bairro Dona Clara, Timbó-SC;

VII - Clube Esportivo, Recreativo e Cultural Fritz Lorenz, CNPJ nº 82.776.246/0001-14, com sede na Estrada Geral Mulde Alta, s/nº, Bairro Mulde Alta, Timbó-SC;

VIII - Sociedade Recreativa, Desportiva e Cultural Alegria, CNPJ nº 86.379.112/0001-10, com sede na Rua Edmundo Bell, s/nº, Bairro Dona Clara, Timbó-SC;

IX - Esporte Clube Água Verde, CNPJ nº 72.557.903/0001-89, com sede na Rua Alwin Schumann, nº 330, Bairro Pomeranos, Timbó-SC;

X - Clube Caça e Tiro Frederico Donner, CNPJ nº 86.379.104/0001-74, com sede na Rua Aristiliano Ramos, nº 1.439, Bairro das Capitais, Timbó-SC.

Parágrafo único. Os valores serão repassados em até 120 dias a contar da entrada em vigência da presente lei, e deverão ser destinados exclusivamente na manutenção das atividades das entidades.

Art. 2º Os presidentes das entidades referendadas no art. 1º desta lei, ficam responsáveis pelos recursos repassados, devendo aplicá-los de conformidade com o estabelecido nesta lei, prestando contas no prazo de 60(sessenta) dias a contar do repasse dos valores, nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013 e demais normas aplicáveis a espécie.

Art. 3º A despesa com a execução da presente lei, correrá à conta de dotação própria do Orçamento-Programa 2014 da Fundação Cultural de Timbó, com a seguinte classificação:

22.01.013.392.0094.2246. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

22.01.013.392.0094.2246. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE

22.01.013.392.0094.2246. TRANSFERENCIA DE RECURSOS

300000.00 - DESPESAS CORRENTES

330000.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

335000.00 - TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

335041.00 - CONTRIBUIÇÕES

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de junho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº Timboprev-020, de 06 de Junho de 2014

PORTARIA Nº TIMBOPREV-020, DE 06 DE JUNHO DE 2014

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição e concede Aposentadoria Por Invalidez à Servidora Pública Municipal Carmen Dolores Busarello.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993 e §4º do art.17, da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR CARMEN DOLORES BUSARELLO, brasileira, separada judicialmente, nascida em 21 de junho de 1961, portadora do CPF sob nº 478.424.079-91, RG nº 1.290.774-0, residente na RD SC417 - BC Schlei N.200 - Cx 3-Timbó-SC, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, Referência Salarial SG-19, matrícula nº 1613.6, lotada na Secretaria Municipal de Educação:

A Contagem Recíproca do tempo de contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts.40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00021/14-1, expedida em 21/05/2014, totalizando 371 (trezentos e setenta e um) dias, ou seja, 01 (um) ano, 00 (zero) meses e 06 (seis) dias, conforme Processo TIMBOPREV 018/2014;

Aposentadoria Por Invalidez, decorrente de tendinopatia - tendinose do supra espinhoso - síndrome do manguito rotador e síndrome do túnel do cargo - CID 10-M 75.1 e G56, com base no art.17, inciso I da Lei Complementar nº 411/2011, nos termos do art.1º da Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012, que acrescentou o art.6º-A a Emenda Constitucional nº 41/2003, com proventos proporcionais, calculados com base na última remuneração, com direito a paridade, correspondentes a quantia de R\$ 823,03 (oitocentos e vinte e três reais e três centavos), tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV 018/2014, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de junho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

Portaria Nº Timboprev-021, de 13 de Junho de 2014

PORTARIA Nº TIMBOPREV-021, DE 13 DE JUNHO DE 2014

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Margaret Silvia Gretter.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993 e §4º do art.17, da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal MARGARET SILVIA GRETTTER, brasileira, solteira, nascida em 1º de dezembro de 1962, portadora do CPF sob nº 493.394.869-00, RG nº 1.050.000, residente na rua Basílio Leitempergher nº 33, Bairro Divinéia, em Rio dos Cedros-SC, ocupante do cargo de Professor, Referência Salarial D-22, matrícula nº 1858.9 lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos calculados de forma integral ao seu vencimento, com direito à paridade, no valor de R\$ 2.015,26 (dois mil e quinze reais e vinte e seis centavos), com incorporação dos valores referentes à regência de classe e substituição legal, com supedâneo no art.6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redução de idade e tempo de contribuição, nos termos do art.40, §5º, da CF/88, tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV 019/2014, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de junho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

Portaria Nº Timboprev-022, de 16 de Junho de 2014

PORTARIA Nº TIMBOPREV-022, DE 16 DE JUNHO DE 2014

Concede Pensão Por Morte à Rosa Testoni, na condição de viúva do Servidor Público Municipal Inativo Tercílio Testoni.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e arts.7º, 32, 33 e 35 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Pensão por Morte à ROSA TESTONI, brasileira, nascida em 28 de agosto de 1928, portadora do CPF sob nº 439.168.649-04, RG nº 3/R.2.485.887, residente na rua Portugal nº 619, Bairro Imigrantes, em Timbó-SC, na qualidade de viúva do Servidor Público Municipal Inativo Tercílio Testoni, equivalente à totalidade dos proventos, no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) a contar da data do óbito, ou seja, 07 de junho de 2014, conforme Processo TIMBOPREV-021/2013.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de junho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

Portaria Nº 1137, de 10 de Junho de 2014

PORTARIA Nº 1137, DE 10 DE JUNHO DE 2014

Nomeia Servidores Públicos Municipais para o exercício de cargo efetivo na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 137, de 02/07/98, e alterações, os servidores abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 01/2013:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE (Fundo Municipal de Trânsito)	
Cargo: Agente de Trânsito e Transporte Ref.Salarial: SG-34 Jornada Semanal: 44h	
NOME	CPF
Emmerson Cleiton Nardelli	003.535.799-12
Ubiratan Hipolito de Lima	836.036.119-34
William Gonzaga Dias	008.836.479-82

Art. 2º CONVOCAR os Servidores nomeados para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 e Edital de Concurso Público nº 01/2013, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários a posse no cargo para o qual foram nomeados.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se o servidor nomeado não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de junho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Aviso Pregão Presencial N.º 17 2014 FMS - Aquisição de Equipamentos Odontológicos

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 17/2014 - FMS

OBJETO: Aquisição de equipamentos odontológicos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde, conforme proposta de aquisição de equipamento/material permanente nº 11422.955000/1130-06 do Ministério da Saúde. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 10 de julho de 2014. ABERTURA: dia 10 de julho de 2014 às 08h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações situada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 24/06/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

Aviso Pregão Presencial N.º 19 2014 FMS - Aquisição de Câmara de Refrigeração

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO Pregão PRESENCIAL Nº 19/2014 - FMS

OBJETO: aquisição de câmara de refrigeração com sistema de back up por 48 horas, destinada ao armazenamento do estoque de imunobiológicos, na central de rede de frio da vigilância epidemiológica. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 11 de julho de 2014. ABERTURA: dia 11 de julho de 2014 às 08h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 24/06/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

Aviso Pregão Presencial N.º 22 2014 SAMAE - Recuperação Estrutural de Pavimento Asfáltico

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 22/2014 - SAMAE

OBJETO: registro de preço para contratação de empresa especializada em recuperação estrutural de pavimento asfáltico, em vias públicas danificadas pelas manutenções e pelas ligações na rede de água realizadas pelo SAMAE. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h30min do dia 08 de julho de 2014. ABERTURA: dia 08 de julho de 2014 às 09h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 23/06/2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

Aviso Pregão Presencial N.º 70 2014 PMT - Aquisição de Itens de Cozinha (Louças E Garrafa Térmica)

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO Pregão PRESENCIAL Nº 70/2014 - PMT

OBJETO: aquisição de itens de cozinha (louças e garrafa térmica) destinados à manutenção das Unidades Pré Escolares da Rede Municipal de Ensino. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 10 de julho de 2014. ABERTURA: dia 10 de julho de 2014 às 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 24/06/2014

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**Adjudicação Processo Licitatório 05-2014**

Termo de Adjudicação

Processo Licitatório : 05/2014.

Modalidade: Tomada de Preços n. 01/2014.

Objeto: Contratação de Agência de Propaganda.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, Jorge Augusto Krüger, CPF nº 006.107.339-31, no uso de suas atribuições, com amparo na Lei 12.232/2010 e subsidiariamente na Lei 8.666/93, ADJUDICA à empresa SAL PROPAGANDA LTDA, CNPJ nº 13.343.928/0001-10, com sede na Rua Fritz Lorenz, nº 1.129, Bairro Fritz Lorenz, Timbó (SC), o objeto do Processo Licitatório nº 05/2014, conforme especificado no Anexo I da Tomada de Preços nº 01/2014.

Timbó, 24 de Junho de 2014.

Jorge Augusto Krüger

Presidente

Homologação Processo Licitatório 5-2014

Termo de Homologação

Processo Licitatório: 5/2014.

Tomada de Preços: 1/2014.

Objeto: Contratação de Agência de Propaganda.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, vereador Jorge Augusto Krüger, CPF nº 006.107.339-31, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, com amparo na Lei 12.232/2010 e subsidiariamente na Lei 8.666/93, verificando a validade dos atos praticados e a conveniência da licitação, homologa a Tomada de Preços nº 1/2014, objeto do Processo Licitatório nº 5/2014.

Timbó, 24 de Junho de 2014.

Jorge Augusto Krüger

Presidente

Treze Tílias**PREFEITURA****Aviso de Licitação 56/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
Processo Licitatório nº 56/2014 - CONCORRÊNCIA PARA ALIENAÇÃO

Objeto: O objeto do presente edital consiste na Alienação por Concorrência Pública de Bem Móvel do Patrimônio Público Municipal: Toyota Bandeirante, ano 1981, com carroceria aberta.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 23/07/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

Trombudo Central

PREFEITURA

Portaria 375/14

PORTARIA 375/14 DE 23 DE JUNHO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Artigo 86 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. BIANCA SCHULTZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, licença Gestação pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, conforme atestado médico emitido em 23 de Junho de 2014.

Artigo 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente pelo Regime Geral de Previdência Social.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

Portaria 376/14

PORTARIA 376/14 DE 23 DE JUNHO DE 2014.
CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA GESTAÇÃO

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Artigo 86 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990, alterada pela Lei Complementar 1765 de 09 de Abril de 2013 e Lei Complementar 1353 de 11 de Março de 2003, alterada pela Lei Complementar 1766 de 09 de Abril de 2013.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. ELISANGELA ROHDEN HOBUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, prorrogação de licença Gestação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme solicitação por requerimento ao Departamento Pessoal na data de 23 de Junho de 2014, com gozo inicial na data de 02 de Junho de 2014.

Artigo 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na

data supra.

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE

Secretária da Assistência Social e Habitação

Decreto 073/14

DECRETO 073/14 DE 11 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.06.182.0003.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 20.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 20.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 074/14

DECRETO 074/14 DE 18 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1743/12 de 27 de Novembro de 2012.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

07 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.1.009-4.4.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 100.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 100.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de Junho de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Decreto 075/14

DECRETO 075/14 DE 23 DE JUNHO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.06.182.0003.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 30.000,00

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.06 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA EGINOLF BELL

04.06.12.361.0004.2.009-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 30.000,00

04.09 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PINGUINHO DE GENTE

04.09.12.365.0004.2.012-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 20.000,00

04.05 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARTHUR BRUNO JANDT

04.05.12.361.0004.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 50.000,00

04.11 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOHANNES SCHÜTTE

04.11.12.365.0004.2.014-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 10.000,00

04.04 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA ERICA HASSE

04.04.12.361.0004.2.007-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 30.000,00

08 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.03 DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

08.03.08.244.0012.2.049-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 50.000,00

08.04 DEPARTAMENTO DE GESTÃO

08.04.08.244.0012.2.045-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 30.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:
Subtrair excesso de arrecadação R\$ 250.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de Junho de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

Tunápolis

PREFEITURA

Processo Nº 88/2014 Limpeza

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 88/2014

Edital de Pregão Presencial nº 57/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por ITEM que tem por objeto a aquisição de material de limpeza, destinados a manutenção e conservação da Secretaria da Educação, Escolas da Rede Municipal nesta Municipalidade, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega dos envelopes às 14h15min do dia 08/07/2014

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Contrato 26/2014

CONTRATO nº 26/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Telecopy Equipamentos Ltda EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.303.600/0001-80, estabelecida na Avenida 7 de Setembro, 662, Centro, no Município Maravilha/SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 17/2014 e Pregão Presencial 16/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, PORTARIA Nº 1.159 DE 27 DE MAIO DE 2014, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 1.603,00(um mil seiscentos e três reais) será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 - Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 - A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 17/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA

SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número : (3) do Fundo Municipal da Saúde, do ano de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato

em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis - SC, 17 de junho de 2014.

Bruno Jose Heberle Telecopy Equipamentos Ltda EPP
CONTRANTE CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

Contrato 27/2014

CONTRATO nº 27/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa MB Catarinense LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 16.961.181/0001-52, estabelecida na Rua Madre Julia, 218, Morada do Sol, no Município de Maravilha/SC, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 17/2014 e Pregão Presencial 16/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, PORTARIA Nº 1.159 DE 27 DE MAIO DE 2014, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 6.721,00(seis mil setecentos e vinte um reais) será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agencia Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 - Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 - A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 17/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número : (3) do Fundo Municipal da Saúde, do ano de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis - SC, 17 de junho de 2014.

Bruno Jose Heberle
CONTRANTE

MB Catarinense LTDA - ME
CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

Contrato 28/2014

CONTRATO nº 28/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Altermed Mat. Méd. Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.0002/0001-02, com sede na Estrada Boa Esperança, 2320, no Município de Rio do Sul - SC, representada por Anacleto Ferrari, portador do CPF523.140.819-00, doravante denominado simplesmente CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 17/2014 e Pregão Presencial 16/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, PORTARIA Nº 1.159 DE 27 DE MAIO DE 2014, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de RS 15.050,55(Quinze mil cinqüenta reais e cinqüenta e cinco centavos) será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 - Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 - A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 17/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número : (3) do Fundo Municipal da Saúde, do ano de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis - SC, 17 de junho de 2014.

Bruno José Heberle
CONTRANTE

Altermed Mat. Méd. Ltda ME.
CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Contrato 29/2014

CONTRATO nº 29/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Plasmedic Comércio de Materiais para uso Médico e Laboratorial Ltda EPP pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 09.200.303/0001-22, localizada na Avenida Maurício Cardoso, 706, Centro no município de Erechim/RS, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 17/2014 e Pregão Presencial 16/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, PORTARIA Nº 1.159 DE 27 DE MAIO DE 2014, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de RS 20.800,00(Vinte mil e oitocentos reais) será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 - Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 - A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco)

dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 17/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número : (3) do Fundo Municipal da Saúde, do ano de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis - SC, 17 de junho de 2014.

Bruno José Heberle

CONTRANTE

Plasmedic Com de Mat para uso Méd e Lab Ltda EPP

CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259-60

Contrato 30/2014

CONTRATO nº 30/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Jackson Neimar Pedrassani ME, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 09.552.508/0001-77, estabelecida na Linha Campinas, zona Rural no Município de Iraceminha/SC, considerado doravante CONTRATADO. Representada neste ato pelo Sr. Jackson Neimar Pedrassani, sócio administrador da empresa portador do R.G. nº 4.016.444 e CPF nº 041.562.419-39.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 17/2014 e Pregão Presencial 16/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, PORTARIA Nº 1.159 DE 27 DE MAIO DE 2014, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de RS 11.410,00(onze mil quatrocentos e dez reais) será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 - Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 - A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 17/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número : (3) do Fundo Municipal da Saúde, do ano de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis - SC, 17 de junho de 2014.

Bruno José Heberle
CONTRANTE

Jackson Neimar Pedrassani ME
CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Contrato 31/2014

CONTRATO nº 31/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Atual Informática e Assistência Técnica Ltda- ME, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 04.326.894/0001-65, estabelecida na Avenida Araucária, 541, sala 02 centro, no Município de Maravilha/SC, considerado doravante CONTRATADO. Representada neste ato pelo Sr. Giovanni Franken, administrador da empresa e portador do R.G. nº 4.144.137 e CPF nº 004.822.049-31.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 17/2014 e Pregão Presencial 16/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, PORTARIA Nº 1.159 DE 27 DE MAIO DE 2014, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 6.780,00(seis mil setecentos e oitenta reais) será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais

e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 - Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 - A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 17/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número : (3) do Fundo Municipal da Saúde, do ano de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis - SC, 17 de junho de 2014.

Bruno José Heberle
CONTRANTE

Atual Informática e Assistência Técnica Ltda- ME
CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

Contrato 32/2014

CONTRATO nº 32/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Comércio de Artigos de Informática Iraceminha LTDA -ME, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 06.165.903/0001-09, estabelecida na Rua Santo de Marco, 533, sala 02, centro, no Município de Iraceminha/SC, considerado doravante CONTRATADO. Representada neste ato pelo Sr. Evandro João Rauber, representante da empresa portador do R.G. nº 4.442.443 e CPF nº 048.147.069-79.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 17/2014 e Pregão Presencial 16/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, PORTARIA Nº 1.159 DE 27 DE MAIO DE 2014, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de RS 6.485,00(seis mil quatrocentos e oitenta e cinco reais) será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agencia Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 - Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 - A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferencia do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 17/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos

estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número : (3) do Fundo Municipal da Saúde, do ano de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido: 9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; 9.1.2 Por acordo entre as partes; 9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades: 10.1.1. Advertência. 10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município; 10.1.3. Declaração de inidoneidade; 10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis - SC, 17 de junho de 2014.

Bruno José Heberle
CONTRANTE

Com. de Art. de Informática Iraceminha LTDA -ME
CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Contrato 33/2014

CONTRATO nº 33/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Logitex Distribuidora Ltda -ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o CNPJ nº 93.607.240/0001-30, estabelecida na Rua Ricalde Marques, 115, JD. São Pedro, Porto Alegre/RS, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 17/2014 e Pregão Presencial 16/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, PORTARIA Nº 1.159 DE 27 DE MAIO DE 2014, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de RS 15.589,00(quinze mil quinhentos e oitenta e nove reais) será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 - Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 - A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 - A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco)

dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 17/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número : (3) do Fundo Municipal da Saúde, do ano de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis - SC, 17 de junho de 2014.

Bruno José Heberle

Logitex Distribuidora Ltda -ME

CONTRANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34

CPF: 020.226.259.60

Turvo

PREFEITURA

Tomada de Preços PMT 67/2014

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 67/2014 - Tomada de Preço nº 67/2014
Objeto: Instalação de rede de esgotamento sanitário e ligações domiciliares em ruas do município de Turvo/SC.

Entrega dos envelopes: até às 7h45min do dia 10/07/2014

Abertura da Sessão: às 8 horas do dia 10/07/2014

Informações e cópia do edital: departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Turvo, Rua Nereu Ramos, 588, Centro, Turvo/SC, das 7h30min as 11h30min e das 13h30min as 17 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo/SC, 23 de junho de 2014.

Nestor Reco

Presidente da C.J.L.

Portaria 207/2014

PORTARIA Nº 207/14, de 23 de Junho de 2014.

DEMITE A PEDIDO AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 002/13 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

NOME	CPF	MATRICULA
Diandra Hoinatz de Aguiar	074.532.479-77	3125

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 23 de junho de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 208/2014

PORTARIA Nº 208/14, de 24 de Junho de 2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 24.06.2014 a 23.07.2014, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR.	SERVIDOR	PERÍODO DE AQUISIÇÃO
0683	Esio Simão	02.01.2007 a 01.01.2008

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 24 de junho de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 209/2014

PORTARIA Nº 209/14, de 24 de Junho de 2014.

REDUZ A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA EFETIVA, ALTERADA TEMPORARIAMENTE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Reduzir a carga horária da Servidora abaixo relacionada, alterada temporariamente, no Cargo de Professor IV, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA	SERVIDORA	CPF
1209	Gizeli Estevam Baesso	030.632.579-90

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 24 de junho de 2014

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 32/2014

DECRETO Nº 032/14, de 23 de Junho de 2014.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.180/13 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2013.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), assim classificados:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

17.512.0057.1.032 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080.0 (085) - Aplicações Diretas
..... R\$ 850.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 850.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 23 de Junho de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 210/2014

PORTARIA Nº 210/14, de 24 de Junho de 2014.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL DE NOVA TITULAÇÃO AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido nos artigos 33 e 34 da Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Progressão Funcional Vertical correspondente a 15% (quinze por cento) de seus vencimentos, por nova titulação apresentada por LIANDRA PIAZZA DAL PONT, ocupante do cargo de Professor IV, matrícula nº 1887, CPF nº 034.933.119-74, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º - Conceder Progressão Funcional Vertical correspondente a 15% (quinze por cento) de seus vencimentos, por nova titulação apresentada por SCHEILA CRISTIANE HEFFEL, ocupante do cargo de Professor IV, matrícula nº 1867, CPF nº 025.692.149-06, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º - Conceder Progressão Funcional Vertical correspondente a 15% (quinze por cento) de seus vencimentos, por nova titulação apresentada por MARIA ELIANE DA SILVA, ocupante do cargo de Professor IV, matrícula nº 1868, CPF nº 966.505.329-91, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 4º - Conceder Progressão Funcional Vertical correspondente a 15% (quinze por cento) de seus vencimentos, por nova titulação apresentada por MARIA IVETE FAVARIN PESCADOR, ocupante do

cargo de Professor I, matrícula nº 1058, CPF nº 966.501.259-20, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 5º - Conceder Progressão Funcional Vertical correspondente a 15% (quinze por cento) de seus vencimentos, por nova titulação apresentada por IDAIANE CASTANHA VALNIER CECONI, ocupante do cargo de Professor IV, matrícula nº 1869, CPF nº 048.259.169-29, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 24 de junho de 2014

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Videira

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 89/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 89/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EFETUAREM O TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE LETIVO DE 2014. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 15/07/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 23 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Tomada de Preços Nº 11/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2014 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA CESSÃO DE LICENCIAMENTO DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO PARA GESTÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PRESENTE EDITAL E NO ANEXO I. As propostas preço e técnica, e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 28 de julho de 2014. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações". Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45 hrs ou pelos telefones (49) 3566-9026.

Videira SC, 23 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 40/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2014-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 40/2014-FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAIS A LASER PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 08/07/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO

DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 24 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles**PREFEITURA****Homologação de Licitação 018/2014**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

01 - Convite p/ Compras e Serviços: 6/2014

Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada através do decreto ou portaria No. 002/2014,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto da(o) 01 - Convite p/ Compras e Serviços numero 6/2014, com a finalidade de Aquisição de pneus, para uso nos veículos e equipamentos da frota rodoviária municipal. o(s) participante(s):

Vencedores(Valores expressos em R\$)	
Fornecedor	Valor
TONTINI COMERCIO DE PNEUS LTDA	12.448,00
JK PNEUS LTDA	41.783,86
BONIN PNEUS E ACESSORIOS LTDA ME	7.900,00
MODELO PNEUS LTDA	4.800,00

Vitor Meireles (SC), em 24 de junho de 2014.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

Xavantina**PREFEITURA****Ata CC 01-2014 PMXV - Sessão 06 - 7ª Ata**

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2014 - PMXV. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PUBLICIDADE AO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO §1º DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI FEDERAL 12.232/2010. SESSÃO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 5, REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2014 - PMXV.

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às as nove horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina/SC, reuniu-se o Presidente da Comissão Permanente de Licitações Sr. Joselino Luiz Naissinger e sua Equipe de Apoio, constituída pelos servidores Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo, So-raia Ellis Budke e Taciane Caon, designada pelo Decreto 005/2014, com a finalidade de efetuar o recebimento e a abertura dos envelopes nº 5 - Documentação de Habilitação das licitantes classificadas no julgamento final das Propostas Técnica e de Preço, conforme dispõe o item 10.1 do edital e convocados através da ata da quinta sessão pública realizada na data de doze de junho do ano de dois mil e quatorze e publicada através do extrato da sessão pública publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, no dia treze de junho de 2014. Apresentaram-se para participar da sessão as seguintes empresas: AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - ME, representada pelo Sr. ANDERSON SULCHINSKI, CPF nº 082.584.059-77; AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA representada pela Sra. ELIZABETH APARECIDA SCHIZZI TIEPO, CPF nº 763.590.269-53. Inicialmente foram conferidos e rubricados os envelopes de documentação sendo que todos estavam lacrados, também foram analisados quanto ao horário máximo para protocolo no Centro Administrativo, sendo este até às 09:00 horas do dia 23/06/2014. Em seguida, procedeu-se à abertura do Envelope nº 05 - Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes legais presentes, verificando-se que as licitantes AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - ME e AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA apresentaram sua documentação de habilitação em conformidade com os requisitos solicitados no subitem 10.1 do Edital, sendo julgadas HABILITADAS. Indagados pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações da intenção de recorrer do julgamento ora consignado em face da habilitação das Licitantes, os representantes renunciaram ao direito de interpor recursos. Considerando, portanto, o resultado do julgamento final das propostas anteriormente citado e o julgamento da documentação de habilitação, fica a licitação relativa à Concorrência nº 01/2014 - PMXV, com o seguinte resultado final: A licitante AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - ME, sagrou-se vencedora do certame, com a nota final de 67,62 (sessenta e sete virgula sessenta e dois) pontos. Em segundo lugar ficou a licitante AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA, com a nota final de 67,26 (sessenta e sete virgula vinte e seis) pontos. O Presidente solicitou que fosse registrado que o resumo do julgamento da fase habilitatória deste certame será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo que o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida intimação. Nada

mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão com a presente ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes legais presentes.

Joselino Luiz Naissinger
Pregoeiro

Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo
Membro da Equipe de Apoio

Soraia Ellis Budke
Membro da Equipe de Apoio

Taciane Caon
Membro da Equipe de Apoio

AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - ME
Anderson Sulchinski

AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA
Elizabeth Aparecida Schizzi Tiepo

Ata PP 39/2014 PMXV

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014 - PMXV. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, MATERIAL PARA REDE DE ÁGUA E ITENS DE OFICINA MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO "C" DESTE EDITAL.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se o Pregoeiro Sr. Joselino Luiz Naissinger e sua Equipe de Apoio, constituída pelos servidores Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo, Soraia Ellis Budke e Taciane Caon, designada pelo Decreto 006/2014, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais, Documentação de Habilitação e Credenciamento, referentes à licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as seguintes empresas: ELETRO INSTALADORA FRANCESCHINA LTDA ME, representada pelo Sr. MÁRCIO FRANCESCHINA, CPF nº 028.728.959-14; e FORMAGINI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA ME, representada pelo Sr. DIEGO EDU GUGEL, CPF nº 059.972.909-05. Aberta a sessão pública foram conferidos e rubricados os envelopes sendo que os mesmos estavam lacrados, procedendo-se à abertura dos Envelopes de Credenciamento, verificando a regularidade de todos os documentos, ambas as empresas foram consideradas Credenciadas. Na sequência, procedeu-se a abertura dos Envelopes nº 01 - Proposta Comercial, sendo aberta primeiramente a proposta da empresa FORMAGINI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA ME, sendo que a licitante apresentou dentro de seu envelope de proposta, a proposta digitalizada conforme previa o item 5.7 e 5.8 do edital. Na sequência procedeu-se a abertura do envelope de proposta da empresa ELETRO INSTALADORA FRANCESCHINA LTDA ME, sendo que a mesma NÃO apresentou a proposta digitalizada dentro de seu envelope de proposta comercial conforme previa item 5.7 e 5.8 do edital, a licitante também apresentou valores de alguns dos itens acima do preço máximo permitido no edital, sendo que o julgamento da proposta é por Lote conforme previa o Item 8 do edital, a licitante também não apresentou em sua proposta a marca dos itens cotados conforme previa o Item 5 do edital. A empresa FORMAGINI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA ME pediu desclassificação da proposta da empresa ELETRO INSTALADORA FRANCESCHINA LTDA ME. A comissão acatou o pedido da licitante e DESCLASSIFICOU a proposta da empresa ELETRO

INSTALADORA FRANCESCHINA LTDA ME. Fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis a contar do dia de hoje, sendo até as 16:00 horas do dia 27 de junho de 2014 para a empresa ELETRO INSTALADORA FRANCESCHINA LTDA ME apresentar seu recurso. Os envelopes de habilitação das licitantes permanecerão em posse da Comissão de Licitações até análise final das propostas de preços e só serão abertos após a verificação da licitante vencedora. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, membros da Equipe de Apoio e pelos representantes presentes.

Joselino Luiz Naissinger
Pregoeiro

Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo
Membro da Equipe de Apoio

Soraia Ellis Budke
Membro da Equipe de Apoio

Taciane Caon
Membro da Equipe de Apoio

ELETRO INSTALADORA FRANCESCHINA LTDA ME
Márcio Franceschina

FORMAGINI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA ME
Diego Edu Gugel

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 02/2014 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2014 PMXV

O Prefeito Municipal de Xavantina/SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Andre Ricardo Broglio, Assessor Jurídico deste Município, que declarou Dispensável a licitação, nos termos do caput do artigo 24 da lei federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de 43 (quarenta e três) horas técnicas com profissional de engenharia civil ou arquiteto, conforme a necessidade do Município de Xavantina/SC, em favor da seguinte empresa: LORENZATTO E PELLIZZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME, no valor de R\$ 1.211,31 (um mil, duzentos e onze reais e trinta e um centavos).

Xavantina/SC, em 25 de junho de 2014.
MAURO JUNES POLETTO,
Prefeito Municipal.

Contrato Nº 87/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: LORENZATTO E PELLIZZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME.

Número do Contrato: 87/2014 - PMXV

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE 43 (QUARENTA E TRÊS) HORAS TÉCNICAS COM PROFISSIONAL DE ENGENHARIA CIVIL OU ARQUITETO, CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC.

Data da Assinatura: 25/06/2014.

Vigência: 24/08/2014.

Valor: R\$ 1.211,31 (um mil, duzentos e onze reais e trinta e um centavos).

Xaxim

PREFEITURA

Aviso de Inexigibilidade 012 - Saude

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

PROCESSO 137/2014 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 012/2014

O Município de Xaxim e o Fundo Municipal de Saúde, através de seu Prefeito comunica que está homologada a Licitação Supracitada que tem por objeto a aquisição de 4 (quatro) mil exemplares de jornal personalizado Drogas: não caia nessa armadilha, para uso no dia Internacional sobre drogas lícitas e ilícitas, destinados ao desenvolvimento de atividades com educandos das diversas séries escolares do nosso Município. Tudo em conformidade com o cronograma e os pareceres anexo ao presente processo, a saber: Fornecedores/Valor homologado: Editora Amigos da Natureza Ltda. CNPJ: 04.096.738/0001-55 valor unitário por exemplar R\$ 1,95 (um real e noventa e cinco centavos), totalizando R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Data da homologação 24 de junho de 2014.

Xaxim, 24 de junho de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Associações

EGEM

Edital Nº 41.2014 - Chamamento_treinamento Sobre O Sefisc

EDITAL Nº 41/2014

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

TREINAMENTO SOBRE O SEFISC

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os auditores municipais a utilizarem o SEFISC (Sistema Eletrônico Único de Fiscalização e Contencioso do SN).

2. PÚBLICO-ALVO

Exclusivo para auditores fiscais municipais.

3. CALENDÁRIO

PRIMEIRA EDIÇÃO:

Cidade/Local	Florianópolis/SC Escola Fazendária Rua Tenente Silveira, 225, 9º andar Ed. Hércules - Centro
Período das inscrições	25/06 à 04/08/2014
Vencimento do boleto de cobrança	04/08/2014
Homologação das inscrições	06/08/2014
Período de realização	11 e 12 de agosto de 2014
Carga horária total	20h/a
Quantidade de vagas	20 vagas

PRIMEIRA EDIÇÃO:

Cidade/Local	Florianópolis/SC Escola Fazendária Rua Tenente Silveira, 225, 9º andar Ed. Hércules - Centro
Período das inscrições	25/06 à 11/08/2014
Vencimento do boleto de cobrança	11/08/2014
Homologação das inscrições	13/08/2014
Período de realização	18 e 19 de agosto de 2014
Carga horária total	20h/a
Quantidade de vagas	20 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I - Dos Valores

Tipo de inscrição	Valor (por inscrição)
Exclusivo para auditores fiscais municipais	R\$ 225,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546.

Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

6. REQUISITOS DE INSCRIÇÃO

- Certificado digital (e-CPF) válido para todos os instrutores e treinados;
- Habilitação ATIVA em qualquer perfil na área restrita aos Entes Federados do Portal de SN, pelo usuário-mestre ou usuário-cadastrador;
- Habilitação nos Perfis de Acesso ao Ambiente de Treinamento
- Link para o ambiente: <<https://treinamento10.receita.fazenda.gov.br/Entessn>
- Preenchimento das informações

Treinamento SEFISC							
Nome Completo	CPF	Matrícula	Origem	Telefone	Email	Cargo efetivo	CNPJ da Entidade de Origem

7. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
8h30 às 12h - 13h às 17h30	Informações Gerais do Aplicativo Registro da Ação Fiscal Contencioso
2º dia	
8h30 às 12h - 13h às 17h30	Auto de Infração e Notificação Fiscal

8. DOCENTES

Edição 01 - 11 e 12 de agosto de 2014 - Satie Kimura
Edição 02 - 18 e 19 de agosto de 2014 - Luiz Carlos Guedes Figueiredo

9. DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O treinamento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

10. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento. §1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios

CIS/AMARP

1º Aditivo ao Termo de Credenciamento 29/2014 Samet

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

1º ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 29/2014 - SAMET - SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA.

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, com sede na Rua Manoel Roque, 99, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. Euzebio Calisto Viecei, nos termos do Edital de Chamada Pública nº 01/2010, CREDENCIA, através deste termo, SAMET - SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA, CNPJ 01.087.464/0001-40, situada na Rua Anita Garibaldi, nº.238,Caçador -SC,com atendimento à Rua Anita Garibaldi, nº.238,Caçador -SC ,neste ato representada pelo seu representante legal João Carlos Souza dos Santos, CPF 314.936.020-04 , para prestação de serviços especializados de saúde ao CIS-AMARP, de acordo com as seguintes condições:

As partes devidamente identificadas no Termo de Credenciamento original resolvem de comum acordo promover alterações conforme abaixo:

Fica o Termo de Credenciamento original acrescido de:

I - OBJETO

O credenciado prestará aos usuários do CIS-AMARP, serviços especializados de saúde em EXAMES:

ELETROENCEFALOGRAFIA	CÓDIGO	VALOR CIS
Eletroencefalografia em vigília com ou sem foto estímulo	02.11.05.002-4	100,00

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura.

As demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original permanecem inalteradas produzindo seus efeitos.

Videira, 04 de junho de 2014.

CONTRATANTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

VISTO:
Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

1º Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço - Sociedade Franco Brasileira Hospital Maicé

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - SOCIEDADE FRANCO BRASILEIRA HOSPITAL MAICÉ.

Contrato de Prestação de Serviços que fazem entre si o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP e SOCIEDADE FRANCO BRASILEIRA HOSPITAL MAICÉ

As partes devidamente identificadas no Contrato de Prestação de Serviço original resolvem de comum acordo promover alterações no CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, conforme abaixo:

Fica o Contrato de Prestação de Serviço original acrescido de:

CLÁUSULA TERCEIRA-VALOR CONTRATUAL/PAGAMENTO
O Credenciado prestará aos usuários do CIS-AMARP, serviços especializados de saúde em Mamografia, Termo de Credenciamento nº 04/2014, nos códigos:

RADIOLOGIA	CODIGO SUS	CIS
MAMOGRAFIA	0.20.40.30.03-0	45,00

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura.

As demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviço original permanecem inalteradas produzindo seus efeitos.

Videira, 17 de junho de 2014.

CONTRATANTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

VISTO:
Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

1º Aditivo ao Termo de Credenciamento 04/2014 - Sociedade Franco Brasileira Hospital Maicé

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

1º ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 04/2014 - SOCIEDADE FRANCO BRASILEIRA HOSPITAL MAICÉ.

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, com sede na Rua Manoel Roque, 99, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. Euzebio Calisto Viecei, nos termos do Edital de Chamada Pública nº 01/2010, CREDENCIA, através deste termo, SOCIEDADE FRANCO BRASILEIRA HOSPITAL MAICÉ, Endereço à Rua Bolívia, nº 54, atendimento à Rua Bolívia, nº 54, cidade de Caçador/SC, CNPJ 33.543.356/0020-93, para prestação de serviços especializados de saúde ao CIS-AMARP, de acordo com as seguintes condições:

As partes devidamente identificadas no Termo de Credenciamento original resolvem de comum acordo promover alterações conforme abaixo:

Fica o Termo de Credenciamento original acrescido de:

I - OBJETO

O credenciado prestará aos usuários do CIS-AMARP, serviços especializados de saúde em MAMOGRAFIA nos códigos:

RADIOLOGIA	CODIGO SUS	CIS
MAMOGRAFIA	0.20.40.30.03-0	45,00

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura.

As demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original permanecem inalteradas produzindo seus efeitos.

Videira, 17 de junho de 2014.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

VISTO:

Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

Resolução Nº 19/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Resolução nº 19/2014

Euzebio Calisto Vieceleli, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art.1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria Nº 02/2014.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 24 de junho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Presidente CIS-AMARP

Portaria Nº 03/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Portaria nº 03/2014

Euzebio Calisto Vieceleli, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado para exercer o cargo de Gerente de Programa do CIS-AMARP:

MARCÉLO JOSÉ BORSATTI.

Art.2º Esta Portaria terá seus efeitos legais retroativos a 1º de junho de 2014.

Videira, 24 de junho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Presidente CIS-AMARP

Portaria Nº 04/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Portaria nº 04/2014

Euzebio Calisto Vieceleli, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º DELEGAR ao Gerente de Programa do CIS-AMARP Sr. Marcelo Borsatti as atribuições de Diretor Executivo elencadas no Estatuto no Anexo I Inciso II.

Art.2º Esta Portaria terá seus efeitos legais retroativos a 1º de junho de 2014.

Videira, 24 de junho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Presidente CIS-AMARP

Resolução Nº 20/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Resolução nº 20/2014

Euzebio Calisto Vieceleli, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art.1º TORNAR SEM EFEITO a Resolução Nº 18/2014.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 24 de junho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Presidente CIS-AMARP

Resolução Nº 21/2014

Consórcio Intermunicipal de Saúde-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Resolução Nº 21/2014

Euzebio Calisto Vieceleli, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VI, art.17 e inciso VIII do artigo 22 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

CONSIDERANDO que Marcélo José Borsatti-CPF 425.790.239-68 foi nomeado para exercer o cargo de Gerente de Programa desde 01 de junho de 2014;
CONSIDERANDO que foram DELEGADAS ao mesmo as atribuições

do Diretor Executivo.

RESOLVE:

Delegar que o mesmo seja responsável pela movimentação de contas bancárias e os recursos do Consórcio, junto à Instituição Financeira Banco do Brasil, juntamente com o Presidente Euzebio Calisto Viecelli.

O mesmo, juntamente com o Presidente, terá os Poderes de:

EMITIR CHEQUES
ABRIR CONTAS DE DEPOSITO
AUTORIZAR COBRANCA
UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICÕES
RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO
SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS
REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES
RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS
ENDOSSAR CHEQUE
SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES
CANCELAR CHEQUES
BAIXAR CHEQUES
EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS
CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS
EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE
EFETUAR SAQUES - POUPANCA
EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO
EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO
EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG
CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS REPASSE RECURSOS
FEDER-RPG
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/
AASP
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS, EXCETO INVESTIMENTOS E OP.
CREDITO
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO
EMITIR COMPROVANTES
EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELE-
TRONICO
ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO
CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO -
DDA

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 24 de junho de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Presidente CIS-AMARP

Resolução Nº 22/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Resolução nº 22/2014

Euzebio Calisto Viecelli, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando das atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público, do Estatuto do CIS-AMARP e do Regimento Interno.

CONSIDERANDO que Marcelo José Borsatti-CPF 425.790.239-68 foi nomeado para exercer o cargo de Gerente de Programa desde

01 de junho de 2014;

CONSIDERANDO que foram DELEGADAS ao mesmo as atribuições do Diretor Executivo.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Gerente de Programa Gratificação, equiparando ao salário do Diretor Executivo.

Art.3º Esta resolução deverá ser homologada pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP.

Art. 3º Esta Resolução terá seus efeitos legais retroativos a 1º de junho de 2014.

Videira, 24 de junho de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Presidente CIS-AMARP

CIS/AMURES

Extrato de Inexigibilidade de Licitação

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2014 - CIS/AMURES

A Presidente da Comissão de Licitação, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente do CIS/AMURES, pela emissão da DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Empresa: CLÍNICA ODONTO MÉDICA PRÓ FACE LTDA. Objeto: prestação de serviços em Dermatologia. Valor: R\$ 30,00 (Trinta reais) por consulta. Período de duração: 01 (hum) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

Lages, 24 de Junho de 2014.
Neiva Glauca Fernandes Ribeiro,
Presidente Comissão Licitação (Pregoeira).